

*Numero 718, 918
Maia 15/11/918*

7

COLLECCAO ANTONIO MARIA PEREIRA

MIGALHAS DE HISTORIA PORTUGUEZA

Collecção ANTONIO MARIA PEREIRA

VULGARISAÇÃO DOS MELHORES LIVROS

DAS

LITTERATURAS PORTUGUEZA E ESTRANGEIRAS

Romances, Contos, Viagens, Historia, etc., etc.

Volumes in-8.º de 160 a 200 paginas, em corpo 8 ou 10, excellente edição, em optimo papel. Preço de cada volume 200 réis brochado, ou 300 réis elegantemente encadernado em percalina. Para as provincias accresce o porte do correio

Volumes publicados

- N.º 1 — *Tristezas á Beira-Mar*, romance de Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 2 — *Contos ao Luar*, por Julio Cezar Machado, 1 vol.
N.º 3 — *Carmen*, romance de Merinée, traducção de Mariano Level, 1 vol.
N.º 4 — *A Feira de Paris*, por Iriel, 1 vol.
N.º 5 — *A Mascara Vermelha*, romance historico de Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 6 — *John Bull e a sua ilha*, traducção de Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 7 — *O juramento da duqueza*, romance historico por P. Chagas, 1 vol.
N.º 8 — *A lenda da meia-noite*, romance phantastico, por P. Chagas, 1 vol.
N.º 9 — *A joia do vice-rei*, romance historico, por Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 10 — *Vinte annos de vida litteraria*, por Alberto Pimentel, 1 vol.
N.º 11 — *Honra d'artista*, romance de Octavio Feuillet, traducção de Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 12 — *Os meus amores*, contos e balladas, por Trindade Coelho, 1 vol.
N.º 13 e 14 — *A aventura d'um polaco*, por Victor Cherbuliez, traducção de Maria Amalia Vaz de Carvalho, 2 vol.
N.º 15 — *Os contos do tio Joaquim*, por R. Paganino, 1 vol.
N.º 16 — *As batalhas da vida*, contos por Guiomar Torrezão, 1 vol.
N.º 17 — *Noites de Cintra*, romance por Alberto Pimentel, 1 vol.
N.º 18 e 19 — *Em segredo*, romance, trad. de Margarida de Sequeira, 2 vol.
N.º 20 e 21 — *A Dmã da Cavidade*, por Emilio Castellar, traducção de L. Q. Chaves 2 vol.
N.º 22 — *Migalhas de historia portugueza*, por Pinheiro Chagas, 1 vol.
N.º 23 — *A Cruz de Brilhantes*, por A. Campos, 1 vol.
N.º 24 — *Contos*, de Affonso Botelho, 1 vol.
N.º 25 — *Contos phantasticos*, por Theophilo Braga, 1 vol.
N.º 26 — *O mysterio da estrada de Cintra*, por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, 1 vol.
N.º 27 — *O naufragio de Vicente Sodré*, rom. historico de P. Chagas, 1 vol.
N.º 28 — *Viad'airada*, por Alfredo Mesquita, 1 vol.
N.º 29 — *O Bacharel Ramires*, por Candido Figueiredo, 1 vol.
N.º 30 e 31 — *Amor á antiga*, romance de Cael, 2 vol.
N.º 32 — *As Netas do Padre Eterno*, por Alberto Pimentel
N.º 33 — *Contos*, de Pedro Ivo, 1 vol.
N.º 34 — *O correio de Lyão*, por Pierre Zaccone.
N.º 35 — *Vida de Lisboa*, por Alberto Pimentel.

Requisições á Parceria Antonio Maria Pereira

LIVRARIA EDITORA

50, 52, Rua Augusta, 52, 54 — LISBOA

COLLECÇÃO ANTONIO MARIA PEREIRA

PINHEIRO CHAGAS

MIGALHAS

DE

HISTORIA PORTUGUEZA



LISBOA

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA — LIVRARIA EDITORA

50, 52 — Rua Augusta — 52, 54

1900



As campanhas da Restauração

I

Q livro, que o sr. Canovas del Castillo acaba de editar em Hespanha, é o mais curioso que um portuguez podia esperar encontrar na litteratura hespanhola do seculo xvii. O sr. Canovas del Castillo tem empregado as longas treguas politicas que o sr. Sagasta lhe tem arranjado, em se entregar a muitos estudos litterarios, historicos e politicos tambem, mas de politica mais elevada e mais geral. (1) Foi assim que publicou os *Problemas contemporaneos* e o *Solitario e o seu tempo*, estudo interessantissimo ácerca de uma das physionomias hespanholas mais curiosas dos nossos dias.

N'este momento, porém, parece decidido a abandonar essas treguas e a lançar-se de novo na politica militante. O partido conservador põe-se em movimento, e Canovas parece estar prompto a dar o signal da lucta. Comtudo, uma parte da população hespanhola mostra-se desejsosa de o fazer voltar para a sua abstenção, e o procedimento dos estudantes de Madrid e de muitas outras corporações para com o chefe do partido conservador, parece indicar a Canovas, não que tem de voltar para o socego, como lh'o querem indicar, mas de apressar a sua volta á vida activa, porque elle não é he-

(1) Isto foi escrito ha uns poucos de annos.

mem que recue diante da lucta; estas provocações não são senão estímulos para o combate.

Bom foi porém que já n'este anno, mas antes d'essas manifestações politicas, o sr. Canovas del Castillo tivesse tido tempo de ir sacar do pó dos archivos de alguma casa fidalga este livro interessantissimo intitulado *Memorias de D. Felix Nieto da Silva, marquez de Tenebron*, publicação empreendida pela sociedade dos bibliophilos hespanhoes, mas dirigida pelo eminente estadista D. Antonio Canovas del Castillo,

Quem era este D. Felix Nieto da Silva, marquez de Tenebron? Era um fidalgo hespanhol do seculo xvii, que combateu nas hostes de Philippe IV, e combateu contra quem? contra os nossos antepassados, contra os Portuguezes, e escreveu muito despretenciosamente, muito singelamente, e tambem muito anecdoticamente as suas *Memorias*, muitos capitulos das quaes são consagrados exactamente ás suas luctas com os Portuguezes.

Ora nós, que não temos para nos contar essa guerra senão o grave e solemne *Portugal Restaurado*, que desconhecemos por conseguinte completamente, ou só vagamente conhecemos a historia intima d'essas campanhas, ficámos radiantes de contentamento ao encontrarmos as lembranças pessoaes de um official que n'essa guerra serviu, e que conta as suas impressões e os incidentes da sua vida de soldado.

Mas vejamos primeiro quem era o homem. Era filho segundo de uma familia nobilissima e nascera em Ciudad-Rodrigo em 1735.

O seu irmão mais velho era D. Luiz Nieto da Silva, que foi visconde de S. Miguel, cavalleiro de Calatrava, e corregedor em Zamora durante tres annos. O modo como D. Luiz exercera essa auctoridade é minuciosamente narrado pelo bispo de Zamora n'uma memoria dirigida ao rei, e em que se queixa amargamente de todas as violencias, arbitrariedades e escandalos que o corregedor praticava.

D. Felix Nieto da Silva era homem mais pacato, grande devoto de Nossa Senhora da Penha de França. Oigamos o que diz a respeito d'elle e das suas *Memorias* o sr. Morel-Fatio no artigo que consagra na *Revista Britannica* ao livro editado por Canovas:

«As suas *Memorias* pintam-n'o como um bom gentil-homem, escrupuloso no cumprimento dos seus deveres de soldado ou de magistrado, devotissimo, como se disse, e por conseguinte um pouquinho credulo, mas nada contemplativo; preoccupando-se, quando é preciso, com a sua promção, e não abandonando, pela gloria da vida futura, os

seus interesses terrestres. Em summa, um hespanhol de puro sangue, com muitos dos predicados e alguns dos defeitos da sua raça. O seu periodo de estroinice teve-o elle como todos, mas não o prolongou por muito tempo: por aqui, por acolá, galanteios e algumas cutiladas dadas com boa ou má sorte. D. Felix passa rapidamente por essas rapaziadas, essas *mocedades*, como se diz em Hespanha; também é certo que não podia decentemente attribuir á sua santa padroeira a honra d'essas extravagancias. Casou muito novo, sendo ainda official de cavallaria, e, segundo elle diz, menos por gosto do que para obedecer áquella que presidia aos seus destinos. «Aproveu a Nossa Senhora tirar-me do estado de solteiro, que é terrível, e incitar-me a casar-me, coisa então inteiramente contra a minha indole; mas quando Deus ajuda, por intermedio de sua gloriosa mãe, não ha difficuldade de que se não triumphe, nem inclinação de que se não mude.

«Acostumou se a essa vida nova, e tomou gosto por ella, a tal ponto, que por duas vezes renovou a experiencia. D'essas tres mulheres falla em termos, senão ternos, o que seria pouco hespanhol, pelo menos em termos sufficientemente amigaveis.

«As Memorias de D. Felix Nieto da Silva são essencialmente militares. O primeiro periodo da sua vida passou-o elle todo a guerrear, como capitão e depois como mestre de campo, na fronteira de Portugal. Desde a revolução de Portugal de 1640, que partiu violentamente os laços que Philippe II, sessenta annos antes, conseguira atar entre os dois Estados peninsulares, os Hespanhoes, para reconquistarem o que tinham perdido, e os Portuguezes para reconquistarem a sua independencia, batalharam uns trinta annos e ás vezes com desespero. Guerra mal conduzida e pouco gloriosa para a Hespanha, que gastou os generaes, os soldados e os recursos que lhe restavam, e teve afinal de contas a humilhação de não poder debellar aquelles a quem chamava rebeldes. Graças á impericia dos generaes hespanhoes, ou antes do governo que muitas vezes paralysoou os seus esforços, e graças tambem ao apoio que Portugal encontrou junto de varias potencias estrangeiras, este recanto (*rincon*) tão cubicado pelos hespanhoes, e em que não fallam sem despeito, escapou-lhes definitivamente. Nieto da Silva não se importa com a politica: não ha nas suas *Memorias* reflexões sobre as causas nem sobre as consequencias d'esta guerra. Não vê senão o que se passa diante dos seus olhos, e não conta senão as cutiladas que deu ou que recebeu. Quem o ouvir dirá que deu e recebeu muitas, e até que deu mais do que recebeu.

«E' bem possível. E, depois de descontar o que se deve attribuir á imaginação meridional, que sempre vê as coisas maiores do que são na realidade, deve-se confessar em boa fé que as narrativas de Nieto da Silva teem um tom verdadeiro de sinceridade. Se ás vezes lhe succede forçar um pouco a dose, podem acreditar que não é para se gabar, porque afinal de contas pode-se dizer que se mostra sempre modesto; mas é, sobretudo, porque se mostra profundamente convencido de que as coisas se passaram assim. Fie-mo-nos n'elle, e bemdita seja Nossa Senhora da Penha de França, que soube fazer em seu proveito tão bellos milagres.»

Ha só um ponto que temos de rectificar n'estas observações; é que Portugal bem pouco deveu ao auxilio estrangeiro. Se nos primeiros oito annos de guerra teve a felicidade de ver a Hespanha a braços com a guerra a que poz termo a paz de Westphalia, e nos primeiros dezenove annos com aquella a que poz termo a paz dos Pyreneus, em compensação teve de lutar sósinho contra a Hespanha nos ultimos oito annos da lucta. As grandes batalhas da guerra — Linhas d'Elvas, Ameixial, Montes-Claros, Ciudad-Rodrigo, são d'esse periodo. A das Linhas d'Elvas já a ganhára, mas quando a Hespanha, a negociar com a França, podia fazer cahir sobre nós todo o peso da guerra; as outras duas ganhamol-as no periodo em que a França nos abandonava completamente, tendo sacrificado a nossa alliança á Hespanha e aos resentimentos de D. Luiz de Haro, o vencido das Linhas d'Elvas. Vamos porém seguir este curioso e tão inesperado livro.

II

Entre os diferentes trechos curiosissimos das *Memorias* de D. Felix Nieto, que mais especialmente se referem a Portugal, ha um, que tem sido citado por todos os escriptores que se teem occupado do livro, e que realmente é encantador. E' a historia da capitulação de Lumbrales. Eis como D. Felix Nieto conta essa historia.

Digâmos em primeiro logar que os Hespanhoes, cercados pelos Portuguezes de Pedro Jacques de Magalhães na villa de Lumbrales, tinham sido obrigados a refugiar-se na igreja. Tinham para lá entrado com tanta fome e prin-

cipalmente com tanta sede, que a primeira coisa que fizeram foi despejar as pias da agua benta. Ora elles não tinham nem que comer nem que beber. Assim, passaram um dia e uma noite por tal forma bloqueados que os Portuguezes até tinham levantado barricadas nas ruas.

«Veiu a manhã, diz D. Felix, e sentimos grande alegria ao vêr apparecer um grosso de infantaria de cerca de seis batalhões porque julgámos que vinham soccorrer-nos, e principiámos por conseguinte a preparar a nossa sortida. Mas não era o que pensavamos; essa gente era um reforço que vinha para o inimigo, de forma que nos achámos em situação ainda peor que d'antes. Atormentavamos a sede, a ponto que, tendo-se apagado por falta de azeite a lampada que arde diante do Santissimo Sacramento, o meu tenente approximou-se e bebeu a agua que lá estava dentro. Os soldados e eu não podiamos mais, e já o inimigo tocava á chamada. Assim ficámos até á noite. N'esse momento, enquanto eu e os outros capitães conversavamos com o general, veiu o tenente do conde de Fontana, que estava connosco, e disse ao general:

— «Tenha Vossa Senhoria cautella. Se não manda tocar o tambor para chamar o inimigo, fazem-n'o os soldados, que elles já não pódem.» Effectivamente era verdade, porque só para fallar era necessario fazer esforços extraordinarios. Vendo-nos portanto n'esse estado, e sem esperanças de sermos soccorridos, pareceu-nos a todos que não havia remedio senão responder á chamada do inimigo. Assim se fez e decidiu-se que entrassem no nosso forte, por uma escada de mão, dois capitães do inimigo como refens, emquanto dois dos nossos iriam capitular.

Concluido isto, entraram Carlos de Torres e o filho de Pedro Jacques de Magalhães, e o general ordenou-me que sahissemos eu e o barão d'Andelot. Quiz recusar-me a sahir, mas o general não consentiu. Sahi por conseguinte contra minha vontade, e o dito barão commigo. Disse-me então o general que punha a sua honra nas minhas mãos, que devia pensar bem no que fizesse, e que a capitulação não se devia pôr por escripto, mas devia ser tratada de gentil-homem para gentil-homem. Entendo que discorreu bem.

Saimos, e, como o barão era borgonhez, e a fome e a sede eram grandes, disse-lhe eu:

— «Cautella, sr. barão! Se os inimigos lhe offerecerem comida ou bebida, não accete! Cuidado com o diabo!»

Prometteu comportar-se bem. Chegámos nós ambos sózinhos ao pé do inimigo. Vieram muitos officiaes ao uosso

encontro, e eu, que estivera prisioneiro e me tinha muita vez batido contra elles, conheci muitos. Cumprimentámo-nos, depois o tenente-general da cavallaria approximou-se de mim e disse-me: «O sr. Pedro Jacques manda-me aqui para que me digam o que querem.» Pareceu-me que, se eu não conferenciasse com o general em pessoa, não obteria tão boas condições. Respondi-lhe:

— «O sr. Pedro Jacques sabe que fui eu que sabi?»

Disse elle:

— Sabe, sim, senhor.

E eu:

— Não pôde ser, porque o tenho na conta de um gentil-homem muito cortez, e, se elle soubesse que fôra D. Felix da Silva quem saíra, não me teria mandado esse recado. Assim lh'o digo, porque, se eu não podér fallar a sua senhoria, não me restará senão voltar para o meu forte.

Foi-se embora com esta resposta, depois voltou dizendo-me que o sr. Pedro Jacques me pedia que lhe fosse fallar. Fui, e, depois de nos termos cumprimentado, perguntou-me o que era que eu queria. Disse-lhe:

— «Venho apenas saber o que vossa senhoria quer. O meu general, tendo ouvido o toque da chamada repetido que vossa senhoria mandou fazer, mandou-me saber o que era.

Pedro Jacques desatou a rir e disse-me:

— O que eu quero é levar os para Lisboa, que é uma cidade muito agradável.

Pareceu-me que devia fazer boa cara á má sorte, e disse-lhe, rindo:

— Vossa senhoria deve ser muito rico.

— Rico, porque?

— Ah! sim, por força que tem muita riqueza. Os homens que estão fechados ali dentro, não saem de lá senão feitos em pedaços. Ora parece-me que d'aqui até Lisboa os pilares das suas egrejas deviam ter um certo valor.

— Não tenha receio, respondeu elle, e, como pôde vêr, já dei ordem para se dar o assalto.

Era verdade, porque tinham preparado um grande numero de escadas, atando as mais curtas ás outras, e a infantaria trabalhava n'isso com ardor.

Desatei a rir e disse-lhe:

— Não supponho que seja tolo, sr. Pedro Jacques, e seria tolice conceder-nos este favor.

— E porque não?

— Senhor Pedro Jacques, todos aqui somos soldados, e o que nos faz mal são os tiros dos seus mosqueteiros. O assalto ser-nos-hia muito agradável, porque só assim é que

os podemos maltratar, tendo as armas de que se precisa para isso, ao passo que para chegarmos ao sítio onde estão, não as temos. Se não é do meu parecer, deixe-me ir embora e comece a operação. Verá o que resulta d'ahi.

Conversámos assim por muito tempo, e com certeza, durante essa discussão toda, a Santissima Virgem me deu audacia e amparo, porque me sahi bem. Afinal, disse-me :

— Então, que quer que se faça ?

— Sahirmos do forte e os seus entrarem para lá, só com a condição de não tocarem na propriedade dos habitantes, e de deixarem ir cada um de nós para as suas terras.

— E assim, que vantagem temos nós ?

— A gloria de nos fazer entregar o forte ! Isso nada é ?

Emfim, depois de muitos debates, ficou decidido que o general e todos nós, capitães de cavallaria, sahiriamos com os nossos cavallos e as nossas armas, que os soldados entregariam os seus cavallos e as suas armas offensivas, mas conservariam as suas armas defensivas, que se não tocaria em nada do que os habitantes tinham consigo na egreja, que poderiamos retirar-nos com toda a segurança para Salices, e que elle voltaria no dia seguinte para Portugal.

Magalhães disse então :

— Escrevamos a capitulação.

Eu respondi :

— Esta capitulação trata-se de gentil homem para gentil-homem.

— Bem ! eu fallarei n'isso aos meus officiaes, e avisal-o-hei.

Foi-se embora, e eu fiquei conversando com os officiaes do meu conhecimento. O meu companheiro, barão d'Andelot, na sua qualidade de estrangeiro, não fallava bem, e talvez nem percebesse nada da nossa conferencia : de fórma que concordou com tudo que eu ajustára. Aqui, houve um incidente divertido. Tendo alguém offerecido ao barão um copo de vinho, elle, sedento como estava, estendeu a mão para o receber. Nesse momento olhei para elle, e logo se lembrou da advertencia que eu lhe fizera quando sahimos. Conteve-se e não o tomou. Dois annos depois disse-me elle :

— Deus lhe perdôe esse copo de vinho que me impediu de tomar.

Pedro Jacques de Magalhães mandou-me dizer que todos concordavam em acceitar a capitulação, e que nos podiamos retirar. Partimos, e tornámos a subir pela escada para o forte, emquanto os refens d'ali sahiam. Dei conta da confe-

rencia, e não se pôde imaginar como o general e os outros se regosijaram, porque não esperavam semelhante capitulação. Abrimos a porta e sahimos do modo que se combinara. Quando o meu tenente sahiu, achei-me ao lado de Pedro Jacques e disse-lhe :

— Aqui está o meu tenente. Espero que vossa senhoria lhe permitta sahir com o seu cavallo, porque deve ser preferido aos outros.

E elle, com extrema amabilidade :

— Pois que saia.

Sahiu portanto como os capitães, e até um meu pagem foi auctorisado a conservar as suas armas offensivas.

Em todo este caso que contei litteralmente como se passou porque é extraordinario, todos se poderam convencer de que não só a Virgem da Penha de França me livrou do perigo das balas, mas tambem me tornou capaz de obter uma capitulação tão inesperada, porque todos, considerando o estado em que se achavam, teriam accettato receber vives, e entregar-se como prisioneiros. Mas, com o auxilio de Nossa Seehora, tive a boa fortuna que já disse.

Bem dita seja a Virgem da Penha de França e a sua misericordia.»

Vamos agora commentar esta interessante narrativa, advertindo já os leitores de que traduzimos não do original hespanhol, que não temos á vista, mas da traducção franceza, evidentemente mal feita.

III

Dissemos no fim do capitulo precedente que, traduzindo a narrativa da capitulação de Lumbrales não do original hespanhol mas da traducção franceza, não poderamos emendar alguns trechos que estão evidentemente muito mal traduzidos pelo sr. Morel Fatio, que foi quem deu noticia d'esse curioso livro na *Revue Britannique* de outubro do corrente anno. Ha effectivamente alguns que estão perfeitamente inintelligiveis como é por exemplo aquelle em que D. Felix, quando Pedro Jacques de Magalhães lhe diz que os vae levar a Lisboa, responde : Vossa senhoria ha de ser muitp rico. Porquê? pergunta o general portuguez. E D. Felix responde-lhe, na traducção franceza :

«Les hommes, voyez-vous, qui sont enfermés là bas, vous

ne les sortirez qu'en morceaux. Or m'est avis que d'ici à Lisbonne les piliers de vos églises doivent valoir quelque chose.

Quer elle dizer com isso que, não podendo Pedro Jacques tirar os hespanhoes senão aos pedaços, elles irão deitando abaixo todos os pilares das egrejas desde a fronteira até Lisboa, e que Pedro Jacques terá depois que pagar os pilares? Mas para elles fazerem toda essa destruição nas egrejas portuguezas, era necessario primeiro que tudo que Pedro Jacques os tirasse da igreja hespanhola, e como os não podia tirar senão aos pedaços, como é que elles, depois de mortos e espalifados, ainda haviam de ir até Lisboa, fazendo estragos pelo caminho? A hespanholada não era só de gongorismo exagerado, era de uma tolice disparatada.

E' impossivel que seja isso o que esteja no original.

Não o podemos verificar, porque ainda não podémos ver o livro hespanhol, e, querendo apressar-nos a dar conta da obra aos nossos leitores, servimo-nos da traducção franceza. D'ahi tambem resultou que, para saber o que foi essa capitulação de Lumbrales, tivemos de investigar pacientemente a historia das guerras da Restauração. Felizmente não tardámos a encontral-a, e serviram-nos de guia para nos facilitar o inquerito, as seguintes considerações:

Em primeiro lugar D. Felix Nieto da Silva, tendo nascido em 1635, não podia ter tomado parte senão nas ultimas campanhas. Ainda que pegasse em armas muito novo, não podia entrar na guerra senão em 1650, quando iam já decorridos dez annos d'essa tremenda lucta.

Ora D. Felix Nieto em Lumbrales já era capitão de cavallaria, gosava da reputação de homem cordato, porque o general era n'elle que tinha confiança, tanto que o obrigou a ir elle tratar da capitulação. Era homem respeitado, tanto que o seu companheiro nas negociações ouvia-lhe com toda a deferencia as suas advertencias. Obedecia até aos seus olhares. Tanto assim que bastou que D. Felix Nieto olhasse para elle, para o pobre barão d'Andelot, apesar de estar morto de sede, regeitar o copo de vinho que os officiaes portuguezes lhe offerciam. Não devia ser pequeno o sacrificio. O barão morria litteralmente de sede. Lembrem-se que na igreja tinham esgotado as pias da agua benta, e, quando se apagou a lampada do Santissimo Sacramento, foram beber a agua azeitada que ficára lá dentro. Além d'isso o barão Andelot era de Borgonha, terra de bons vinhos, e de vinhos parecidos com os espessos vinhos portuguezes da Beira, que o pobre barão devia conhecer bem. E, ape-

zar de tudo isso, regeitou-o só porque D. Felix Nieto olhou para elle. E' verdade que esse copo de vinho que não bebeu ficou atravessado na garganta do pobre barão. Annos depois como conta o marquez de Tenebron, ainda o barão de Andelot lhe dizia: «Deus lhe perdôe aquelle copo de vinho que me não deixou beber. Deus lhe perdôe!» Signal de que elle é que lhe não perdoava.

Evidentemente, em presença d'estas considerações, vê-se que o marquez de Tenebron não podia ser um rapazote dos seus 20 e tantos annos. Não podia ter menos de 30.

Isso coincide exactamente com o facto de ser Pedro Jacques de Magalhães o commandante das forças portuguezas, porque Pedro Jacques commandou o exercito da Beira nos ultimos cinco ou seis annos da guerra.

O que fizemos portanto? Começámos a procurar pelo fim, e logo encontrámos, effectivamente.

Percorrendo os periodos consagrados pelo proprio auctor d'estas linhas na sua *Historia de Portugal* á campanha de 1666, e percorriamol-os com certo receio, porque, n'essa guerra em que as villas portuguezas e hespanholas eram muitas vezes tomadas e retomadas, este caso de Lumbrales podia não ter importancia que lhe merecesse o ser consignado na historia geral do paiz, — percorrendo pois esses periodos, encontrámos com verdadeiro prazer as seguintes linhas:

«Na Beira, Pedro Jacques de Magalhães, depois de destroçar o general de artilheria D. João Salamanquês, o qual se refugiou com as reliquias das suas tropas na villa de Lumbrales, tomou tambem a villa, fazendo prisioneiros o general com cento e sessenta soldados de cavallaria.»

Cá temos o facto. O general que estava dentro da igreja, o general que obrigou o marquez de Tenebron, era general de artilheria e chamava-se D. João Salamanquês. Os soldados que o acompanhavam eram de cavallaria, como já o sabiamos pela narrativa de D. Felix Nieto, visto serem elle e os seus camaradas capitães de cavallos, ou capitães de cavallaria, como se diz hoje.

Parece porém que ha uma divergencia na narrativa. Diz a historia portugueza que D. João Salamanquês e os seus cento e sessenta soldados ficaram prisioneiros; diz D. Felix Nieto que foram desarmados e mandados para as suas terras.

Nada mais facil do que conciliar as duas narrativas, admittindo mesmo que D. Felix Nieto se não gabou de um triumpho diplomatico que não obtivera. Nada mais possivel do que ter Pedro Jacques de Magalhães mandado embora os

seus prisioneiros, exigindo-lhes provavelmente a promessa de não tornarem a pegar em armas contra Portugal.

E, ainda que tudo se passasse litteralmente como D. Felix Nieto o conta, parece-nos, sem que supponhâmos que nos illude o nosso amor-proprio nacional, que o bom papel n'esta capitulação é todo dos Portuguezes. São elles que mostram uma generosidade cavalheiresca. Os cento e sessenta Hespanhoes são apenas as reliquias das tropas de D. João Salamanquês, já destroçados por Pedro Jacques. Este estava á frente do seu exercito victorioso, D. João Salamanquês estava refugiado n'uma igreja. Bastava que Pedro Jacques se limitasse a bloqueial-os para que elles não tardassem a render-se. Pedro Jacques bem o sabia, porque, evidentemente os fugitivos de uma batalha, tendo-se refugiado n'uma igreja, tinham-se mettido n'um becco sem sahida. Não tinham levado decerto viveres comsigo, e na igreja nem os encontravam nem os podiam obter. Logo, se Pedro Jacques consentiu na capitulação honrosa, foi por simples generosidade, generosidade de que deu novas provas, confessadas por D. Felix, quando conta que Pedro Jacques consentiu que a capitulação se não escrevesse, que o tenente da companhia de D. Felix sahisse com as armas, o que era só concedido pela capitulação aos capitães, e que até sahisse da mesma forma um pagem do marquez.

Em 1666, a guerra estava a expirar. A victoria dos Portuguezes era segura. Desde 1663 a sorte fora sempre contraria á Hespanha. N'esse anno infligia o conde de Villa-Flór a D. João de Austria a derrota do Ameixial; em 1664, o proprio Pedro Jacques de Magalhães derrotara o duque de Ossuna em Castello Rodrigo; em 1665 o marquez de Marialva batia completamente, na batalha decisiva de Montes-Claros, o marquez de Caracena. N'esse mesmo anno morria o soberano que se não podia resignar a ter perdido Portugal, Filippe IV, devorado pelo desgosto. A intensidade da lucta affrouxára notavelmente. Em 1666, os unicos feitos de armas foram: no Alemtejo, um combate de cavallaria entre João da Silva e Sousa e o principe de Parma, combate que por signal nos foi desfavoravel, e que se travou entre Campo Maior e Badajoz; no Minho, a paralyção do exercito de Fernandez Velasco pelos esforços do conde do Prado; em Traz-os-Montes, a devastaçã da provincia pelo exercito de D. Balthazar Pantoja, que Diogo de Brito Coutinho não poudo impedir; e na Beira, a torrada de Lumbrales por Pedro Jacques de Magalhães.

Nas disposições de espirito em que se estava então, a generosidade de Pedro Jacques perfeitamente se comprehende.

Demais, Montes-Claros pozera nas nossas mãos tantos prisioneiros hespanhoes, que não era natural que os generaes portuguezes tivessem muito empenho em augmentar esse numero.

Ha um factio curioso e que não podemos deixar de apontar. Lumbrales é o nome de uma gloria portugueza, e, apesar de não ter tido grande importancia, a nossa victoria foi tão completa que o general inimigo teve de se render á descripção. Não o sabia de certo o governo hespanhol, ou não se lembrou d'isso, quando deu ha dois ou tres annos a um negociante portuense, o sr. Ricardo Pinto da Costa, o titulo de conde de Lumbrales.





O abbade Faria

I

QUEM ha que não conheça este curioso typo de um dos mais populares romances de Alexandre Dumas, o *Conde de Monte-Christo*? E' elle, por assim dizer, o eixo em torno do qual gira todo o romance. Edmundo Dantés, preso no castello de If, põe-se em relações com um seu companheiro de prisão, com um seu visinho de carcere, que ha longos annos trabalha por conquistar a liberdade, fazendo excavações n'um muro. Esse visinho industrioso e energico é o abbade Faria, um padre italiano, que alli está preso ha muitos annos, victima de odios e de interesses particulares. Nas suas longas conversações com Edmundo Dantés, revela lhe o segredo dos immensos thesouros escondidos na ilha de Monte-Christo, e que o hão de habilitar a ser rico e poderoso e a vingar-se de todos os que fizeram a sua desgraça. Esse abbade Faria é a um tempo um sabio e um visionario, typo original e perfeitamente romanesco, que todos supporiam que nasceu, armado de ponto em branco, da imaginação ardente de Dumas.

Comtudo, é singular que Alexandre Dumas fosse logo escolher um nome portuguez para o dar a um italiano, quando encontraria facilmente nomes mais authenticamente ausonios para os applicar a esse personagem.

E' que o abbade Faria não era perfeitamente um vulto

imaginario. No tempo em que Alexandre Dumas collocou a acção do seu romance, existia realmente em França um homem com esse nome, que se occupava com ardor, de sciencias, e sobretudo das sciencias mysteriosas e recentes — as do magnetismo e da electricidade. Esse homem representava um papel nas agitações politicas da França, impressionava bastante os espiritos pela sua excentricidade, para que os *vaudevillistas* o escolhessem para figurar em scena, e não admira portanto que Dumas se lembrasse d'esse personagem pouco vulgar para se apossar d'elle com o seu direito de romancista e distribuir-lhe um papel na sua obra vasta e cheia de movimento.

O que podia saber Alexandre Dumas do abbade Faria, sem entrar em largas investigações?

Podia saber o seguinte:

Em 1788 chegou a França, tendo estado em Roma, onde se doutorára no collegio da Propaganda, o abbade Faria. Tendo rebentado a revolução lançou-se com enthusiasmo no movimento revolucionario, foi um dos exaltados, e no dia 10 de vindimiario, dia assignalado por um d'aquelles innumerados motins de que Paris foi theatro, marchou sobre a Convenção á frente de um troço de revoltosos. Depois, quando a mão energica de Bonaparte restabeleceu a ordem em França, o abbade Faria abandonou a politica, e foi para as provincias do sul da França, onde se entregou ao exercicio do magisterio, seudo professor de philosophia nos lycées de Marselha, de Nimes, e de outras cidades ainda.

Regressou mais uma vez a Paris, entregando-se então com extraordinario ardor ao estudo e á pratica do magnetismo, tornando-se tão notavel que os aucthores de um *vaudeville* intitulado *A Magnetismo-mania* pozeram-n'o em scena. Morreu afinal em 1819, victima de uma apoplexia fulminante, e n'esse mesmo anno, e já depois da sua morte, se publicou uma obra intitulada *De la cause du sommeil lucide, ou étude sur la nature de l'homme par l'abbé Faria, brahmine, docteur en theologie*. Esta obra devia ter tres tomos, mas só se publicou o primeiro.

Não passou despercebida a morte do abbade.

O *Moniteur* consagrou-lhe dois artigos no dia 1 e no dia 3 de outubro.

Citado como authoridade pelos que se occupavam de magnetismo, o abbade Faria estava longe de ser um deacanhado, nem mesmo o seu nome estava olvidado, quando Dumas escreveu o *Monte-Christo*. Em 1841 tinham-n'o citado com elogio Burdin e Ribois na sua *Historia academica do magnetismo*, e o mesmo fizera Cuvillers nos *Ar-*

chicos do magnetismo animal. Hoffmann, o grande phantasiasta allemão, não deixára de ser impressionado por esse typo extravagante e singular, irmão dos que elle arrancava da sua imaginativa; Chateaubriand nas suas *Memorias d'além da campa*, já tambem se occupára do abbade Faria, dando ao seu typo todo o relevo do seu estylo potente; e finalmente Latour escreveu um artigo a seu respeito na *Nova biographia geral*.

Este typo do abbade Faria era um dos que mais podiam agradar a Dumas, sempre desejoso de pôr em scena os magnetisadores e o magnetismo, sempre apaixonado pelo phantastico e pelo extraordinario. Souo-lhe bem o nome do abbade Faria, tomou o personagem, transformou-o, e deu ao seu abbade Faria imaginario, com o prestigio soberano do seu genio, uma immortalidade que o verdadeiro abbade Faria debalde podia esperar.

Pois o abbade Faria era verdadeiramente portuguez, portuguez da India, e que por si e por seu pae teve em Portugal uma certa celebridade. Nascera em Bardez, na India portugueza, a 31 de maio de 1756, e era filho de Caetano Victorino de Faria e de sua mulher Rosa Maria de Sousa. Davam-se mal os seus paes, e Caetano Victorino, que já tinha ordens menores quando casou, não podendo aturar por mais tempo a vida que levava, resolveu fazer-se padre, e sua mulher houve por bem igualmente professar como freira do convento de Santa Monica. Caso um pouco diferente do de *Fr. Luiz de Sousa*, posto que semelhante nos resultados.

Tinha quinze annos José Custodio, quando partiu para Lisboa acompanhando seu pae, que passou depois a Roma, levando-o tambem consigo. Em Roma se ordenou e se doutorou, como dissemos, no collegio da Propaganda, defendendo as theses theologicas da existencia e unidade de Deus e da revelação divina.

Doutorado e padre, regressou a Lisboa e foi viver para a companhia de seu pae, que estava então altamente conceituado, e que o tratava como seu filho adoptivo, não porque o seu nascimento fosse illegitimo, pois que José Custodio nascêra na constancia do matrimonio, contrahido legalmente pelo pae antes de tomar ordens sacras; mas José Custodio não podia andar a explicar isso a toda a gente, e preferia fazer-se passar por um filho de um brahmane. Tambem não mentia, fallava simplesmente meia verdade. O pae era realmente da casta brahmanica, mas de familia desde muito christã.

E tão brahmane elle era no fundo e tão afferrado á sua

terra natal, que foi elle um dos que conceberam a estranha idéa, que deu origem á conspiração de 1787, que tinha por fim expulsar os portuguezes da India. Essa idéa era muito acariciada por varios indios que estavam então em Portugal.

Caetano Victorino chegou, até, a sêr confessor da rainha D. Maria I, e, no meio de todas estas grandezas, sorriu-lhe a idéa de revolucionar os filhos de Goa, assenhoreando-se dos bispados e das missões do Padroado. Alguma vez fallaremos d'este padre e d'esta conspiração Não nos afastemos porém agora do nosso assumpto, que é a personalidade romanesca do abbade Faria.

O abbade, ou padre Faria, prégou em Lisboa, e conta-se que, estando uma vez no pulpito da capella real, vacillou diante do brilhante auditorio que se preparava para o escutar. O pae estava por baixo do pulpito, e vendo-o hesitante e convulso, disse-lhe em lingua da sua terra: «Tudo isto é *vaji*» o que em portuguez quer dizer: «Tudo isto é palha.» O filho animou-se e prégou excellentemente.

Póde não ser verdadeira a anecdota, mas mostra bem como esses filhos da India, aqui estimados e tratados em Lisboa com toda a consideração, nutriam no fundo da alma um odio profundo contra os portuguezes.

Tendo-se descoberto na India a tal famosa conspiração de 1787, veio communicação para Lisboa, para serem presos os cúmplices que aqui havia, e que eram, entre outros, o padre Caetano Victorino, seu filho José Custodio, José Antonio Pinto e Joaquim Antonio Vicente. Caetano Victorino foi preso no convento dos Paulistas, seu filho e os outros fugiram para França, no intento de passarem á India, mas José Custodio ficou em França, como sabemos, e nunca mais de lá saiu.

Aqui acaba pois, no anno de 1788, a vida do padre José Custodio de Faria, prégador e theologo, e começa a vida do abbade Faria, magnetizador e physico, professor e revolucionario, sabio e extraordinario, vulto singular como tantos outros que appareceram na epoca da Revolução Franceza, e que foram refervedores para um enorme caldeiro, que de subito se accendera em França, e onde se agitavam os ingredientes mais diversos, onde os theologos indios, como o abbade Faria, se confundiam com os atheus teutonicos, taes como Anacharsis Clootz.

Epocha profundamente curiosa, e ainda não completamente estudada, porque, para bem se apreciarem os elementos que lhe constitue a indole, é preciso segui-los desde a sua origem, como nós podemos seguir o abbade Faria.

Infelizmente, José Custodio de Faria não deixou em portuguez obra alguma por onde se podesse apreciar o seu character, e tendo Cunha Rivara, na sua excellente memoria historica publicada em 1875, *A conspiração de 1787 em Goa e varias coisas d'esse tempo*, publicado varias cartas de Caetano Victorino, nenhuma publicou de José Custodio.

O sr. Genezano de Sousa, ainda parente do abbado Faria, é que dá conta, n'um artigo publicado no *Ultramar*, de 1865, de uma carta escripta por José Custodio a Antonio João de Sousa Candó em que lhe recommenda uma sua irmã adoptiva, chamada Catharina, a quem manda de presente um lindo e pequeno oratorio, um crucifixo doirado e uma campainha de trovão. Pertenceriam estes objectos ao famoso thesouro do cardeal escondido na ilha de Monte-Christo?

Alexandre Dumas foi injusto com a memoria do abbade Faria, fazendo com que elle se esquecesse, no castello de If, onde nunca esteve, da sua companheira de infancia, que deixára na India. Se Dumas tivesse estudado mais conscienciosamente o seu personagem, deveria fazer com que Edmund Dantés fosse piedosamente procurar a Bardez a Catharininha, para lhe dar uma parte dos thesouros herdados.

E, com esse simples codicillo no testamento do abbade Faria, praticava Alexandre Dumas uma boa acção, e arranjava materia para mais dez volumes, a cincoenta mil francos cada um, o que lhe não era indifferente.

II

Completemos agora estas noticias com os resultados da leitura do 12.º volume do *Diccionario Bibliographico Portuguez* (5.º do *Supplemento* e 3.º na lista dos que já são redigidos pelo sr. Brito Aranha).

O sr. Brito Aranha tem dado um desenvolvimento notavel e um notavel aperfeiçoamento á obra que se encarregou de continuar. Innocencio restringia-se demasiadamente á parte bibliographica, não seguindo n'esse ponto o exemplo de Barbosa, receioso de ampliar demasiadamente o seu livro. Se se não se tivesse abtido de communicar aos leitores um grande

numero de noticias que elle colleccionára, não lamentaríamos agora a falta da publicação das suas *Memorias de Filinto Elysio e Memorias de José Agostinho de Macedo*, e a dispersão por periodicos diversos, que nem sempre é facil colleccionar, de um grande numero de biographias interessantissimas, como são as de Candido Lusitano, Thomaz Antonio dos Santos Silva, Fr. Caetano Brandão, etc., etc.

O sr. Brito Aranha não segue esse processo e faz muito bem. Reune o maior numero possivel de dados biographicos, e substitue assim com vantagem as diatribes violentas que Innocencio intercalou nos artigos do seu *Diccionario*, que são aliás modelos de conscienciosa e infatigavel investigação.

Completava eu, portanto, a leitura do 12.^o volume do *Diccionario*, quando se me deparou exactamente na ante-penultima e na penultima pagina (412 e 413) um additamento ao artigo *José Custodio de Faria*, em que o sr. Brito Aranha dava conta ao publico de uns esclarecimentos importantes, que ácerca d'esse curioso personagem recebera da India.

Baseiando-me pois n'esses apontamentos, que o sr. Brito Aranha transcreve textualmente, vou tambem dar aos leitores uma noção mais completa da physionomia d'esse abbade, que foi um dos personagens queridos da nossa imaginação infantil, nos tempos felizes em que a phantasia de Dumas nos apaixonava e enlevava, e em que devoravamos, com o coração palpitante, a historia das extraordinarias aventuras de Edmundo Dantés, conde de Monte Christo.

O abbade Faria era o descendente de um rico brahmane, chamado Antú Sinay, que no seculo xvi se converteu ao christianismo. O pae do abbade, antes de casar com D. Rosa, recebera ordens menores. Não ha, a respeito do motivo de separação dos casados, esclarecimento algum. Sabe-se unicamente que se separaram por mutuo accordo, indo D. Rosa para o convento das Monicas, e entrando definitivamente Caetano Victorino na vida ecclesiastica.

Foi em 1771 que o padre Caetano Victorino e seu filho saíram para Portugal, e como eram muito protegidos pelo muncio, por Henrique de Mendanha, que fôra secretario do Estado da India, e pelo padre-mestre fr. João Baptista de S. Caetano, obteve Caetano Victorino ir a Roma, onde se doutorou, e obteve ainda que seu filho entrasse, como pensionista portuguez, á custa d'el-rei D. José, no Collegio da Propaganda. Concluiu José Custodio o curso em 1760, e n'esse mesmo anno defendeu theses de theologia, que versaram sobre a existencia de Deus. Essas theses dedicou-as elle á rainha D. Maria I e a seu marido D. Pedro III, desfazendo-se

em elogios latinos aos dois monarchas, chamando-lhes *püis, augustissimis, potentissimis christianae rei amplificatoribus, litterarum bonarumque artium patronis munificentissimis*, tudo no dativo e no superlativo, como é de regra em boa dedicatoria latina.

Como foi que este devoto e respeitoso sacerdote se fez depois o revolucionario que sabemos é o que se ignora completamente, e pena é realmente que não possamos seguir a evolução d'aquelle espirito, de fórma que se póde dizer que conhecemos dois abbades de Faria, cujo ponto de contacto não é facil de encontrar: o Faria das theses e da capella real e das dedicatorias latinas, e o Faria da revolução e do magnetismo, que tão boa materia prima offereceu a Alexandre Dumas para o seu heroe de romance.

Mas, digam o que disserem, cante-se embora em todos os tons o talento do padre goano, é certo que o que mais serviu para a sua immortalidade foi o ser transfigurado pelo grande romancista. O prégador, o theologo, o physico podiam ser muito apreciados pelos eruditos, mas é certo que nem Portugal se ufanava de o contar no numero dos seus sacerdotes, nem a India se gloriava de lhe ter sido berço, se um bello dia Alexandre Dumas não se lembra de metamorphosear n'um personagem de romance, completamente diverso do personagem historico, e de fazer do filho de Caetano Victorino aquelle preso legendario, que leva annos sem conto a furar as paredes do seu carcere, que revela a Edmundo-Dantés o segredo dos seus thesouros de Monte-Christo, que morre em occasião opportuna e de forma tal que o bom do marselez póde substituir-se ao cadaver, e escapar-se do castello de If, a nado.

Quando um estrangeiro fôr á India Portugueza e passar pela aldeia de Covalle, os habitantes mostrar-lhe-hão com orgulho a capella reedificada pelo sr. José Nicolau da Fonseca, e dir-lhe-hão:

- Esta capella pertencia á casa do famoso abbade Faria.
- Qual abbade Faria? o de Dumas?!
- Exactamente, o de Dumas.
- O do *Monte-Christo*?
- Tal qual; o do *Monte-Christo*.
- O que esteve preso no castello de If?
- Não; elle nunca esteve preso no castello de If.
- Então não é o de Dumas, esse, onde passou uma boa parte da sua vida e onde morreu, foi no castello de If.
- Sim, bem sabemos, são liberdades de romancista. O abbade Faria não esteve em If.
- Ah! bem! mas enfim, os senhores fallam do abbade

Faria, que tinha enterrado thesouros prodigiosos na ilha de Monte-Christo?

— Não! isso não, elle nunca teve thesouros prodigiosos, nem mesmo foi á ilha de Monte Christo.

— Mas perdão! o abbade Faria, de Dumas, é o que foi á ilha de Monte-Christo enterrar thesouros prodigiosos, cuja existencia revelou depois a Edmundo Dantés.

— Ah! pois sim, mas esse é o de Dumas, um personagem inventado por elle...

— Ora ainda bem! Este seu abbade Faria n'esse caso o que é?

— O que é?

— Sim, o que é?

— E' o filho mais illustre d'este paiz, como se lê na *Gazeta de Bardes* de 17 de junho de 1882.

— Excellentemente. Era pois n'este sitio a casa do filho mais illustre d'este paiz?

— Sim senhor, era aqui mesmo, e alli está para prova o monumento que lhe foi erigido pelo sr. José Nicolau da Fonseca, medico em Bombaim.

— Ah! um monumento! nem mais nem menos; mas o que foi que tornou illustre o seu abbade Faria?

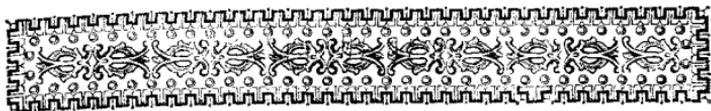
— O que o tornou illustre? essa é muito boa! Tornou-o illustre o facto de ter sido escolhido por Alexandre Dumas para heroe do seu famoso romance *Monte-Christo*.

Se o sobredito estrangeiro não desatar n'este momento á bordoadá aos indigenas, dará n'isso uma evidente prova da mais perfeita moderação e da mais completa compos-tura de animo.

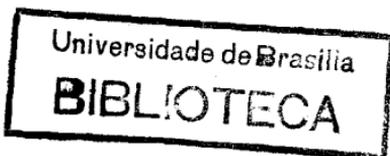
E' realmente curioso: Dumas não aproveitou do abbade Faria senão o nome e até certo ponto as suas idéas e preocupações de magnetismo. Nada ou quasi nada tem de commum o abbade Faria do romance com o padre José Custodio de Faria da realidade, e é comtudo por Alexandre Dumas ter pronunciado esse nome n'um dos seus livros mais populares que o verdadeiro Faria adquiriu a celebridade que sabemos, e foi por isso que os seus compatriotas se começaram a gloriar d'elle, e se ufanaram de que houvesse nascido em Covalle, e que a *Gazeta de Bardes* lhe chamou o mais illustre filho d'esse paiz, e que o sr. José Nicolau da Fonseca lhe vae erigir um monumento! E deve ser curioso, se no outro mundo se tem pleno conhecimento do que se passa n'este, deve ser curioso um encontro de Alexandre Dumas com o abbade Faria. «Dê-me para cá o meu nome!» exclamará talvez o pobre José Custodio, fu-rioso — Pois sim, responderá rindo largamente, com o seu

riso sonoro e satisfeito, o bom do Dumas, pegue lá o seu nome, mas então dê-me para cá a sua gloria. E ambos terão razão, porque é certo, effectivamente, que Alexandre Dumas condecorou com o nome do abbade Faria um personagem imaginario, mas é certo tambem que, se o abbade Faria consegue expulsar do mundo dos factos essa individualidade apocrypha, com ella se vae tambem a sua celebridade, e os seus compatriotas nunca mais lhe chamarão o filho mais illustre do seu paiz.





7-3702



III

O casamento da infanta D. Maria de Portugal

I

TIVEMOS ha tempo occasião de fallar aos nossos leitores (*) na curiosa narrativa de uos embaixadores flamengos, que vieram a Portugal buscar a infanta D. Maria, filha do infante D. Duarte e neta de D. João III, que ia casar com o duque de Parma, Alexandre Farnesio, o celebre general que tomou Antuerpia aos revoltosos dos Paizes-Baixos, e por mais de uma vez derrotou aquellos intrepidos Hollandezes que tinham sacudido o jugo da catholica Hespanha.

Fizemos então notar, entre outras curiosidades que n'essa narrativa se encontravam, o contraste singular que faz a narrativa realista do embaixador flamengo das festas do casamento, com a narrativa classica e pomposa feitas das mesmas festas pelo erudito Diogo Barbosa Machado nas suas *Memorias de D. Sebastião*. Emquanto o sabio chronista apura o estylo, e recorre às suas phrases mais elegantes e delicadas para dar conta do banquete offerecido aos embaixadores estrangeiros por D. Constantino de Bragança, banquete em que os cosinheiros tinham sabido «fazer os mais deliciosos manjares com o saboroso peixe do nosso formosissimo Tejo», o embaixador flamengo contava tristemente que n'esse banquete elle e outros patri-

(*) Na *Illustração Portuguesa*.

cios seus tinham apanhado uma indigestão de tal fórma que tres dias tinham estado oppressos pela mais violenta diarrhéa. O' prosa!

As noticias que démos n'esse tempo baseavam-se no *compte-rendu* de uma Revista franceza a respeito de uma memoria que apparecera na Belgica. Essa memoria temol-a agora em nosso poder, e é por tal fórma interessante que vamos aproveitall-a com largueza.

A memoria intitulada *Les Noces d'Alexandre Farnèse et de Marie de Portugal — Narration faite au cardinal de Granville par son cousin-germain Pierre Bordey, publiée avec une introduction et des notes*, foi apresentada á Academia da Belgica pelo sr. Augusto Castan, em sessão de 9 de janeiro de 1888, e publicada no tomo XII das *Memorias* d'essa mesma Academia.

Este casamento foi um facto importantissimo para a historia dos Paizes-Baixos, porque da sua celebração data a revolução das Provincias Unidas. Excitou grande descontentamento, e serviu de pretexto para se reunirem em Bruxellas os homens que andavam preparando a revolução, e que aproveitaram o pretexto das festas para se entenderem e combinarem.

Alexandre Farnesio era filho da princeza Margarida de Austria, governadora dos Paizes-Baixos. Foi educado em Hespanha, e Margarida de Austria toda se desvanecia com elle, gabando-o muito, sobretudo por elle ser perfeitamente hespanhol. Foi sobretudo por isso que elle não agradou nos Paizes Baixos. Entrou na provincia governada por sua mãe mas com maus auspicios. Vinha na companhia do conde d'Egmont, que fôra a Madrid expôr a Philippe II as queixas dos seus subditos e pedir-lhe que os fosse visitar. Voltára, trazendo apenas o principe Alexandre Farnesio. Era pouco.

Demais, sabia-se já que o principe vinha para Flandres, tendo como noiva, por deliberação de sua mãe e de seu tio Philippe II, com plena acquiescencia da familia real portugueza, a princeza Maria de Portugal. Ora parecia muito mais logico, visto que elle estava em Madrid tão perto de Lisboa, que fosse elle mesmo casar com a sua noiva, ou que partisse de Madrid, para ir buscar-lh'a, uma embaixada hespanhola. Mas Philippe II e Margarida de Austria quizeram expressamente que elle fosse para Flandres, que de Flandres partisse com grande dispendio uma esquadra com uma luzida comitiva que fosse a Lisboa receber a princeza, que o casamento se fizesse em Bruxellas, e que houvesse festas estrondosas. Ora, como estas festas custavam muito dinheiro, e quem as pagava era o contribuinte, como a esquadra tam-

bem custava bastante, e era ainda o contribuinte que pagava, os bons burguezes de Flandres não viram com bons olhos a honra que se lhes fazia, tanto mais que o esplendor das festas do casamento do principe Alexandre ia offuscar as festas muito mais nacionaes e muito mais sympathicas aos Flamengos, que se tencionava celebrar por occasião do casamento de Floris de Montmorency, barão de Montigny, com a filha do principe d'Epinoÿ.

Portanto estava longe de ser bem acolhida a idéa do casamento do principe Alexandre com a infanta portugueza. Atterravam-se todos com a idéa das despezas que bem se viu que haviam de ser grandes, pelo programma espectacular das festas premeditadas; sabia-se que estavam no palacio sessenta bordadores a trabalharem de dia e de noite; via-se o luxo com que estava sendo equipada a esquadra; sabia-se que viriam muitos portuguezes com a princeza, e por cima de tudo houvera n'esse anno escassez de colheitas e o trigo estava caro! «Ha de ser uma esposa cara, diziam uns. — E já sae cara antes de cá chegar». Não se fallava senão em tom de mofa, da princeza e do seu sequito.

«Espera-se hoje a nossa frota, dizia um correspondente do cardeal, com a esposa *et cum portugallica turba.*»

O que era porém mais curioso, e que principiava a amargar Margarida de Austria, que esperava que o dia do casamento de seu filho fosse o mais bello dia da sua vida, era que o principe tambem não se mostrava muito entusiasmado, e disse por mais de uma vez desejar que fosse para o fundo do mar a frota e o que vinha dentro. Um pouco apertado na côrte severa e austerissima de Philippe II, o rapaz queria esparecer no Norte, e não lhe sorria a idéa de se ir prender pelo casamento a uma princeza, de cuja formosura não tinha grandes informações. «Elle é homem, dizia tambem um correspondente na linguagem liberrima d'esse tempo, para apanhar uma camada de g..., e communical-o á mulher».

Para cumulo da desgraça, o duque de Parma, que veio de proposito a Bruxellas para assistir ás festas, não approvou o programma, que achou, e com razão, demasiadamente pomposo. A pobre Margarida de Austria estava completamente descorçoada.

Comtudo, apesar de todas essas contrariedades, a embaixada organisou-se do modo mais extraordinariamente pomposo. O embaixador era o conde Pedro de Mansfeldt, que ia acompanhado por sua mulher, por seu filho, e por uma comitiva de mais de cento e vinte pessoas, e Margarida de Austria ainda enviou uma delegação não menos numerosa.

Tudo isto embarcava em quatro naus e tres hiaes, partindo a esquadra de Flessinga para Lisboa no dia 12 de agosto de 1565.

A esquadra era commandada por Adolpho de Borgonha, senhor de Wachen, balio-mór de Gand e vice almirante. Acompanhava-o sua mulher, Jacqueline de Bonnières, com varias damas; a condessa de Mansfeldt, Maria de Montmorency, tambem levava umas poucas de damas, entre ellas a sua nora.

Entre os fidalgos que acompanhavam o conde de Mansfeldt contavam-se Christovão de Bassompierre, da familia a que pertenceu o famoso marechal de Bassompierre, e João de Gilley, senhor de Marnoz, parente d'aquelle Marniz que se ia tornar celeberrimo pelo papel que veio a representar na revolta dos Paizes Baixos. Este Marnoz, o barão d'Aubigny e seu parente Lens eram os tres fidalgos do principe encarregára de acompanharem mais especialmente a sua joven esposa.

Antes de partirem, tiveram um jantar que lhes foi dado pela princeza Margarida e a que assistiram homens que dentro em pouco tempo iam ter uma tragica ou uma epica celebridade: — o principe d'Orange, Guilherme o Taciturno, que ia ser o heroe da grande revolução, o seu chefe supremo, e que devia acabar a golpes de um assassino, os condes d'Egmont e de Horn, que dentro em pouco subiriam ao cadafalso, e cuja morte excitaria profundamente a indignação do povo e da nobreza e ateiaria a revolução. Quem lhes poderia revelar nas alegrias d'aquelle banquete o que os esperava dentro em pouco?

Finalmente partiu a esquadra, que ainda teve de esperar algum tempo em Midleburgo que soprasse vento favoravel. A bordo da nau almiranta ia o embaixador Mansfeldt, o commandante da esquadra Wacken, e era esse o navio destinado para a princeza; na vice-almiranta ia o nosso narrador Pedro Bordey, na 3.^a ia o filho do embaixador Carlos de Mansfeldt, e na 4.^a iam os viveres e as bagagens.

Pedro Bordey, primo co-irmão do cardeal de Granville, era um parente pobre. Fôra educado com seu primo, devera lhe muito e sempre se lhe mostrou dedicadissimo. Militára nas tropas hespanholas até 1559; depois o cardeal empregara-o como veador, na casa da princeza Margarida, e, quando o cardeal deixou de ser ministro em 1564, Pedro Bordey, sempre grato, não cessou de lhe escrever e de o informar de tudo o que se passava.

Quando se tratou da embaixada a Portugal, Bordey foi escolhido para d'ella fazer parte, juntamente com outros of-

ficiaes da casa da princeza, como Jorge de Ligne, senhor d'Estambruges, Carlos de Gavre, senhor de Frezin, Gil de Lens, barão de Aubrigny. Bordey não cessou de escrever a seu primo, e ás suas cartas devemos esta interessante narrativa.

II

Durante o tempo que os embaixadores e a sua comitiva se demoraram em Middleburgo houve grandes intrigas, porque todos estavam descontentes, e faziam de má vontade a viagem. Queriam então favores e honras especiaes, e um zangou-se porque queria ser mordomo do novo principe, outro porque lhe não pagavam tanto como desejava.

Depois, embarcando, foi peor, porque iam muito accumulados, e mal cabiam nos navios.

Foi contudo bonita a saída, porque, estando todos á espera de vento, quando saiu a esquadra dos embaixadores, saíram tambem trinta e tantos navios que estavam presos pela calmaria. Tendo saído a 12, só a 23 passaram por deante da Inglaterra, e só a 30 chegaram a Cascaes, a que Bordey chama *Casqay*, e acrescenta «que é o principio da embocadura do canal de Lisboa, e tomou o nome de uma fortaleza situada á beira-mar, por ser semelhante áquelle que lhe dá o nome, que não está distante da dita Lisboa senão seis ou sete leguas.»

Como estas phrases são um pouco enygmaticas, o sr. Castan explica-as, dizendo em nota:

«Bordey quer dizer sem duvida que o nome de *Casqay* foi dado á fortaleza por se parecer de longe com um capacete (*Casque*.)»

Esta etymologia é muito original!

«Todavia, no dia seguinte, continua Bordey, não se passou para diante de *Bellain* (Belem), a cinco leguas d'ahi e a uma legua de Lisboa. *Bellain* é uma torre ou fortaleza construida dentro do canal, em que ha soldados e capitão e um grande numero de peças de artilheria. Pelo menos ao abordarmos salvou nos com muitos tiros em signal de alegria, e as nossas naves, depois de terem fundeado, pagaram-lhe na mesma moeda com uma salva muito boa. D'essa torre de *Bellain* tomou o seu nome um mosteiro de

religiosos de S. Jeronymo, que está situado á direita da dita torre, na praia do mar, ao fundo de uma collina.

Este é deveras um dos bellos mosteiros de estructura que se podem vêr. Todo o contorno, que é muito grande, está cerrado e cercado por altas muralhas, onde ha muitos jardins, povoados de uma infinidade de laranjeiras e d'outros generos d'arvores, tendo fructos com muita abundancia. N'este mosteiro estão os moimentos e sepulchros dos reis de Portugal e dos do seu sangue. Alli se construiu e alli está fazendo a rainha uma riquissima capella para, quando estiver acabada, fazer transportar para ali todos os ossos dos defuntos reis e onde serão enterrados os que succederem depois. A esta igreja foi no sabbado pela manhã o sr. conde, com a senhora sua mulher e toda a companhia, ouvir missa e agradecer e louvar Deus Nosso Creador por nos ter trazido e conduzido a bom porto. E, tendo isso feito e tendo visitado as particularidades do convento, voltou a jantar aos navios.»

Vê-se por aqui primeiro que a formosissima torre de Belem não impressionou muito Bordey, que tanto admira comtudo o magnifico convento. Apenas observa que a torre tinha soldados, artilheria, e capitão, faltando lhe o gazometro, que hoje a embelleza.

Parece que o costume das salvas era no seculo XVI differente do actual. Foi a torre que salvou primeiro, e depois de fundearem é que os navios responderam.

•Aqui, continua Pedro Bordey, é necessario que vossa senhoria saiba que no dia em que ancorámos, o conde despachou Fabio Lambo commissario geral e um gentil-homem da sua casa um Hespanhol chamado Verdugo a Lisboa, para avisar o rei, a rainha e o illustrissimo *senor el Cardinal* da nossa chegada a Bellain, que era na sexta feira. Enviaram uma galeota (porque o rei tem de ordinario dez no seu porto de Lisboa, e eu vi-as) com alguns gentis-homens para se congratularem com o conde pela nossa chegada; os quaes, tendo parlamentado com elle, e depois de terem girado em torno das nossas naves, que dispararam alguns tiros de artilheria de prôa, se foram embora, mas não sem que as nossas naves os saudassem com uma magnifica salva dos canhões. Approximava-se a noite quando elles se retiraram. E então tomou se a determinação de se não sair de Bellain até domingo depois de jantar. O que foi causa de que o embaixador do nosso rei viesse no sabbado á *Almiranta*, e logo depois o senhor D. Constantino e D. Fulgencio, seu irmão, homem de igreja, ambos filhos do fallecido Duque de Bergance e irmãos da infanta D. Elisabeth, mãe da nossa

princeza, mas filha de outra mãe que o duque seu pae desposou em segundas nupcias; e era esta senhora da casa de Mendonça. E o sobrinho d'estes dois aqui é o duque de Bergance de hoje, que, tendo sido recusado pela nossa princeza, casou com sua irmã. Com elles tambem vieram muitos outros gentis-homens, e se acabou este dia só em visitas. E entãa todos os gentis homens da armada estavam na *Almiranta*.

Expliquemos agora este paragrapho. Este Fabio Lembo, que o conde de Mansfeldt enviou a Lisboa, era um velho servidor napolitano, muito dedicado a Margarida de Austria, Verdugo, cujo nome completo era Francisco Verdugo; casou depois com uma filha natural d'este mesmo conde de Mansfeldt, e foi um dos logares-tenentes de Alexandre Farnesio, com quem ia casar a infanta portugueza.

O rei de Portugal era D. Sebastião, creança então de 11 annos; a rainha era D. Catharina, avó do soberano infantil, e viuva de D. João III. Fôra regente, mas virá-se obrigada a ceder o governo a seu cunhado D. Henrique, depois rei, e cardeal, *el Señor cardinal*, como diz Bordey.

O *embaixador do nosso rei*, quer dizer, o embaixador de Philippe II de Hespanha, era um Ardinghellus, como lhe chamavam os chronistas latinos do tempo, que viera a Lisboa encarregado de negociar o casamento de Alexandre Farnesio. O fallecido duque de *Bergance* escusamos de dizer que é o duque de *Bragança*; acrescentaremos apenas que era o famoso duque de Bragança, D. Jayme. Bordey sabia que elle casára em segundas nupcias com uma senhora da casa de Mendoza, mas parece ignorar o modo tragico como esta infeliz senhora morrera executada por ordem de seu marido. Se o sabia, éra natural que não deixasse de o dizer ao cardeal de Granvelle em carta intima como estas eram; mas é bem natural que em Lisboa se abstivessem de lh'o contar.

Este D. Constantino é o famoso D. Constantino de Bragança, que foi vice-rei da India, assim como D. Fulgencio era effectivamente ecclesiastico, tanto que tinha o rico priorado de Guimarães. D. Elisabeth é D. Isabel de Bragança, viuva do infante D. Duarte, e mãe tanto da infancia D. Maria, que ia casar com Alexandre Farnesio, como da infanta D. Catharina, que já casára com o duque D. João de Bragança, regeitado, segundo diz Bordey, pela infanta D. Maria. Foi esse D. João o pretendente à corôa portugueza, e foi D. Catharina quem tanto e tão energicamente trabalhou para fazer vingar as suas pretensões.

Notemos, finalmente, que ainda se estava em 1565 no

auge da nossa prosperidade maritima, de que dão mostra as dez galeotas reaes que Bordey viu com os seus olhos no Tejo.

«Em quanto estas coisas se faziam, continua Bordey, o illustrissimo cardeal, sendo bem avisado que senhor era o conde e qual era a sua comitiva e companhia, como governador do joven rei seu sobrinho, e assim do reino, querendo que as coisas succedessem e terminassem com toda a honra, convocou e fez reunir os mais principaes e ricos moradores da cidade, e ordenou-lhes e pediu-lhes que recebessem nas suas casas aquelles que lhes fossem dados por bilhetes, e que lhes déssem o melhor tratamento que podessem, já nos seus alojamentos, já fornecendo-os de cavallos para andarem pela cidade; ordenou mais e mandou publicar um edito que ninguem, com pena de forza, começasse nem tivesse desordem com os da armada, mas os recebesse e tratasse com elles com todo o respeito e amizade, como é certo que fizeram todo o tempo que ali estivemos. E, por este meio, ficou isento Sua Alteza de grandes despezas, porque havia intuito de ter meza magnifica.»

Devia ser terrivel para Lisboa este aboletamento, com que Margarida de Austria não contava, e que lhe poupou grandes despezas, o que não impediu os Flamengos, apesar de confessarem que foram muito bem tratados, de dizer mal dos que excellentemente os hospedaram.

II

Foi no domingo, 2 de setembro, depois de jantar, segundo conta Bordey que o navio almirante seguiu para Lisboa, mas não partiu, emquanto não vieram a bordo os fidalgos portuguezes que já lá tinham estado e outros muitos, indo com elles o proprio irmão da futura duqueza de Parma, D. Duarte, «que era, diz ainda Bordey, um bello joven principe e de bella estatura.» Morreu pouco depois este principe, que, se tivesse vivido, bastantes desgraças teria pou-

pado a Portugal, porque seria o natural herdeiro de D. Sebastião.

O navio almirante passou entre as salvas dos navios portuguezes que eram numerosos, e estrondosas foram as salvas tambem, «mas não era nada, diz Pedro Bordey com o seu orgulho flamengo, em comparação das que atiraram as nossas quando fundearam diante do palacio do rei».

Proximo ao caes estavam escaleres forrados de sedas de diversas côres, para transportarem para terra os Flamengos.

A multidão que veiu ao espectaculo, era enorme, e diz Pedro Bordey que nunca vira tanta gente reunida; mas não se espanta muito com isso, porque todos os espectadores acharia poucos para verem o bello espectaculo que esses estrangeiros estavam dando ao povo portuguez. «Para dizer a verdade, observa elle, faziamos bonita vista, porque todos os fidalgos iam vestidos de marinheiros, uns de seda e outros de escarlata, e todos em geral com os seus fatos enriquecidos de ouro e de prata. Mas as damas tinham-se enfeitado com os seus trajos e os seus vestuarios mais ricos, e todos eram opulentissimos, porque Sua Alteza dera ás suas os fatos que tinham sido feitos para Francfort, e outros ainda mais ricos.»

Explica o sr. Castan que esta referencia a Francfort deve ser ás festas que em Francfort se tinham realisado a 30 de novembro de 1562, quando Maximiliano de Austria foi coroado rei dos Romanos. Parecia inculcar que as damas levavam fatos em segunda mão, e a idéa de irem os fidalgos vestidos de marinheiros não nos parece extremamente magestosa.

O paço da Ribeira não agradou a Pedro Bordey, que diz «que é o mais mal construido que eu tenho visto, e indigno do logar que occupa, que é o mais bello e o mais grandioso, e o que tem a mais bonita vista que se pôde imaginar».

Lá n'isso acreditamos nós, porque os nossos soberanos tiveram sempre a habilidade de arranjar as casas de habitação mais detestaveis que se pôde imaginar.

O pequeno rei estava n'uma galeria completamente aberta para o lado do mar, tendo á sua direita a rainha sua avó, D. Catharina, e á esquerda seu tio-avó D. Henrique; ao lado direito da rainha estava a infanta D. Maria, a *sabia* e *illustradissima* princeza filha d'El-rei D. Manuel, e ao pé d'ella D. Izabel de Bragança, viuva de D. Duarte e mãe da noiva, e esta tambem. O narrador não diz nem palavra a respeito das princezas, nem do rei; está todo enlevado na

vista que faziam elle e os seus companheiros. «Não duvido, diz elle, de que toda a assembléa grandemente se maravilhasse quando viram entrar esta grande companhia que marchava diante do conde.» E' extraordinario; chegamos a persuadir-nos de que estes fidalgos flamengos levavam cada um d'elles um espelho na mão.

O rei abraçou o conde de Mansfeldt, e não consentiu que elle lhe beijasse a mão. O conde então fez-lhe um discurso, outro á rainha, outro ao cardeal, outro a cada uma das infantas, sendo mais longo, diz Bordey, o que fez á princeza Izabel e á noiva. Depois, a condessa tambem fez discurso, e discursos foram feitos por todas as damas e por todos os fidalgos. Que estopada! Duraram uma hora, diz Bordey, os cumprimentos. Pobre reininho D. Sebastião! Não lhe bastou ter morrido aos vinte e quatro annos em Alcacer-Kibir! Contando apenas onze annos, apanhou uma massada d'estas!

Retiraram-se então. O conde foi hospedado no Paço, todas as senhoras nos aposentos da rainha Izabel, e os outros em casa dos que lhes davam boleteo, e que eram hospitaes de devéras, porque estavam á porta do paço á espera dos seus hospedes, com cavallos de Hespanha para elles montarem.

«Emquanto a mim, continua Bordey, fui hospedado em casa do senhor Venture de Foias, para quem o senhor Curiel me deu cartas de recommendação muito favoraveis e uma letra de cambio de cem escudos. Não posso senão dizer muito bem d'elle, porque me fez um excellente acolhimento e encheu-me de favores, e tratou-me como um rei; supplico a Vossa Illustrissima Senhoria que, se escrever ao dito sr. Curiel, lhe diga uma palavra a este respeito, porque não ignoro que o dito Curiel me não arranjou isto senão em attenção a Vossa Senhoria Illustrissima, porque eu não era merecedor de tanto, e elle não procedeu assim senão para fazer humilde serviço a Vossa Senhoria e dar gosto aos que lhe pertencem.»

O nome verdadeiro d'este *Venture de Foias* deve ser provavelmente *Ventura de Foyos*. Curiel sabemos quem era; era um hespanhol residente em Antuerpia, chamado Jeronymo de Curiel, que tinha grandes relações commerciaes com a Peninsula, tanto que, segundo diz Poulllet n'uma nota á *correspondencia de Granvelle*, era elle sempre o encarregado de mandar para Hespanha as pinturas, armaduras e tapeçarias que o rei e os fidalgos desejavam.

Ora, se Curiel recommendou um parente e favorito do cardeal de Granvelle a este *Ventura de Foyos*, e sobre este

mesmo Ventura é que sacou a sua letra de cem escudos, é signal certo de que era o homem algum dos mais abastados negociantes de Lisboa. Infelizmente em Portugal nunca se tem feito as numerosas investigações que se fazem na Belgica, e não podemos dar a respeito de coisas portuguezas as notas que o sr. Castan dá ácerca de coisas flamengas.

Note-se, porém, e isto é curioso: Ventura de Foyos obsequiou tanto o seu hospede, que este não poude deixar de se desfazer em agradecimentos; os outros não foram de certo menos obsequiados pelos seus hospedeiros, que levaram a delicadeza a ponto de irem elles mesmos buscar ao Paço os seus aboletados, levando de redea cavallos magnificos. O povo de Lisboa, como tambem Pedro Bordey confessa, tratou com a maior cortezia e até com respeito os estrangeiros. Agora oiçam:

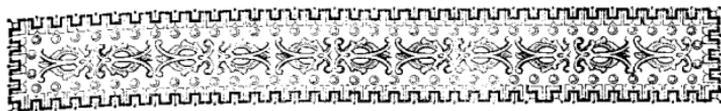
Diz Pedro Bordey que o conde instava muito com a princeza para que ella apressasse a sua partida, porque iam ter tempo contrario. Pediu-lhe que lhe desse uma lista das pessoas que desejava levar consigo, e ficou aterrado quando viu que o numero de Portuguezes que iam para Flandres ia exceder em dois terços aquelles com que contava. «De modo, diz Pedro Bordey, que isto causou grande mudança nos navios da armada, porque passavam de cento e trinta pessoas, *das quaes, tirando dez ou doze, e trinta e tres mulheres que ella leva consigo, o resto é tudo canalha, mas basofiando sempre de serem tão fidalgos como El-rei.*»

Ora ahi está como estes amaveis estrangeiros pagavam a hospitalidade que recebiam! Encheram-n'os de obsequios, tratava-os o povo com a maxima deferencia, e elles diziam mal de tudo, não fallavam senão da sua propria magnificencia e da boa vista que faziam, achavam até que as salvas dos seus navios deixavam a perder de vista as salvas dos navios portuguezes, e chamavam *canalha* ao sequito portuguez que a sua nobre princeza ia levar para Flandres! Até Bordey declarou que tinham sido todos roubados em Lisboa!

«Nem festas, nem torneios, diz elle, nem outros divertimentos houve durante o tempo todo que aqui estivemos, mas sim bastantes torneios de unha na palma da mão: furtaram á sr.^a Orante, de cima da meza do seu quarto, um anel de quatrocentos a quinhentos escudos; muitas bolsas foram roubadas, entre as quaes quiz a minha desgraça que a minha entrasse, e estava tão perto da princeza e da infanta e da noiva, que lhes podia quasi pôr a mão. E a minha perda foi de mais de trezentas libras, entrando todo o dinheiro que eu

tinha, que subia a mais de 130 escudos e um anel de diamantes. Não fui eu só; a Venderce roubaram tambem 130 escudos, e a outros muitos que Vossa Senhoria Illustrissima não conhece. Todavia, os presentes foram muitos, mas só ao conde e ás damas, que em tudo valem mais de doze mil ducados: a maior parte pedrarias e correntes; mas entre outras coisas, o rei deu ao conde um frasco de oiro de grande estiração, pelas pedrarias que o enriqueciam.»





IV

Vasco da Gama e as Investigações do sr. Teixeira de Aragão

I

O illustre academico, o sr. Teixeira de Aragão, publicou ha annos um livro, intitulado *Vasco da Gama e a Vidigueira*, em que se revela mais uma vez o seu genio investigador, e o acerto com que sabe dirigir essas investigações. Vamos, segundo o nosso costume, apurar n'esse excellento estudo o que se possa accrescentar ao dominio da nossa historia já conhecida. Que horisontes novos nos abrem algumas das investigações do sr. Teixeira de Aragão! E como vemos mais uma vez a cada instante n'esse bellissimo livro as lacunas immensas que ha na nossa historia, e o como ella ficaria, não diremos transformada, porque as linhas-geraes não se alteravam, mas esclarecida e comprehensivel em muitos pontos obscuros, rectificada n'outros! Era necessario para isso que se multiplicassem os homens como o sr. Teixeira de Aragão, que os nossos archivos fossem revolvidos por esquadrinhadores da sua tempera e do seu criterio, e que viessem a lume os documentos que podem esclarecer uma epoca.

A respeito de Vasco da Gama e das suas relações com El-Rei D. Manuel, dos motivos que levaram o governo a conservar affastado da India o grande almirante dos seus mares, reina ainda na nossa historia a mais completa obscuridade. E' facil dizer que foi essa mais uma prova da in-

gratidão de D. Manuel; mas isso são palavras vagas. El-Rei D. Manuel era effectivamente um egoista profundo, como foi Luiz XIV em França, mas, como Luiz XIV, sabia conhecer os homens e aproveitar-lhes as aptidões. Não os deitava fóra senão quando lhe não serviam já, e Vasco da Gama foi posto de parte quando estava ainda no vigor da intelligencia e no vigor da vida. Além d'isso não se pôde tambem dizer que Vasco da Gama não tivesse obtido largas recompensas.

Effectivamente, logo depois do descobrimento, concedeu-lhe D. Manuel o titulo de *Dom*, não só para elle, mas para todos os seus irmãos e descendentes. Deu-lhe o senhorio da villa de Sines, e, enquanto não tomasse posse d'elle, mandou-lhe dar uma tença de mil cruzados de oiro pagos pelos rendimentos da casa da Mina.

Deu-lhe mais 300\$000 reaes de renda annual, pagos pela decima nova de Sines e de Villa Nova de Mil Fontes, pelas sisas de Sines e de S. Thiago de Cacem e pela renda do Paço da Madeira, o titulo de almirante do mar das Indias com honras e redditos eguaes aos que tinha o almirante do reino, e o direito de levar e trazer nas naus da India duzentos cruzados de mercadorias, pagando só a vintena á ordem de Christo.

Deu-lhe mais um padrão de juro de 400\$000 reaes pago pelo rendimento da sisa do sal de Lisboa.

Deu-lhe mais o privilegio da coutada em Niza, fixou em 60\$000 reaes por anno o seu ordenado de almirante do mar das Indias, isentou-o de toda e qualquer contribuição, fez-lhe doação da Vidigueira e de Villa de Frades.

Foi-lhe dado ainda mais um padrão de juro de 200\$000 reaes pagos pelas sisas de Niza.

D. João III ainda ampliou todas estas mercês.

Não se pôde dizer pois que Vasco da Gama tivesse sido esquecido pela munificencia regia. E' certo porém que, apesar de tudo, Vasco da Gama não parece ter estado muito nas boas graças d'El Rei D. Manuel nos dezenove annos ultimos do seu reinado.

Como saber o que se passou? Impossivel completamente, sem se revolver com todo o cuidado o masso enorme de documentos que estão ainda por explorar nos nossos archivos nacionaes.

Muito melhor nos elucidariam a esse respeito as memorias dos contemporaneos, mas nunca esse genero foi infelizmente cultivado em Portugal, e falta-nos por conseguinte um dos elementos mais importantes para a historia da vida intima do nosso paiz.

Mas vejâmos emfim qual é o documento importante que o sr. Teixeira de Aragão trouxe a lume.

Dissemos atraz que El-Rei D. Manuel fizera a Vasco da Gama doação do senhorio de Sines, mandando-lhe dar desde logo um padrão de juro de mil cruzados de oiro, emquanto não tomasse posse do seu senhorio. Tem este documento a data de 22 de fevereiro de 1501.

Sines era a terra de Vasco da Gama. Parece que elle nasceu n'esta villa n'uma casa que fica no caminho da egreja de Nossa Senhora das Salas, defronte de uma horta que então se chamava da Barroca, e que tomou depois o nome de *D. Vasco*. Diz o sr. Teixeira de Aragão que essa casa está hoje reduzida a um triste pardieiro, mas que em 1847 ainda existia a porta em ogiva. Esse mesmo pardieiro subsistirá ainda? Quem sabe? (1)

A França conserva preciosamente em Saint-Malo a casa onde nasceu Duguay-Trouin, onde veio á luz do mundo um homem, que foi apenas um intrepido corsario. Nós nem sabemos em que estado se encontra a casa onde nasceu Vasco da Gama!

Teve sempre Vasco da Gama grande amor á sua terra natal, e conta-se que a mandava salvar com a artilheria dos seus navios quando passava no mar por defronte d'ella.

Mas porque é que não podia Vasco da Gama tomar posse desde logo do seu senhorio, e recebia por isso uma indemnisação? Provavelmente, — é nossa esta conjectura — por Sines pertencer ao mestrado de S. Thiago, em que estava então investido D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, e filho natural d'El-Rei D. João II.

Apezar da doação d'El-Rei, D. Jorge impunha, ao que parece, o seu veto, e ou exigia sommas avultadas para desistir do seu direito, ou não queria mesmo por caso algum desistir d'elle.

Confirma-nos n'esta supposição o vemos que, apezar d'El-Rei D. Manuel, a 17 de dezembro de 1519, ter dado a Vasco da Gama o senhorio da Vidigueira, o duque de Bragança, que era senhor d'esta villa, foi quem o trespassou a Vasco da Gama a troco de um padrão de juro de reaes 300\$000, e 4:000 cruzados em dinheiro, lavrando-se escriptura a 7 de novembro de 1519. Essa escriptura é que foi confirmada por doação de D. Manuel.

Não está má doação!

(1) A horta de *D. Vasco* ou horta do almirante pertence hoje ao sr. conde de Bracial, tio da sr.^a viscondessa de Benalcánfôr.

Estaria sujeita ás mesmas condições a doação do senhorio de Sines, e não poderia tornar se effectiva sem prévio consentimento do duque de Coimbra, mestre de S. Thiago, consentimento que elle não quiz dar, ou que só quiz dar a troco de avultado pagamento?

Teria com a violencia do seu character Vasco da Gama resolvido passar adiante, e iria metter-se em Sines, onde mandou construir grandes casas, e edificar a ermida de S. Gonçalo e de Nossa Senhora das Salas?

Indignar-se-hia o duque de Coimbra, e protestaria perante El-Rei, que lhe daria razão?

Tudo isto são conjecturas, que parecem confirmadas por este documento que pôz termo á pendencia, mas que devia melindrar cruelmente o irascivel explorador:

«Alvará d'El Rei D. Manuel, em que manda ao almirante D. Vasco da Gama *que não entre em Sines sob pena de 500 cruzados de multa*, e mais sob a dita pena não faça mais obras nas suas casas.

In nomine Domini, amen. Saibam todos quantos este instrumento dado em publica fórma por mandado e authoridade de justiça virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1507, aos 26 dias do mez de Junho, em a villa de S. Thiago de Cæcem, na casa da fazenda do mestre de S. Thiago e de Aviz, duque de Coimbra, etc., estando ahí o licenciado Francisco Barradas, cavalleiro da ordem de S. Thiago, commendador de Mongelas, chancellor da casa do dito senhor e desembargador d'ella, logo por João da Gama, fidalgo da casa do dito senhor que tem cargo de veador da dita fazenda, foi apresentado ao dito licenciado um alvará assignado por El-Rei nosso senhor, de que o theor é:

«Nós, El Rei fazemos saber a vós D. Vasco da Gama, almirante das Indias e do nosso conselho, que nós havemos por bem e nosso serviço, por alguns respeitoes que nos a isso movem, que da feitura d'este alvará a trinta dias primeiros seguintes *tircis vossa mulher e toda a vossa casa da villa de Sines*, onde ora a tendes;

«E vós nem a vossa dita mulher e casa *não podereis mais tornar nem entrar na dita villa nem em seu termo*, salvo por licença do mestre meu muito amado e prezado sobrinho;

«E entrando cada um de vós sem sua licença com vossa casa ou sem ella, havemos por bem que pagueis quinhentos cruzados de pena para os captivos;

«E além d'isso ficará a nós vos darmos por isso o castigo

que merecem aquelles que não cumprem os mandados do seu rei e senhor;

«Porém vol-o notificamos assim por este presente alvará, o qual vos mandamos que em tudo cumprais e guardeis como n'elle é contido sob as ditas penas, porque assim o havemos por bem, e da publicação d'elle mandamos que se faça auto por quem vol-o notificar para sempre se saber como assim vos foi notificado. Feito em Thomar aos 21 dias do mez de março de 1507.— Antonio Carneiro o fez.

«E assim mesmo vos mandamos que na obra das casas que na dita villa de Sines mandaveis fazer não façaes mais obra alguma, e sobresejaes (sobreestejaes) n'isso sem mais obrardes nem mandardes obrar em maneira alguma, porque assim o havemos por bem, sob a dita pena em que incorrereis se assim o não cumprirdes.»

«E apresentado o dito alvará, pelo dito João da Gama, como dito é, logo por elle foi dito ao dito licenciado que porquanto o dito alvará era havido em favor e liberdade da ordem de S. Thiago lhe pedia que interpozesse e dêsse sua authoridade ordinaria a mim, notario publico geral, para o trasladar em este tombo da dita ordem. E visto pelo dito licenciado o dizer do dito João da Gama e bem assim o dito alvará, e, como era assignado por Sua Alteza, limpo, sem nenhuma borradura, nem entre-linha, nem alguma parte carecido, mandou a mim, sobredito notario, que o trasladasse aqui e que para isso dava e interpunha todo o seu poder e authoridade ordinaria, e o affirmasse no meu publico signal. Testemunhas que presentes estavam — Gastão Dias, moço da dita fazenda, e Pero Coelho, creado do dito João da Gama, e eu Diogo Coelho escudeiro da casa do dito senhor mestre e escrivão dos seus coutos n'ella, e notario publico geral em os mestrados de S. Thiago e de Aviz por sua senhoria, que o dito alvará aqui trasladei e meu publico signal fiz que tal é. *Logar do signal publico.*»

Ahi fica o documento em toda a sua eloquencia, e no proximo capitulo o commentaremos. O descobridor da India expulso da terra onde nascera, e cujo senhorio lhe fôra dado por *El-Rei*, com prohibição expressa de alli voltar— a Sines ou ao seu termo — sob pena de multa de 500 cruzados e de castigos mais asperos ainda! E' extraordinario, não é?

II

Vimos o estranho documento. O que prova elle?

Vejamos se algumas conclusões podemos derivar da sua leitura.

Confesso que tive um certo prazer quando o li. Confir-mou-me todas as opiniões que eu aventurára na minha *Historia de Portugal*. Quando procurei definir o caracter de D. Manuel, assemelhei o a Luiz XIV. Se o rei-sol tivesse morrido logo depois da paz de Ryswick, a seme-lhança seria mais completa ainda. Se D. Manuel tivesse rei-nado perto de sessenta annos como Luiz XIV, não teria de certo sido chamado o Venturoso. A decadencia do nosso dominio oriental viria muito mais rapida do que veio.

D. João III, por esta natural tendencia dos governos no- vos a irem procurar aquelles que fizeram opposição aos antigos, foi buscar Vasco da Gama, e mandou-o para a India. Bastou a reaparição no Oriente d'aquelle homem de fortissima tempera, para levantar immediatamente o ni- vel dos espiritos. D. Manuel, depois de nomear D. Fran- cisco de Almeida e Affonso d'Albuquerque, fizera as no- meações mediocres de Lopo Soares de Albergaria e de Diogo Lopes Sequeira e a nomeação detestavel de D. Duarte de Menezes.

Porque era isto? Porque D. Manuel, da mesma fórma que Luiz XIV, queria cortezãos e não fidalgos de animo independente. Diante da sua vontade despotica deviam do- brar-se todos, e os que não se prestavam a esperar nas ante-camaras do Paço a sua boa vontade e a mendigar os seus serviços, não eram bem vistos pelo despotico monar- cha.

Foi por isso que Duarte Pacheco, o heroe do Oriente, foi posto de parte, foi por isso que D. Francisco de Al- meida e Affonso de Albuquerque tanto tiveram de padecer com o seu desagrado, foi por isso que Fernão de Maga- lhães, irritado, foi levar a Hespanha o seu genio e a sua gloria, foi por isso que Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral se immergiram na obscuridade depois de terem il- luminado com os maximos esplendores a aurora do ven- turoso reinado.

D. Manuel começára por aproveitar os genios que encontrára para as grandes emprezas, como Luiz XIV aproveitára tambem Turenne e Condé. Mas enchera-se de vaidade da sua omnipotencia; começára a persuadir-se, como o filho de Anna de Austria, de que d'elle emanava toda a força, todo o prestigio e todo o genio. Teve a superstição do sangue real. Por isso mandou á Africa o duque de Bragança. Entendeu que podia fazer generaes de ante-camara e substituir os velhos guerreiros da Africa e das Indias pelos gentis-homens da sua côrte. Foi isso o que o levou a mandar á India o marechal D. Fernando Coutinho, cujo valor imprudente e mal dirigido occasionou o desastre de Calicut.

Acima de tudo os principes, acima de tudo os cortezãos. Não era natural que elle tivesse um grande amor por D. Jorge de Lencastre, o filho natural de D. João II, que estivera quasi a preterir-o no throno; mas nas veias do bastardo corria sangue real e isso bastava para que D. Manuel entendesse que diante da sua pessoa se devia inclinar o genio, a gloria, a heroicidade, que Vasco da Gama devia reconhecer que os seus feitos, os seus serviços, não valiam tanto como as gotas de sangue real, que em horas de delirante prazer el-rei D. João II transfundira para as veias do filho de D. Anna de Mendonça. Quando o conflicto se deu entre o heroe dos mares das Indias e a inutil vergontea do ramo de Aviz que disfructava em santa paz as fartas rendas dos mestrados, D. Manuel não hesitou, deu razão e deu força a D. Jorge de Lencastre.

E o mestre triumphante fez archivar no tombo da sua casa esse vergonhoso documento pelo qual el-rei D. Manuel expulsava da sua propria terra, da terra do seu nascimento, o glorioso Vasco da Gama.

E Vasco da Gama obedeceu. E' que o poder real estava deveras solidamente estabelecido, e depois de D. João II já se não brincava com as ordens régias; saiu de Sines, e foi viver para Evora. Parece que habitou n'umas casas que ainda hoje existem, mas completamente arruinadas. Parece que mandou pintar na frontaria d'essas casas frescos allusivos ás suas viagens descobridoras. A tradição conserva-se no nome da rua em que estavam, que era o da *Rua das Casas Pintadas*.

O talentoso archeologo Augusto Filippe Simões, que morreu tão desgraçadamente ha poucos annos, em resultado de suicidio, pediu á camara que mudasse o nome da rua das *Casas Pintadas* para rua de Vasco da Gama. Em carta que escreveu em 1871 ao sr. Teixeira de Arsgão,

affirmou tambem que «ainda aqui existem pessoas que se recordam de ter visto por cima da porta das casas chamadas de D. Vasco da Gama, pintados e dourados, uns indios, entre arvores e objectos orientaes, que se diziam allusivos ao descobrimento da India.»

Como se vê, porém, Vasco da Gama fugia da côrte. Não lhe fazia falta a régia presença, e D. Manuel, costumado a ouvir dizer que o seu sorriso enchia de jubilo o coração de todos os seus subditos, não lhe perdoava o desapego.

Na nossa *Historia de Portugal* diziamos a respeito de D. Manuel :

«Tem este nosso monarcha numerosos pontos de contacto com Luiz XIV.

«A um e a outro dêram os chronistas lisongeiros o epitheto de Grande; um e outro bem pouco o mereceram; mas a nenhum se pôde negar a perspicacia natural com que sabiam rodeiar-se de homens notaveis que os illuminavam com os reflexos do seu genio.

«Ambos souberam impressionar a posteridade com a magnificencia dos monumentos que lhe legaram, com os cantos laudatorios dos poetas, dos escriptores que sempre favoreceram e que lhes pagaram com a immortalidade a protecção illustrada. Se Luiz XIV teve Colbert, Louvois e outros ministros notaveis a cujas sabias medidas deveu a França o esplendor cuja gloria a Luiz XIV se attribue, a gloria de D. Manuel tambem principalmente se deve attribuir aos grandes homens que lhe governavam a India, e talvez não pouco ao modesto ministro que viveu sempre junto d'elle na sombra, mas cujos talentos administrativos são incontestaveis, a Antonio Carneiro...

«D. Manuel, para ser em tudo feliz, morreu deixando no mundo ainda Antonio Carneiro, e com elle o segredo da sua administração e da sua politica, nunca de vistas largas, como já dissemos, mas sempre habil e prudente. Luiz XIV, para desgraça da sua gloria sobreviveu a Colbert, e os desastres financeiros, a rapida decadencia da França, a miseria a que chegou, revelaram ao mundo que o genio que elle admirava não estava na cabeça do rei mas sim na do ministro. Quem sabe que revelações d'esse genero não teriamos tambem, se Antonio Carneiro precedesse no tumulto el-rei D. Manuel ?

«Em todo o caso, ainda que uma parte da gloria se deva attribuir a Antonio Carneiro, fica a D. Manuel a de ter sabido comprehender o seu ministro, e de se curvar com docilidade ás suas boas inspirações...

«Uma grande nodoa, a expulsão dos Judeus e dos Mou-

ros, manchou o reinado de D. Manuel, como a revogação do edito de Nantes estampou indelevel macula no reinado de Luiz XIV.»

Não é difficil encontrar maior numero de pontos de contacto, porque não ha duvida effectivamente que os dois caracteres são extremamente semelhantes. E' que um e outro subiram ao throno no momento propicio para serem a incarnação mais completa do despotismo monarchico. D. Manuel seguia se a D. João II, que derrubára com o seu braço potente as cabeças que ousavam manter-se erectas e altivas diante do throno; Luiz XIV entrára no poder depois de Richelieu ter quebrado tambem a altivez dos *grands seigneurs* que se julgavam inviolaveis e omnipotentes. Um e outro, por conseguinte, não admittiam já que houvesse alguém que ousasse mostrar diante do throno não velleidades de rebellião que eram já impossiveis, mas inflexibilidade de espinha dorsal. Sabiam, não ha duvida, descobrir os homens de merecimento, mas, se estes não sabiam ao mesmo tempo ser cortezãos flexiveis, eram postos de parte, deixados no esquecimento, maltratados, ou compellidos a abandonar o seu paiz e a ir servir no estrangeiro. Villars, que na era das catastrophes salvou a França em Denain, esteve por muito tempo, apesar dos seus talentos militares e da falta que elles faziam n'essas campanhas da guerra da successão em que as derrotas se seguiam ininterruptamente, affastado do commando. Vasco da Gama, que salvou a India em 1524, porque estava ainda muito verde o dominio portuguez para que não desse fúnesto resultado a corrupção descarada do governo de D. Duarte de Menezes, só foi chamado ao governo da India por D. João III.

O principe Eugenio de Saboya, cujo talento militar foi depois tão funesto á França, quando principiou a dirigir os exercitos allemães, foi obrigado a deixar o serviço de Luiz XIV porque este o tratou com supremo desdem, da mesma fórma que Fernão de Magalhães foi levado a ir illuminar a Hespanha com a gloria da primeira viagem de circum-navegação pelos desdens de D. Manuel.

Alexandre Dumas cujo enorme talento illumina ás vezes as epochas historicas que trata nos seus romances com o clarão do seu genio verdadeiramente adivinhador, pinta admiravelmente esta feição de Luiz XIV quando descreve a scena que Athos — o conde de la Fère — com elle teve por causa do visconde de Bragelonne. Athos é o velho fidalgo inflexivel que Luiz XIV não tolera, apesar de lhe reconhecer as altas qualidades. Pois Vasco da Gama era

um pouco para D. Manuel o que o Athos do romance era para Luiz XIV.

III

Não vamos agora, é claro, acompanhar o sr. Teixeira de Aragão no seu excellento estudo ácerca da vida de Vasco da Gama e limitar nos-hemos a prestar homenagem á finura do seu criterio, á erudição que manifesta. Não insistiremos sequer no debate ácerca da data verdadeira da chegada de Vasco da Gama a Lisboa, debate já antigo, em que entrou Mendes Leal, e que não renovaremos aqui. Trate-mos apenas de pôr em relevo as novidades mais importantes que encontrámos n'este excellento estudo.

A primeira foi a publicação do curioso documento pelo qual se mostra que D. Manuel expulsou de Sines o grande descobridor da India, a segunda é a que vem declarada no capitulo intitulado *Veritas super omnia*.

Esta chama tanto mais a nossa attenção, quanto vem rectificar uma asserção feita por nós, ha annos, na *Illustração Portugueza*, quando alli narrámos a trasladação dos ossos de Vasco da Gama. Segundo parece, esses famosos ossos, esse craneo, que nós dissemos que tinham todas as probabilidades de ser authenticos, não eram de Vasco da Gama!! O craneo que dorme no pantheon de Belem, o craneo que tivemos na mão e que nos inspirou tão philosophicas reflexões, é o craneo de um dos seus insignificantes descendentes, é um craneo que, longe de ter abrigado um cerebro illustre, encerrou apenas mesquinhas vaidades e futeis pensamentos. E, enquanto se prestavam todas as honras ao supposto craneo de Vasco da Gama, o esqueleto inteiro e completo do grande descobridor continuava a dormir intacto no seu tumulo da Vidigueira, intacto, e esquecido durante seculos, porque nunca diante do seu tumulo se curvou com veneração um só dos raros visitantes que no decorrer dos tempos foram procurar á igreja das Reliquias o sepulchro do almirante.

Effectivamente, para empregarmos um proloquio vulgar, podemos dizer que n'uma parte se põe o ramo e n'outra se vende o vinho. O epitaphio de Vasco da Gama estava escripto n'um tumulo onde jaziam os seus descendentes, e

sob o epitaphio indicador de ser alli a jazida funebre de um conde da Vidigueira qualquer, é que dormia Vasco da Gama.

Mas, dirá o leitor, não foi o proprio sr. Teixeira de Aragão quem presidiu á trasladação dos ossos de Vasco da Gama em 1880, não foi elle por conseguinte que os authenticou, não foi em virtude da sua declaração que fizeram todas essas honras a esses restos mortaes ?

E' exacto, mas o sr. Teixeira de Aragão tem por divisa a epigrapha do capitulo a que nos referimos : «Veritas super omnia.» Não hesitou portanto em reconhecer que se enganára, e em confessal-o. Fez mais, foi por sua propria conta renovar a exploração, e, reconhecendo o seu engano, foi o primeiro a confessal-o altamente e a vir dizel-o ao publico.

Historiemos o caso.

O sr. Teixeira de Aragão em 1880 foi naturalmente ao tumulo que tinha a inscripção : «Aqui jaz o grande argonauta D. Vasco da Gama, primeiro conde da Vidigueira, almirante das Indias Orientaes e seu famoso descobridor.» O tumulo estava no presbyterio do lado da epistola ; encerrava uma confusa massa de ossos. Sabia-se porém que os tumulos tinham sido profanados, que os ossos tinham andado aos encontrões pela egreja, e que tinham sido reintegrados confusamente nas sepulturas. Portanto o que se fez foi discriminar entre as ossadas o craneo de um velho, e esse craneo todos suppozeram que seria sem duvida alguma o craneo de Vasco da Gama.

Vamos a ver agora como o sr. Teixeira de Aragão chegou ao descobrimento do que parecia ser a verdade.

Veiu parar ás mãos do erudito investigador um manuscripto, que parece ter pertencido ao tombo de Nossa Senhora das Reliquias e que é dedicado ao 1.º marquez de Niza. Este manuscripto intitula-se : «Fundação do convento de Nossa Senhora das Reliquias da ordem do Carmo, que está junto da villa da Vidigueira, e como esta Senhora appareceu e das sepulturas que n'ella ha dos senhores da casa da Vidigueira.» Foi mandado escrever em 1646 pelo prior do convento, Fr. João das Chagas, e o incumbido d'esse trabalho foi Fr. Alvaro da Fonseca.

Ora o manuscripto declarava o seguinte :

«O primeiro senhor da casa da Vidigueira que devemos pôr entre os que estão sepultados n'este convento de Nossa Senhora das Reliquias, é o grande D. Vasco da Gama, fundador da casa dos condes da Vidigueira, e primeiro conde d'ella, que foi casado com a condessa D. Catharina de Athayde. Tem este convento guardado esses ossos na

capella-mór, «da banda do Evangelho,» junto ao altar-mór; foi o grão D. Vasco da Gama primeiro descobridor das Indias orientaes, almirante real d'ellas, e primeiro conde da Vidigueira; «não tem epitaphio na sua sepultura.»

Logo, em 1646 o tumulo de D. Vasco da Gama era do lado do Evangelho, e não tinha epitaphio.

Continua ainda o frade:

«Defronte do grão D. Vasco da Gama e da banda da Epistola, onde está o Presbyterio, estão em outro tumulo forrado de veludo preto e coberto com um panno de veludo preto debaixo de um docel outrosim de veludo preto com as armas dos Gamas, os ossos do seu bisneto D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira, que foi casado com a sr.^a D. Leonor Coutinho de Tavora, o qual governou a India duas vezes, sendo vice-rei d'ella; tem em sua sepultura o epitaphio seguinte; «Aqui jaz D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira, almirante da India, vice-rei d'ella duas vezes, presidente do seu conselho, gentil-homem da camara de Sua Magestade, e do seu conselho de Estado, que o havendo servido cincoenta e seis annos, começando de quatorze e foi captivo em batalha de Alcacer, veio acabar em Oropesa, mal satisfeito do seu rei. Foi trazido a trinta de maio de seiscentos e quarenta.»

O que é curioso é que fr. José Pereira de Sant'Anna, na sua «Chronica dos carmelitas da antiga e regular observancia n'estes reinos de Portugal, Algarves e seus dominios», escripta no meiado do seculo XVII, diz exactamente a mesma coisa.

Comtudo, entrando-se na egreja das Reliquias, encontra-se do lado da epistola o tumulo com o epitaphio de D. Vasco da Gama; e do lado do Evangelho o tumulo com o epitaphio de D. Francisco da Gama.

Diz agora o sr. Teixeira de Aragão: E' possível que os dois frades se equivocassem confundindo o lado da epistola com o lado do Evangelho?

De certo que não.

Emquanto o unico testemunho era o de fr. José Pereira de Sant'Anna, podia imaginar-se que houvera engano, ou do auctor ou do revisor, e que os tumulos estavam não como se dizia no livro, mas como se lia no epitaphio.

Mas apparecendo duas testemunhas accordes, pode supôr-se a mesma coisa?

De maneira nenhuma.

Trocaram-se n'esse caso os epitaphios; mas como?

Dizendo fr. Alvaro da Fonseca que o tumulo de Vasco

da Gama não tinha epitaphio, e que o do seu descendente D. Francisco tinha epitaphio na madeira do tumulo provisório, o que mais naturalmente occorre é que, ao gravarem-se os epitaphios na pedra, se trocassem.

Mas vem fr. José Pereira de Sant'Anna, em cujo tempo já existiam os epitaphios, e confirma a collocação dos tumulos indicados por fr. Alvaro da Fonseca.

Ha ainda um facto que muito contribue para justificar a exactidão da collocação indicada pelos dois frades — é o de ser o lado do Evangelho o lado principal, e o lado da epistola o lado secundario. Ora não era natural, effectivamente, que os descendentes de D. Vasco da Gama dessem ao glorioso fundador da sua casa o logar secundario.

Quando se trocariam então as duas lousas, se a troca existiu? Suppõe o sr. Teixeira de Aragão que a troca se teria realisado quando os tumulos foram profanados, e suppõe isso tanto mais possivel quanto as duas lousas são do mesmo tamanho.

Devemos confessar que esta hypothese não nos parece muito provavel. Para que é que os profanadores da igreja haviam de arrancar as lousas e tiral-as do seu logar? Bastava levantar-as.

Mas, se esta hypothese nos não parece muito admissivel, o que reputamos certissimo é que, fosse qual fosse o motivo, e fosse qual fosse a maneira, as duas campas foram trocadas.

Esta idéa penetrou tambem profundamente no espirito do sr. Teixeira de Aragão, que deliberou ir por sua conta fazer novas excavações.

A's 11 horas da manhã do dia 11 de julho de 1884, com authorisação e auxilio do sr. visconde da Ribeira Brava, o sr. Teixeira de Aragão na igreja das Reliquias fez abrir o tumulo do lado do evangelho, e verificou, diz elle, «entre fragmentos de um caixão forrado de veludo preto, com galão e pregaria amarella, a existencia de ossos pertencentes a um só esqueleto.»

O sr. Teixeira de Aragão entende que este esqueleto é positivamente o esqueleto de Vasco da Gama.

Suppõe o sr. Teixeira de Aragão o seguinte:

O cadaver de Vasco da Gama, que fallecera na India em 1524, e que fora enterrado em Cochim, foi trasladado para o reino em 1539, quer dizer quinze annos depois de estar debaixo da terra.

Veio, e esteve depositado por espaço de cincoenta e quatro annos na antiga igreja das Reliquias. Em 1593 concluiu-se a igreja actual, e os restos do grande descobridor

foram de novo trasladados para o sepulchro, onde, segundo parece, jazem ainda hoje.

E' mais do que provavel que em todas estas trasladações o cadaver fosse perdendo quaesquer objectos preciosos que tivesse comsigo, de forma que, ao abrir-se a campa que o encerrava, os profanadores não encontrassem coisa alguma que tentasse a sua cubiça, e que assim o cadaver de Vasco da Gama tivesse escapado aos insultos perpetrados em maio de 1840 e que tanto horrorisavam o sr. José Silvestre Ribeiro, que, sendo em maio de 1845 governador civil de Beja, teve occasião de tomar conhecimento d'esses factos.

Devemos notar que no officio, em que o sr. José Silvestre Ribeiro noticia este caso, diz que ordenou ao administrador do concelho que mandasse «collocar as duas pedras que haviam sido deslocadas,» o que parece confirmar a hypothese do sr. Teixeira de Aragão. Comtudo, ainda observaremos que não é provavel que as pedras, embora não tivessem sido apenas levantadas, fossem mudadas de um lado para o outro. Estavam seguramente junto das covas que tapavam.

O que é possivel porém é que o administrador do concelho quando o sr. José Silvestre Ribeiro lhe ordenou que collocasse *bem* as duas pedras, entendesse que collocal-as bem era trocal-as.

Mas o que parece certo é que em 1880 se fizeram todas as honras ao hespanholado D. Francisco da Gama, que morreu em Oropeza, enquanto o grande heroe portuguez continuava a dormir no seu placido tumulo da Vidigueira, sob a perfumada bafagem do vento que se aromatiza nos laranjaes das Reliquias.





Informações e fragmentos historicos do padre José de Anchieta

Qsr. conselheiro Francisco Belizario Soares de Sousa, quando ministro da fazenda do imperio brasileiro, deu ordem para que no *Diario Official* do imperio se publicassem documentos que tivessem valor historico, e resolveu igualmente que esses documentos fossem publicados depois em volumes separados. O primeiro d'essa série, que em tempo me foi offerecido por amavel obsequiosidade do prefaciador e annotador da obra, tem o titulo que serve de epigraphe a este artigo.

Caso raro! ter havido um governo que se occupasse das altas preocupações do espirito, que attribuisse um valor qualquer a documentos historicos, e que os mandasse publicar no proprio *Diario Official*! N'esse ponto, devemos dizel-o, o Brazil leva-nos uma grande dianteira. O Instituto Historico e Geographico presta á historia brasileira os mais relevantes serviços; na vasta republica sul-americana ha grande numero de estudiosos que se occupam activamente d'estes assumptos, e que encontram depois no governo toda a protecção e todo o amparo.

O prefaciador do volume que temos diante de nós, o sr. João Capistrano de Abreu, prova que as *Informações* e os *fragmentos historicos* que publica são effectivamente de José de Anchieta. Concordamos sem hesitação. As *Informações*, principalmente, não podem ser de outra pessoa. Narra com mais individuação as scenas a que sabemos que assistio, espraia-se com mais amor na descripção das terras, onde tivera a sua residencia. A cada instante José de Anchieta se revela.

As informações são interessantissimas. Partilhamos com o auctor as amarguras e as anciedades que o atormentam a elle e aos seus companheiros n'esse primeiro periodo da colonisação. Estão cercados de perigos por todos os lados, longe, bem longe da sua patria, devorados pela nostalgia e pelo desalento. Pôde dizer-se affoitamente que foi a Companhia de Jesus quem verdadeiramente fundou o Brazil. Tinham a força que resulta d'uma unidade completa, organizada com o fim expresso de conseguir uma certa e determinada coisa. Aquelles *squatters*, aquelles *pionniers* que Cooper nos desenha com tanta vivacidade, e que foram verdadeiramente os conquistadores para a civilisação da America do Norte, foram no Brazil os jesuitas.

E' necessario que nos costumemos a encarar os homens e as instituições, collocando-nos no ponto de vista da epocha em que floresceram. No seculo xvi, na India e no Brazil, a Companhia de Jesus foi o grande elemento organisador, o verdadeiro instrumento da civilisação e do progresso.

Parecem incompativeis estas palavras com o jesuitismo, e não o são. O progresso tem em cada periodo um instrumento efficaç, que deixa de o ser no periodo immediato. E logo que deixa de ser arma do progresso, passa a ser arma de retrocesso. A enxada rasgou o seio da terra para lhe introduzir a semente. Se o lavrador não pozer de parte, n'um dado instante, esse instrumento, se persistir em cavar sempre, é claro que estraga a sementeira e annulla a colheita.

No seculo xvi a Companhia de Jesus foi verdadeiramente a fundadora do Brazil. Se não fosse esse punhado de homens absolutamente dedicados a uma idéa, que faziam todos os sacrificios para a realisarem, Portugal teria desistido, decerto, de proseguir na colonisação.

Os donatarios das capitánias, entre os quaes fôra dividido o Brazil, desanimaram logo. O pobre historiador João de Barros perdeu o fructo das suas economias na esquadra que armou para ir tomar posse das terras do norte. Francisco Pereira Coutinho, donatario da Bahia, não conseguiu, em

virtude da violenta opposição dos Indios, estabelecer-se na sua capitania, que voltou para a corôa. Martim Affonso de Sousa, donatario da capitania de S. Vicente, perdeu depressa o enthusiasmo. Demais recebeu o governo da India, que sempre era terra mais fructuosa, e não lhe deu grande cuidado a sua capitania. Duarte Coelho Pereira estabeleceu-se em Pernambuco, é certo, mas praticando taes violencias que decerto levantaria contra si todas as tribus americanas, se não tivesse comsigo aquelle grande elemento pacificador da Companhia de Jesus.

A terra era boa, não havia duvida, mas não era tal em tolo o caso que enriquecesse de um momento para o outro os seus conquistadores. A sua população não era uma população civilisada como a dos Azteques do Mexico e a dos Incas do Peru, que já tivesse arrancado da terra o producto das minas, que já o tivesse transformado nas mercadorias que deslumbraram os olhos e despertaram a cobiça dos companheiros de Cortez e dos seguidores de Pizarro.

E' certo, portanto, que as capitancias não seduziram pessoa alguma, passado o primeiro momento de enthusiasmo, que logo se dissipou. Umias foram abandonadas, outras mudaram de dono, outras seguiram sem dar grande proveito aos seus possuidores. E afinal de contas, os grandes elementos que ficaram de pé, e que proseguiram energeticamente na obra da colonisação, foram o governo e a Companhia de Jesus.

Que grande interesse tinha o governe em sustentar essa nova colonia? Terras não lhe faltavam, tinha á sua disposição a Africa toda, que n'essa occasião parecia muito mais facilmente colonisavel. E' este um problema que os estudiosos não tem procurado resolver, mas que tem a sua importancia, e no qual derrama luz, para nós inesperada, um periodo d'uma das informações do padre José de Anchieta.

Pois effectivamente nós temos a costa da Mina e a costa de Guiné, Moçambique e os territorios annexos, tudo o que hoje constitue o sultanato de Zanzibar, e tudo o que hoje forma as potentes colonias inglezas do Cabo, ficam-nos esses territorios no caminho da India, estão-nos patentes e abertos sem que uma só potencia europea se lembre de nol-os disputar, seriam utilissimos para o nosso dominio oriental, se os tivessemos colonisado, e pomol-os completamente de parte para irmos colonisar um paiz que nos fica do outro lado do Oceano, e que n'esse primeiro momento não revelava de certo o que havia de ser depois !

Que a terra era muito pouco attrahente, o proprio José de Anchieta o refere da seguinte fórma :

«Os perigos e trabalhos que n'esta se passam pela diversidade dos logares a que acodem, se podem conjecturar, e perigos de cobras de que ha grandissima copia n'esta terra, de diversas especies, que ordinariamente matam com sua peçonha, de que frequentissimamente, quasi por milagre são livrados e alguns mordidos sem perigar; perigos de onças ou tigres, que tambem são muitos pelos desertos e mattos por onde é necessario caminhar; perigos de inimigos de que algumas vezes, por providencia divina, teem escapado; tormentas por mar e naufragios, passagens de rios caudalosos, tudo isto é ordinario; calmas muitas vezes excessivas que parece chegar um homem a ponto de morte, de que vem a passar gravissimas enfermidades; frio, principalmente na capitania de S. Vicente do campo, onde já por vezes se acharam Indios mortos de frio, e assim acontecia muitas vezes, ao menos ao principio, a maior parte da noite não poder dormir de frio nos mattos por falta de roupas e de fogo porque nem calça nem sapato havia, e assim andavam as pernas queimadas das geadas e chuvas, muitas e mui grossas e continuas, e com isto grandes enchentes de rios e muitas vezes se passam aguas muito frias, por longo espaço pela cinta e ás vezes pelos peitos, e todo o dia com chuva muito grossa e fria, gastando depois grande parte da noite em enxugar a roupa ao fogo, sem haver outra que mudar.»

Não era attrahente, como se vê, a pintura, e n'outros pontos ainda diz elle que a terra era melancholica e preguiçosa, mas ficava n'aquelle mesmo continente onde se tinham descoberto as minas de prata e de ouro do Mexico e do Perú, e sobretudo cubiçavam-n'a os Francezes.

Porque é que os Francezes se queriam a todo o custo estabelecer n'aquella região, quando a Europa toda tinha os olhos fitos no Oriente? A informação do padre José de Anchieta esclarece-nos bastante a esse respeito. «Os seus projectos, diz o celebre padre, eram pousar ali e fazerem-se senhores d'aquella terra e esperarem as naus da India na altura do Cabo da Boa Esperança ou da ilha de Santa Helena.»

Effectivamente os navios portuguezes que demandavam a India, ou que voltavam, chegavam-se muito para o lado da America, e foi isso o que facilitou a descoberta do Brazil, e era isso tambem o que fazia com que os Açores fossem porto de escala quasi obrigado para os navios que faziam essa viagem, tanto assim que ali as iam esperar os corsa-

rios estrangeiros, e ali cruzava sempre uma esquadra portugueza para os proteger.

Por esta indicação já se pôde ver a importancia que teem estas *Informações*, e quanto foi acertada a sua publicação, mandada fazer pelo governo brasileiro. O prefacio é excellente e sagaz, porque o sr. Abreu soube com todo o acerto indicar ao leitor os pontos essenciaes, acompanhando e enriquecendo o livro com annotações interessantes e de valor.





VI

Os descendentes de Piquirobã

PUBLICOU-SE ha pouco em S. Paulo no Brazil um livro curioso e interessante, intitulado *Algumas notas genealogicas — Livro de familia*, pelo dr. João Mendes de Almeida.

O livro fórma um grosso volume, e não abrange só a genealogia do sr. Mendes de Almeida, tem uma grande parte historica. Essa porém pôl-a-hemos de parte, porque enfim não é a que mais nos interessa, desde o momento em que não traz elementos absolutamente novos para a historia do Brazil.

E' curioso porém seguir passo a passo, no desenvolvimento d'esta familia, que é nobre, a historia da colonisação brasileira.

E' n'este livro de familia que se avalia bem quaes foram os elementos que contribuíram para a fundação d'essa poderosa nacionalidade americana, para ver como se cruzaram os differentes ramos que depois constituíram essa frondosa arvore.

Em 1531 viviam pois nos sertões do Brazil, no territorio que ia constituir a capitania de S. Vicente e que depois constituiu a provincia de S. Paulo, dois chefes indios, ambos pertencentes á grande nação dos Goyanazes.

Um d'elles, chamado Tebyregã, governava a aldeia de

Piratininga, o outro, Piquirobá, governava a aldeia de Ururay.

Alli foi ter um portuguez chamado Antonio Rodrigues, que se suppõe ser ou ter sido um dos marinheiros de Pedro Alvares, que faltaram á chamada quando o grande descobridor locou a reunir para seguir viagem, ou algum tripulante de um dos navios, que logo em seguida á descoberta começaram a visitar as costas das terras de Santa-Cruz. Vivendo bem com os indios e ainda melhor com as indias, achou muito a seu gosto a vermelha filha de Piquirobá, e estabeleceu-se com ella nas margens do rio Yriri-piranga, defronte do porto de Iumiarú, n'uma casa que elle mesmo construiu, e que seria de certo muito superior ás cabanas que constituiam o reino de seu sogro. Ao mesmo tempo outro portuguez, celebre na historia da colonisação, o famoso João Ramalho, fazia o mesmo á filha de Tebyreçá, e a colonisação de S. Paulo começára.

Já teem dito alguns escriptores que a facilidade com que os portuguezes aceitam as femeas de qualquer outra raça humana, para com ellas cohabitarem, é um dos segredos da nossa notavel acção colonisadora. O Portuguez, nas colonias tropicaes, acceita o que lhe apparece — preta, vermelha, amarella.

Os inglezes ligam mais importancia a essa questão de côr, e por isso nunca são acceites pelas populações indigenas com a facilidade com que são acolhidos os Portuguezes. O amor-proprio das mulheres lisongeia-se com o facto de serem escolhidas pelos brancos para os deliciosos mysterios d'onde resulta a familia, e as mulheres hão de ter sempre uma enorme influencia na politica das nações a que pertencem.

Vivia pois pacificamente Antonio Rodrigues com a filha de Piquirobá, quando appareceu n'aquellas terras, em 1531, o famoso Martim Affonso de Sousa, e se procedeu á conquista regular. Então Antonio Rodrigues, que era homem de ordem, fez com que a sua ligação tambem se regularisasse. Baptisou a mulher, que passou a chamar-se Antonia Rodrigues, e o grande chefe Piquirobá vio com satisfação uma nuvem de marmanjos, seus netos, portuguezes de lei, trepar-lhe pelas pernas e arrancar-lhe da cabeça o barrete de plumas. Babava-se de ternura o digno Piquirobá!

Entre outros filhos teve Antonia Rodrigues uma rapariga, que tambem chamou Antonia, a qual casou com um bom Portuguez, Antonio Fernandes, filho do condestavel de artilheria da fortaleza da Bertioga. A occupação regular

d'aquelles sitios ia introduzindo, pois, n'essas familias de *mamelucos*, nome pelo qual eram conhecidos os filhos dos Portuguezes e das Indias, o elemento militar.

Teve oito filhos este casal, e por aqui se vê que os Portuguezes colonisavam com perfeita convicção, e entre esses a menina Maria Pires. Não explicamos a apparição d'este appellido, porque isso nos levaria muito longe; Maria Pires, portanto, bisneta do chefe Piquirobã, casou com um hespanhol chamado Bartholomeu Bueno de Ribeiro.

Bartholomeu Bueno era natural de Sevilha, mas, como faziam muitos dos seus compatriotas, metteu-se com os Portuguezes, e n'um navio portuguez veiu tentar fortuna ao Brazil, em 1571. Seu pae voltou para a Europa. Bartholomeu estabeleceu-se em S. Paulo, casou com Maria Pires, e fundou familia, que foi celebre pela sua actividade e energia.

Cruzavam-se nas veias dos filhos d'este casal o sangue indio de Piquirobã, o sangue portuguez dos Rodrigues e dos Fernandes e o sangue andaluz dos Buenos

Um dos filhos d'este matrimonio foi Amador Bueno da Ribeira, cujo nome se tornou celebre na historia paulistana do seculo xvii.

Havia a esse tempo em S. Paulo uma colonia hespanhola importante. Muitos dos soldados hespanhoes que tinham vindo na armada com que D. Fradique de Toledo arrancou a Bahia das mãos dos Hollandezes, deixaram-se ficar no Brazil, e procuraram naturalmente S. Paulo, cujo clima suave e mais proximo do clima europeu attrahia os emigrantes.

Quando rebentou pois a revolução de 1 de dezembro de 1640, a revolução que restituiu a Portugal a sua independencia, a noticia d'esse movimento não foi acolhida com grande entusiasmo em S. Paulo. Houve, ó claro, muitas pessoas que o applaudiram, mas a colonia hespanhola mostrou-se contristada e rebelde. Não cusou comtudo manifestar abertamente a sua repugnancia, e para combater a realza de D. João IV, de que se havia de lembrar? De proclamar a realza de Amador Bueno da Ribeira, que era muito estimado em S. Paulo e que ali exercera cargos importantes.

Não se deixou deslumbrar pelos desvairamentos da ambição Amador, que era homem sensato e digno. Mandou passeiar os seus entusiasticos amigos, refugiou-se n'um convento para escapar a ser rei á força, e foi elle mesmo quem proclamou a realza de D. João IV, serviço que lhe foi tido em muita conta, e cuja lembrança foi sempre in-

vocada, quando se tratou de recompensar os seus descendentes.

Tendo casado com uma portugueza, chamada D. Bernarda Camacho, Amador Bueno da Ribeira, que só no casamento mostrou que não era inimigo das *bernardas*, teve nove filhos, e entre elles a sr.^a D. Maria Bueno da Ribeira, que casou com um fidalgo hespanhol chamado D. João Matheus Rendon, de uma familia de Coria, no reino de Leão, e que foi um dos taes a que acima alludimos, filho de um militar que passára á Bahia na armada de D. Fradique de Toledo, e que se deixára ficar na formosa terra americana.

Um dos filhos d'esse consorcio, D. Pedro Matheus Rendon e Lemos, foi um explorador audaz, que descobriu e visitou os mattos de Pirahy e casou com D. Maria Moreira Cabral.

Um filho de Francisco Matheus Rendon foi um dos exploradores das Minas Geraes, e casou com uma nobre parteira paulistana chamada D. Angela de Sequeira, filha de Diogo de Toledo Lara, paulistano tambem, mas descendente de familia hespanhola. Tiveram, entre outros filhos, D. Maria Thereza de Araujo Lara, que desposou Agostinho Delgado e Arnute.

Estamos no meiado do seculo XIII, e vemos já que enorme quantidade de casamentos se realisaram n'esta familia. O sangue indio misturou-se com o sangue portuguez, andaluz, leonez, castelhano. A multiplicidade dos appellidos indica bem a diversidade das raças. Nenhum ha comtudo que lembre o nobre Piquirobá. É' que ainda vinha longe o tempo em que os nobres brasileiros se orgulhassem dos seus avoengos indigenas, e em que Francisco Brandão havia de trocar os seus sonoros nomes lusitanos pelos nomes indios de Sá Arayaba de Montu-gsone.

Um filho d'este matrimonio foi o dr. Francisco Leandro de Toledo Rendon, que desposou D. Anna Leonissa de Abelha e Fortes, de quem teve D. Anna Rita dos Prazeres Abelha e Fortes, que casou com o coronel portuguez Antonio Leite Pereira da Gama Lobo. Foi este um dos portuguezes que tomaram partido pela independencia brasileira, e acompanhou até José Bonifacio no pedido que este fez ao principe D. Pedro para desprezar as ordens das côrtes e ficar no Brazil. Assistiu á famosa scena do Ypiranga, quando D. Pedro deitou fóra o laço portuguez, e bradou: Independencia ou morte!

Adherindo á sua resolução, Gama Lobo ficou sendo brasileiro. Quiz porém conservar os seus laços com a familia

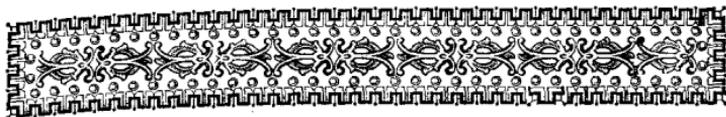
que lhe ficára em Portugal, e levando á sua patria sua filha D. Maria Miquelina Fortes Leite Lobo, casou-a em 1837 com o seu parente Francisco Leite Pereira Lobo. Este acompanhou sua mulher ao Brazil, teve ali filhas, e sua filha D. Anna Rita Fortes Leite Lobo casou com o dr. João Mendes de Almeida, maranhense e auctor do livro d'onde extrahimos esta curiosa genealogia.

Francisco Leite Pereira Lobo, depois de casar a filha, voltou para Portugal e aqui falleceu em 1876.

Aqui está pois resumida n'um breve quadro a colonisação brasileira. Aqui a vemos tomar o seu ponto de partida nas ligações matrimoniaes entre portuguezes e indigenas, retemperar-se no sangue europeu, vir mesmo a Portugal buscar um novo casamento, e em Portugal ainda hoje, depois da independencia, encontrar elementos de novo cruzamento.

Não sei se o leitor será do meu parecer, mas acho devêras interessante este brevissimo quadro.





VII

O ultimo governador portuguez de Larache

Como os leitores d'este livro teem de certo notado o nosso intuito, muitas vezes, é respigar nas publicações estrangeiras as informações que alli se possam encontrar ácerca da nossa historia, informações ligeiras, quasi sempre adulteradas, mas que lançam muitas vezes uma luz inesperada, em factos que vivamente nos interessam.

E' necessario que nos convençamos de que houve sempre uma grande solidariedade entre os diversos povos nas transformações sociaes e nos progressos historicos, que a historia de Portugal não se comprehende, se a não relacionarmos com a historia dos outros paizes, se não procurarmos, no que se fez no estrangeiro, a explicação de muitas coisas que em Portugal se fizeram e que, isoladas, se não comprehendem, se não virmos tambem que muitas vezes se encontra em Portugal a explicação do que é enigma para o estrangeiro.

Por isso lemos sempre os livros de historia estrangeira, com a preocupação da historia portugueza, por isso alli respigamos tudo o que a nosso respeito se póde colher, e tudo o que póde esclarecer-nos.

Um dia d'estes vimos, que n'uma das academias francezas se lêra um estudo do sr. Alberto Vandal, ácerca de *Luis XIV e o Egypto*. E' interessantissimo esse estudo, a

mostra como Colbert já pensava nos intuitos politicos que presidiram ultimamente á abertura do canal de Suez. Via Colbert, que a descoberta do Cabo da Boa Esperança déra um golpe mortal no commercio da França mediterranea, como o déra no commercio da Italia, que difficil lhe seria arrancar o commercio da India aos paizes que já então d'elle estavam senhores, como eram a Inglaterra e a Hollanda, successoras de Portugal, que ainda assim continuava a ter parte, ainda que pequena, n'esses lucros. Não podia, é claro, pensar, como Lesseps, na abertura do canal de Suez; mas tratou de ver se conseguia dominar o Egypto, e assegurar se de um certo numero de garantias para o transporte das mercadorias entre Alexandria e Suez, e assim procuraria derivar de novo para o Mediterraneo o grande commercio do Oriente.

Vendo estas preocupações de Colbert não nos occorrem logo ao espirito as preocupações de Affonso de Albuquerque, quando pensava em desviar o curso do Nilo, e abrir assim um canal, que seria o antecessor do canal de Suez, e que nos garantiria, a nós que o possuíamos, com muito mais facilidade do que o caminho do Cabo da Boa Esperança, o dominio do commercio oriental?

Veja-se d'este modo como o pensamento de Affonso de Albuquerque se completava. As nossas frotas guardavam a entrada do mar Vermelho. Ceuta guardava a entrada do Mediterraneo, e por um caminho, mil vezes mais fecil e mais seguro, traziamos nós á Europa as mercadorias do Oriente. Enquanto o outro caminho tambem estivesse nas nossas mãos, o monopolio seria nosso, mas Affonso de Albuquerque bem sabia que nós não podiamos com tão vasto imperio e que as nossas frotas, logo que apparecessem novas nações maritimas, não podiam senhorear o Atlantico. Por isso o que se ligava sobretudo no seu vasto plano, era o seguinte: Fundação de um vasto imperio luso-indiano, que seria cem vezes mais solido do que o actual imperio anglo-indiano, a chave do Golpho Persico em Ormuz, do mar Vermelho em Guardafui, do novo canal que ligasse esse mar com o Mediterraneo, nos pontos que conseguisse occupar na Africa do Norte, e em Ceuta a passagem para o Atlantico. Este sonho não passou de certo senão rapidamente por diante dos olhos do genial conquistador, mas affagou-lhe com certeza por alguns instantes o cerebro, como depois appareceu de um modo diverso, mais persistente, mais pratico e mais immediato, ao espirito de Colbert.

*

O que acabamos de escrever, é, porém, apenas o prefacio do que vamos contar aos nossos leitores. Quizemos dar-lhes um exemplo do muito que se aproveita para a historia portugueza com a leitura de livros da historia estrangeira, e agora, segundo o costume, vamos rebuscar n'um livro que acaba de sair á luz, umas notas que nos servem,

O livro a que nos referimos, intitula-se *Diario do Corsario João Doublet, de Honfleur, tenente de fragata no reinado de Luiz XIV, publicado segundo o manuscripto autographo, com introduccão, notas e addições por Carlos Bréard.*

Este livro mereceu um artigo á *Revista de Edimburgo*, que n'elle encontrou alguns traços característicos, para a historia das luctas entre a França e a Inglaterra; nós muito pouco podemos respigar, porque, pelo volume que está publicado, vê-se que João Doublet não teve que se metter com os nossos navios. O outro volume, ainda não publicado, nos dirá se elle seguiu Du Clerc ou Duguay-Trouin ao Brazil.

E' escripto o livro com uma singeleza, diremos até, com uma rudeza e uma ingenuidade, que, denotam a authenticidade do manuscripto. Os Francezes tiveram sempre o que sempre nos faltou a nós — as memorias. Em França os mais insignificantes marinheiros, os mais ordinarios creados dos Paços, escrevem as suas lembranças pessoases; em Portugal, nem os mais afamados almirantes, nem os mais importantes servidores da realza, escreveram as suas. Por isso a historia de França é relativamente muito mais facil de escrever do que a nossa, e os seus romancistas encontram minas, que faltam completamente aos nossos.

Vamos, porém, ao ponto que nos interessa.

João Doublet, naufragou uma vez na Andaluzia, e, achando-se sem recursos, acceitou o commando de uma tartana hespanhola que ia para as Canarias. No caminho foi atacado por um corsario de Salé, que conseguiu repellir, chegando são e salvo a Teneriffe.

A proposito d'este acontecimento da vida de João Doublet, escreve a *Revista de Edimburgo*:

«Um grande numero das mais interessantes (*narrativas*) de Doublet, são as que se referem aos seus encontros com os piratas marroquinos ou argelinos, cujos navios não limi-

tavam por fôrma alguma os seus cruzeiros ao Mediterraneo — *como vulgarissimamente se acredita.*»

Em Inglaterra de certo, porque em Portugal e em Hespanha, pelo menos, toda a gente sabe que os piratas barbarescos tanto cruzavam no Mediterraneo, como no Atlantico. Portugal tinha sempre em serviço a armada chamada do estreito, que tinha exactamente missãõ de vigiar as costas de Marrocos e de impedir, tanto quanto possivel, os navios argelinos de passarem o estreito de Gibraltar.

Eram tão frequentes até os assaltos dos piratas mouros às costas portuguezas, — que na Inglaterra não deixaria de se saber que são banhadas exclusivamente pelo Atlantico, — que d'essa frequencia de ataques de piratas saiu um conhecido proverbio portuguez muito popular entre nós: *Anda mouro na costa.*

Foi pois para Teneriffe que João Doublet se dirigiu, e ahí teve conhecimento da historia que nos interessa e que vamos reproduzir, traduzindo o extracto e as transcripções que a *Edinburgh Review* faz:

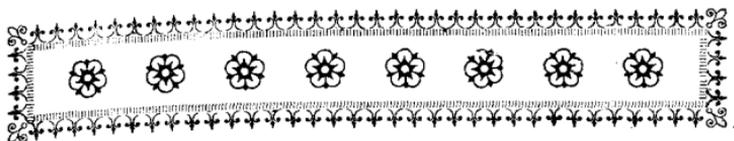
«Outra das suas aventuras com os piratas, refere-se não a elle mas á familia de D. Antonio Garcia portuguez, que elle encontrou em Salé e que lhe contou a sua lamentavel historia. Garcia era filho do governador da praça de Larache, na costa de Africa, que fôra tomada pelos Mouros; e, contra as clausulas da capitulação, fôra elle conservado na escravidão com a sua familia. Seu pae morrera de desgosto, pouco tempo depois, mas elle e a sua mulher tinham sido empregados no jardim do imperador, em Fez. Alli viviam com socego havia muitos annos, e tinham duas filhas e um filho. Quando a mais velha das filhas chegou aos quinze annos, o imperador reclamou-a para o seu harem. Garcia disse-lhe que Deus o fizera senhor dos seus corpos, mas não das suas almas, e que as meninas pertenciam a sua mãe. A esse discurso respondeu o imperador com a ordem de lhe mandarem a criança n'essa mesma noite. Voltando do seu primeiro assombro ao ouvir essa noticia, a desgraçada mãe perguntou a sua filha se não queria antes morrer martyr na fé christã, do que renegar o seu Deus e fazer-se mahometana. «Querida mãe, respondeu a filha, matai-me antes com as vossas mãos, do que me succeda tal desgraça; talvez eu não podesse resistir ás ameaças ou tormentos.» Então, a mãe, pegando n'um grande canivete, cortou e retalhou em diversos pontos o rosto de sua filha dizendo-lhe: «Padece por Jesus Christo.» E a pobre rapariga, sem se queixar nem gritar, dizia: «Mais, minha querida

mãe» por muitas vezes, e ficou toda desfigurada. Tendo sabido isto, o imperador mandou dar cem bastonadas nas solas dos pés de D. Antonio e duzentas na barriga da mãe, que expirou com esta barbaridade, e ordenou que a sua filha mais nova, que ia ter dez annos, lhe fosse tirada e mettida no serralho, onde morreu de desgosto, poucos dias depois de lá a fecharem.» Seis mezes depois, o imperador restituiu a Garcia as suas boas graças, tornou-o a pôr no logar dos jardins, e permittiu-lhe educar seu filho com os missionarios christãos que serviam de interpretes. Era a terceira vez que encarregava o pae de tratar de troca de escravos.

«Effectivamente, diz Doublet em fórmula de conclusão d'esta triste historia, este sr. Garcia era homem de tino e muito prudente.»

Apenas diremos, para accrescentar uma noticia a esta transcripção, que effectivamente em 1610 tinhamos reoccupado Larache, que perdemos de novo annos depois. Mas só muitissimos annos depois da sua perda, é que João Doublet encontrára o filho do seu ultimo governador.





VIII

O infante D. Duarte de Bragança

I

ACABA de sair á luz um livro verdadeiramente interessante e valioso e cuja continuação anciosamente esperamos. E' o 1.º volume da *Historia do infante D. Duarte*, escripto pelo sr. José Ramos Coelho, que ha uns poucos de annos se entrega com viva dedicação e consciencioso estudo ás investigações necessarias para uma obra verdadeiramente completa como elle tentava e descjava fazel-a.

Vamos seguir rapidamente esse magnifico repositorio de noticias interessantissimas, para d'ellas colhermos o ensinamento que resulta e que é, muitas vezes, como verão, importantissimo.

O sr. Ramos Coelho começa por nos descrever com uma vivacidade notavel os caracteres bem differentes d'aquella familia Bragança, simples familia ducal, que, por mais que a Hespanha tentasse offuscal-a e mettel-a na sombra, conservava sempre o seu prestigio nos Portuguezes, e sabia manter illesa a sua dignidade principesca. A physionomia mais notavel é, sem duvida alguma, a da duqueza D. Catharina, audaciosa pretendente que tanto procurou actuar no animo do cardeal-rei, para que elle, em testamento, deixasse o throno ao duque D. João, principe portuguez e bem-quisto. Ah! se ella podesse montar a cavallo, e vestir uma

couraça, como ella tomaria o papel que o prior do Crato, apezar da sua bravura pessoal, tão mal soube desempenhar! Mas foi ella em todo o caso um obstaculo a que os duques de Bragança desempenhassem o papel que lhes competia, e essa dualidade de pretendentes portuguezes desmanchou completamente a resistencia, se é que, ainda assim, essa resistencia era possivel, depois de Alcacer-Kibir e quando D. Philippe dirigia contra nós as forças do seu colossal imperio.

Se ella ao menos tivesse comsigo seu filho, o adolescente D. Theodosio! Iria com elle apresental-o ao povo, como Maria Thereza apresentou seu filho infantil aos magnates da Hungria: mas D. Theodosio caíra prisioneiro em Alcacer-Kibir, e não era por elle de certo que se empenhava o rei de Hespanha.

Perdidas todas as esperanças, D. Catharina ao menos soube manter a sua dignidade e os seus direitos de princeza.

O proprio D. Philippe, apezar da sua dureza, não ousou quebrar aquella resistencia femínil. Bem queria elle esmagar essa altiva casa, nivelal-a com as de quaesquer outros fidalgos de Hespanha, mas não o conseguiu, e foi elle proprio que estabeleceu a tradição. Por mais que os seus successores quizessem, a casa de Bragança mantinha-se n'uma situação privilegiada, fazendo do seu paço de Villa Viçosa a côrte portugueza, o centro de todas as esperanças e de todos os descontentamentos. Foi a D. Catharina, pôde dizer-se, que a casa de Bragança deveu passar a ser tão facilmente casa real.

Seu filho D. Theodosio é um vulto triste, completamente offuscado pela figura de sua mãe, mas seguindo-lhe pontualmente o exemplo e conservando-lhe as tradições. Tinha de fazer para isso sacrificios que custariam a um moço de outra indole, tinha de fugir da côrte, de se manter no seu isolamento de Villa Viçosa; mas a sua indole adaptava-se admiravelmente ás exigencias da sua posição. Triste, religioso, folgava de se perder em longas meditações pela tapada de Villa Viçosa, em se entregar ao embelezamento da sua casa, á organização principesca da sua capella. Vivia alli com intimo prazer; em Villa Viçosa recebeu o grande poeta Lope de Vega, que empregou a sua musa na descripção da pomposa vivenda em que fôra recebido. Quando Philippe III veiu a Portugal, D. Theodosio soube tão bem manter a altivez da sua situação, sem dar pretexto para que se dissesse que faltava á obrigação de prestar homenagem ao seu soberano, que nem o rei, nem os ministros encontra-

ram meio de quebrar essa resistencia passiva, e de curvar a um nivel commum com o dos outros fidalgos a cabeça do duque de Bragança.

A descripção da entrada de D. Theodosio em Elvas, quando alli foi cumprimentar o rei de Hespanha e de Portugal é um dos quadros mais felizes do livro do sr. Ramos Coelho. Percebe-se o prestigio de que gosava a casa de Bragança, quando se vê a ovação entusiastica feita pelo povo a D. Theodosio, as honras com que todos o recebem e que Philippe III não se atreve a censurar ou a estranhar. A sua appareção nss côrtes tambem é curiosa e instructiva. O duque sabe distinguir-se sempre, ás vezes por umas coisas pequenas, uma simplicidade de trajo, que basta comtudo para destacar o duque de Bragança do resto da fidalguia; sente-se sempre que está alli um principe como que independente, e para o qual se voltam com amor e com respeito os olhos do povo, que nem um instante se demoram no rosto pallido e insignificante do neto de Carlos V.

Quando Philippe III veio a Portugal, já D. Catharina morrera. Nos ultimos tempos da sua vida, tivera ella ainda que lutar com a Hespanha por causa do casamento de seu filho. A côrte hespanhola oppunha-se a todos os casamentos com familias principescas, apezar de muitas d'ellas serem proximas parentas dos Braganças. Teve D. Catharina que ceder afinal, e casou seu filho com uma hespanhola, D. Anna de Velasco, filha do condestavel de Hespanha. Tambem sabia que podia contar com a sua propria força, com a influencia que saberia adquirir, e effectivamente assim foi.

D. Anna Velasco entrou perfeitamente nas vistas da familia em que entrava. Se não pode levantar as esperanças da casa de Bragança, porque não pertencia a familia principesca que as podesse apoiar, tambem não serviu de instrumento ao governo hespanhol para abater as pretensões d'essa familia. Pelo contrario, partilhou-as, consubstanciou-se com ellas.

Não concorreria para isso pouco a influencia dominante da velha duqueza, influencia que tambem se exerceu na educação dos filhos, D. João, D. Duarte e D. Alexandre.

Mas aqui dá-se um reviramento, que era bem natural e bem de prevêr. D. João não partilhava as idéas de seu pae. Surprehende-nos isso um pouco da parte de um homem que veio a ser D. João IV rei de Portugal, mas os factos assim o affirmam, e era afinal de contas natural que assim fosse.

O duque D. Theodosio acceitára completamente, cegamente o ponto de vista de sua mãe, que tambem era um pouco o seu proprio, porque elle nascera quando Portugal ainda era independente, e no Portugal independente lhe correu a infancia. Nunca podia resignar se a acceitar a situação que os acontecimentos lhe fizeram; esses acontecimentos tornaram-n'o intransigente.

D. João nascera quando Portugal já estava escravizado; nunca saboreára as alegrias da liberdade, e desde a sua mais tenra infancia vira sempre soldados hespanhoes no reino, e cuvira sempre que de Madrid é que vinham as ordens soberanas. A sua educação fôra tambem mais afinada pelo tom do tempo, e esse protesto rigido, inquebrantavel contra os factos consummados; protesto que o ia obrigar a passar a sua vida em Villa-Viçosa, sem conhecer os esplendores da côrte do soberano, sem conhecer os prazeres das grandes capitães, sem ter ao mesmo tempo influencia e poder verdadeiro e positivo, visto que era da opposição, inclinou-o para uma aproximação com a Hespanha. D'ahi a colera de D. Theodosio, e uma lucta surda entre o pae e o filho. N'essa lucta, evidentemente D. Duarte tomou o partido de seu pae, não só porque sempre os filhos segundos se collocam em opposição com os principes herdeiros, mas porque o espirito aventureiro de D. Duarte era mais proprio para conceber esses ideaes cavalheirescos.

Está explicado até certo ponto o caminho seguido por D. Duarte; vamos vel-o em acção.

II

O conde-duque de Olivares, primeiro ministro do novo rei de Hespanha, Philippe IV, segundo o movimento politico que então se pronunciou na Europa, e de que foi o cardinal de Richelieu o principal representante, desejaría sobretudo estabelecer solidamente em toda a Hespanha a unidade de governo, e acabar com os privilegios que dividiam entre si as provincias e que affrouxavam em muitos pontos a auctoridade real. Para conseguir esse *desideratum*, precisava Olivares de ter pulso mais forte do que o que recebera da natureza, e sobretudo a alta intelligencia e as qualidades de estadista que ornavam Richelieu. Os privilegios, sobre-

tudo, a que elle desejava pôr termo, eram os de Portugal, que effectivamente, apesar de fundido na unidade hespanhola, conservava uns restos de independencia que lhe davam uma certa autonomia.

Procurou o conde-duque de Olivares illudil-os e violal-os, empregando todos os meios para quebrar as resistencias que em Portugal se podessem formar, mas não fez senão irrital-as, e provocar uma reacção que trouxe consigo a proclamação da independencia no dia 1 de dezembro de 1640.

Ora um dos fins a que Olivares mirava principalmente, era acabar com o prestigio da casa de Bragança e tirar lhe esse character de realza distincta e separado do resto da fidalguia não só portugueza, mas hespanhola que a collocava n'uma situação muito especial, e tornava o seu chefe como que um perpetuo pretendente exilado da côrte. Nunca um duque de Bragança apparecera em Madrid; quando Philippe III viera a Portugal, o duque D. Theodosio foi recebê-lo como um soberano vassallo, que visita o seu suserano, mas que não abdica da sua soberania. Emquanto os mais illustres fidalgos de Hespanha e de Portugal acceitavam cargos da côrte, governos de provincias, embaixadas, commandos de exercito, o duque de Bragança affastava-se de todas essas honras e regalias, cuja acceitação implicaria o reconhecimento de que era o rei de Hespanha o seu rei natural, Percebia o conde-duque de Olivares que não era facil arrotar de frente com essa poderosa casa, e que pretender forçal-a produziria inevitavelmente uma revolução.

Empregou comtudo todos os esforços para a nivelar com as outras casas fidalgas da Peninsula, e um dos meios que empregou foi o dos casamentos.

Primeiro, quiz tentar casar uma das suas filhas com um dos principes de Bragança. Não ousou offerecel-a ao mais velho, ao herdeiro do ducado, mas entendeu que o filho segundo não deixaria de acceitar tão valiosa offerta, que lhe assegurava preferencias e liberalidades que de certo sorririam ao animo de um principe sem principado, filho segundo condemnado a uma obscuridade inevitavel, e que não tinha ao menos para se consolar as fallazes prerogativas de uma realza, que sempre lisongearia o seu amor proprio, e que não tinha sobretudo as altas responsabilidades do herdeiro da casa.

Seria esse realmente um golpe de mestre, — um dos altivos Braganças genro do primeiro ministro de Philippe IV. Vestia a libré da casa real de Hespanha, libré vistosa, cheia de privilegios e de grandezas e de prerogativas, mas libré

em todo o caso. Mas Olivares, ao mesmo tempo que servia os interesses da sua politica, tambem servia os interesses da sua casa, porque dada sua filha a um principe que tinha um rico patrimonio, e que por este facto obteria com a maxima facilidade do soberano as mais avultadas e importantes mercês. Sondou a esse respeito o duque D. Theodosio, e encontrou a sua habitual intransigencia, aggravada pela irritação que tão insolente proposta lhe causou; imaginou que lhe seria mais facil obter a boa vontade do proprio principe D. Duarte, e que não teria portanto senão vencer a resistencia do pae, ou esperar a morte d'elle, encontrou a mesma desdenhosa recusa. Póde-se imaginar bem como isto havia de ferir profundamente a vaidade do conde-duque. Não foi estranho de certo este facto ao que D. Duarte depois teve que soffrer.

Se fosse D. Duarte o principe herdeiro, e D. João o filho segundo, talvez o conde-duque de Olivares não tivesse encontrado a mesma resistencia. D. João, como vimos, não estava muito conforme com as idéas de «antes quebrar que torcer» que seu pae sempre sustentára. Entenderia que não valia a pena privar-se, sem a minima vantagem, dos jubilos e das vantagens da côrte, e da alta protecção de um ministro omnipotente. Herdeiro do titulo de duque de Bragança, herdeiro das responsabilidades que sobre elle pesavam e das esperanças que elle trazia consigo, não vimos que não estava comtudo disposto a mostrar-se tão intransigente como seu pae? Vamos a ver, na questão do seu casamento, como elle já pertencia, no seu tempo, á escola dos opportunistas ou dos possibilistas, como se diz na Hespanha moderna.

Sábiam todos que o rei de Hespanha se opporia terminantemente ao casamento do duque de Bragança com uma princeza de qualquer casa reinante. Quiz-se tornear a difficuldade, procurando-se uma casa fidalga de Hespanha, que era ao mesmo tempo tão proxima parenta da casa de Bragança, que se podia considerar até como um ramo d'essa familia. Era a casa de Oropesa. A côrte hespanhola, porém, percebeu a subtiliza e negou o seu consentimento. Quem o rei de Hespanha ou antes o conde-duque de Olivares indigitára, era D. Luiza de Gusmão, filha do duque de Medina-Sidonia, allegando com apparencias de razão que essa familia tambem ducal era uma das mais nobres e mais ricas de Hespanha, que alli fôra um duque de Bragança procurar mulher, e que não havia razão portanto para que tal casamento se não fizesse.

A verdade era que o duque de Bragança procurara mu-

lher na casa de Medina-Sidonia, porque estava em circumstancias muito diversas d'aquellas em que se achava o duque D. João. E depois, o facto de ser o casamento recommendado pelo conde-duque de Olivares, bastava para o tornar pouco accetavel.

Era este o pensamento de D. Duarte e provavelmente o de seu irmão D. Alexandre. O duque hesitava e percebia que a sua transigencia diminuiria sensivelmente o seu prestigio em Portugal e elle não desejava perdê-lo; por outro lado, tambem achava de si para si que a obstinação de seu pae era uma pura caturrice, e que elle afinal de contas ia sacrificar as suas conveniencias, a sua mocidade, os seus prazeres á chimera de uma realza que nunca se tornaria uma realidade.

De Madrid, os seus emissarios aconselharam-n'o vivamente a que accettasse, lembraram-lhe que nada tinha de estranho o casamento com D. Luiza de Gusmão para o filho de D. Anna de Velasco, e que o facto de ser esse casamento protegido pelo conde-duque de Olivares, tornava-o ainda mais accetavel. «Com teu amo não jogues as peras,» podiam elles dizer. Por mais poderoso que fosse o duque de Bragança, sempre o seu amo era Philippe IV, representado pelo omnipotente ministro. Para que havia de jogar as peras com elle?

D. João rendeu-se facilmente, ou antes passou por cima das resistencias que encontrava na familia. Molestou-se com isso profundamente D. Duarte, o austero respeitador e seguidor das tradições de seu pae. Imaginava talvez tambem que essa esposa, recommendada pelo conde-duque de Olivares, devia ser uma creatura do ministro, que não vinha para Villa Viçosa senão para executora das suas vontades e dos seus planos, e a missionaria encarregada de converter á fé hespanhola o duque de Bragança, já tão inclinado para esse lado.

Enganou-se, como sabemos. A duqueza D. Luiza de Gusmão foi um dos mais poderosos elementos que Portugal encontrou no paço de Villa Viçosa para a proclamação da sua independencia.

Como o podia suppôr porém D. Duarte, ao vê-la entrar no paço ducal conduzida, por assim dizer, pela mão de Olivares? Pois foi pena devéras que houvesse esse equivoco, porque se não se tivesse estabelecido uma inimizade entre os dois cunhados, se D. Duarte se não tivesse opposto ao casamento, o que indispoz logo contra elle, como era natural, a duqueza D. Luiza, D. Duarte não teria saído de Portugal, ou, se tivesse saído a primeira vez, fixaria depois a sua re-

sidencia em Villa Viçosa, e, quando viesse a revolução de 1640, Portugal teria no seu territorio um principe militar valente, conhecedor dos segredos da guerra, que tanto apresaria a libertação definitiva.

III

Não concordamos absolutamente com o sr. Ramos Coelho, quando attribue as desavenças entre o duque de Bragança D. João e seu irmão D. Duarte aos ciumes que este e o seu outro irmão D. Alexandre tinham da influencia da duqueza e ao desejo que este mostrava tambem de que os cunhados não exercessem influencia no duque. E não concordamos, em primeiro logar porque não nos parece que fosse muito grande a influencia que os dois irmãos mais novos tivessem no mais velho; em segundo logar, porque tambem nos não parece que elles amassem tanto seu irmão que chegassem a ter ciumes do amor que elle podesse votar a sua esposa. Procurar estas razões, parece-nos um pouco aquillo que os Francezes chamam *chercher midi à quatorse heures*. As causas do desaccordo entre os cunhados são muito mais simples, ao que nos parece.

Desde o momento em que a duqueza sabia, e não podia ignoral-o, que D. Duarte e D. Alexandre tinham sido adversos ao seu casamento, era naturalissimo que os não visse com bons olhos, sobretudo sabendo qual o motivo principal d'essa opposição.

Os dois irmãos entendiam, como seu pae D. Theodosio, que o herdeiro dos duques de Bragança não podia casar senão com uma senhora de familia principesca. Ora D. Luiza de Gusmão entendia que a casa de Medina-Sidonia valia tanto como as dos mais poderosos principes da Europa.

Além d'isso, D. Duarte fazia guerra ao casamento, porque fôra o conde-duque de Olivares quem o aconselhára, e D. Duarte entendia que seu irmão não podia receber uma noiva das mãos do primeiro ministro de Philippe IV. E tanto mais altivamente o podia dizer, quanto elle mesmo regeitára a noiva que o conde-duque de Olivares lhe offerencia e que era a sua propria sobrinha.

Imagem como a duqueza de Bragança se irritaria pro-

fundamente com o sorriso de ironia que a cada instante lhe havia de parecer vêr fluctnar nos labios de D. Duarte. No meio ainda das mais reverentes cortezias, D. Luiza havia de perceber o seguinte pensamento: Fosse eu duque de Bragança, que não serias tu duqueza. Eu, irmão segundo, tive bastante hombridade para regeitar a noiva que Olivares me impunha; meu irmão, mais malleavel, resignou-se a receber quem Olivares lhe quiz mandar. Fosse commigo!

Por outro lado, D. Duarte não podia tambem deixar de olhar com reserva e desconfiança para a duqueza hespanhola. D'ahi resultaram forçosamente difficuldades de convivencia, intrigas, despeitos, irritações, e não tardou que o Paço se tornasse inhabitavel para o irmão de D. João IV.

Foi então que D. Duarte se resolveu a ir militar em algum exercito da Europa. Não lhe agradaria muito militar no exercito hespanhol. Tambem não podia ir alistar-se no exercito de um soberano inimigo. Escolheu, com bom criterio, o exercito austriaco, as bandeiras de um príncipe alliado e proximo parente da familia real hespanhola.

A viagem de D. Duarte torna-se notavel pelas questões que se levantaram no seu caminho, e que todas se relacionavam com a questão suprema n'esse tempo, a da etiqueta. Quem lê as memorias de Saint-Simon, quem vê a historia d'esses tempos, em que as principaes questões diplomaticas são sempre motivadas por discussões de etiqueta, percebe a importancia que ella tinha e que bem se comprehende, porque n'uma sociedade rigorosamente ordenada e dividida em cathogorias e classes, tudo o que significasse uma infracção a essas regras, e por conseguinte a intenção de fazer descer um individuo qualquer da classe a que pertencia, ou a pretensão d'este subir para uma classe superior, representava a violação das regras mais importantes da vida social.

Essa questão, importantissima sempre, ainda o era mais tratando-se de um membro da casa de Bragança. Zeloso dos privilegios da sua casa, e dos direitos que elle affirmava ter, D. Duarte não podia prescindir nem da mais leve consideração; seria isso não só uma falta de dignidade mas tambem uma falta de patriotismo. Por outro lado, o rei de Hespanha tambem não podia conceder aos duques de Bragança e aos membros da sua familia mais do que concedia aos grandes de Hespanha, aparentados com a casa real.

D'ahi resultou desde logo passar D. Duarte por Madrid sem fallar nem ao rei, nem ao ministro. Attribuem uns

essa falta ao duque, outros a D. Duarte; seria de ambos. Era importante effectivamente a questão de tratamentos e precedencias. D. Duarte queria manter as tradições do tempo de seu avô e de seu pae; Philippe IV e o seu ministro, que estavam tratando exactamente de acabar com todos os privilegios e prerogativas, não queriam manter umas tradições que Philippe II consentira, por consideração pessoal pelos duques de Bragança.

Não houve meio de se chegar a um accordo, e deu-se o factio insolito de ir pela primeira vez a Madrid um membro da casa de Bragança, sem ir cumprimentar o rei e sem fallar ao ministro. Esta culpa foi lançada, de certo, na conta corrente de D. Duarte, e depois paga cruelmente.

Emfim, D. Duarte, atravessando o Mediterraneo e a Italia, entrou em Allemanha e foi recobido pelo imperador Fernando II. Mas, antes da cerimonia, houve novas conferencias e novos debates.

D'essa vez o governo imperial resolveu a questão a favor de D. Duarte, e de um modo verdadeiramente extraordinario. Recebeu e tratou D. Duarte com o ceremonial com que foi tratado em Vienna o irmão do duque de Florença. Esta resolução era grave, e contra ella protestou o embaixador hespanhol. Effectivamente, receber o irmão do duque de Bragança, simples fidalgo portuguez, com as mesmas honras com que se recebia o irmão de um duque reinante, era quasi reconhecer os direitos da familia brigantina ao throno de Portugal.

Por isso D. Duarte ficou enthusiasmado com o acolhimento de Vienna. Previo elle n'esse momento o que na Allemanha lhe succederia annos depois? Não de certo, e comtudo é bem provavel que esses favores insignes não contribuissem pouco para a sua prisão. Quantas vezes o embaixador hespanhol diria ao imperador que a honra extraordinaria com que se recebera D. Duarte de Bragança, tinha contribuido bastante para animar as pretensões d'esta familia, e o imperador quereria expiar, servindo os projectos dos seus parentes, o erro que se commettera.

Da boa impressão produzida no animo de D. Duarte pelo imperador, dá elle conta a seu irmão n'uma carta curiosa que transcrevemos :

«Senhor, chego agora de beijar a mão ao imperador e imperatriz. Fui recebido com muita demonstração. O imperador me perguntou por vossa excellencia, e esteve um bom pedaço fallando commigo : disse-me que era necessario testemunhas para saber que era portuguez; porque pa-

recia que era allemão. Fez grande festa de lhe fallar em italiano. Dentro de seis ou oito dias parto para o exercito, para o que mé fico dispondo. Agora não sou mais largo, porque espero o correio. Disse-me o imperador que teria morto por sua mão, n'estes tres mezes passados, quinhentos e vinte e tres veados; e em doze dias que havia começado a matar porcos montezez passando de duzentos. Um dia d'estes matou um veado que pesou seiscentas e sessenta libras de dezesseis onças: — o que pesam ordinariamente são quatrocentas ou quinhentas libras. Pasinará vossa excellencia de ver os campos cobertos de milhares d'elles. Matam-os com redes; hão cornos d'elles de oito palmos, e de seis até sete é o ordinario, e tão grossos que parecem azinheiros. Tem-os postos em cabeças de pau pintadas, e está todo o palacio cheio. Disse-me o imperador que este inverno passado matára seiscentos e tantos porcos, e que um dia d'estes antes que me partisse, me havia de levar á caça. Deus guarde a vossa excellencia como pôde e é bem mistér. Beija a mão a vossa excellencia seu irmão, maior servidor e que mais lhe quer, D. Duarte. Mande vossa excellencia mostrar esta carta ao senhor D. Alexandre.»

Curiosa carta! Nem um cumprimento para a duqueza! E depois que futilidades! Faz lembrar a famosa carta de Carlos II a Maria de Neuburgo no *Ruy Blas* de Victor Hugo:

Madame, il fait grande vent, et j'ai tué six loups

Ou D. Duarte era muito inferior ao que d'elle a historia diz, ou em pouquissima conta tinha a intelligencia do duque seu irmão!

Por outro lado, este Fernando-II não é o imperador de Austria, é o barão de Munchausen! Que patranhas que elle impingiu ao seu hospede portuguez, que parecia allemão e lhe fallava em italiano! Singularissimo documento!

IV

Como era natural, apaixonou-se o sr. Ramos Coelho pelo seu heroe, e não ha virtudes de que o não supponha ornado. Contribue muito para nos fazer aceitar esta impressão do illustrado biographo, o martyrio que o biographado padeceu;

mas ainda assim, temos pena de que tão longe se deixasse arrastar o sr. Ramos Coelho pelo seu enthusiasmo que não nos deixe perceber bem, qual a indole e qual o character d'este principe. Que elle era generoso e valente, parece incontestavel; que na guerra dos Trinta Annos, em que tomou parte, foi um dos officiaes que trataram com mais prudencia os povos e os soldados, tambem parece provado; e effectivamente, bem sabemos quanto é violento o character allemão, em tempo de guerra, e podemos affiançar tambem, apesar das atrocidades da India, que em geral os portuguezes se tem mostrado de indole muito menos cruel que os homens de outras nações, principalmente das nações do norte. Demais D. Duarte fôra educado christãmente por seu pae, não recebera em sua casa senão exemplos de brandura, não o endurecera ainda o habito da lucta e era bem natural que tudo o levasse a proceder com mais lenidade do que os seus companheiros de armas.

Relativamente porém ao affecto que votava ao seu paiz, que é o que mais nos interessa, poucas informações seguras obtemos, devemos confessal-o, no livro do eminente academico. Bem desejaríamos por isso que o sr. Ramos Coelho publicasse, na integra, todos os documentos que lhe serviram para a sua historia. Nada ha mais importante. Cada um lê os documentos que encontra, debaixo do seu ponto de vista especial, e é das differentes interpretações que se pôde deduzir e apurar a verdade.

Nas cartas que até agora temos encontrado do infante D. Duarte, mal podemos reconhecer o principe intelligente que esperavamos encontrar. Bem sabemos que as preoccupações do seculo xvii eram muito differentes das actuaes, e que o que hoje nos parece frivolo e futil, era então considerado como de primeira importancia.

Ainda assim, não nos parece extremamente indicadora de uma viva intelligencia a epistolographia, quasi pueril, do infante.

Que o imperador Fernando II não fallasse a D. Duarte senão nos veados e nos porcos montezes que matava, prova isso simplesmente que o imperador era insignificante; mas que o infante reproduza embevecido essa conversação puerilmente cynegetica na carta por elle escripta a seu irmão, e que tanta importancia lhe ligue que peça ao duque de Bragança que a mostre ao irmão D. Alexandre, já abona pouco a alteza do espirito que esperavamos encontrar em D. Duarte. Emfim, vamos escrevendo as nossas impressões, á medida que vamos lendo o livro, e é possível que no periodo do seu captivo algumas cartas se encontrem que revelem

maior elevação de pensamento. Por ora, nada vemos que a abone.

Dos acontecimentos da guerra dos Trinta Annos não parece vêr senão o lado mais futil, os pequenos acontecimentos. Já não fallamos nas constantes preocupações da etiqueta. Quando Saint-Simon as tinha, que admira que as tivesse D. Duarte de Bragança?

Era um devoto? Não estranhámos também, mas arripia-nos a carta em que elle pinta Fernando II, que mandava assassinar Wallenstein e que tão cruel se mostrava, como um favorito de Christo, que ouvia a imagem do Crucificado fallar-lhe em latim. Tudo isso enfim perceberíamos, se fosse acompanhado por outras coisas. Comprehendemos todas as frivolidades, todas as preocupações de etiqueta, todas as manifestações de um espirito estreitamente devoto n'um joven principe do seculo XVII; o que não percebemos é que de outra coisa se não occupe também.

Qual foi o papel militar que D. Duarte representou na guerra dos Trinta Annos? Não podemos também adivinhá-lo. Vemos que foi feito sargento-mór de batalha, e coronel de um regimento, e isso prova alguma coisa, como também alguma coisa prova a estima que por elle parece ter tido Piccolomini, que era um habil general; mas escapa-nos completamente a comprehensão do modo como D. Duarte desempenhou esses postos nos combates em que esteve presente.

Ha um problema também n'esta vida do infante. E' a historia da sua vinda a Portugal em 1638. Que veio elle cá fazer? Veio simplesmente tratar dos negocios da sua casa, ou veio movido por alguma preocupação politica? Nada o pode demonstrar. Veio embarcado, para não ter que atravessar a Hespanha; e a bordo do seu navio portou-se denodadamente, porque o navio teve de se defender contra os ataques de uns corsarios barbarescos.

Partiu immediatamente para Villa-Vieosa, e a historia do seu regresso á terra onde nascera, ao Paço onde tinham corrido os annos da sua infancia, é traçada com mão de mestre pelo sr. Ramos Coelho.

Chega tarde, encontra o paço fechado, bate á porta, sentindo o coração pulsar-lhe com alvoroço, vem o criado velho abrir, e a sua alegria, e o reboliço que ha no Paço quando se tem conhecimento da chegada do moço principe, e a apparição do duque de Bragança que vem correndo ao seu encontro, e a amavel recepção da duqueza, tudo isso apresenta um quadro pittoresco e cheio de movimento.

Comtudo, passadas as primeiras expansões, parece que voltaram as discordias antigas. D. Duarte pouco se demo-

rou em Villa Viçosa, e partiu á pressa para Lisboa, com o pretexto de esperar ali mais perto o momento em que o navio que ia partir podesse levantar ferro. O sr. Ramos Coelho parece satisfazer-se com essa desculpa. Sinceramente não concordamos com tal opinião. Sem duvida a existencia no Paço de Villa-Viçosa tornou a ser tão intoleravel para elle como o fôra antes da sua partida. Porque? Não o sabemos.

D. Duarte parece que partiu de Portugal com a profunda convicção de que Portugal estava sendo definitivamente uma provincia hespanhola. Acabavam de ser suffocados rapidamente e em ondas de sangue os motins de Evora. D. Duarte nem quiz ouvir os fidalgos que instavam com elle para que ficasse, para que tomasse a direcção do movimento revolucionario, já que seu irmão não queria. D. Duarte viu o reino desarmado, e riu-se da possibilidade do triumpho de uma insurreição popular. Official do exercito austriaco, sabia quão facilmente um regimento continha e subjugava populações inteiras sublevadas. Trazia da Allemanha a impressão profunda da grandeza do poder da casa de Austria, sabia que intimas relações ligavam Vienna com Madrid, e comprehendia que n'um momento dado as duas potencias se uniriam para esmagar quem tentasse resistir a qualquer d'ellas. Era o oiro hespanhol quem subsidiava os regimentos austriacos que faziam a guerra dos Trinta Annos. Com mais facilidade podia a Hespanha concentrar esses regimentos na Peninsala.

O que tinha Portugal a oppôr-lhes? um punhado de homens que seriam esmagados tão facilmente como já o tinham sido os amotinados de Evora? As caturrices do sebastianismo? Essa impressão do sebastianismo foi uma das mais desagradaveis que o official austriaco levou de Portugal. Pareceram-lhe ridiculos esses sujeitos, que, se o não tomaram por D. Sebastião, o tomaram ao menos por um enviado do Encoberto. Era com esses visionarios que Portugal esperava recuperar a sua independencia?

Estas impressões de D. Duarte explicam mais do que tudo a fatalidade do seu destino. Accusaram D. João IV, accusaram Francisco de Lucena de o não terem avisado a tempo. Ainda que o avisassem, succederiam exactamente as mesmas coisas. A primeira impressão que D. Duarte teve quando scube da revolução de Portugal, foi que estavam todos doidos, e que seu irmão não era decerto o menos insensato. Este estado do espirito de D. Duarte é que precisa de ser muito estudado. Veremos que luz lança n'esta questão importantissima a historia do seu captivo.

Por ora, a impressão que temos é esta : podia receber D. Duarte todos os avisos que de Portugal lhe quizessem mandar, que elle só a muito custo se resolveria a voltar á patria.

V

Se dizemos que o infante D. Duarte não mostrou pela causa nacional o entusiasmo que sempre suppozemos que elle sentira, é porque nos auctorisam a suppô-lo assim os documentos citados pelo sr. Ramos Coelho e a sua propria narrativa.

«Continuava D. Duarte no seu quartel de Seyphen, diz o sr. Ramos Coelho, quando inesperadamente recebeu a noticia (enviada por um dos gazeteiros que pagava, sobretudo em Nuremberg, para o trazerem ao corrente dos acontecimentos politicos) de que Portugal se havia sublevado. No correio ordinario seguinte recebeu outro aviso, accrescentando que o duque de Bragança fôra proclamado rei.

Ficou o infante incredulo e confuso, e dizia: Isto não pôde ser; isto é maldade; o duque apaziguou o tumulto de Evora ha poucos annos; será outro igual. Mas o aviso repetiu-se quatro ou cinco vezes e até alguns seus criados lh'o levaram de fôra. Estes factos, segundo o seu testemunho, succederam pelos Reis de quarenta e um. O seu criado Noé, que o acompanhava e merece todo o credito, diz que pelo Natal, o que vem a dar no mesmo. Passaram-se dias, e, no meiado do mez, estando no refeitório do convento dos Capuchinhos de Kuispray, pouco distante do seu quartel, onde fôra confessar-se, e dispondo-se para comer com elles, chegou de Ratisbonna o tenente coronel De Redoan, o qual lhe contou, diante de D. Camillo Gonzaga, o que voga a respeito de Portugal, e mais o que ouvira em casa de D. Francisco de Mello, e que um dos plenipotenciarios do duque de Mecklemburgo lhe participara terem-o mandado prender como cumplice na sublevação de seu irmão.

Estas novas foram confirmadas no dia seguinte por cartas que recebeu de Augsburgo.»

O sr. Ramos Coelho cita ainda algumas informações relativas a este assumpto e acha-as inverosimeis, até as que dá o proprio Fr. Timotheo de Seabra Pimentel, e accrescenta :

«Se portanto o infante houvesse recebido aviso certo e

fidedigno dos successos de Portugal, no tempo conveniente ter-se-hia posto em salvo, e a causa da independencia contal-o-hia entre os seus mais extremos defensores. Mas, em lugar d'isso, apenas nos principios de janeiro de quarenta e um, soube vagamente o que acontecera e tanto que nem o acreditou; e, quando pelo tenente-coronel De Redoan, e por carta datada de Augsburgo, lhe veio a confirmação do caso, mas ainda confuso e deturpado pelos inimigos, foi-lhe participado justamente pelo mesmo tenente-coronel, e diante de Camillo Gonzaga, que o tinham mandado prender. Posto n'esta triste situação, vendo nos dois talvez dois espias, julgando que outros o saberiam que outros o guardariam, que por toda a parte o procuravam, que partido lhe restava tomar?

O que elle entendeu dever tomar foi seguir para Ratisbonna, onde foi preso no dia 2 de fevereiro de 1641, quando desde 25 de dezembro de 1640, ou desde 6 de janeiro de 1641 sabia que Portugal se sublevára e que seu irmão tinha sido aclamado rei!»

As desculpas apresentadas pelo sr. Ramos Coelho mais contribuem, emquanto a nós, para aggravar a posição do principe. D. Duarte não sabia bem o que aquillo era, suppunha que era uma revolução sem importancia, que seria abafada como foi a de Evora, que seu irmão andava alli mais como juguete de sublevados do que como um verdadeiro chefe. Mas por amor de Deus, é isso o que axactamente nos revolta! E' que D. Duarte não se resolvesse a defender a causa da sua patria, senão quando lhe dêssem provas evidentes de que ella triumpharia. Estavam servidos os quarenta fidalgos de 1640, se tambem fizessem todos esses calculos nos seus palacios! Sairam para a rua e jogaram a sua cabeça devéras, muito a valer, porque se fossem os Hespanhoes que tivessem triumphado, essas quarenta cabeças rolariam inevitavelmente no cadafalso! E D. Duarte hesita, duvida, e está um mez pouco mais ou menos sem investigar devéras e muito a serio o assumpto! Pois nem sequer, quando o tenente-coronel De Redoan o avisou de que o tinham mandado prender, signal certissimo de que rebentara a revolução com gravidade, nem então comprehendeu que o seu dever era partir immediatamente para o seu paiz!

O que elle queria sobretudo era manifestar bem claramente ao imperador da Allemanha e ao embaixador de Hespanha que elle lavava as mãos do que podesse acontecer em Portugal, e apparecer em Ratisbonna como fiel yassallo de S. M. Philippe IV, emquanto os seus patricios se revol-

tavam. Esta é que era a attitude que elle queria tomar, e logicamente se comprehende quando nos lembrarmos do modo como elle tratara em Portugal os que pensavam na restauração! na descrença absoluta que elle tinha na possibilidade da resistencia! na falta de enthusiasmo que elle sentiu pela independencia de Portugal!

O que! dir-se ha, mas é este o filho predilecto de D. Theodosio, o homem que resistiu energicamente ás tentativas de Olivares para lhe fazer desposar sua sobrinha? E' este mesmo, como são os mesmos Portuguezes que vivem na patria, aquelles que estiveram algum tempo nos paizes estrangeiros, e que, ao voltarem á sua patria, tudo encontram inferior, mesquinho, incapaz! Essa raça não se extinguiu, nem se extinguirá nunca.

Estamos a ver o infante lamentando a louca e disparatada imprudencia d'esses mesquinhos portuguezes, que se atreviam a querer medir-se com os terços hespanhoes, com aquelles famosos terços hespanhoes! Nem quiz ser cúmplice de taes loucuras.

Acha-lhe razão, sr. Ramos Coelho? Pois eu não acho. Se D. Duarte tivesse tido razão, se effectivamente a revolução tivesse sido subjugada, D. Duarte, mostrando a Fernando de Austria que elle se mantivera fiel á bandeira hespanhola, receberia talvez a cada patente de general, e seu irmão subiria talvez ao cadafalso; e, se não subisse elle, subiriam os temerarios fidalgos, que, para sairem á rua para jogarem a sua cabeça em defeza da liberdade da patria, não exigiram informações minuciosas nem garantias de que a revolução triumpharia.

E não ha um documento citado ainda pelo sr. Ramos Coelho que plenamente confirma o que dizemos? Não censurou o infante D. Duarte, diante de todos os que o ouviram, o procedimento de seu irmão? Não se offereceu para ir a Portugal subjugar a revolução, aconselhar o duque a que entrasse na obediencia? Não chegou até a offerecer a sua espada ao soberano hespanhol para combater os seus compatriotas?

Cita o sr. Ramos Coelho, ainda em defeza do infante, o nome de muitos Portuguezes que offereceram as suas espadas a Philippe IV para combaterem a revolução, e nota que muitos d'elles, apenas poderam, correram a Portugal, mas foi para servir a causa da liberdade. O mesmo faria talvez o infante, não o duvidamos, e os seus protestos de dedicação ao governo hespanhol seriam motivados pela necessidade em que estava de disfarçar os seus verdadeiros sentimentos; mas infelizmente o infante não fez a mais leve

tentativa para se escapar, fossem quaes fossem os perigos que corresse. Já o dissemos. Podia duvidar da revolução, enquanto foram informações sem caracter official que lhe deram a noticia; mas quando o tenente-coronel De Redoan lhe communicou a noticia de fonte official, quando lhe disse que o soubera em casa do proprio D. Francisco de Mello, quando lhe affirmou que até o iam prender, porque é que o infante D. Duarte não tratou immediatamente de se escapar a todo o custo? Porque podia correr perigos, porque podia ser apanhado? Mas perigos correram, e risco de ser apanhados tiveram todos os Portuguezes que militavam fóra do seu paiz, e que partiram para Lisboa, assim que tiveram noticia da revolução. Não correram perigos extraordinarios os Portuguezes que estavam em Carthagená das Indias?

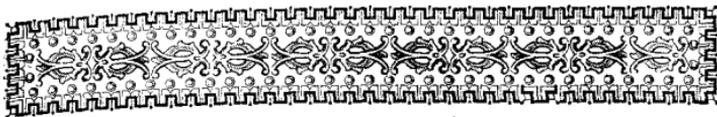
Porque é que se dirigia D. Duarte a Ratisbonna a apresentar-se ao imperador? Não era para testemunhar com a sua presença que estava completamente isento de responsabilidades na revolução de Portugal?

E se o imperador, em vez de o prender, como fez tola-mente, houvesse dito a D. Duarte que fazia plenissima justiça ao seu character, e que se contentava com a palavra de honra que elle lhe desse de que não tentaria partir? O que faria D. Duarte? Dava a sua palavra de honra, de certo, ou fazia um juramento sagrado, o que era mais conforme com os costumes do Tempo. E depois?

Os hespanhoes e os allemães limpavam-se da macula que ennodou a sua historia, e D. Duarte desempenhava o vergonhoso papel de um renegado, como o foi D. Francisco de Mello, ou como o foi o marquez de Castello Rodrigo.

Felizmente para a memoria de D. Duarte, o procedimento do imperador foi indigno, e o pobre principe teve o martyric.





IX

As instrucções dos ministros francezes em Portugal

I

A commissão dos archivos diplomaticos de França, está publicando a compilação das instrucções dadas aos ministros francezes nas diversas côrtes estrangeiras, desde os tratados de Westphalia até á revolução. O terceiro volume d'essa collecção preciosissima é consagrado a Portugal, e a publicação d'esse volume foi confiada ao visconde de Caix de Saint-Aymour, que se desempenhou d'esse encargo publicando o com a respectiva introdução e varias notas.

Não tivemos ainda occasião de ver esse volume preciosissimo para a nossa historia, mas o artigo critico publicado a seu respeito na *Revista Azul*, pelo redactor encarregado da *Palestra Historica*, o sr. Alfredo Rambaud, mostra como, com as melhores intenções d'este mundo, os escriptores francezes continuam a ser a nosso respeito de uma injustiça plenamente justificada pela ignorancia que confessam ter da nossa historia. O sr. Alfredo Rambaud, que é aliaz um dos mais eminentes historiadores francezes do nosso tempo, confessa logo no principio do seu artigo que a historia de Portugal é mal conhecida em França, e — digâmos tambem a verdade — o seu artigo o demonstra. A avaliar pelo *compte-rendu*, a introdução do visconde

de Caix de Saint-Aymour mostra o mais perfeito conhecimento da historia portugueza e das circumstancias a que se referem as instrucções dadas aos embaixadores francezes, instrucções colleccionadas.

Diz o sr. Alfredo Rambaud que a origem revolucionaria da restauração portugueza de 1640 atrapalhava muito Richelieu, que não desejava sancionar o principio da legitimidade da insurreição, mas que enfim, o interesse foi mais forte do que o principio legitimista, e que a França se resolveu a ajudar-nos, como ajudou os Napolitanos e os Catalães, «reservando-se o direito de se não lembrar mais d'elles quando encontrasse boa occasião de assignar a paz com os seus senhores.»

Esta confissão é preciosa e justa. Foi effectivamente assim que os Francezes nos trataram, abandonando-nos na paz dos Pyreneus, depois de nos terem auxiliado mediocremente durante a lucta. Agora, as desculpas que se seguem é que são extraordinarias.

«E' verdade que os Portuguezes fizeram todos os esforços para justificar, pela sua molleza durante a lucta contra o inimigo commum, a politica egoista que o governo inglez adoptára. Nada se pode obter d'elles, nem exercito seriamente organizado, nem diversão energica no flanco da Hespanha, nem offensiva um pouco decidida. O novo rei de Portugal, tão resolutivo quando não se tratava senão de conspirar, passa a ser um monarcha indolente logo que se senta no throno.»

Não ha uma só palavra em tudo isto que não represente um erro de apreciação, ou um erro de facto.

Se Portugal fosse legitimamente accusado de molleza contra o inimigo commum, é evidente que dentro em pouco estariam os Hespanhoes em Lisboa. Parece que nós é que tinhamos de conquistar a Hespanha! Nós pensavamos de nos defender, e tão energicamente nos defendiamos que os Hespanhoes não conseguiram tomar-nos um palmo de terreno, e eram obrigados a manter contra nós forças consideraveis em toda a extensão da fronteira, na do Minho, na de Traz-os-Montes, na da Beira, na do Alemtejo e até no Algarve.

Não era possivel conseguir de nós que tivessemos um exercito seriamente organizado! E' boa! Se o não tivessemos estavamos servidos! Com os regimentos que Richelieu nunca nos mandou, com os soldados francezes que nunca por cá appareceram?

Não faziamos uma diversão energica no flanco da Hespanha! Se a França, mil vezes mais poderosa do que nós,

a não fazia, como havíamos de nós fazel-a? Os exercitos francezes pouco adiante passaram da fronteira hespanhola, e para diante da fronteira hespanhola passámos nós muitas vezes, tanto assim que foi em pleno territorio hespanhol que ganhámos em 1644 a batalha de Montijo.

Não tomavamos a offensiva! Tanto a tomámos que fomos bater os hespanhoes em Hespanha. Mas como podiamos fazer mais? A organização do nosso exercito era admiravel, mas era uma organização defensiva, como não podia deixar de ser, pelo character da nossa guerra, e pela situação em que a Hespanha nos deixára. Bem procurára ella desorganisar todas as nossas forças, levar-nos para Flandres os nossos melhores officiaes, arrancar dos arsenaes a nossa artilheria. Sem recursos, sem auxilios, defendemos na Europa o nosso territorio, mantivemos a lucta com os Hollandezes na India, arrancámos-lhes, no Brazil, Pernambuco, e Angola na Africa, e ainda somos accusados de molleza!

Em seguida o sr. Alfredo Rambaud lança-nos em rosto a nossa sujeição aos frades, aos jesuitas, aos inquisidores. Diz que os embaixadores francezes são obrigados a tratar sempre com padres, e escreve a seguinte phrase, que mostra bem com que superficialidade o illustre escriptor estudou o seu assumpto:

«A diplomacia recorre a expedientes de opera-comica: procura-se actuar na rainha, fazendo brilhar diante dos seus olhos a esperança de casar sua filha com o rei Luiz XIV».

Que rainha era esta que se procurava fascinar com essa esperança? Não era de certo a rainha Luiza de Gusmão, cuja filha casou com o rei Carlos II de Inglaterra. Se o fosse, este periodo estava em perfeita e absoluta contradicção com outro que mais abaixo se lê, e em que, fallando das relações entre a Inglaterra e Portugal que Mazarino provocára, diz:

«Foi uma idéa desgraçada: Inglezes e Portuguezes entenderam-se maravilhosamente; uma irmã do rei Affonso desposou o rei de Inglaterra, Carlos II»

Ora parece que se foi uma idéa desgraçada o praticarem certo acto, que dava em resultado o casamento do rei da Inglaterra com a filha de Luiza de Gusmão, seria uma idéa feliz a que desse em resultado o casamento da mesma princeza portugueza com Luiz XIV. N'esse caso como é que o sr. Alfredo Rambaud pode chamar a essa idéa feliz, que elle lamenta não se tivesse posto em pratica, um meio de opera-comica?

Não é esta observação applicavel á filha de D. Luiza de

Gusmão e de D. João IV, mas sim á filha de D. Pedro II? N'esse caso a rainha com quem se empregava *um meio de opera-comica* era... uma franceza, Maria Francisca Izabel de Saboya d'Aumale e Nemours.

O sr. Alfredo Rambaud esquece-se frequentemente de que n'esse periodo estava uma princeza franceza sentada no throno portuguez. Querendo explicar o motivo da nossa abstenção na guerra de 1673, diz o sr. Alfredo Rambaud, zombeteiramente: «O que contribuiu para se conservar na inacção, foi o nosso enviado d'Aubeville não captar as boas graças do padre la Ville, confessor da rainha Izabel. Ordenou-se ao seu successor que tratasse quanto fosse possivel de entrar nas boas graças d'esse padre; foi tudo inutil, e os Portuguezes ficaram em casa.»

Ora esta rainha absolutamente dominada pelo seu confessor, não era uma Portugueza beata, de espirito estreito; era uma Franceza, educada na cõrte de Luiz XIV, de espirito largo e aberto.

D'ahi por diante o sr. Alfredo Rambaud caminha perfeitamente ás apalpadellas. Os documentos que lê dão-lhe umas idéas vagas da verdade, mas como não conhece os factos, a sua apreciação é sempre insensata. Depois de dizer que ficámos completamente sujeitos á influencia ingleza accrescenta:

«Por isso em 1665, quando principiámos contra a Hespanha a guerra da Successão, é esse o momento que escolhem os Portuguezes para concluirem a paz com os seus inimigos hereditarios.»

Ora em primeiro lugar nós não concluimos a paz em 1665. Em segundo lugar havia em Portugal um grande ministro, que queria effectivamente que nos alliassemos intimamente com a França. Esse ministro foi derrubado, e derrubado por quem? Exactamente pela rainha, por essa princeza da cõrte de França, que viera a Portugal com o intuito de favorecer a politica e as vistas de Luiz XIV, e que empregou todos os esforços para derrubar o ministro que representava no mais alto grau, em Lisboa, a politica philo-franceza e a politica de alliança com Luiz XIV.

Essa princeza tinha de ser duplamente funesta a Luiz XIV, funesta porque impediu Portugal, ainda fremente com a sua victoria de Montes-Claros, de se lançar de novo e energicamente na lucta, e de favorecer por consequente, de um modo importantissimo, os planos de campanha dos generaes de Luiz XIV, funesta porque esteve para trazer consigo Francisca d'Aubigne, depois de Maintenon, e não a trouxe.

Estranha tambem o sr. Alfredo Rambaud que nós não tivéssemos entrado nem na guerra de 1683, nem na liga de Augsburgo. Essa critica, depois de confessar que os Francezes se esqueciam dos seus alliados, quando achavam ensejo proprio de fazer a paz com o inimigo commum, chega a ter graça. O exemplo do tratado dos Pyreneus era animador. Estavamos em paz com a Hespanha, no pleno gozo da nossa independencia, e haviamos de ir romper a guerra unica e exclusivamente para servir os interesses de Luiz XIV, que se reservava o direito de fazer a paz sem se lembrar de nós .Pois não.!

Em compensação diz o sr. Alfredo Rambaud que fomos na peninsula, durante alguns periodos da Successão, alliados ardentes dos Inglezes e do archiduque Carlos. Podéra! Acha o sr. Alfredo Rambaud que podiamos ver com bons olhos a fundação de uma monarchia que supprimia os Pyreneus, e que unia na defeza dos interesses hespanhoes a Hespanha e a Franca? Seria insensato o estadista portuguez que encarasse com indifferença a possibilidade da realisação de semelhante alliança interior entre as duas nações visinhas.

Accrescenta o sr. Rambaud, a proposito da guerra da Successão, «que alguns dos nossos (dos francezes) mais terribes golpes caíram sobre elles; foram elles sobretudo que o marechal de Berwick teve de esmagar na batalha de Almanza (1706).»

Isso é perfeitamente exacto; foi o marquez das Minas o general derrotado em Almanza, e foram uns poucos de regimentos portuguezes que caíram prisioneiros. Para ser imparcial porém deveria o sr. Alfredo Rambaud lembrar que, antes d'essa infeliz batalha, o marquez das Minas levára de rota batida o marechal Berwick, e entrára como conquistador em Madrid, aonde chamou o archiduque Carlos para se fazer coroar rei de Hespanha.

São tantos os erros e as injustas apreciações do sr. Alfredo Rambaud que temos de adiar forçosamente para um segundo e ultimo capitulo o resto das nossas observaões.

II

Lendo-se o prefacio do sr. de Caix de Saint Aymour e sobretudo o artigo do sr. Alfredo Rambaud, que appareceu na *Revista Azul*, pasma-se da ignorancia que os escriptores francezes continuam a manifestar a nosso respeito e da

frivolidade com que persistem em tratar todos os assumptos, em não os estudarem ao menos perfunctoriamente. Pois o sr. Alfredo Rambaud, o auctor da *Historia da civilização franceza*, o auctor de tantos escriptos importantes ácerca da Russia, é um escriptor de sciencia e de consciencia, mas em todo o caso entendeu que não valia a pena incomodar-se com este pequeno paiz, estudal-o para lhe fazer justiça. Contentou-se com um certo numero de phrases feitas, que formam a opinião franceza ácerca de Portugal.

Quando falla da nossa participação na guerra da successão, diz que «tomámos partido contra a Hespanha e contra a França, *transportando para esta todo o odio que tinhamos, votado á primeira.*»

Onde é que se sente esse odio á França? Separa-nos a guerra por alguns annos, mas os nossos fidalgos casavam em França, e em questões de gosto, de moda e de elegancia era ainda a França que dava o tom em Portugal. D. João V tinha a mania de imitar Luiz XIV, e Pedro II que não amou senão francezas em toda a sua vida, primeiro sua cunhada e sua mulher, depois a sua amante, Armanda du Verger, não podia ter realmente um grande odio á patria dos seus amores.

«Na peninsula, continua o sr. Alfredo Rambaud, foram alliados ardentes dos inglezes e do archiduque Carlos.»

Seria melhor que tivéssemos ficado neutraes, mas, a entrar na lucha, evidentemente seria absurdo que sustentássemos a causa da dynastia Bourbon, que supprimia os Pyreneus, e nos tirava a esperanza da alliança franceza em qualquer lucha nova com a Hespanha.

«Alguns dos nossos golpes mais terriveis caíram sobre elles, foram elles sobretudo que o marechal de Berwick teve de esmagar na batalha de Almanza.»

Já dissémos que seria bom que o sr. Alfredo Rambaud não supprimisse na sua narrativa a primeira parte da guerra na Successão. Esta guerra não principia nem na batalha de Almanza, nem na batalha de Denain. Antes d'essas victorias que salvaram Luiz XIV, soffreu o grande rei as terriveis amarguras, e se foi sobre nós que desabaram alguns dos seus golpes mais terriveis, tambem foi de nós que recebeu algumas das suas feridas mais crueis. Basta lembrarmos ao historiador francez que Almanza fica no oriente da Hespanha, e que Portugal fica no occidente. Para irmos ser batidos em Almanza, era inevitavel que tivéssemos atravessado a Hespanha toda. Fôra pois o que fizemos, e o marechal de Berwick não fizera senão recuar diante do exercito do marquez das Minas, passando pela

humilhações de ver cair nas mãos dos portuguezes a capital de Philippe V. Madrid teve de abrir as suas portas ao general de D. Pedro II, que convidou o archiduque Carlos a vir fazer a sua coroação em Madrid.

Mudou depois a sorte das armas, e o marechal de Berwick recuperou n'um dia feliz o que perdera n'um anno, mas parece-nos que era justo e digno que o distincto escriptor francez não esquecesse factos tão importantes para se ir lembrar das nossas derrotas, escurecendo os nossos triumphos. Tão superficialmente conhece o sr. Alfredo Rambaud o nosso paiz que nem sequer acerta em designações rudimentares. Falla no tratado de Methwen, e mostra as desvantagens que d'elle para nós resultavam. «Mas diz o sr. Alfredo Rambaud, nem todo o oiro do Brazil, *nem todo o vinho dos Algarves* chegavam para pagar as mercadorias de qualidade mediocre, com que a Grã-Bretanha inundou o seu territorio.»

O vinho dos Algarves! como o sr. Alfredo Rambaud conhece bem a geographia agricola de Portugal e as nossas localisações enológicas! como não é natural que o sr. Alfredo Rambaud ignore que o grande vinho portuguez é o vinho do Porto, suppoz naturalmente que o Porto era uma cidade do Algarve.

O artigo do sr. Rambaud, a que nos referimos, não chega a ter duas paginas; pois não ha um só periodo em que se não encontre um erro de facto ou um erro de observação. «Em 1713, diz o sr. Rambaud, os inglezes tinham recebido como deposito Tanger, que devia reverter para Portugal.» Já se vê que o sr. Alfredo Rambaud não sabe que Tanger fez parte do dote que a infanta D. Catharina recebeu quando desposou Carlos II, rei de Inglaterra em 1662.

Não digo que o facto seja extraordinariamente importante e que seja um grande ignorante o sr. Alfredo Rambaud por não o conhecer. Mas emfim, quando se trata de um assumpto qualquer, a primeira obrigação de um historiador consciencioso é estudal-o. O sr. Alfredo Rambaud podia dispensar-se perfeitamente de fallar de Portugal, mas, desde o momento que nos faz essa honra, devia, parece-nos, fallar com conhecimento de causa.

O profundo desdem com que o sr. Alfredo Rambaud nos trata em tudo transparece. Chega a ponto de lhe escurecer a perspicacia de historiador. Por exemplo: O seculo XVIII em toda a Europa é o seculo da etiqueta, das pequeninas questões diplomaticas. Pois quem ler o artigo do sr. Rambaud fica imaginando que essas puerilidades eram um pri-

vilegio de Portugal, que fazia rir a Europa inteira, occupando-se d'essas mesquinhas questões.

«Com a sua impotencia politica (*de Portugal*) crescia o formalismo da sua diplomacia. Por uma questão de fórma, a saber quem é que devia fazer a primeira visita, se era o embaixador francez se o primeiro ministro portuguez, estiveram quasi interrompidas as relações entre os dois paizes durante muitos annos, e foi o rei de França que teve de ceder!»

A bonhomia d'esta ultima phrase é impagavel. Está a gente a ver o rei de França a encolher os hombros desdenhosamente ao ver que o rei de Portugal se occupa com semelhantes futilidades, e a dar ordem, sorrindo, ao seu embaixador que não insista. Mas basta lermos as *Memorias* de Saint-Simon para vemos que essas questões de etiqueta tinham então em França a mais alta importancia, a ponto de um espirito de primeira ordem como o duque de Saint-Simon não ter em toda a sua vida outra preocupação maior que não fosse a das precedencias. Tambem a França esteve para romper as suas relações diplomaticas com outros paizes por meras questiunculas de etiqueta.

Pois então quando essas questões teem em toda a Europa uma importancia suprema, é justo que só a Portugal se lance em rosto occupar-se d'essas ninharias? Quando a questão de precedencias entre o embaixador francez e o embaixador allemão em Roma dava origem a scenas violentissimas e offensivas á Santa Sé, pode-se estranhar que o governo portuguez mantivesse energeticamente as suas prerogativas e os seus direitos? Mas, se o governo portuguez cedesse n'essa occasião, passaria aos olhos da Europa por um governo destituido absolutamente de energia, e que se resignava ao papel humilhante que o embaixador francez muito de proposito lhe queria fazer representar.

Estas disposições do sr. Alfredo Rambaud chegam a pôr no seu artigo notas de um comico inexcedivel. Querem ver como elle classifica o rei D. José? «E' ignorante como um sachristão, mandrião como um lazzarone, manchando com as suas devassidões as mais nobres familias.»

Horror! ahí está uma coisa que no seculo XVIII só em Portugal se viu — um monarcha tendo por amantes as fidalgas da sua côrte! Felizmente, n'esse tempo quem reinava em França era Luiz XV, celebre pela sua castidade. Esse virtuoso rei não foi amante nem da duqueza de Châteauroux, nem de nenhuma outra fidalga da sua côrte. Não foi elle quem fez do seu leito de devasso o throno d'onde emanavam os decretos. Ao menos, el-rei D. José, se era

amante da marquezinha de Tavora, o que aliás é puramente conjectural, procurava-a de noite a occultas, emquanto Luiz XV ostentava, sem hesitação, os seus amores, estabelecendo as suas amantes no Paço, impondo-as a sua mulher, transformando o Paço em harem official, onde nem sequer ao menos a sultana favorita era a mulher legitima. D. José podia ter amantes, mas quem governava o reino era o marquez de Pombal. Luiz XV podia ter ministros, mas quem governava o paiz era a Pompadour.

Continuando a analysar a politica portugueza no seculo XVIII, debaixo de um ponto de vista extremamente revoltante, o sr. Rambaud estranha que Portugal, durante a guerra dos Sete Annos, não tivesse podido ser levado a não se alliar com os Inglezes. E' infeliz o sr. Rambaud: não censura as nossas alianças, senão no momento em que ellas são perfectamente justas e acceitaveis. Pois queria o sr. Rambaud que Portugal se fosse ligar com a França e com a Hespanha reunidas? Não, de certo; por motivos identicos aos que determinaram a sua attitude na guerra da Successão, devia Portugal na guerra dos Sete Annos oppôr-se a tudo o que o arrastasse no sulco d'essas duas grandes naus suas visinhas, e o escudo era n'essa occasião, como em muitas semelhantes o foi, a Inglaterra.

Termina o sr. Rambaud citando o trecho final do prefacio do sr. de Caix de Saint-Aymour.

Esse trecho é o seguinte:

«Depois de 1789, emquanto a Europa inteira, debaixo do impulso francez, entrava a plenas velas na corrente das idéias modernas, Portugal como que timbrou em lhes oppôr a inercia e o desdem. Foi necessario que viesse a guerra civil, que viesse a guerra estrangeira, que viessem novas revoluções, para o levar ao que é hoje — uma das monarchias mais constitucionaes de que se honra a Europa contemporanea.»

Que o sr. de Caix de Saint-Aymour escrevesse isto, e que o sr. Alfredo Rambaud o citasse com applauso, chega a parecer cassoada. Pois então a Europa levada pelo impulso da França, entrou a plenas velas na corrente das idéias modernas? E' novo para nós! julgavamos que a Europa toda reagira energicamente contra ellas, que a propaganda revolucionaria se fôra infiltrando lentamente em todos os paizes, tanto em Portugal como nos outros.

Suppunhamos ainda que a primeira vez que essas idéias tinham podido manifestar se á luz do dia fôra da França tinha sido em 1820, e que exactamente os paizes onde a revolução, explodindo subitamente, revelára o caminho que

tinham feito as idéas modernas no seu scio, tinham sido a Italia, a Hespanha e Portugal. Então como é que Portugal timbrou em oppôr ás idéas modernas a inergia e o desdem? O governo portuguez, de certo, a ellas se oppóz, mas não com mais energia que os governos de todos os outros paizes. E' necessario desconhecer absolutamente não só a historia portugueza, mas a historia do seculo XIX, para terminar um estudo historico ácerca de Portugal com esse periodo — digames a palavra — perfeitamente inepto.





IX

Vida íntima de ministros portuguezes no tempo de D. João V

No precioso livro do cavalheiro de Oliveira *Amusement historique* ha curiosas informações a respeito de varios assumptos importantes, cuja historia íntima desconheceriamos completamente, se não fossem as meias revelações que o cavalheiro de Oliveira nos faz incidentalmente n'um livro que não tem nem por sombras a caracter de *Memoorias*, e onde as mais preciosas informações se acham engastadas n'umas dissertações extremamente seccantes e misturadas com umas semsaborias com pretensões a engraçadas, a que o auctor chama *Almanach infallivel*.

Um dos homens a quem elle se refere mais frequentemente é o conde de Tarouca, e as informações que dá a respeito d'elle devem ser averbadas de suspeitas, porque foi a desavenças com o conde de Tarouca que o cavalheiro de Oliveira deveu o ter de sahir do corpo diplomatico portuguez, de abandonar emfim a sua patria e a sua religião.

Apesar de tudo, o conde de Tarouca, mesmo pelo livro do cavalheiro de Oliveira se vê que era homem importante, estimado na cõrte de Vienna de Austria, e diplomata consciencioso e zeloso.

Era devoto? Todos o eram n'esse tempo, até o proprio cavalheiro de Oliveira. Comtudo, já antes de deixar o ca-

tholicismo, começara este a ser um pouco livre pensador. Estando na legação de Vienna como secretario, discutia muito com o seu chefe o conde de Tarouca, questões religiosas. O conde de Tarouca sustentava a idéa de que o Papa tinha mais poderes no Paço Olympico do christianismo do que o proprio S. Pedro, simples porteiro da casa. No seu entender o Papa podia fazer sair do Paraizo algum dos santos de menos importancia.

E' curioso este facto apontado pelo cavalheiro de Oliveira, porque mostra bem as transformações perfeitamente identicas que soffrem as religiões na sua successiva evolução. No seculo XVIII a classe sacerdotal tomára um immenso predomínio, quasi se transformára n'uma casta. Ora acontecia com elles o mesmo exactamente que succedia com os brahmanes. No periodo especialmente sacerdotal do brahmanismo, tinham elles feito penetrar no espirito dos crentes a idéa de que os brahmanes eram mais poderosos que os proprios deuses. Era exactamente o periodo em que entrava a religião catholica.

Apesar d'isso o conde de Tarouca sempre se deixára influenciar pelas idéas das côrtes em que vivera, a ponto de sustentar com o cavalheiro de Oliveira discussões, que em Lisboa o conduziriam á fogueira, apesar de ter um sobrinho inquisidor. Esse mesmo sobrinho fôra causa de umas palestras mais curiosas entre o conde de Tarouca e o seu secretario, sustentando que seu sobrinho, Nuno da Silva Telles, era um homem honradissimo, não obstante a sua qualidade de membro do Tribunal do Santo officio. Esse *não obstante*, como se vê, era muito pouco respeitoso para a Inquisição.

O cavalheiro de Oliveira sustentava, pelo contrario, que a qualidade de Inquisidor e a de homem honrado eram incompativeis. Se estivessem em Lisboa, iam com toda a certeza concluir o seu debate nos carcerees do Rocio.

O conde tinha, afinal de contas, algumas razões para não confiar muito na virtude dos padres. Havia uma rapariga que elle honrára com as suas preferencias, e que tinha de portas a dentro, porque a casara com um dos seus criados, chamado Rocha. Um bello dia a rapariga fugiu-lhe com o seu proprio filho, e furtou-a ao filho do conde o padre Domingos de Araujo Soares. Se o papa tirava santos do ceu, os capellães tiravam raparigas do asylo honesto, onde viviam em doce convivio com o marido, o patrão do marido e o filho do patrão. O padre Domingos naturalmente achou esta trindade pouco catholica e fez o sacrificio de se-lhe substituir.

Não era muito feliz com a familia o conde de Tarouca. O filho fugira-lhe com a amante, o sobrinho era inquisidor, o irmão, o marquez de Alegrete, levára em Lisboa uma formidavel bofetada de D. Rodrigo da Costa, governador da India, e ficara com ella, de fórma que o pobre cavalheiro de Oliveira não podia sustentar com elle uma conversação seguida. Se fallava em inquisidores e os descompunha, vinha a questão do sobrinho; se fallava em moços libertinos, ou em amantes velhos logrados por outros novos, lembrava o caso do filho; se *fazia espirito* ácerca de uns sujeitos que guardam tudo, até os murros que apanham, parecia alludir ao irmão. Ora o cavalheiro de Oliveira, segundo parece, tinha o sestro de não fallar senão em corda em casa d'aquelle enforcado.

O que é certo, porém, é que o cavalheiro de Oliveira não se esquecia das suas bulhas com o conde de Tarouca, e aproveita todos os ensejos para lhe ser desagradavel. Falla em ordem de Christo? Observa logo que um architecto de casa do conde, chamado Valmagnini, o tratava com muita irreverencia, e que foi necessario que elle, cavalheiro de Oliveira, o fizesse calar, porque o conde de Tarouca não parecia muito resolvido a impor-lhe silencio.

Se falla em dividas de jogo, lembra sempre, com grande falta de cavalheirismo, que o conde lhe ficou a dever um dinheiro que elle lhe ganhára.

Pois parece, mesmo pelas revelações do cavalheiro de Oliveira, que o conde de Tarouca era um diplomata zeloso, e que informava fielmente o seu governo de tudo o que se passava. Parece que na sua correspondencia diplomatica se devem encontrar curiosos pormenores ácerca de uns celebres sacrificios á lua, que se faziam em casa do ministro de França, duque de Richelieu, sacrificios em que se misturavam actos de devassidão com brutalidades e superstições que prophetisavam o marquez de Sade.

Falla pouco de D. Luiz da Cunha este interessante narrador. Conta apenas que o conheceu muito velho, muito feio e muito devasso.

Estádo na Haya, tinha uma amante judia, chamada Madame Salvador, feia mas provocadora e espertissima, e que dominava completamente o nosso velho e intelligentissimo diplomata. Acompanhou-o para França onde fez verdadeiramente escandalo o ministro portuguez, que estava já por tal fórma tonto que não duvidou conferir-lhe a grã-cruz da ordem de Christo.

Do duque de Cadaval affirma que era um excellente homem, que tinha por amante uma gentil rapariga chamada

Paulina, a quem perdoava, diz o malicioso cavalheiro, uma infidelidade por dia. Nem elle se cançava de lhe perdoar, nem Paulina de ser infiel,

Belchior do Rego de Andrade é apenas apontado pelo cavalheiro de Oliveira como sendo seu visinho em Lisboa, e tão feio, tão feio, que o cavalheiro, enquanto era creança, o tomou sempre por um lobis-homem.

De José da Cunha Brochado conta que tivera a detestavel idéa de chamar feia á infanta D. Francisca, que era aliás lindissima. Se José da Cunha Brochado fosse contemporaneo de Rodrigo da Fonseca Magalhães, este lhe teria evitado o desfavor em que caiu, porque essa rude franqueza não foi favoravel á carreira diplomatica do ministro portuguez, que, de mais, a mais, ao que parece, não tinha bom gosto.

Um dia, Rodrigo da Fonseca Magalhães, orando, e referindo-se não sei já a que infanta, disse :

— A formosa princeza . . .

— Por signal que era bem feia ! observou Garrett.

— Eu julgava, tornou Rodrigo com a maxima gravidade que era contrario ás prerogativas da corôa chamar feia a uma princeza de sangue.

José da Cunha Brochado era da opinião de Garrett, e por tratar uma princeza como uma simples mortal, não lhe correram bem as coissas.

De D. Fr. Gaspar da Encarnação falla incidentemente o cavalheiro, a proposito das desavenças de seu sobrinho, o marquez de Gouveia, com Valentim da Costa Noronha. Em Alexandre de Gusmão não falla. Emfim, entre todos os outros ministros de D. João V, apenas se refere muito incidentalmente a Antonio Guedes Pereira.

Antonio Guedes Pereira tinha uma casa de campo em Morfacem, ao sul do Tejo ; era capellão da casa o padre Antonio Gomes, um d'estes padralhões da provincia, que ainda hoje se encontram pelas freguezias sertanejas, lapuzes, valentões, bons caçadores, tendo sempre o diabo na bocca, e, levando, como Deus é servido, a cruz do sacerdocio ao Calvario.

Oliveira, que era particular inimigo do dogma da transubstanciação, e com aquella ignorancia profunda da poetica do symbolo, que era commum a todo o seculo XVIII, esforçava-se por demonstrar que no vinho do sacrificio da missa não está o sangue de Jesus Christo.

Conta elle então varias partidas feitas a frades ou padres, e uma d'ellas foi deitarem uma porção de vinagre no calix de que se devia servir o nosso padre Antonio Gomes

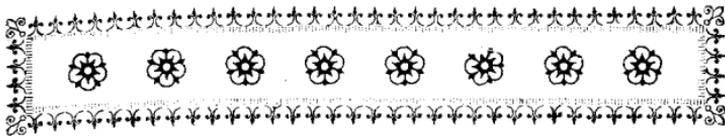
para dizer missa. O homem quando bebeu fez uma careta, mas conteve-se. Quando, porém, veio para a sacristia, a primeira coisa que disse, foi: O' senhores! hoje estava o diabo no calix! Tinha um gosto de seiscentos demonios!

Foi este mesmo padre Antonio Gomes, que disse uma vez uma missa por tres vintens, e, censurando-o por isso os seus collegas, respondia triumphante:

— Mas se vocês soubessem a missa que lhe eu disse! Qual missa, nem qual diabo! Aquillo não foi missa, nem foi nada..

Antonio Guedes Pereira poucas vezes estava, ao que parece, na sua quinta de Morfacem, e tinha lá um intendente, chamado Manuel de Abreu. O cavalheiro de Oliveira falla d'elle a proposito dos festejos de S. Martinho, querendo provar que elles têm um character perfeitamente pagão. Manuel de Abreu festejava o santo, saltando por cima de odres, juntamente com os seus convivas, entre os quaes figurava de certo em primeira linha o nosso padre Antonio Gomes.





X

Noticias de Penella

As monographias que se vão publicando ácerca de diversas localidades do nosso paiz constituem verdadeiramente os diversos capitulos da nossa historia. E só depois de se estudarem largamente n'essas paginas soltas os usos, os costumes de cada terra, os factos alli occorridos, o modo como alli se manifestam as grandes convulsões que abalaram o solo da patria, só então é que se pódem determinar as leis geraes que regulam a marcha dos acontecimentos, as que presidiram ás grandes evoluções historicas, e as revoluções que perturbam o seu andamento regular. Fabricar theorias sem conhecer a multidão de pequenos factos de que se compõe um grande facto social, é transportar para o dominio da historia as phantasias de romance, é formular pñicipios que a cada instante se encontram em aberta contradicção como a realidade.

Liamos hoje mesmo n'uma revista scientifica de um jornal francez a observação de que só agora se podiam estudar bem as leis que presidem aos terremotos, porque só agora é que o telegrapho transmite instantaneamente aos estudiosos a noticia dos cataclysmõs, que ao mesmo tempo convulsionam os pontos mais distantes do globo, de fórma que assim se percebiam bem as relações que esses pheno-

menos isolados tinham uns com os outros, e se podia caminhar para a descoberta da lei que os rege.

O mesmo dizemos da historia. As grandes leis só podem estudar-se e comprehender-se quando reconhecemos a identidade dos factos, que ao mesmo tempo occorrem nos sitios mais affastados de um mesmo paiz. D'esses factos dão-nos noticia as monographias que os estudiosos de differentes concelhos consagram á sua terra, da aggregação d'esses factos se depreheende a lei geral que os determina, e um grande movimento social só se comprehende bem quando vemos o modo como elle se apresenta em diversos pontos. Bemvindas sejam pois estas monographias, que tanto poderão contribuir para esclarecer a historia do nosso paiz, ainda em tantos periodos obscura!

Debaixo d'este ponto de vista, as *Noticias de Penella*, laboriosamente congregadas e habilmente compostas pelo sr. Delphim José de Oliveira, são um subsidio de primeira ordem, porque o sr. Delfim de Oliveira quasi que não faz senão exhumar do pó dos archivos os documentos do principio de Penella, escolhendo-os com acerto e dispondo-os de fórma que não ha um só que nos não abra uma janella, por onde vemos os pormenores e as peripecias d'essa tão curiosa vida intima dos nossos concelhos.

Vamos ao capitulo intitulado *açougue*, e ahí vemos, n'um documento que João da Costa Barbosa «se obrigou, em auto da camara, de 27 de abril de 1640, a mandar matar no açougue da mesma villa dois bois cada sabbado, e ás terças-feiras um boi ou vacca ou dez capados, ou carneiros, com pena, faltando com alguma das ditas rezes, de quinhentos réis para o concelho; dando o arratel de boi ou vacca por doze réis, entrando n'ella o real d'agua de Sua Magestade que elle se obrigou a pagar, e se obrigou mais a mandar dar carne de carneiro no açougue por occasião das vindas do ouvidor da correição e do provedor da comarca, a quatorze réis o arratel.»

Doze réis o arratel de vacca! Porque não tomam esse exemplo historico os marchantes do nosso tempo?

Tambem em 1640 ainda era mais caro o carneiro do que a vacca, e portanto continuou a succeder o facto de que, no seculo anterior, Camões se queixou quando dizia:

Eu já vi a taverneiro
 Vender vacca por carneiro,
 Mas dar vacca por gallinha
 Nunca vi, por vida minha,
 Senão ao duque de Aveiro.

Nos capitulos relativos aos duques de Aveiro, senhores de Penella, encontram se curiosissimas noticias ácerca das relações entre os donatarios e os povos, e percebe-se o immenso serviço que o marquez de Pombal prestou á liberdade futura, quebrando com a sua mão de ferro essas pequenas realezas, que eram mais conhecidas pelo povo do que a verdadeira realeza, que estava longe d'elles para que a podessem bem comprehender. Assim, ainda a 23 de outubro de 1755 a camara de Penella decidiu que se pozessem luminarias por ter D. José Mascarenhas communicado que El-Rei o agraciára com o titulo de duque de Aveiro, *com pena de quem faltar pagar dez tostões de cadeia.*

Modo simplicissimo de manifestar regozijo publico e que muito recommendamos aos governantes d'agora.

A 9 de março de 1641 a duqueza de Torres-Novas, mãe do duque de Aveiro de então, annunciou que ia a Penella, e que estavam em Tancos as suas bagagens á espera de que fossem carros buscal-as. Immediatamente a camara ordenou que se satisfizesse a requisição, com penas para quem se não mostrasse diligente. N'essa mesma occasião pediram á duqueza, tutora de seu filho, que abolisse o real d'agua que encarecia a carne. Com as suas modernas idéas de centralisação, mal podemos comprehender que um Estado subsistisse e fosse compativel com a existencia d'essas pequenas tyrannias.

Mas temos agora a magna questão das ladainhas, que trouxe por muito tempo divididos e accessos os animos em Penella. Era uma questão semelhante á do hyssope em Elvas, á das congregações dos frades em Lisboa por causa das precedencias na procissão do Corpo de Deus, e á de mil outras insignificancias de que todos nos rimos quando o caso se não passa connosco. Porque affnal de contas, todas estas questiuncululas não são mais do que as multiplas e variadas formulas de um pensamento que todos têm, e que a todos interessa profundamente. Este pensamento é o seguinte: *Não quero ser desconsiderado.*

Em se entendendo que um dado facto, por mais insignificante que seja, traduz uma desconsideração, ahí temos todos inflammados. E o que tem graça é que o diplomata que esteve quasi lançando o seu paiz n'uma guerra porque o sentaram n'um jantar á esquerda de uma rainha, em vez de o sentarem á direita, ri-se com vontade do deão d'Elvas, que não queria ser obrigado a apresentar o hyssope ao bispo. E o burguez, que todo se abespinha se o não deixam entrar na sachristia apezar de ir de capa em dia de festa

de igreja, ri-se do diplomata que se zangou por não ficar á meza no lugar que lhe competia, e assim successivamente. Quer isto dizer que todos se riem das insignificancias em que os outros vêem graves desconsiderações, mas todos lá têm umas insignificancias particulares, que são para elles desconsiderações gravissimas.

Vamos porém á historia das ladainhas.

Ha em Penella duas freguezias — S. Miguel e Santa Euphemia. Da igreja de Santa Euphemia saía a procissão das ladainhas, em que ia a camara encorporada, e o prior de S. Miguel vinha de lá, da sua igreja, de cruz alçada, encorporar-se tambem na procissão que saía da outra igreja parochial. Houve porém um dia um prior de S. Miguel que entendeu que era isso uma *desconsideração*, e não se foi encorporar á procissão das ladainhas, mas fez outra por sua conta, e o caso é que tanta gente apanhou para a sua festa, que n'um bello dia do anno de 1734 a camara de Penella reparou, com despeito, que apenas umas duas duzias dos seus municipales se encontravam com os vereadores na procissão de Santa Euphemia. Achou o caso exquísito, e, recorrendo aos meios suasorios de que depois lançou mão, tambem, para fazer com que Penella festejasse, illuminando se, a elevação a duque de Aveiro de D. José Mascareuhas, declarou que fulminaria com graves penas todo aquelle que não comparecesse na procissão de Santa Euphemia.

Mas por outro lado, o prior de S. Miguel, que tinha permissão do vigario capitular, para tambem fazer procissão de ladainhas, ameaçava com penas ecclesiasticas os que lá não fossem, e o pobre povo de Penella, como o asno de Buridan entre os dois molhos de cevada, não sabia já para que ladainha se havia de voltar.

«Esta desordem, dizia lacrymosamente a camara de Penella n'uma representação que dirigiu a el-rei D. João V a 4 de junho de 1734, causou notavel escandalo aos moradores d'esta villa e seu termo e circumvisinhas; e o que d'aqui resulta é que d'aqui em diante será o povo vexado, porque, quando faltar em assistir á ladainha que a camara acompanha, que são da igreja de Santa Euphemia, a camara o condemnará; o prior de S. Miguel, quando o povo lhe não assista á ladainha que faz na sua igreja, o condemnará tambem; e d'esta fórma, vendo-se o povo vexado, poderá romper em algum excesso, e se perderá a devoção.»

Effectivamente o caso era intrincado, e o pobre povo de Penella era preso por ter cão de Santa Euphemia, e

preso por não ter o cão da mesma santa. D. João V não resolveu o caso, e parece que o povo afinal, desistiu de ir ás ladainhas, como se deduz do seguinte extracto da acta da sessão da camara, de 14 de maio de 1760, vinte e quatro annos depois: «Na dita houve por condemnadas todas as pessoas que faltaram ás ladainhas, em seiscentos réis cada uma, e nas custas.»

Como se não designa quaes foram as ladainhas a que o povo faltou, parece que a camara de Penella, no seu zelo catholico, já não fazia questão de orago, e só queria que se não perdesse a devoção, como a sua antecessora, vinte e quatro annos antes, com tanta sagacidade receiára.

Mas afinal a propria camara se viu entalada, porque sessenta annos depois, a 20 de agosto de 1820, quatro dias antes da revolução do Porto, uma provisão regia lhe ordenou que respondesse sobre uma accusação do prior de Santa Euphemia, que se queixava de que a camara não fosse já á igreja encorporar-se na procissão das ladainhas.

Apesar dos graves acontecimentos que n'esse meio tempo se passavam no reino, a provisão regia não ficou sem resposta, e a resposta era engraçadissima.

Dera-se o caso de ter havido na freguezia de S. Miguel um prior chamado Antonio Bernardo Tavares, homem rico e influente, que embirrou não só em manter a sua procissão privativa, mas em dar cabo da procissão rival, tirando lhe a camara. Os vereadores viram-se em Pancas. Abandonar Santa Euphemia era vergonhoso, não fazer a vontade ao prior de S. Miguel era perigoso. De que se lembraram elles? Admirem a sabedoria d'estes Salomões penellenses, que tomaram uma deliberação digna do sabio rei de Israel. Resolveram esperar na rua as procissões, e encorporar-se na primeira que apparecer. Assim, a procissão das ladainhas transformou-se n'um *steepie-chase*. Tratava-se de vêr qual das duas procissões apanhava a camara. Naturalmente as procissões saiam da igreja á desfilada, para apanhar os graves vereadores que esperavam pacatamente a que ganhasse como premio a comparencia das suas pinsudas pessoas.

E' muito provavel porém que d'este systema de procissões a passo gymnastico resultassem muitas vezes os seus cachações, e que frequentemente os de S. Miguel e os de Santa Euphemia apparecessem diante dos vereadores ao murro e ao bofetão. E' o que parece deduzir-se do facto, confessado pela camara, de se ter ella deixado de ir á procissão das ladainhas, incorrendo assim na famosa multa

dos cincoenta réis com que a sua antecessora punira a parca devoção dos seus municipes. O que o tempo faz!

Parece que os acontecimentos politicos desviaram as atenções de Penella do caso grave das ladainhas, porque d'elle não tornam a apparecer vestigios, ou de taes vestigios nos não dá conta o erudito author das *Noticias de Penella*. E' provavel que effectivamente o caso fosse caindo no esquecimento. Pois esta famosa contenda das ladainhas, durára, que saibamos, pelo menos quasi um seculo!





XI

D. Luiz da Cunha e o marquez d'Argenson

E tão difficil escrever com verdade a historia dos tempos passados que, por mais que procuremos vêr com perfeita nitidez os acontecimentos, a cada instante encontramos novos documentos ou novas informações que alterem completamente os nossos pontos de vista. Effectivamente não nos podemos guiar senão por aquillo que os homens de outros tempos deixavam escripto, e quantas vezes está bem longe de ser a expressão exacta da verdade! Outras vezes escreveram sinceramente, mas escreveram obedecendo a paixões que alteram por completo a exactidão dos seus julgamentos. Em tudo isto é necessario introduzir coefficients de correcção, que é difficil encontrar, e para os obter é preciso revolver milhares de documentos impossiveis muitas vezes de achar, porque seria indispensavel, para se ajuntarem todos aquelles de que se carece, revolver os archivos do mundo inteiro. Para se avaliar por exemplo a politica estrangeira de Portugal, é necessario procurar nos archivos francezes, inglezes, hespanhoes, etc., muitos elementos indispensaveis. Ha da mesma forma muitos pontos importantes na historia da diplomacia franceza, que um escriptor francez não poderá esclarecer sem explorar os archivos portuguezes, e quando é que um escriptor francez se lembraria de o fazer?

Um dos factos mais conhecidos da historia diplomatica

do seculo XVIII, mais conhecidos em Portugal, é o da mediação que Portugal esteve para exercer nos fins de 1746 entre a França e a Prussia. Tornou-se conhecido entre nós por causa das celebres cartas trocadas a esse respeito entre D. Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão, e que tem sido cem vezes publicadas e republicadas. Pois não foi sem surpresa que, percorrendo a *Revue des questions historiques* de 1 de julho de 1888, vimos que até ha muito pouco tempo era esse facto em França absolutamente ignorado. N'um artigo do sr. Gastão de Bourges acerca do conde de Vergennes, conta-se o incidente, e, diz se que o primeiro que o trouxe a lume foi o sr. Zévort, n'um livro publicado em 1877 e intitulado *O marquez d'Argenson e o ministério dos negocios estrangeiros*.

O facto foi o seguinte :

O marquez d'Argenson, ministro bastante leviano, desejando acabar a guerra em que a França andava envolta, e querendo então que as côrtes de Madrid, de Vienna e de Londres se reconciliassem separadamente, lembrou-se de fazer com que Portugal se apresentasse como mediador da paz. D. Luiz da Cunha, nosso embaixador em Paris, já bastante edoso, francez por habito e sympathias, e, como acontece aos nossos diplomatas em geral, facil em se deixar levar pelo governo junto do qual estava acreditado, acceitou com jubilo essa idéa, que demais a mais lhe permittia representar em Paris um papel importante; e instou logo com o governo portuguez para que se acceitasse a proposta. Não conhecendo nós tambem os motivos que guiavam d'Argenson, sempre suppozemos que D. Luiz da Cunha procedera com acerto, e que era o governo de D. João V, essencialmente beato e ignorante, que não soubera comprehender a importancia do papel que era chamado a representar; e as cartas de D. Luiz da Cunha e de Alexandre de Gusmão ainda mais nos confirmaram n'esse parecer. Dizia D. Luiz da Cunha :

«Eu convido a El-Rei nosso amo para figurar muito na Europa sem ter parte nas desgraças d'ella. Os principaes belligerantes se acham cansados da guerra e todos desejam a paz. Esta pretendo eu se faça em Lisboa e que nosso amo seja arbitro d'ella; mas não posso entrar n'este empenho sem que v. ex.^a tome parte n'elle, porque conheço as difficuldades que hei de encontrar em El-Rei e nos seus ministros de Estado. Ajude-me v. ex.^a a vencer este negocio, porque só v. ex.^a é capaz de fazel-o persuadir. E-pero dever-lhe este favor, segurando-lhe que responderei pela condescendencia dos contrahentes, e tambem pelas inquietudes

tações e prejuizos que El-Rei possa receiar e sentir. Sirva-se v. ex.^a dar-me a resposta e occasião de servir a v. ex.^a como desejo e Portugal ha mister. Paris, 6 de dezembro de 1746. — *D. Luiz da Cunha.*

Ora D. Luiz da Cunha não dizia a verdade n'esta carta. Não era elle que pretendia que a paz se fizesse em Lisboa e que D. João V fosse arbitro d'ella; era o Marquez d'Argenson que assim o queria, que instara com elle vivamente. Se D. Luiz da Cunha respondia pela condescendencia dos contrahentes, enganava-se, porque não podia responder senão pela condescendencia e até pelo desejo vivissimo da França; mas o que devia ser evidente era que as outras nações não gostariam muito d'este alvitre, que tinha, demais a mais, o defeito de ser proposto pela França.

Responde Alexandre de Gusmão n'uma carta cheia de desdem pelos ministros de D. João V, quando eram elles afinal e não os dois diplomatas que tinham razão. Percebiam elles que não deviam fazer, para servir a França, uma coisa que seria desagradavel á côrte de Vienna, quando a rainha de Portugal era austriaca, á de Madrid, quando a rainha de Hespanha era portugueza, e á de Londres, uma alliada intima. Vejamos a carta de Alexandre de Gusmão :

«Ex.^{mo} sr. Ainda que eu já sabia, quando recebi a carta de v. ex.^a, que não havia de vencer o negocio em que v. ex.^a se empenhou, comtudo, por obedecer e servir a v. ex.^a, sempre fallei a S. M. e aos ministros actuaes do governo.

«Primeiramente o cardeal da Motta me respondeu que a opinião de v. ex.^a era inadmissivel, em razão de poder resultar d'ella ficar el-rei obrigado ao cumprimento do tratado, o que não era conveniente. Emquanto fallámos na materia, se entreteve o secretario d'Estado, seu irmão, na mesma casa, em alporcar um craveiro, que até isto fazem fóra de logar e tempo.

«Procurei fallar a S. Rev.^{mo} mais de tres vezes antes que me ouvisse, e achei contando a apparição de Sancho a seu amo, que traz o padre Causino na sua *Côrte Santa*, cuja historia ouviram com grande attenção o duque de Lafões, Fernão Freire e outros. Respondeu-me que Deus nos tinha conservado em paz e V. Ex.^a queria metter-nos em arengas o que era tentar a Deus.

«Finalmente fallei a El-Rei, (seja pelo amor de Deus) que estava perguntando ao prior da freguezia por quanto rendiam as esmolas pelas almas e as missas que se diziam por ellas. Disse-me que a proposição de V. Ex.^a era muito

propria das maximas francezas, com as quaes V. Ex.^a se tinha conaturalizado e que não proseguisse mais!

«Se V. Ex.^a caísse na materialidade (de que está muito livre) de querer instituir algumas irmandades, e me mandasse fallar n'ellas, havíamos de conseguir o empenho e ainda merecer alguns premios.

«A pessoa de V. Ex.^a guarde Deus como desejo, para defeza e credito de Portugal.

«Lisboa, 2 de fevereiro de 1747 — *Alexandre de Gusmão.*»

A carta era engraçada, e os ministros sem duvida eram frivolos, mas os outros, com os seus francezismos, não se mostravam mais atilados. A scena parece de agora. Parece um portuguez que vive em Paris e outro seu correspondente que afinam um e outro pelo mesmo tom, a fallarem com desdem supremo dos ministros da sua patria, e a lamentarem que não acceitem o papel de criado de quarto d'aquelles deslumbrantes Francezes, diante de quem elles se curvam sempre boqui-abertos e extaticos como diante de uns entes de ordem superior.

A verdade como dizemos, que só agora podemos apurar, é que Argenson arrastava D. Luiz da Cunha a querer fazer um papel desastroso, porque era mais do que provavel que as outras côrtes não acceitassem a mediação de Portugal, e que não tivessemos feito mais do que auxiliar a animadversão de outros paizes, de cuja boa vontade careciamos muito mais do que da boa vontade da França.

Apezar da carta de Alexandre de Gusmão, vê se que D. Luiz da Cunha sempre conseguiu que o governo portuguez se prestasse a entrar como mediador, e n'esse sentido apresentou D. Luiz ao marquez d'Argenson uma *pro memoria*, em que esse papel de mediador era acceito, posto que com immensas restricções. Essa memoria foi apresentada no dia 26 de novembro, e dez dias depois escreveu D. Luiz da Cunha a sua carta a Alexandre de Gusmão; queria naturalmente que El-Rei modificasse as restricções que desagradaram a d'Argenson, e o rei não queria e fazia muito bem.

Pois apesar d'isso, diz o sr. Bourges, o marquez d'Argenson, no seu ardor de empenhar Portugal á força, transformou essa acceitação condicional, dada por condescendencia, *n'um offerecimento espontaneo, com grande escandalo da côrte de Lisboa, que semelhante iniciativa não poria nas boas graças das côrtes de Madrid e de Londres.*»

Seria D. Luiz da Cunha estranho a essa asserção do mar-

quez d'Argenson? Não parece, pois que elle mesmo dizia a Alexandre de Gusmão que queria *espontaneamente* dar esse papel á côrte de Lisboa. Evidentemente D. Luiz da Cunha andou em todo este negocio sem authorisação do seu governo. Estamos convencidos, á vista do documento que citamos, que não foi o marquez d'Argenson qsem tomou a acceitação de Portugal por offerta espontanea, que foi elle talvez que combinou com D. Luiz da Cunha essa nova fórmula. O governo portuguez indignou-se, e o ministro de França em Lisboa, mr. de Chavigny, que tinha comsigo seu sobrinho, o conde de Vergens, depois um dos mais notaveis ministros francezes, procurando o cardeal da Motta, encontrou-o não a alporcar craveiros como o encontrou Alexandre de Gusmão, mas furioso e dizendo-lhe «que ou Sua Magestade Christianissima sustentava o que o seu ministro dissóra, ou que o desmentia e renegava, fazendo-lhe sentir o justo resentimento que a sua temeridade merecia e o abuso do deposito sagrado que Sua Magestade lhe confiou.»

São estes os termos expressos em que Chavigny participa ao seu governo que lhe fallou o primeiro ministro portuguez na sua conferencia de 17 de dezembro. No dia 10 de janeiro era demittido o marquez d'Argenson, e o sr. Zevort attribue essa demissão ás exigencias do governo portuguez. Não o suppõe por varios motivos o sr. Gastão de Bourges, e nós tambem o não suppomos por um motivo mais forte: porque a responsabilidade do tal *offerecimento espontaneo* pertence evidentemente ao marquez d'Argenson e a D. Luiz da Cunha.

Se o marquez d'Argenson foi demittido por causa d'isso, não consentia decerto que o seu cumplice, D. Luiz da Cunha, continuasse muito tranquillamente a ser embaixador de Portugal em Paris, como o foi até á hora da sua morte, tres annos depois.

E aqui está como só a comparação minuciosa de documentos existentes em Portugal com os existentes em França, nos pode esclarecer a respeito d'este facto.



Um aventureiro italiano em Portugal

I

No *Temps* de 28 de agosto de 1884 encontra-se um artigo do sr. Marc-Monnier, que analysa as memorias de um aventureiro italiano, Gorani, que quiz ser rei da Corsega, que esteve em Portugal no tempo d'el-rei D. José, e cujas memorias foram publicadas agora, consagrando-lhes o eminente escriptor francez um longo e minucioso estudo.

E' lamentavel que um escriptor de merecimento estude, como um documento precioso para a historia de uma nação, um livro quasi imbecil, em que o pretendente á realeza da Corsega se vinga do marquez de Pombal que serviu com toda a baixeza, contando a respeito do grande ministro e do paiz que elle governou as mais grotescas anedotas.

Passemos em claro os incidentes da entrada de Gorani em Portugal, quando elle, montado n'um burro, e habilitando-se com os arrieiros a entender os *Lusíadas*, deliberou, no seu enthusiasmo pela patria de Vasco da Gama, levantar-a do abatimento em que jazia. Passava-se isto em 1764. Gorani vinha fazer concorrencia ao marquez de Pombal.

Não deixa de ser interessante a historia da sua viagem de como se encontrou em Alcoutim com uns estudantes de Coimbra, que lhe fizeram primeiro grande troça, e depois ficaram sendo os seus melhores e mais dedicados amigos, indo todos juntos, em Evora, divertir-se para uma casa

suspeita, onde havia alemtejanas com fartura. Em Lisboa alojou-se na estalagem das *Almas Santas do Purgatorio*, que elle pinta com as côres mais odiosas. A' noite saiu de casa, foi dar uma volta ao Rocio, e encontrou uma preta, que lhe offereceu leval-o a casa de uma bonita rapariga. Ahi lhe succedeu aventura mais grave, porque foi assaltado por uns poucos de homens, que o queriam roubar, e dos quaes fugiu a bom fugir, meio despido, de espada em punho, e esbarrando a cada momento com as ruinas ainda em muitos pontos accumuladas dos edificios derrubados pelo terremoto de 1 de novembro.

Apresentado depois ao marquez de Pombal, para quem trazia cartas de recommendação, recebeu d'este estadista o commando de uma companhia de granadeiros. Foi com elle o marquez, que então era simplesmente conde de Oeiras, da mais completa amabilidade. «Conde de Ociras» é o titulo pelo qual constantemente o designa o sr. Marc-Monnier, não sabemos se por culpa d'elle, se por culpa do revisor, se por culpa emfim, do proprio Gorani, o que é menos provavel.

O modo como Gorani lhe pagou foi pintando-o com as côres de um tyrannete de opera burlesca, um ministro com musica de Offenbach, feroz e ridiculo. Que assim procedesse um aventureirosito italiano, cheio de vaidade, que o marquez de Pombal teve de pôr no seu logar, e que, á primeira fustigadella, mordeu logo a mão que o protegera, não admira; mas que o sr. Marc-Monnier aceite sem criterio as mentirozas de Gorani é o que parece um pouco mais censuravel.

O primeiro erro de facto importante consiste em dizer-se que José de Carvalho era apenas um «fidalgote portuguez, protegido por augustos personagens, e pelos jesuitas, que perseguiu depois» quando sobreveio o terremoto. Sabem todos que, em 1755, era Sebastião José de Carvalho ministro havia cinco annos, que antes d'isso fôra embaixador de Portugal em Vienna de Austria e em Londres. Data de 1755 não a sua elevação, mas a sua omnipotencia.

«Carvalho, continua o sr. Marc-Monnier, seguindo Gorani, começou por mandar prender os outros cinco ministros, seus collegas, e mandou-os para Africa, onde, segundo se diz, morreram envenenados.»

Esta phrase parece-se com a definição de camarão, que appareceu n'um dictionario. «Camarão, dizia o lexicographo, é um peixe vermelho que anda para traz». Tem esta definição como se vê, apenas tres erros: é que o camarão não é peixe, não é vermelho, e não anda para traz.

Acontece o mesmo ao periodo citado. Encerra apenas os seguintes erros: os collegas de Carvalho não erom cinco, Sebastião de Carvalho não tratou logo de os mandar prender, não os enviou para Africa, e ningnem disse que lá tivessem morrido envenenados. No mais está certo.

Seguindo passo a passo a narrativa de Gorani, conta o sr. Marc-Monnier uma doença do marquez de Pombal, e declara que «Gorani viu scenas que teriam tentado e pincel de Saint Sim».

Narra então scenas de melodrama, que acceita ingenuamente como scenas de historia verdadeira.

«O ministro estava n'um estado lamentavel. Não se via nos seus olhos senão terror e remorso; ouviam-n'o gritar: «Traidor! monstro! Queres-me matar? Que te fiz eu? Perdoa-me, fiz mal. Julguei que era necessario.» Ou ainda: «Matam o meu rei, assassinam-me! assassinam a minha mulher e os meus filhos!»

Como é que o sr. Marc-Monnier não viu em semelhantes narrativas uma perfeita banalidade de melodrama? Se a alma do marquez de Pombal estivesse á mercê de uma febre qualquer, nunca elle teria feito as coisas que fez. Os homens da sua tempera não sentem ou não manifestam remorsos. Procedendo em virtude dos principios inflexiveis da sua consciencia, que póde illudir-se, mas que os illude a elles tambem, caminham serenos na vida, rodeiados do espectros, que o seu olhar frio e severo affasta constantemente.

Teve remorsos Richelieu de haver decapitado Montmorency, Chalais e Cing-Mars? Teve alguma perturbação por acaso a consciencia de Robespierre? Não o suppomos. O remorso persegue aquelle que pratica um crime, tendo a plena consciencia do que está praticando; mas o homem, que ordena até carnificinas em nome de um principio que elle reputa sagrado, nunca vê as victimas erguerem-se diante d'elle. Nunca mr. Thiers, suppomos nós, se ergueu de noite, assustado, bradando que o queriam assassinar a elle e a sua mulher. E, comtudo, as carnificinas de Satory provam bem que elle não hesitava, quando suppunha que o exigia o bem da França, em mandar derramar torrentes de sangue humano.

Estas narrativas são reflexo das historias, que os jesuitas contaram e contam ainda hoje ácerca do marquez de Pombal. O odio implacavel da Companhia persegue ainda n'este momento a sombra do immortal ministro. Gorani, segundo assevera o sr. Marc-Monnier, fugiu de Portugal em companhia de um padre jesuita, author de uma *Vida do marquez*

de Pombal, escripta como bem se poderá imaginar, e que ainda em 1881 se reimprimiu em Yverdun!! *Patiens quia aeternus* dizia uma das divisas da ordem. O marquez de Pombal esmagou-os implacavelmente debaixo do tacão vermelho do seu sapato de côrte, mas o marquez morreu, os que aproveitaram com a sua obra deixem indefeza a memoria do que a praticou, e os jesuitas, perseverantes, tenazes, triumphantes, ainda em 1881 reimprimiram as calumnias que vomitaram contra elle do fundo dos seus asylos da Allemanha e da Italia, e os escriptores liberaes francezes é ali que vão beber as suas informações.

II

O modo como Gorani conta as scenas da doença do conde de Oeiras, ou do conde de Ociras, como elle diz, é perfeitamente grotesco, e mostra no aventureiro italiano um predecessor emerito de Meilhac e Halévy. E' uma scena do *Barba-Azul* a que elle nos dá como lembrança authentica da sua residencia em Portugal e da sua permanencia em casa do grande ministro :

«Sua excellencia, tendo precisão de expectorar, deitou um grande escarro composto de muitas côres, como a palheta de um pintor; viu-se immediatamente agruparem-se em torno d'essa expectoração todos os bispos, arcebispos, duques, marquezes, condes, viscondes, barões e outros fidalgos, os presidentes e desembargadores de todos os tribunaes, abbades das ordens monasticas, generaes, almirantes, viu-se todos esses graves personagens a anatomisarem essa secreção e a proferirem os seus prognosticos, e como a maior parte d'esses excellentissimos eram muito ignorantes, ouviam-se expressões e definições fóra de todos os principios da physica e da physiologia, enunciados com emphase.

«— Oh! dizia um, veja, excellentissimo, veja esse signal certo de um restabelecimento solido; temos agora provas de que a doença do salvador da nossa patria se converterá n'uma saúde constante.

«— Olhe! dizia outro...»

Gorani conta a respeito de Kaunitz, o illustre ministro de Maria Thereza, babozeiras semelhantes, mas a observação que o sr. Marc-Monnier faz a respeito d'estas ultimas é que bem se vê que Gorani não é amigo de Kaunitz; a

respeito do grande ministro portuguez, acceita, porém, os disparates de Gorani como verdades do Evangelho.

Mas o que é mais revoltante do que tudo quanto até aqui se tem dito, é a historia dos suppostos casamentos que este Gorani conta que esteve para ter em Portugal.

«Este enthusiasmo não durou, escreve o sr. Marc-Monnier: o joven cortezão percebeu um pouco tarde que o conde de Ociras (*Ociras*) não era um homem de bem, nem talvez mesmo um homem de genio (!). Mais ainda: que tinha feitiços de despota, e crueldades de tyranno, a ponto de zombar dos desgraçados que acabava de immolar. De espirito bastante livre para expulsar os jesuitas que o inquietavam, o ministro *conservára todos os preconceitos do seu paiz contra os judeus (!)*, mesmo contra aquelles que tinham abjurado a sua fé; impediu Gorani de casar com a filha de um christão-novo, porque, aos olhos dos portuguezes, eram necessarias quatro gerações para lavar uma familia do peccado do judaismo. Os que pertenciam a Luthero e a Calvino não eram mais bem tratados de que os que pertenciam a Moysés e a Mahomet.»

Chega realmente a ser irritante que isto se diga e se escreva. O que! pois ha um grande ministro em Portugal, que, insurgindo-se audaciosamente contra os preconceitos do seu tempo e do seu paiz, fazendo entrar a nação que dirige n'um caminho completamente novo, promulga a famosa lei que acabou com as distincções entre christãos velhos e christãos novos, deu por conseguinte em Portugal aos descendentes da raça judaica direito de cidade, restituiu-lhes os seus foros de Portuguezes, e equiparou-os em tudo aos descendentes de antigos christãos, e este bene merito da humanidade, que é tanto mais digno de applauso quanto, annos antes d'ellè subir ao poder, se queimavam ainda em pleno Campo de Lã os homens accusados de judaismo, este homem notabilissimo e illustradissimo ha de ser estygmatisado em França por um escriptor notavel, com o epitheto de perseguidor dos Judeus e de intolerante e de fanatico, de homem de espirito estreito e mesquinho! Podia se esperar que de tudo o accusassem, menos de certo, de ser elle o protector do preconceito que foi elle o primeiro a extinguir e a derrubar! E' demasiada ignorancia! E' demasiada falta de consciencia!

E comtudo o sr. Marc-Monnier, para contraprovar as asserções de Gorani, podia abrir a *Revista dos dois mundos*, onde encontraria um sensato artigo do sr. Michel Chevalier ácerca do marquez de Pombal; podia folhear a magnifica obra de Ferdinand Denis, *Portugal Pittoresco*,

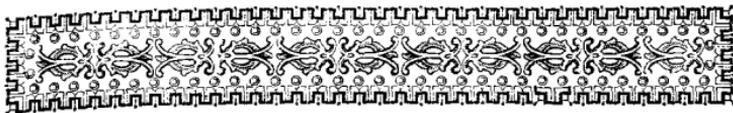
mas nada d'isso fez; accitou como veridicas as asserções mentirosas de um aventureiro, cuja indole de gabarola elle mesmo reconhece e aponta!

Tambem Gorani podia mentir á sua vontade. Nem no seu tempo, nem nas edades futuras encontrou entre aquelles a quem destinava o seu livro, Francezes ou Italianos, quem lhe mostrasse que estava em flagrante delicto de mentira, a cada instante. Depois de dizer que fôra o Marquez de Pombal, com os seus preconceitos, quem o impedira de se casar com uma judia, que, segundo elle diz, fallava o italiano como uma Genoveza, cantava como uma *prima donna* de Napoles, e recitava de um modo admiravel os versos de Camões, affirma ainda que lhe offereceram outro casamento, que elle rejeitou desdenhosamente. Pois tratava-se nem mais nem menos que da filha de José de Seabra, o procurador da corôa. Oçamos o sr. Marc-Monnier:

«Propozeram-lhe outra noiva — a filha do procurador da corôa Chiabira, que lhe abriria muitas portas, mas elle é que não quiz similhante alliança, e estava morto por se ir embora».

Ingrato! O homem que aspirava á honra insigne de ser seu sogro, e cujo nome elle nem sequer sabia escrever, tivera a amabilidade de lhe offerecer as filhas que não tinha, e o maganão rejeitava-as, e estava apenas morto por se ir embora! E' curiosissimo! uma filha de José de Seabra em 1765! Tinha 33 annos n'esse tempo esse famoso *Chiabira*, como diz o aventureiro, fôra n'esse mesmo anno nomeado procurador da corôa, casára no anno anterior com D. Anna Felicia Coutinho, e já Gorani declarava, com toda a insenção, que não queria casar com a filha d'esse magistrado apesar d'elle ainda a não ter. Não seria um pouco prematura essa recusa?

Quando se lêem estas coisas, sente-se um profundo desalento. Não ha meio de se conseguir que os estrangeiros nos estudem a sério. A maledicencia de qualquer aventureiro basta para annullar os nossos grandes homens, para ridicularisar a nossa civilisação, para transformar a sociedade portugueza n'uma sociedade excepcionalmente inepta, cujos costumes são do dominio exclusivo da musa burlesca de Offenbach.



XIII

A historia judicial dos duques de Aveiro

E caso para se acreditar nas predestinações. Percorramos rapidamente a historia dos oito duques de Aveiro que houve em Portugal, e veremos que tiveram sempre dares e tomares com a justiça, e que as demandas eram o pão quotidiano da sua existencia.

O primeiro duque de Aveiro foi, como é sabido, D. João de Lencastre, filho de D. Jorge duque de Coimbra. Este ultimo, bastardo querido d'el-rei D. João II, não conseguiu nunca fazer-se legitimar, mas recebeu sempre de seu pae e de seu tio as maiores honras e as mais ricas mercês. Deu-lhe D. Manuel o titulo de duque de Coimbra, titulo que D. João III mudou no de duque de Aveiro, quando passou por herança para o filho.

Antes de ser duque de Aveiro fôra D. João marquez de Torres-Novas, e teve uns amores vivissimos com D. Guiomar Coutinho, filha do Conde de Marialva. Cubiçada depois para noiva pelo infante D. Fernando, a gentil Guiomar viu o marquez levantar embargos ao seu casamento principesco, allegando que era casado com ella secretamente. Primeira demanda, primeiro processo escandaloso e ruidoso, de que

resultou ser o marquez preso e desterrado para Setubal, porque foi contra elle o julgamento.

Tendo morrido em 1571, succedeu-lhe seu filho D. Jorge, e d'este não consta que tivesse pendencias judiciaes. Como foi o unico, registemos o caso, que se explica talvez pelo facto de ter morrido prematuramente o 2.º duque de Aveiro na batalha de Alcacer-Kibir.

Por essa morte, ficou herdeira da casa sua filha D. Juliana, mas um primo do fallecido, D. Alvaro de Lencastre, entende que o morgado não podia passar para femea, e intenta acção a D. Juliana. Lá vae a casa de Aveiro aos tribunaes. Movem-se de um lado e de outro os mais talentosos advogados, entra na bulha Pedro Barbosa, e finalmente a questão intrinca se tanto que o rei ordena que D. Alvaro case com D. Juliana para se pôr termo ao litigio. Assim se fez, e tanto foi do agrado das duas partes esta solução casamenteira, que d'este consorcio judicial resultaram nem mais nem menos que dezeseis filhos. Mas ahi temos nós já o 3.º duque de Aveiro a entrar na posse da casa depois de porfiada demanda.

O primogenito d'estes dezeseis filhos chama-se D. Jorge e recebera o titulo de duque de Torres-Novas; casou, teve tambem descendencia, e morreu antes do pae. Succedeu pois ao 7.º duque de Aveiro, na casa, não o filho mais velho mais o filho d'este, quer dizer o neto de D. Raymundo. Não esteve porém pelos autos o tio do novo duque, D. Afonso, marquez de Porto-Seguro, allegando que a casa, tendo morrido o primogenito, devia passar ao filho segundo. D'ahi veio demanda accessa, e o 4.º duque de Aveiro não poude tomar posse definitiva da casa senão depois de ter debellado nos tribunaes as pretensões de seu tio marquez.

Não era lá grande firma o sr. D. Raymundo, 4.º duque de Aveiro, tanto que, quando suppoz vêr as coisas mal paradas para Portugal, depois de 1640, passou-se para Hespanha. Em Lisboa, é claro, enforcaram-n'o em estatua, o que lhe devia doer pouco, e além d'isso confiscaram-lhe os bens, o que lhe devia doer mais.

Não lhe doeu porém só a elle, doeu ao irmão D. Pedro de Lencastre, arcebispo e inquisidor-mór, que protestou contra o confisco, e intentou demanda á coroa.

Entretanto, D. Raymundo morria em Hespanha, e D. Pedro de Lencastre herdou a casa, vencendo ao mesmo tempo a demanda. Ganha uma, surgia-lhe porém logo outra. Tinha elle uma irmã, que saira para Hespanha com D. Raymundo, que entendeu que tambem tinha direito á

herança, e que, assim que se fez a paz de 1668, intentou a demanda. Durava ella ainda, quando morreu o 5.º duque de Aveiro, que passou toda a sua vida mettido com advogado.

Habilita-se para herdeira esta D. Maria, que em Hespanha casára com o duque dos Arcos, mas é claro que não consegue tomar posse do ducado sem grandes luctas. A desgraça toda estava n'aquelles 16 filhos que tinham resultado do casamento de D. Alvaro e de D. Juliana, circumstancia que el-rei mandára em tempo juntar aos autos da demanda. Já o marquez de Porto Seguro questionára com D. Raymundo, os descendentes d'elle e os descendentes dos outros irmãos questionaram com D. Pedro, e todos elles vinham agora demandar a duqueza dos Arcos, que afinal venceu, declarando-se comtudo na sentença que não poderia tomar posse dos seus bens, se não viesse residir para Portugal, e prestar vassalagem ao soberano portuguez. D. Maria, apenas ganhou a demanda, fez logo as malas, mas o duque dos Arcos, seu marido, oppoz-se formalmente D. Maria, teima em querer vir, o duque dos Arcos teima em não querer que ella venha. Palavra pucha palavra, afinal de contas D. Maria recorre aos tribunaes, desquita-se do marido, e vem tomar posse dos bens da casa de Aveiro, sendo a 6.ª na ordem dos duques e tendo-se visto obrigada, para se assenhorear d'esses bens, a demandar D. Pedro, a defender-se contra as investidas judiciais dos descendentes dos filhos de D. Alvaro e de D. Juliana, e finalmente a demandar seu proprio marido, por este a não deixar partir para Portugal.

Morrendo a 6.ª duqueza de Aveiro, succedeu-lhe seu filho segundo, D. Gabriel Ponce de Leon Lencastre. Devemos explicar o caso.

Nas escripturas do casamento do duque dos Arcos e de D. Maria de Lencastre estipulára-se o seguinte: que, se viessem os seus descendentes a herdar as casas das duas familias, não as accumulariam. O filho mais velho teria de optar entre o ducado dos Arcos e o ducado de Aveiro. Feita a opção, ficava o outro ducado para o filho segundo.

O filho primogenito, D. Joaquim Ponce de Léon, optou pelo ducado dos Arcos; logo ficava o ducado de Aveiro para o filho segundo, D. Gabriel.

Não estavam porém com isso de accordo os antigos pretendentes á casa de Aveiro. Nova demanda, em que D. Gabriel trouxe de Hespanha os melhores advogados, e que finalmente foi ganha por D. Gabriel. O septimo duque de

Aveiro tambem não entrava de posse dos seus bens patri-moniaes senão depois de ter ganho uma demanda.

Morre D. Gabriel e morre sem deixar filhos. Então é que o marquez de Gouveia, representante dos velhos direitos do marquez de Gouveia intentou de novo acção para se assenhorear do ducado. Apareceu-lhe porém um contendor formidavel.

O duque D. Gabriel não deixára filhos, mas deixára sobrinhos, filhos de seu irmão D. Joaquim, duque dos Arcos. Ora o sobrinho mais velho entendia que era elle o natural herdeiro de seu tio, recebendo d'elle o ducado de Aveiro, da mesma fórma que herdára de seu pae o ducado dos Arcos.

Travou-se a demanda, como era inevitavel, e uma demanda feroz. Ferviam de um lado e de outro as allegações e as respostas, e enfim quem venceu foi o marquez de Gouveia, D. José de Mascarenhas, não concorrendo pouco para isso o seu proximo parente, fr. Gaspar da Encarnação, confessor, ministro e confidente omnipotente d'el-rei D. João V.

Foi pois de novo ganhando uma demanda que D. José de Mascarenhas, marquez de Gouveia, conseguiu ser o oitavo duque de Aveiro.

A historia d'este ultimo é de todos bem conhecida. Despeitos pessoases e rancores de classe inflammaram-no contra o marquez de Pombal, então simplesmente conde de Oeiras, ou que talvez o não fosse ainda, e ainda mais contra el-rei. Deliberou desembaraçar-se do soberano, a cuja sombra, e em nome de cuja auctoridade, Sebastião José de Carvalho e Mello exercia os seus mandatos omnipotentes. Do mallogro d'essa tentativa resultou para o duque de Aveiro a prisão e um novo processo. Este, porém, foi mortal. O severo ministro anniquillou por tal fórma duques e ducados, que nem d'uns nem d'outros podessem escapar sequer as cinzas.

Pois bem! estava o duque de Aveiro morto e enterrado, e com elle morrera para sempre a casa ducal de Aveiro. Pois a tudo sobrevivia o instincto da demanda. Ainda hoje, no momento em que escrevemos, ha pretensões pendentes. A casa dos duques de Aveiro foi confiscada e reverteu em proveito da casa real; dizem, porém, alguns Lencastres, descendentes da antiga casa dos Aveiros, que terminou com D. Gabriel Ponce de Leon. Foi injustamente dada a casa a D. José de Mascarenhas, marquez de Gouveia. A nós é que ella pertencia, e o crime d'elle não nos pôde prejudicar em nossos direitos.

Não é natural que estes Lencastres esperem reaver a casa, mas, se podem obter uma indemnisação qualquer, tudo será ganho.

Devem confessar, porém, que a extinção da casa de Aveiro foi uma desgraça para os procuradores e para os advogados. O ventre materno para os fidalgos d'aquella casa era o ventre dos autos e o sangue que lhes corria nas veias era tinta de escrivão.





XIV

A expulsão dos jesuitas da India

A conspiração de 1787, cuja repercussão em Lisboa obrigou o padre José Custodio de Faria a fugir para França, e deu assim a Alexandre Dumas um personagem de romance, foi um dos episodios mais curiosos d'essa historia ignorada; a expulsão dos jesuitas é outro episodio, tambem não menos curioso.

Sabia o marquez de Pombal que os jesuitas dispunham na India de bastante força, e por isso tratou de proceder de fôrma que a resistencia fosse completamente impossivel.

N'esse tempo, em que era completamente desconhecido qualquer systema telegraphico, era tambem absolutamente impossivel que chegasse á India uma noticia qualquer do que se passava na Europa, antes de lá chegar navio que a levasse; e o marquez de Pombal, que de nada se esquecia, apenas se representou a tragedia horrorosa de Belem tratou de enviar para a India as ordens necessarias.

O navio que as levou era a nau *S. José*, commandada pelo capitão José Forte. As instrucções ordenavam-lhe que não communicasse absolutamente com pessoa alguma, sem ter mandado entregar ao vice-rei a correspondencia official. José Forte cumpriu tão strictamente essas ordens que,

tendo sido intimado pelo navio guarda-costas para chegar á falla, não obedeceu. O guarda-costas fez-lhe fogo, primeiro com polvora secca, e José Forte seguiu sem fazer caso, o guarda costas deu-lhe carga e atirou-lhe á bala, matou-lhe tres homens a bordo, sendo um d'elles o cirurgião e outro o piloto, e, apesar de tudo isso, o commandante da nau *S. José* continuou a seguir, sem responder ao fogo que lhe faziam, sem dar explicações, até que fundeou, entregando ao *sandó* vigia a correspondencia official. Era assim que o grande ministro sabia fazer-se obedecer.

Imagine-se a impressão que produziriam em Goa todas estas singularidades. Correu logo a noticia de que o navio que chegara de Lisboa, fundeára sem communicar com pessoa alguma, apesar das intimações violentas do navio guarda-costas. Tudo isto inquietava os animos, e talvez os jesuitas suspeitassem que alguma coisa se tramava contra elles. Bem sabiam como o grande ministro os detestava, e mesmo na India já tinham tido provas da sua má vontade. Da mesma fórma que em Lisboa os jesuitas tinham sido expulsos do paiz antes de serem expulsos do reino, tambem na India a carta regia de 29 de março de 1757 prohibia aos jesuitas a entrada no palacio dos vice-reis, e privava-os de todas as incumbencias seculares de serviço do Estado, que até então lhes tinham sido confiadas.

Entretanto, a scena que se passava no palacio do vice-rei devia ser verdadeiramente dramatica. O vice-rei era Manuel Saldanha de Albuquerque, que fôra feito conde da Ega, ao partir para a India. Teria pouco mais ou menos cinquenta annos, e era da confiança do marquez de Pombal, que o mandara chamar á ilha da Madeira, que estava governando, para lhe confiar o governo da India, dando-lhe por essa occasião o titulo de vice-rei, o de conde, a alcaidaria-mór de Guimarães, e o cargo de conselheiro de Estado. Era homem, por conseguinte, com quem o marquez de Pombal podia contar completamente.

O conde saíra de Lisboa a 1 de abril de 1758, antes, por conseguinte, de todos os graves acontecimentos, que tinham assignalado o fim d'esse anno e o principio do anno immediato. Nessa noite, verdadeiramente tragica, ponde o conde da Ega tomar conhecimento, successivamente, do attentado contra a vida d'el-rei D. José, da prisão dos fidalgos, da punição cruelissima que a todos ellés se infligiu — a morte do duque de Aveiro, da marquezia de Tavora, e de todos os seus parentes e adherentes, o confisco dos bens de toda essa opulenta nobreza, a expulsão dos jesuitas e a

prisão de muitos d'elles. De alguns dos fidalgos que tinham morrido no cadafalso de Belem, era talvez o conde da Ega amigo ou parente, e n'uma noite só pôde o seu espirito sentir concentrado todo o horror, que Lisboa sentira espalhado por varios dias de suspeitas e de sobresaltos.

Não tinha tempo comtudo para fazer muitas reflexões. Tratava-se de cumprir pontualmente as ordens que recebia e que mandavam que fizesse conduzir ao reino presos todos os padres jesuitas que estivessem na India e especialmente em Goa, confiscando-lhes todos os bens, tomando posse de todos os seus collegios e residencias, e arbitrando a cada padre jesuita, para seu sustento, um xerapim por dia.

O conde da Ega tomou todas as precauções, deu todas as ordens necessarias, e no dia seguinte, sem que se soubesse em Goa do que se tratava, appareceram cercados de tropa os collegios de S. Paulo Novo e de S. Paulo Velho, do Bom Jesus, Santa Rosalia, Chorão, Rachol, hospital Real e todos os outros edificios em que havia jesuitas. Ao mesmo tempo o conde da Ega dirigia-se solemnemente ao palacio de Panelim, e arrancava das paredes, onde estavam figurando ao lado dos outros goverdadores, os retratos do marquez e da marquezia de Tavora. E, assim como em Cintra se arrancou do tecto da sala de armas o brazão dos Tavoras, ficando em seu logar um escudete negro e vazio, assim na galeria dos retratos dos vice-reis da India se conservam tambem vazios os logares onde os marquezes de Tavora deviam figurar. Nada esqueceu á vingança do marquez de Pombal, lembrando-se até d'essa antiga usança de se pintarem os retratos dos vice reis da India para se conservarem n'uma galeria especial!

Esta cerimonia produziu viva sensação, porque os marquezes de Tavora tinham sido muito estimados na India, mas ninguem reagiu, como ninguem reagiu tambem quando 127 jesuitas foram presos para S. Paulo Novo e para Rachol; mas, sobre a cidade em estado de sitio, pairava a sombra do terror. Ninguem sabia o que esperava, porque o mysterio em que tudo se envolvera duplicava o susto e paralytava toda a resistencia. O marquez de Pombal sabia dirigir admiravelmente estes negocios.

Os jesuitas mudaram de carcere umas poucas de vezes, até que embarcaram para a Europa no dia 19 de dezembro de 1760. As cautelas que se tomaram para o seu embarque foram ainda maiores.

O conde da Ega encarregou d'esta difficil missão o de-

sembargador Luiz Botelho da Silva Valle. Junto á praia estavam dezeseis embarcações de remos, e em cada uma das embarcações estava um official militar. O desembargador chegara, e depois de distribuir os cento e vinte e sete padres pelas dezeseis embarcações, cobrava de cada um dos officiaes o respectivo recibo, depois as embarcações seguiram para a nau *Nossa Senhora da Conceição*, comandada pelo capitão de mar e guerra, Bernardo Carneiro da Alcaçova. Os officiaes entregavam então a este ultimo os seus prisioneiros e cobravam tambem recibo.

Assim se conseguiu metter a bordo sem perigo os jesuitas, que logo seguiram para o reino aonde chegaram a 2 de maio de 1761. Para Moçambique, Damão, Dio e Macau se expediram ordens identicas; mas de Macau só em 1763 é que saíram os vinte e quatro jesuitas que foram mandados para o reino.

Os edificios pertencentes aos jesuitas tiveram diversos destinos. A maior parte foram entregues aos congregados de S. Philippe Nery.

Em tudo isto procedeu o conde da Ega, como se vê, do modo mais correcto possivel, e obedecendo escrupulosamente ás ordens; mas comtudo, quando chegou a Lisboa, depois de completar os cinco annos do seu governo, encontrou, ao entrar a barra, uma ordem de prisão contra elle e contra o desembargador Belchior José Vaz de Carvalho. Procedeu se tão severamente com o vice-rei, que estando elle ainda a bordo, lhe tiraram tudo o que tinha de valor inclusivamente um anel e as fivellas dos sapatos. Resolveu-se que ficaria incommunicavel, e mandaram-n'o preso para a torre do Outão em Setubal. Pouco depois, porém, consentiu-se-lhe que recebesse sua mulher.

Dois annos e dezeseite dias esteve preso na torre do Outão. Quando porém se viu que uma pertinaz ophthalmia ameaçava privar-o para sempre da vista, restituiram-n'o á liberdade, consentindo-lhe que se defendesse solto, mas pouco tempo gosou esta liberdade, porque morreu quasi cego em 1771. A sua viuva só em 1779 obteve uma sentença de reabilitação.

Quaes eram as accusações que se vibravam contra o conde da Ega? Eram umas accusações vagas, formuladas em nada menos que 138 artigos. Prendiam com o sequestro dos bens dos jesuitas, mas parece realmente que o marquez de Pombal se deixára levar d'essa vez por intrigas, e que elle, o grande inimigo dos jesuitas, fôra talvez sem o saber, agente de alguma vingança jesuitica.

O que é certo é que o conde da Ega, que cumprira fiel-

mente as ordens do marquez de Pombal, padeceu tanto como os que lhe desobedeciam.

Os elementos de que me servi na elaboração d'este artigo encontram-se n'um livro, onde difficilmente se iriam procurar — no tomo III da *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, pelo sr. Teixeira de Aragão.





O conde de Rochechouart em Portugal

EM França acontece o contrario do que succede entre nós. Aqui ninguem escreve as suas Memorias, o que torna difficillima a missão do historiador, que se encontra em presença sempre de documentos officiaes quantas vezes inexactos! e de narrativas impressas, dictadas muitas vezes pela paixão, pela conveniencia, e em que sempre a verdade se disfarça.

Em França pelo contrario toda a gente escreve Memorias, que estão sendo de uma superabundancia extraordinaria. Tambem n'essas Memorias ha innumeradas inexactidões. Os factos que o author não viu, conta-os pelo que ouviu dizer, e todos sabem como os acontecimentos são assim desvirtuados. Em todo o caso, confrontando essas Memorias com as narrativas impressas, com os documentos officiaes, pode-se apurar a verdade, mas é necessario um grande criterio para comparar os elementos contrarios.

As ultimas memorias que appareceram em França com relação aos tempos do Consulado e do Imperio, foram as do conde de Rochechouart, publicadas por seu filho. Intitulam-se *Lembrança da Revolução, do Imperio e da Restauração*. Interessam-nos muito, porque o author esteve

em Portugal e serviu no nosso exercito, mas, para se avaliar a cautela que é necessaria para apreciar a sua narrativa, basta dizermos que o sr. de Rochechouart tinha doze annos quando esteve ao serviço de Portugal. Podem imaginar o que uma creança d'essa idade saberia dos acontecimentos que se passaram em torno d'elle. Pois falla d'esses acontecimentos como se os conhecesse a fundo e estivesse no segredo do gabinete.

O conde Leão de Rochechouart era o quinto filho do duque Cesar de Rochechouart, coronel do regimento de Armagnac-infanteria, e de sua mulher Annida de Marson. Nasceu a 14 de setembro de 1788, e tinha por conseguinte apenas um anno quando rebentou a revolução.

A duqueza de Rochechouart era amiga intima da duqueza de Polignac, e entrou por conseguinte na intimidade de Maria Antonieta. Quando a rainha foi presa, a duqueza foi uma das pessoas que trabalharam para lhe facilitar a evasão. Perseguiram-na por isso, a duqueza fugiu com dois de seus filhos, um dos quaes era Leão, que tinha então apenas quatro annos. A duqueza fugira para Caen e alugára uns quartos n'um estabelecimento de banhos. Não estando porém em segurança, fugiu para Inglaterra, deixando as creanças a cargo do dono do estabelecimento, que as explorou indignamente e as tratou mal. Foi uma criada velha que arrancou os pobres pequeninos aos maus tratos de que estavam sendo victimas, refugiando-se com elles no campo. A duqueza voltou a França, e levou-os para a Suissa, mas teve de ficar no territorio francez, por causa de uma intriga politica, em que figurara como emissaria do governo britannico. As creanças foram para casa de umas tias refugiadas em França.

Não podendo ir ter com ellas, chamou-as para Inglaterra, onde se refugiara de novo, e d'onde partiram para a Alemanha, indo residir primeiro em Hamburgo, depois em Altona.

Alli estavam em 1800, quando passou por essa cidade o conde Gand, que ia para o serviço militar de Hespanha. Leão de Rochechouart, que tinha 12, annos, pediu-lhe que o levasse comsigo, e a mãe que não tinha recursos, e que não podia assegurar de outro modo um futuro a seu filho, apoiou essas instancias e o conde partiu. Mas, como a existencia do conde de Rochechouart tinha de ser cheia de aventuras do principio até ao fim, tendo embarcado n'um navio allemão, naufragou e foi ter a Inglaterra. Ah!, sabendo que o duque de Mortemart estava em Portugal, obteve do conde de Gand que o deixasse partir para Lisboa, e

effectivamente, o nosso aventureiro de doze annos veio ter sósinho á cidade de Ulysses

A situação dos emigrados francezes era muito extraordinaria. Forçados a entrar ao serviço dos governos estrangeiros, achavam-se, conforme o paiz que escolhiam, na situação mais diversa. Se o conde de Rochechouart tivesse acompanhado o conde de Gand, teria servido na campanha de 1801 contra o exercito onde Mortemart militava; fazendo o que fez, serviu contra o exercito em que militava o conde de Gand!

O duque de Mortemart era commandante de um regimento de emigrados francezes estipendiados pela Inglaterra e postos por ella ao serviço de Portugal. Chamavam-se a estes regimentos de *cocardé blanche*, porque conservavam esse signal dos realistas francezes.

Um d'esses regimentos era commandado pelo duque de Mortemart, como dissemos, e tinha por tenente-coronel o marquez de Mortemart, que Leão de Rochechouart conhecera em Altona, quando passára por alli saindo do exercito de Condé para se ir apresentar ao governo inglez.

O joven Leão procurou-o, foi recebido de braços abertos, e sentou logo praça como cadete (*chasseur noble* diz Rochechouart) no seu regimento, e foi com immenso prazer que Leão dormiu a sua primeira noite na caserna, que era em *Val de Preiro*. Os nossos leitores, apesar da orthographia fantasista adoptada pelo conde de Rochechouart, já conheceram o velho quartel de Valle de Pereiro, ainda hoje de pé, mas que, segundo se diz, vae em breve desaparecer.

Mezes depois, Rochechouart era nomeado alferes com 12 annos e meio de idade!

Diz o conde que a vida aventureira que tinha tido, desenvolvera-o espantosamente; estava muito crescido, de forma que o inspector de mostras nem reparou n'elle, quando elle appareceu na revista ao lado dos seus camaradas.

Rebentou n'isto a guerra de 1801, e, segundo diz Rochechouart, o governo portuguez o que primeiro recebeu foi que os Hespanhoes investissem o Porto, e deliberou mandar para lá algumas tropas. Um dos regimentos escolhidos foi o regimento francez de Mortemart, que embarcou á pressa em navios mercantes, mas, depois de estar oito dias a bordo, desembarcou de novo e d'ahi a tres semanas foi mandado para Elvas ou *Elva*, como Rochechouart escreve.

As recordações da sua infancia não o trahiram comple-

tamente, porque ainda se lembra de que o commandante em chefe do exercito portuguez era o duque de Lafões, marechal general, parente da casa de Bragança, e velho de oitenta annos. Mais uma vez, porém, a orthograpia o atraiçoa e ao duque de Lafões chama o duque de *La Foença*.

A campanha de 1801 foi miseravel, foi uma vergonha para o exercito portuguez, vergonha que depois lavaram completamente os feitos heroicos da guerra peninsular, mas não foi, em todo o caso, a *pequena campanha do Alemtejo*, como elle diz, *virgem de tiros de espingarda*. Se o regimento de Mortemart não queimou uma escorva, outros as queimaram, posto que sem lustre e sem gloria para o paiz. Acrescenta Rochechouart que esta campanha «nenhum historiador, nenhum jornal a mencionou; romper-se-ha esse silencio desolador para o meu amor proprio; vou ser historiador da minha propria gloria e instruir a posteridade.»

Infelizmente, isso não é verdade.

A campanha de 1801 teve os seus historiadores, que não poderam de certo extasiar-se diante da gloria que n'ella ganhámos; é desagradavel, porém, ver este francezinho de 12 annos a troçar a cavallaria portugueza, que deitou a fugir apenas viu umas vedetas hespanholas, ao passo que estas fugiam tambem ao verem os dragões inglezes que fugiam. Isso, porém, de pouco vale; esse combate de cavallaria, que foi desgraçado, não teve o ridiculo que o menino Leão lhe attribue, quando pinta o exercito portuguez a fugir para um lado, e o exercito hespanhol ao mesmo tempo a fugir para outro.

Quando se fez a paz de Amiens, os regimentos da *carde blanche* foram dissolvidos. Diz Rochechouart que os Inglezes pagaram generosamente a officiaes e soldados, que cada official recebeu 2 annos de soldo e 10 guineus de gratificação, e que elle só á sua parte recebeu 250 libras. Pois não as merecera!



XVI

Recordações d'um soldado

ESTE soldado é um sargento, um robusto sargento inglez, William Lawrence, um latagão de 5 pés e 7 pollegadas, que talvez não fosse menos apreciado pelas freiras do principio do seculo XIX do que o elegante Chamilly o fôra pelas religiosas do fim do seculo XVII.

A razão que nos leva a este estudo sobre as *Memorias de William Lawrence* é a originalidade estranha e caracteristica d'este ultimo livro e o interesse supremo que tem para nós, por se occupar d'aquella guerra da Peninsula que tanto nos preoccupa.

Não conhecemos directamente o livro, devemos já dizel-o; conhecemol-o atravez da analyse feita por um escriptor francez, Arvéde Barine. O titulo que elle dá ao seu estudo é o seguinte: *Uma alma simples — Memorias de um illetrado.*

Effectivamente, William Lawrence foi um sargento inglez que serviu na guerra da Peninsula, que não sabia escrever — apesar de ter chegado a sargento — e que, retirado para a sua terra natal, entendeu que não seria des-acertado contar o que vira, já que a historia das campanhas em que elle entrára excitára tão profundamente a curiosidade do povo inglez. Tinha na sua terra um camara-da que, mais adiantado do que elle, sempre conseguira

chegar a saber escrever : não primorosamente, é claro. Se a calligraphia era má, a orthographia ainda era peor. Um litterato porém, o sr. Nugent Bankes, teve conhecimento do manuscrito, e achou que teria um verdadeiro interesse. Retocou-o apenas, diz elle, levemente, e na verdade parece que apenas lhe compoz a grammatica e a orthographia, porque na obra que se publicou e a que o editor e prefaciador deu o titulo de *The autobiography of sergeant William Lawrence*, não ha as affectações de simplicidade, que tantas vezes revelam o *arranjo* em algumas fraudes litterarias d'este genero. Sente-se em todo elle o soldado a contar sinceramente o que lhe succedeu, as anedotas e as historias com que entretivera e alegrara os serões da sua terra, e que pede depois a um cuvinte que lhe *prante* por escripto o que elle esteve a contar.

Ha coisas que se não inventam : o caso, por exemplo, d'elle ter achado a batalha de Waterloo abhorrecidissima. E não admira ! O seu regimento, o 40 de linha, passou todo o dia, formado em quadrado, a receber cargas de cavallaria franceza.

No fim da batalha que elle nunca chegou a perceber como fôra que se ganhára, estava com uma fome de seiscentos diabos. E' tão feliz que apanha um embornal com dois frangos e um presunto. Mais feliz que o proprio Wellington, principiava a tasquinhar os frangos, quando um official o avisou caridosamente de que tivesse cautela com os Prussianos de Blucher, que passavam n'essa occasião perseguindo os Francezes. Já n'essa occasião os Prussianos, ao que parece, lançavam olhos cubiçosos para o presunto dos visinhos. Mais ajuizado do que Napoleão III, William Lawrence deu aos Prussianos umas fatias de presunto, e saboreou o resto. E' o que elle sabe da batalha de Waterloo, da chegada de Blucher, e da derrota dos Francezes.

Como isto afinal de contas é deveras interessante pelo seu tom de sinceridade, como William Lawrence esteve nas campanhas de Portugal, e a sua narrativa, debaixo do seu ponto de vista especial e pequeno, lança ás vezes uma luz, que elle nem imagina, na historia d'essas luctas, vamos acompanhal-o, seguindo ao mesmo tempo o escriptor francez que o analysa, porque os seus commentarios não deixam de ser preciosos.

*

Não vale a pena seguir os primeiros passos da narrativa de William Lawrence ; basta que saibamos que nasceu

em 1791 n'uma aldeia proxima de Plymouth; que, tendo fugido aos quinze annos de casa do patrão, sentou praça para obter os 2 guineus de premio, e que, depois de ter estado com o 40 de linha, em que sentou praça, na campanha, infeliz para os Inglezes, de Buenos-Ayres, com o 40 retirou para a Irlanda, e ainda com o 40 embarcou a bordo dos navios que traziam ás costas de Portugal a divisão de sir Arthur Wellesley, divisão de que o 40 fazia parte.

A primeira batalha a que assistiu, foi a do Vimeiro. O modo como elle a conta é todo pessoal, como a narrativa da batalha de Waterloo. Estava em atiradores, e via diante de si uma linha de atiradores francezes. Elle, que tinha então os seus 17 annos, escondeu-se por traz de uma arvore, ao passo que um soldado francez se escondia tambem por traz de uma moita, e alli estariam os dois a dar tiros um sobre o outro sem acertarem nunca, se o auxilio dos seus patricios não livrasse o joven William Lawrence da posição desagradavel em que se achava. No meio d'esse combate homerico, William Lawrence dirigia a essa arvore portugueza detraz da qual se escondera, palavras de animação, que a arvore provavelmente não percebia.

O que é porém curioso, é que o sr. William Lawrence, cuja vida militar não tem, como se verá, uma correcção inexcusable, indigna-se com as barbaridades com que os Portuguezes tratavam os inimigos, e é claro que o sr. Barine applaude com enthusiasmo.

Confessa o commentador que «o procedimento dos Francezes em Hespanha esteve longe de ser exemplar; commetteram grandes depredações e mataram muito habitante desarmado».

«Mas, accrescenta porém o parcialissimo escriptor francez, havia todavia um abysmo entre as suas violencias e os seus roubos, e a fria barbaridade dos Hespanhoes e dos Portuguezes, verdadeiros requintados da crueldade, que se regosijavam com os supplicios demorados e com o espectáculo dos soffrimentos». E para justificar a sua affirmação, cita o seguinte trecho de Lawrence: «Fui testemunha de um dos seus actos de barbaridade. Tinham arranjado um circulo de palha em torno de um ferido francez, e haviam-lhe deitado fogo. Quando o desgraçado tentava arrastar-se para fóra do circulo, era atirado outra vez para o meio, por um forcado. Depressa fizemos fugir os Portuguezes, atirando-lhes para cima, porém, quando chegamos ao pé do pobre homem, estava elle já com o cabello, os dedos, e o rosto horrivelmente queimados. Pedia-nos com supplicas que o não abandonassemos, mas fomos obrigados a dei-

xal-o, e seguramente os Portuguezes voltaram para o matar, ou elle morreu pelas suas feridas, ou pelos maus tratamentos que recebera».

E' claro que fulminamos com indignação esta barbaridade portugueza; mas como é que ousa censural-a um sargento inglez, que acabava de desembarcar do seu navio, de vir da Irlanda muito pacata, onde não havia nem o mais leve odio aos Francezes, e que não sabia de certo, nem nunca o viria a saber, das atrocidades sem nome commettidas por Loison, o terrivel *Maneta*, em Evora e em Alpedrinha, por Margaron em Leiria e por Thom ers na Nazareth? Pois o proprio sargento não conta depois as atrocidades commettidas em Badajoz pelos inglezes? Não narra que viu um frade completamente nú, martyrisado na rua por soldados que não tinham contra elle senão o lembrarem-se de que elle os impedira no anno anterior de praticarem as maximas vilanias no seu convento?

E enquanto o sargento nada acha que dizer a estas barbaridades commettidas a sangue-frio contra gente que os saudava como amigos e salvadores, enquanto o sr. Barine apenas considera como *estando longe de ser exemplar* o procedimento dos francezes que matavam sem piedade mulheres e crianças, não se acha senão fria barbaridade no procedimento dos Portuguezes, desvairados pela dôr e pela furia de verem as suas casas incendiadas, os seus campos devastados, as suas mulheres e as suas filhas ou violadas, ou assassinadas, a sua patria aviltada! E' pasmoso! Isto ainda se percebe no rude sargento, não se percebe n'um escriptor de primeira plana como Arvéde Barine.

A narração da tomada de Badajoz é curiosissima. Antes de darem o assalto, souberam os soldados inglezes que, sendo a cidade tomada, lhes seriam concedidas tres horas de saque. Ficaram contentissimos, e o nosso Lawrence então combinou logo com dois camaradas encontrarem se á porta de um ourives, que elles já conheciam, onde havia grande colheita a fazer!

Note-se que Badajoz era uma cidade hespanhola, occupada, bem contra vontade dos seus habitantes, pela guarnição franceza; que todos lá dentro faziam votos pelo triumpho dos assaltantes, que, se fosse possível, lhes dariam auxilio e lhes abririam as portas, que illuminaram as casas, cheios de contentamento, apenas souberam que os assaltantes estavam senhores das fortificações! Entretanto, os generaes inglezes premeditavam o saque da cidade, que iam *salvar do dominio frances*.

Imagine-se agora a surpresa dos pobres hespanhoes

quando, depois de terem illuminado as casas, correram festivamente ao encontro dos seus salvadores, e os viram saltar-lhes nos bens e nas mulheres, fazendo mão baixa em tudo. Pois foi o que succedeu ! Tiveram os soldados tres horas de saque, praticaram as ultimas atrocidades e os mais infames roubos, e quando os seus proprios officiaes quizeram ter mão n'esse trasbordar de licença, foram alguns d'elles mortos. Devemos dizer com tristeza que o pobre Lawrence não apanhou nada. Um dos camaradas com quem fizera a combinação, e que era quem levava a vela que havia de os guiar na loja que suppunham ás escuras, porque não esperavam que Badajoz illuminasse para os receber, foi morto. O outro ficou sem pernas e sem vida provavelmente; Lawrence foi para o hospital com tres feridas.

Ora estas coisas é que ninguem conta, e esclarecem bem esta terrivel guerra peninsular, em que nós, Portuguezes e Hespanhoes, tão atrozmente calcados fomos pelos Francezes inimigos como pelos alliados inglezes.





XVII

Novas recordações da guerra peninsular

ESTÃO tendo agora grande voga as memorias relativas á guerra peninsular, mas memorias não de generaes que contem as grandes manobras dos exercitos combatentes, nem de officiaes que observem os costumes dos povos e estudem a sociedade illustrada do seu tempo. De memorias d'este genero estava já recheiada a bibliotheca. Tinha-mos as memorias de Suchet, de Marmont, do rei José, etc., etc., com relação aos generaes e aos politicos; tinhamos a obra de mr. de La Rocca e outras muitas com respeito ás recordações de simples officiaes; mas o que vamos tendo agora são as recordações dos simples soldados, da sargentada, d'aquelles em fim que nos podem contar os factos mais comeseinhos e triviaes, mas por isso mesmo mais caracteristicos.

Já demos conta de umas Memorias interessantissimas d'essas guerras, de um sargento do exercito de Wellington, que contava as campanhas da guerra peninsular, debaixo do seu ponto de vista especial de galucho primeiro e de sargentão depois. As Memorias a que vamos referir-nos agora completam até certo ponto essa narrativa, porque nos contam as mesmas coisas debaixo do ponto de vista do inimigo: são as memorias de um sol-

dado de artilheria do exercito francez, que acabam agora de se publicar.

A primeira desconfiança que o leitor tem é de que sejam apocryphas estas differentes memorias. Parece um pouco estranho que um ignorante soldado inglez, que nunca passou de sargento, e um não menos ignorante soldado francez, que apenas chegou a furriel, podessem escrever a sua historia.

O facto, contudo, explica-se perfeitamente: as *Memo-rias* do sargento inglez foram escriptas por quem o ouvia na aldeia contar as recordações da sua vida, e que, julgando-as interessantes, as transcreveu para o papel, quasi que stenographando as narrativas do velho soldado, que assim conservam perfeitamente o sello da sua incontestavel authenticidade. As do furriel francez, que se chamava Manière, e que morreu em 1880 com 95 annos de idade, são meras notas sem pretensões a sairem a lume nem a affrontarem os perigos da publicidade, simples desabafos de um tagarella, que, não podendo já contar a muita gente as suas fanfarronadas e as suas recordações, se entretinha a contar-as a si proprio. E são tão mal escriptas, tanto é apenas pelo que ha de interessante para este publico moderno avido de conhecer os bastidores d'estas grandes tragedias historicas de que só conheciamos até aqui as scenas magnificas, que se lêem, que não se pôde duvidar tambem da authenticidade d'esses documentos, muitas vezes frivolos e massadores, reunidos pelo sr. Germano Bapst, que declara ter conhecido o author intimamente, e que os publicou dando-lhes o titulo de *Souvenirs d'un can- nonier de l'armée d'Espagne*.

Infelizmente para nós, o artilheiro Manière, tendo pertencido sempre ao corpo d'exercito do marechal Victor, duque de Bellune, nunca chegou a entrar em Portugal, mas o que se passava em Hespanha era o que se passava aqui, e as informações do artilheiro do marechal Victor são preciosas para completar as do sargento do marechal Wellington.

Com relação á propria França, consideramos em geral este periodo das grandes guerras napoleonicas como um periodo de extraordinario brilhantismo e de grande prosperidade, emquanto não vieram os desastres. E' bom contudo vêr sempre o que ha por dentro d'essas apparencias gloriosas do militarismo.

O primeiro episodio militar ácerca do qual Manière nos dá informações intimas e extremamente curiosas, é a famosa carga dos lanceiros polacos em Somo-Sierra. Quan-

do em 1808 Napoleão veio fazer a conquista da Hespanha, a primeira batalha que deu, em que os hespanhoes ficaram logo absolutamente destroçados, foi a batalha de Somo-Sierra. Os cavallos-ligeiros polacos da guarda imperial atiraram-se a galope sobre os reductos hespanhoes, mataram os artilheiros em cima das suas peças, e tornaram logo segura a victoria dos Francezes.

Este acto é considerado justamente como um dos feitos mais brilhantes da historia da cavallaria, porque demais a mais os heroicos polacos, arrastados pelo seu ardor, tinham-se mettido n'uns desfiladeiros, onde podiam ser completamente fulminados desde o primeiro até ao ultimo, e, ainda assim, apesar da rapidez da carga, e da inexperiencia dos artilheiros hespanhoes, as perdas dos lanceiros polacos foram importantes.

Esta é a parte brilhante da lenda. Não ha duvida que os polacos fizeram um acto de bravura, mas não o praticaram arrastados pelo seu heroismo; foram obrigados a praticar-o por castigo. E quem nos revela este facto de um modo absolutamente incontestavel, é o pobre furriel Manière.

Napoleão, no dia 29 de novembro de 1808, encontrou os Hespanhoes em Somo-Sierra. A victoria era segurissima, nem elle podia esperar, outra coisa. Os Hespanhoes tinham estabelecido umas baterias que algum mal faziam ao exercito francez, mas os granadeiros da guarda já torneavam as alturas em que as peças hespanholas se tinham collocado e que iam por conseguinte ser tomadas, quando Napoleão ordenou em pessoa aos cavallos-ligeiros da sua guarda, porque nem lanceiros eram, visto que só em 1809 receberam a lança, que tomassem as baterias de frente, o que era estranho da parte de Napoleão, que sabia perfeitamente poupar a vida dos seus soldados.

Os cavallos-ligeiros, picaram as esporas e foram, indo na frente o 3.º esquadrão, de que era chefe o official Korieutsky.

O coronel do regimento seguiu-o depois com os outros esquadrões, mas foi o 3.º esquadrão que tomou as alturas de Somo-Sierra. Durou um momento esta carga, mas ainda assim, e sem grande necessidade tactica, foram mortos 4 officiaes e 21 soldados.

Vejamos agora o modo como o artilheiro Manière explica esta famosa carga:

«Os cavallos-ligeiros trouxeram perto de trezentos prisioneiros, quasi todos frades; ainda tinham a sua cartuxeira á roda do corpo. N'esse tempo correu o boato de

que o Imperador os mandára carregar para os punir do comportamento que elles tinham tido em Châtellerault.

Vejamos o que acontecera em Châtellerault em 1808, no tempo da maxima prosperidade e da maxima força do Imperio. Vai o sr. Bapst contal-o :

«Os cavollos-ligeiros polacos da guarda, que acabavam de se formar em Varsovia, tinham atravessado a França para Hespanha. Ao passarem por Châtellerault, a cidade fez-lhes grande festa e organisou em sua honra, para a noite da sua chegada, um grande baile em que tomou parte a sociedade toda dos arredores. Ao principio tudo foi bem, mas quando o baile estava no seu auge, os lanceiros apoderaram-se das portas e guardaram-n'as para não deixarem entrar ninguem ; outros correram aos maridos e aos pais de familia, sovaram-n'os e pozeram-nos fóra. Ficando sós em presença das senhoras e das meninas, renovaram a scena do rapto das Sabinas pelos Romanos.»

E o sr. Bapst acrescenta esta nota :

«O caso de Châtellerault foi reproduzido n'uma lithographia não assignada, que uns attribuem a Charlet, outros a Bellangé. Está sendo hoje muito rara ; existe um exemplar na colleção do conde de Sorumez.»

Aqui está o que occultavam as exterioridades brilhantes do militarismo.

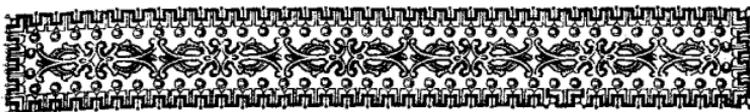
E' espantoso este facto. Na propria França, na França victoriosa, uns voluntarios estrangeiros commettiam impunemente um acto por tal forma escandaloso ! Imagine-se o que elles fariam nos paizes conquistados !

E dizemos impunemente, porque o proprio Germano Bapst completa a sua narrativa da seguinte fórma :

«Quando estes factos foram referidos a Napoleão, este entendeu não dever proceder immediatamente. E' provavel que se lembrasse em Somo-Sierra do procedimento dos cavallos-ligeiros polacos em Châtellerault e que achasse então a occasião de os punir atirando-os contra as baterias hespanholas !»

Que triste segredo escondia a lenda heroica de Somo-Sierra !

Em quantas narrativas de Manière encontramos as provas da indisciplina que reinava no proprio exercito francez, quando Napoleão não estava presente ! os defeitos da administração que deixava os soldados morrerem de fome ou viverem do roubo, emquanto ao lado dos acampamentos apodrecia a farinha e se perdia o trigo ! São instructivâs estas narrações !



XVIII

Historia da legião portugueza

I

A ORGANISAÇÃO

E quasi desconhecida a historia d'estes bravos soldados portuguezes, que, forçados a servirem longe da sua patria, e talvez contra os interesses d'ella, o que aliás não era n'essa occasião facil de apreciar, mantiveram com-tudo de um modo notavel a honra da nossa bandeira e a gloria do nosso nome. A politica do governo consistiu por muito tempo em escurecer a gloria d'esses homens, e elles proprios, vendo que estampava uma nodoa na sua carreira esse tempo em que tinham gasto o melhor do seu sangue, e em que tinham affrontado innumerados perigos para defenderem, se não directamente a sua patria, pelo menos o bom nome d'ella, foram deixando cair no esquecimento a gloria incontestavel com que tinham illustrado o seu nome nas guerras mais famosas do seculo XIX.

Tudo isso concorreu para que ficassem no esquecimento os feitos d'esses nossos heroicos e infelizes compatriotas. Pois nunca houve esquecimento mais injusto. Cumpriram esses bravos nobilissimamente o seu dever, como o tinham cumprido antes os que tinham ido pelear nos campos do Roussillon. Estes, obedecendo ás ordens das autoridades legitimamente constituidas, tinham ido combater a França por uma causa que não era portugueza,

servir os caprichos de um governo estulto como era então o de Hespanha, e de um governo egoista como era o de Inglaterra. E, enquanto nós exauríamos de forças para combater no Roussillon em proveito dos hespanhoes, e para combater no Atlantico em proveito dos inglezes, a nossa marinha mercante era arruinada pelos corsarios republicanos, pois que as forças navaes com que devíamos protegê-la estavam servindo na Mancha ás ordens do almirante Howe, a proteger o commercio britannico! e as nossas colonias eram occupadas pelos inglezes com pretexto de que não tínhamos forças militares bastantes para as defendermos contra qualquer ataque imprevisto, em razão de se achar a flor do nosso exercito a derramar o seu sangue nos Pyreneus, por uma causa que em nada nos interessava!

Portanto, não houve campanha mais anti-patriótica, mais absurda, mais nefasta aos nossos interesses do que foi a guerra do Roussillon. Devemos por isso taxar de imerecida a gloria que adquiriram os nossos soldados n'essa aspera campanha? Não, de certo, porque os soldados não discutem. Cumprem as ordens que recebem, combatem nos campos de batalha que os seus chefes lhes designam, peejam em torno da sua bandeira, e essa bandeira vae para onde a mandam aquelles que tem a responsabilidade de dirigir os destinos nacionaes. Desgraçado do exercito que procedesse de um modo diverso, que não quizesse dar um tiro, sem saber se a causa que lhe mandavam defender era santa, e justa, e consentanea com os interesses do paiz! A indisciplina tornaria em breve esse exercito o instrumento fatal da ruina patria.

O que fizeram pois os soldados da legião portugueza! Obedeceram aos seus chefes. Imagina-se por acaso que a invasão de Junot foi uma invasão? Não foi. Exalta-se muito a audacia do exercito francez, e deplora-se a covardia dos portuguezes. E' se perfeitamente injusto. Vê-jámos os factos.

O governo de Lisboa, pela sua detestavel politica, fingia estar de accordo com o imperador dos Francezes e protegia debaixo de mão os interesses da Inglaterra. Mas o que é certo é que, ostensivamente, tomava até medidas rigerosissimas contra os subditos do rei Jorge. Mandava-os sair de Portugal em curto prazo, e confiscava-lhes os bens. Difficilmente podia o reino, que não estava no segredo da politica do gabinete da Ajuda, deduzir d'aqui outra coisa que não fosse a plena adhesão do governo portuguez ao bloqueio continental e ao pensamento napoleónico.

Annuncia-se entretanto a apparição na fronteira de um exercito francez. Ninguem de certo o poderia considerar se não como um exercito alliado, que vinha dar força ás determinações rigorosas do principe régente contra a Inglaterra. O tratado de Fontainebleau ainda não era conhecido em Portugal. Mas, para dissipar todas as duvidas, se as houvesse ainda, veio a proclamação do principe regente, ao partir para o Brazil, ordenar a todos os fieis Portuguezes que tratassem como amigos os soldados de Napoleão. Eram amigos, mas fugia d'elles? O que se dizia era que estava coacto, que o levavam prisioneiro de guerra os Inglezes, e, no meio d'esta confusão de idéas, ninguem sabia quem eram os alliados e quem eram os adversarios, e Junot atravessava incolume o paiz todo, e chegava a Lisboa com dois regimentos estarrapados e invalidos, e com elles tomava posse da capital do paiz glorioso, que tinha o seu nome assignalado nas paginas mais brilhantes da historia militar do mundo inteiro.

Mas não ficamos por aqui. Senhor do reino sem dar um tiro, cuidam que Junot procedeu abertamente como conquistador? Não de certo. A regencia, nomeada ao partir pelo principe D. João, continuou a funcionar ao lado do general francez, sancionando com a sua authoridade perfeitamente legitima todas as ordens que elle queria dar. Mais ainda. Os directores espirituaes d'este povo, então essencialmente religioso, longe de excitarem contra os Francezes o sentimento popular, teciam-lhes os maximos elogios, e recomendavam ao povo que os tratasse com a maxima fraternidade.

Era este o espirito e a letra das pastoraes do patriarcha de Lisboa e do bispo do Porto, lidas pelos parochos ás missas conventuaes, e que mais contribuiam ainda para desnortear o espirito publico.

Foi n'estas circumstancias que Junot ordenou a dissolução do exercito portuguez, ou antes a sua refundição n'uma pequena legião, destinada a servir no exercito napoleonico, ao lado de muitos outros contingentes estrangeiros, que ali já militavam.

Que haviam de fazer os soldados e os officiaes portuguezes? Obedecer ás ordens dadas por um governo regular, e legitimamente constituido, reforçadas pelos conselhos dos principaes prelados portuguezes. Deveria ter o exercito iniciado a revolução? Como? Se faltava um centro de resistencia! se faltava um pensamento commum! se faltavam chefes naturaes ao movimento! ao passo que, para reprimir qualquer insurreição militar, havia em todo

o reino, já restabelecido de todas as fadigas das marchas sessenta mil soldados francezes e hespanhos! Era impossivel, bem vêem.

Seis officiaes generaes e um official superior foram encarregados de organisar a legião: os tenentes generaes marquez de Alorna e Gomes Freire de Andrade, o marechal de campo D. Rodrigo de Lencastre, os brigadeiros Pamplona, D. José Carcome e Brito Mousinho e o coronel Francisco Antonio Freire Pego. A redução fazia-se da seguinte maneira: mandavam-se para sua casa todos os soldados casados, e todos que tinham mais de vinte annos e menos de onze, todos os officiaes que tinham direito á reforma ou que pediam a sua demissão, tendo direito a ella. N'esta ultima hypothese fechavam-se muito os olhos, e em geral concediam-se todas as demissões que se pediam.

Foi assim que muitos officiaes protestaram contra o que se estava passando, foi assim que a insurreição portugueza encontrou depois ainda bons e experimentados officiaes para a reconstituição dos seus regimentos. Occorrem-nos agora o nome de dois officiaes que foram depois brilhantissimos ornamentos do nosso exercito, o capitão Saldanha, que veio a ser o illustre marechal duque de Saldanha, e o alferes Claudino Pimentel, que depois veio a ser o famoso brigadeiro Claudino.

Estas ordens reduziam por tal fórma o effectivo de todos os corpos, que foi depois impossivel constituir o numero de regimentos que Junot desejava. A legião compoz-se de oito regimentos, sendo cinco de infantaria e tres de cavallaria, e de uma legião de tropas ligeiras.

O 1.º regimento de cavallaria organisou-se na Luz, com os restos dos regimentos de cavallaria 1, 4, 7 e 10; o 2.º com os do 6, 9, 11 e 12; o 3.º com os do 2, 3, 5 e 8; o 1.º regimento de infantaria formou-se com os restos dos quatro regimentos da guarnição de Lisboa; para o 2.º e 3.º deram contingentes o 4, 6, 9, 11, 12, 18, 21, 23 e 24; o 4.º e 5.º com os contingentes dos regimentos do Alemtejo e do Algarve. Não só não se conseguiu formar como Junot queria, um 6.º regimento de infantaria, mas o 4.º nunca chegou a ter senão um batalhão; a legião de tropas ligeiras apenas teve um batalhão de caçadores a pé e um esquadrao de caçadores a cavallo.

Recebeu o marquez de Alorna o commando em chefe das tropas portuguezas, e Gomes Freire de Andrade foi nomeado segundo commandante, chefe de estado-maior o brigadeiro Pamplona, commandante da 1.ª divisão D. José

Carcome, e commandante da 2.^a divisão João de Brito Mousinho.

Os coroneis de infantaria eram, pela ordem da numeração dos corpos, Joaquim de Saldanha e Albuquerque, marquez de Ponte de Lima, Francisco Antonio Freire Pego, conde de S. Miguel e Francisco Ferrari, e os de cavallaria Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar, Alvaro Xavier das Povoas e marquez de Loulé.

Os chefes de batalhões de infantaria eram Candido José Xavier, Julião Rodrigues de Almeida, Bernardino Antonio Moniz, Julio Francisco Torres, Balthazar Ferreira, João de Tschudy, Alexandre Martigny, Francisco Stuart, e Francisco Claudio Blanc. Este ultimo commandava o batalhão de caçadores da legião de tropas ligeiras. O 2.^o batalhão do 5.^o regimento de infantaria foi sempre commandado interinamente pelo capitão Alexandre José Beninger.

Os chefes de esquadrão de cavallaria eram D. José Benedicto de Castro, mr. d'Artaise, José Carlos de Sousa, Hermano Braamcamp, e João de Mello. Este ultimo commandava o esquadrão de caçadores a cavallo da legião de tropas ligeiras. Os dois esquadrões do 3.^o regimento de cavallaria tiveram por chefes designados David Pinto e Antonio Carlos Cayer, que nunca tiveram despacho. A cavallaria constituia uma brigada commandada pelo brigadeiro D. Manuel de Sousa. Os brigadeiros João Ribeiro de Sousa e Manuel de Brito Mousinho eram chefes do estado-maior da 1.^a e 2.^a divisão.

Assim organisada definitivamente, recebeu a legião portugueza ordem de marchar para Salamanca em principios de abril. Ia começar a sua obscura e menosprezada epopéa.

II

O ATAQUE DE SARAGOÇA

Quando as tropas portuguezas entravam em Hespanha, achava-se esta n'um estado de perturbação que mal a deixava comprehender o que se passava no seu territorio. Jubilosa pela queda de Godoy, não via ainda bem quaes haviam de ser as consequencias terriveis da intervenção do imperador dos francezes nos negocios da poli-

tica interna, e nos negocios de familia da casa real hespanhola. Não tardou a comprehendel-o quando viu as tropas francezas a atravessar a cada instante os Pyreneus e a occupar todas as provincias de Hespanha. Conservava-se, porém, ao principio, n'um verdadeiro pasmo, e deixava passar, quasi sem fazer reparo, a divisão portugueza, que ia deixando atraz de si, na sua marcha para Salamanca, innumerados soldados, uns rendidos de fadiga pelas marchas violentas a que eram forçados, outros avidos de tornarem á patria, e desertando em massa.

Quando chegaram a Salamanca, já os regimentos portuguezes estavam em condições completamente diversas d'aquellas em que tinham saído de Portugal. Os nove mil homens que compunham a divisão estavam reduzidos talvez a uns seis mil. O 3 de infantaria estava quasi sem soldados, o 3 de cavallaria ficára em Portugal, o 1 partira para França muito antes da legião.

Por aquelles campos da provincia leoneza marchava a nossa legião na seguinte ordem: Rompia a marcha o esquadrão de caçadores a cavallo, seguia-se a primeira divisão, composta do 1, 2 e 3 de infantaria, commandada por D. José Carcome, em seguida a segunda divisão, composta do 4 e do 5, e do 1.º batalhão de caçadores, commandada por João de Brito Mousinho. Fechava a marcha o 2 de cavallaria.

Era admiravel a disciplina dos nossos soldados. Desertavam, sim, porque os proprios officiaes, por assim dizer, lh'o consentiam e quasi aconselhavam, porque a deserção era patriótica. Se o marquez de Alorna se resolvesse a retroceder com a divisão para Portugal, enconral-a-hia toda resolvida a acompanhal-o. Mas que iriam elles fazer para Portugal, onde encontravam triumphante e seguro o dominio de Junot? Marcharam, pois, todos em silencio, sem protestarem sequer contra a falta de pagamento, que se fizera sentir desde que tinham saído de Portugal.

Em Salamanca encontraram ordem para marcharem para Valladolid, e em Valladolid para seguirem para Burgos, onde estabeleceram no sitio da Briviesca os seus acantonamentos. A esse tempo estava já a Hespanha em fogo. Os acontecimentos de 2 de maio em Madrid tinham provocado uma insurreição geral, e os Francezes que não estavam prevenidos contra esta explosão de uma natureza completamente nova para elles, e contra esta insurreição verdadeiramente popular, tiveram no primeiro momento de recuar, depois de verdadeiros desastres, os primeiros que encontrava a aguia real no seu curso audacioso.

Em Burgos encontraram-se pela primeira vez os nossos soldados com as verdadeiras tropas imperiaes, com esse grande exercito, que foi, que tinha de ser ainda por uns poucos de annos o terror da Europa. Em Burgos estava o marechal Bésières com 10:000 homens, em que entravam uns poucos de regimentos da guarda imperial. Então acharam-se envoltos no circulo de fascinação que espalhava em torno de si o grande imperador, e os militares sentiram uma admiração profunda por essa formidavel potencia militar, desapparecendo, como uma debil unidade, d'aquelle immenso conjuncto do grande exercito, sentindo um pouco d'esse orgulho que enchia então a alma da classe militar, que occupava o primeiro logar no vastissimo imperio francez: ficaram não já por constrangimento, mas por vontade.

As deserções pararam. Estavam já as nossas tropas muito longe da fronteira portugueza, sentiam a impossibilidade de se desaggregarem d'aquella immensa machina de que estavam sendo uma das engrenagens, e não pensaram senão em fazer boa figura ao lado dos seus companheiros de armas, e em levantar bem alto o nome portuguez.

Os generaes francezes pensaram em internar as nossas tropas em França o mais depressa possivel, por isso deram ordem á legião para que marchasse para Victoria, e seguisse d'ahi para os Pyreneus, mas, quando perceberam bem a nossa indole, quando viram que havia um abysmo entre Portugal e Hespanha, pensaram em aproveitar os nossos serviços, e, tratando-se de cercar Saragoça, deram ordem á legião para que enviasse um destacamento ao corpo de assedio.

Destacaram pois o regimento 5 de infantaria e o batalhão de caçadores a pé, e, collocando esta brigada debaixo das ordens do general Pamplona, mandaram-n'a apresentar ao general Verdier, que commandava o corpo de exercito destinado á tomada de Saragoça.

Não tardou, porém, Pamplona a ser substituido pelo general Gomes Freire de Andrade, que ficára á rectaguarda, tendo obtido de Junot licença de um mez para tratar em Portugal dos negocios da sua casa. Gomes Freira não tinha realmente grande repugnancia em servir nos exercitos imperiaes. Andára muito pelo estrangeiro, servira como voluntario no exercito russo, distinguira-se na tomada de Sczakoff, suppunha Portugal irremediavelmente cingido ao carro triumphal de Napoleão, e realmente, na immensa contenda que então dividia a Europa, e em que os dois

adversarios capitaes eram a França e a Inglaterra, elle sentia-se bem mais disposto a pôr a sua espada ao serviço do grande imperador do que ao serviço do rei Jorge.

Os Francezes tambem apreciavam-n'ò muito, conheciam a sua biographia militar, sabiam que era um official illustradissimo, e escolheram-n'ò exactamente para ser o primeiro elo, que ligasse as tropas portuguezas ás tropas francezas. Reconheceram-lhe o posto de tenente-general, dando-lhe o posto correspondente do exercito francez, o de general de divisão, e, fundindo os dois regimentos portuguezes, que estavam em força de 1:800 homens, n'uma divisão franceza, que tinha ao todo 4:000 homens, deram o commando d'esta divisão a Gomes Freire de Andrade.

Era um acto de optima politica, de que tiraram logo os melhores resultados.

A divisão commandada por Gomes Freire era a divisão do centro. Dias depois da chcgada de Gomes Freire, deu-se ordem para um assalto geral. Depois de um bombardeamento terrivel, correram ao assalto. O ponto que Gomes Freire tinha de atacar era de certo o mais forte da linha. As perdas portuguezas eram horrorosas, mas os nossos soldados não recuavam um passo, e ali ficariam todos, se o visconde de Asseca, ajudante de campo de Gomes Freire, não viesse participar, a todo o galope, que os Francezes tinham conseguido entrar na cidade pela brecha da porta de Santa Engracia. Então Gomes Freire corre immediatamente com a sua divisão a coadjuvar os Francezes. Entram tambem pela porta de Santa Engracia, e, penetrando na cidade, encontra-se diante de um edificio lugubre e silencioso — o palacio da Inquisição. Manda arrambar as portas, entra com os seus soldados pelos corredores soturnos, completamente despovoados, porque os inquisidores, com o apparecimento dos Francezes, tinham abandonado o seu ninho de abutres. As coronhas dos nossos soldados arrambam as portas dos carcerees, e a luz entra pela primeira vez, depois de seculos, n'aquelles antros sinistros. Por traz da porta chapeada de ferro de uma d'essas masmorras ouvem-se gemidos. Cede ella emfim ás coronhadas das espingardas portuguezas, e Gomes Freire encontra-se em frente de dois desgraçados, quasi mortos de fome, porque havia trez dias que não recebiam o minimo alimento. Eram dois miseros negociantes catalães, que tinham sido presos, havia vinte annos, como pedreiros livres. Gomes Freire restituiu-lhes a liberdade, deu-lhes sustento, e alcançou-lhes depois passaportes para elles poderem recolher tranquillamente a Barcelona.

Não era uma coincidência singular esta, que fazia com que fossem Portuguezes, victimas tambem d'essa horrorosa instituição do Santo Officio, os que a extinguiram em Saragoça, os que a Providencia destinava em terra estranha a serem os libertadores das ultimas victimas?

Verdiere, entretanto, conferenciando com Gomes Freire, viu que se achava em frente de uma situação completamente nova para um general costumado a guerras regulares. A entrada em Saragoça não lhe entregára a praça. Por traz das muralhas arrombadas e alluidas erguiam-se novos muros; a população preparava-se para se defender nas casas, nas ruas, nos conventos, em todos os edificios. Não estava habilitado para essa lucta o pequeno corpo de exercito do general Verdier, e quando, dias depois, o commandante em chefe viu que entravam na praça, sem elle o poder impedir, reforços e munições, perdeu completamente a esperança de a tomar, e levantou o cêrco.

Estava terminado, de um modo glorioso para os Hespanhoes, o primeiro assedio de Saragoça. Mezes depois começava o segundo cêrco, dirigido por Lannes, e que devia terminar com a tomada da cidade, mas essa segunda defeza, apesar de infeliz, ainda foi mais sublime.

Napoleão reconhecera definitivamente que se enganara com a Hespanha, que a lucta que ali ia travar era a mais terrivel de todas que emprehendera. O exercito francez pronunciava o seu movimento de retirada, para depois refluir com mais impeto e mais furia sobre as provincias hespanholas. N'esse segundo movimento, porém, não foi a legião portugueza. Portara-se ella tão briosamente em Saragoça, que sobre 1:800 homens de que se compunha, e que tinha entrado apenas n'um combate, perdera 300 entre mortos e feridos. Contavam-se entre os mortos o major Macedo e o tenente Maggessi. Comtudo, Napoleão, entendeu e entendeu bem, que não era seguro, apesar da incompatibilidade entre os dois povos da Peninsula, conservar a em Hespanha. Sabia que a insurreição hespanhola encontrava echos sympathicos em Portugal, e via portanto que a nossa legião podia, de um momento para o outro, e inspirada pelo seu patriotismo, passar com armas e bagagens para o inimigo.

III

AS GUARNIÇÕES EM FRANÇA

A pouco e pouco foram atravessando os Pyreneus os diferentes regimentos da legião portugueza, porque Napoleão ia comprehendendo que a sua permanencia em Hespanha era prejudicial á conservação do seu effectivo. Multiplicavam-se as deserções, e um dos regimentos chegou a entrar em França apenas com 160 homens.

Napoleão estava em Bayona com a imperatriz Josephina e com toda a sua côrte. Comprára o imperador uma casa de campo n'um sitio chamado Marrac, a um quarto de legua da cidade. Era um palacete lindissimo, situado na margem esquerda do Nive, e Josephina e as suas damas formaram nas ruas e nos pavilhões dos jardins grupos alegres, em que Napoleão esparecia as preocupações do seu governo e da sua politica. Os regimentos portuguezes chegavam á Bayona, e marchavam em seguida para Marrac, formavam-se n'uma pequena planicie que ficava por detraz dos jardins, e a imperatriz e a sua côrte corriam logo a ver os Portuguezes. Napoleão descia immediatamente, acompanhado pelo seu seguito militar, em que entravam o major general, os marcheaes, os ajudantes de campo, os officiaes ás ordens. Faziam se-lhes as devidas continencias, e Napoleão percorria depois a pé a frente do regimento, examinando os soldados a um e um, como era sempre o seu costume. Depois commandava elle proprio algumas manobras. Pamplona, que estava sempre ao seu lado, traduzia em portuguez as suas ordens, e os nossos soldados manobravam assim á voz do primeiro general dos tempos modernos.

Depois destroçavam, e iam jantar com as tropas da guarda imperial n'uns grandes barracões, que serviam de aquartelamento á guarda. Uma noite a imperatriz Josephina desejou que os soldados cantassem e dançassem algumas das nossas cantigas e das nossas danças nacionaes. Fez se-lhe a vontade, e, como alguns soldados sabiam dançar o *ländler*, dançaram-n'o com grande jubilo da imperatriz creoula, que encontrou n'essas danças uma recordação do seu paiz natal.

Bem gratificados, partiam depois os regimentos para as terras em que deviam ficar de guarnição, e que foram primeiro Tarbes, Pau e Auch. Estabeleceu-se em Tarbes o quartel general da legião, e alli foi ter um general francez, o general Muller, encarregado de organisar á franceza as tropas portuguezas.

A primeira coisa que fez foi dar baixa e escusa de serviço aos soldados e officiaes que não estavam perfeitamente em estado de entrar em campanha, e, juntamente com elles, receberam alguns officiaes licença para regressarem a Portugal, mostrando-se o general Muller bastante condescendente n'esse ponto. Quando veio porém a noticia da insurreição portugueza contra o dominio de Junot, essas licenças acabaram. Foi então que o marquez de Alorna concebeu a idéa de regressar a Portugal com a legião, mas houve entre os seus officiaes muitas hesitações, e afinal nada se resolveu.

Entretanto a legião tomava uma nova organização, e passava a constituir uma divisão com duas brigadas de infantaria, e uma de cavallaria. As duas brigadas comprehendiam seis regimentos de infantaria ligeira, dois regimentos de caçadores a cavallo e um esquadrão de artilheria ligeira. Cada regimento de infantaria devia ter dois batalhões, cada batalhão duas companhias e cada companhia 140 homens. Cada regimento de cavallaria compunha-se de quatro esquadrões, cada esquadrão de duas companhias, e cada companhia de 100 homens. Finalmente formou-se um batalhão de deposito para a infantaria e um esquadrão de deposito para a cavallaria. O 6.º regimento de infantaria nunca se chegou a organisar, nem o esquadrão de artilheria tambem.

O marquez de Alorna continuou a exercer nominalmente o lugar de commandante em chefe da legião, e Gomes Freire o de segundo commandante; o commando da 1.ª brigada de infantaria coube a D. José Carcome, o da 2.ª fora dado a João de Brito Mousinho, mas, como este official obtivera licença para regressar a Portugal e nunca mais reaparecera, a sua vaga tambem nunca foi preenchida. Pamplona recebeu o commando da brigada de cavallaria, e foi nomeado chefe de estado-maior da legião o brigadeiro D. Manuel de Sousa.

Os coroneis do 1, 2, 3, 4 e 5 de infantaria foram respectivamente os coroneis Joaquim de Saldanha, marquez de Ponte de Lima, Francisco Antonio Pego, conde de S. Miguel e José de Vasconcellos. Este ultimo viera de Portugal com despachos de Junot, e não lhe fôra permittido re-

gressar ao reino. Os dois regimentos de cavallaria tiveram por commandantes os coroneis Roberto Ignacio e marquez de Loulé. Finalmente, para ficarem dirigindo o batalhão e o esquadrão de deposito vieram destacados do exercito francez dois officiaes, mr. Catelain e mr. de Jumilhac.

Organisada d'esta fórma a legião, recebeu ordem para abandonar as suas guarnições nos Pyreneus, onde estavam muito proximos da Peninsula, e para irem guarnecer o territorio francez mais proximo dos Alpes. A força principal da divisão ficou em Grenoble com o marquez de Alorna: eram o 2, o 3 e o 5 de infantaria; o 1 foi para Valence, e o 4 para Romans. Os dois regimentos de cavallaria guarneceram a bonita cidade de Gray.

Digam o que disserem os dois escriptores, que narraram a historia da legião portugueza, Pereira de Mesquita e Theotónio Banha, os nossos soldados não se deram mal n'essa terra estrangeira, nem se mostraram muito descontentes do serviço. Eram tratados pelo imperador, pelos seus generaes, e pelos seus soldados exactamente como se fossem francezes: ou, se alguma differença havia, consistia simplesmente em serem os nossos mais animados. As populações francezas mostravam a esses estrangeiros o mais cordial affecto, e entre estes e os habitantes se travaram relações de estima que não contribuíram pouco para attenuar na alma dos proscriptos as saudades sempre vivas da patria, e que deixaram no animo dos francezes um fermento de sympathias por Portugal.

Muitas vezes me admirei de encontrar na colonia franceza de Lisboa alguns individuos naturaes de Romans, uma pequena cidade do Delphinado, que não tem com Portugal relações de especie alguma. Como vieram de Romans a Portugal estes emigrantes? Lendo-se a historia da legião portugueza, fica esse facto realmente explicado. Um dos regimentos de infantaria da legião, o 4, esteve de guarnição em Romans. Foi assim que os habitantes d'essa pequena cidade tiveram conhecimento talvez até do nome de Portugal, e foi por isso sem duvida que alguns dos seus filhos, querendo tentar fortuna, se lembraram de vir a Portugal para esse fim.

Houve comtudo ás vezes em França para os nossos soldados algumas horas bastantes amargas. Uma d'ellas foi quando tiveram conhecimento da convenção de Cintra. Foi o *Monitor* de 13 de novembro de 1808 que publicou o texto da famosa convenção. Encheram-se de jubilo os Portuguezes, vendo que estavam emancipadas do jugo imperial as terras da patria, mas ficaram surprehendidissimos quando

viram que n'essa convenção nem uma palavra se estipulára acerca da legião. Os vinte mil francezes, de Junot, reduzidos a capitularem, saíam contudo livremente com armas e bagagens, e os portuguezes da legião continuavam, abandonados pelos seus compatriotas, ao serviço da França! Tão inverosímil era semelhante olvido que se chegou a suspeitar que os Francezes tivessem publicado truncada a convenção de Cintra. E tão arraigada estava esta idéa que todos acceitaram esta versão absurda como verdadeira, e começaram esperando a cada momento que viesse algum navio inglez buscal-os para os conduzir a Portugal. Quando tiveram de reconhecer em fim que eram vãs as suas esperanças, foi tal a sua angustia que alguns dos officiaes d'isso morreram. Citaremos a tres designadamente; o chefe de batalhão Julio Francisco Torres, o capitão Francisco José de Sousa e o tenente José da Silva Ferro.

Mas os que ficaram tiveram de se resignar, e d'ahi por diante nunca mais houve tentativas de fogo da parte dos nossos soldados. Napoleão sinceramente se esforçava por conquistar o animo d'aquelles rebeldes filhos do Occidente, e, se lhe era impossivel apagar n'esses espiritos e n'esses corações a idéa da patria, não lhe era egualmente difficil fazer com que aquelles preferissem, nas campanhas em que os fez entrar depois, o serviço francez á deserção para os Allemães ou para os Russos.

Quando se tratou de se organizar o exercito para a campanha da Austria, Napoleão quiz levar os portuguezes, mas não quiz fazel-os entrar logo todos em campanha. Ordenou portanto que se formasse nma meia brigada, como se chamava aos regimentos no tempo da republica, meia brigada que se devia formar com as companhias de flanco dos regimentos, que eram n'esse tempo companhias de soldados escolhidos pela sua altura e pela sua robustez. Os cinco regimentos de infantaria da legião tinham dez companhias de granadeiros e dez companhias de atiradores, duas por cada batalhão. Napoleão ordenou que se tirassem oito de granadeiros e quatro de atiradores, que se completassem com homens das outras companhias que fossem dignos de figurar entre soldados, escolhidos, que se lhes aggregassem os melhores officiaes da legião, formando-se tres batalhões de sciscentos e quarenta homens cada um, incluindo dezesseis officiaes. Dois d'esses batalhões eram de granadeiros, e um de caçadores. Foi esta meia brigada que representou um brilhante papel na famosa campanha que terminou em Wagram.

V

A CAMPANHA DE AUSTRIA

A meia brigada portugueza de infantaria, formada com as companhias escolhidas da legião, compunha-se, como dissemos, de tres batalhões, dois de granadeiros e um de caçadores. Commandava-a o coronel Pego; os chefes de batalhão de granadeiros eram Candido José Xavier e Balthazar Ferreira, e o chefe do batalhão de caçadores Francisco Stuart. O brigadeiro D. José Carcome metteu empenhos para poder marchar com a meia brigada, e foi-lhe isso concedido; mas Napoleão parece que reconheceu o pouco valor militar d'este official, e não lhe quiz dar o commando de uma brigada; como, ao mesmo tempo, não queria dar o commando immediato dos Portuguezes a um general francez, ordenou que a meia brigada portugueza, que recebeu o numero 13, militasse com certa independencia no corpo de exercito do marechal Oudinot, duque de Reggio, a cujo estado maior foi aggregado D. José Carcome, que ali se encontrou com outro brilhante official portuguez, o conde de Sabugal.

E' muito para notar a habilidade do procedimento de Napoleão. Não hesitava, como já o fizera em Saragoça, em dar o commando de tropas francezas a generaes portuguezes, quando tinham o merecimento de Gomes Freire de Andrade; quando eram, porém, como D. José Carcome, que não tinha na sua historia militar senão o triste papel que representara na campanha de 1801, não lhe dava soldados francezes a commandar, mas tambem não entregava a generaes francezes o commando dos Portuguezes, para nem por sombras os melindrar.

Seguiu pois a meia brigada portugueza para a Baviera, onde já estava Oudinot, e logo em seguida foi o general Vallette a Gray, para organisar, pelo mesmo systema que se empregára com a infantaria, dois regimentos escolhidos de cavallaria portugueza.

Cada um d'esses regimentos constava apenas de dois esquadrões. O primeiro era commandado pelo coronel Roberto Ignacio de Aguiar, compunha-se de quatrocentos ho-

mens, e os dois esquadrões tinham por chefes o conde de Sabugal e D. José Benedicto de Castro. O 2.º regimento compunha-se apenas de 250 homens, e era commandado pelo marquez de Loulé, com um unico chefe de esquadrão, o capitão David Pinto de Moraes Sarmiento. O outro, D. João de Mello, ficou em Gray a completar a remonta.

Seguiremos a cavallaria, e iremos encontrar a infantaria em Wagram. Infelizmente Theotonio Banha, o mais minucioso historiador dos feitos da legião portugueza, pertencia á arma de cavallaria, e quasi só d'ella falla; e Pereira de Mesquita dá a respeito da historia propriamente militar da legião informações muito mais vagas. Sabemos pois apenas que a infantaria foi muito poupada durante a campanha da Baviera, e só entrou em combate sério na vespera e no dia da batalha de Wagram.

Os dois regimentos de cavallaria marcharam por Besançon, Belfort, Strasburgo, Ulm e Augsburgo para Munich. Em Augsburgo a cavallaria do marquez de Loulé recebeu do general Moulin, commandante da praça, ordem de se unir a uma brigada bavara, e de marchar pela estrada de Kauffburgo, afim de bater umas guerrilhas tyrolezas que infestavam aquelles contornos. Não tiveram porém que entrar em combate, e o seu papel então limitou-se a escoltar para Augsburgo um corpo de 300 prisioneiros. Depois seguiram para Passau, atravessaram o Danubio em Inn, e, tendo encontrado pelo caminho grandes levas de prisioneiros que davam seguro testemunho das victorias napoleonicas, chegaram a Vienna oito dias antes da batalha de Wagram.

Ali se reuniu a cavallaria com a infantaria que a precedera e que, nos combates em que entrára, já perdêra 140 homens, e foi então que uns e outros tiveram ensejo de affirmar com brilhantismo a gloria militar do seu paiz.

A situação era grave para Napoleão. A batalha d'Esling não fôra uma verdadeira victoria, e o grande Imperador tomava todas as medidas para que a nova batalha que ia dar fosse um decisivo triumpho. Oudinot recebeu ordem para occupar umas alturas, cuja posse era indispensavel para se dar em boas condições a batalha do dia seguinte. Oudinot ordenou que marchasse ao assalto uma divisão em columna cerrada de meios batalhões. Era a divisão de que fazia parte a meia brigada portugueza. D'esta só marcharam, contudo, o 2.º e o 3.º batalhão. O archiduque Carlos, porém, comprehendera, tão bem como o seu glorioso adversario, a importancia d'essa posição, e fize-

ra-a defender energicamente. Era ao cair da noite. Os vapores do Danubio formavam nm nevoeiro tão denso que tornavam a escuridão completa. A divisão marchava em passo acelerado, e subia a encosta aos gritos de *Vive l'empereur*, quando de subito duas baterias austriacas, que dominavam a altura disputada, e que a escuridão mascarára até ali, romperam n'um fogo horroroso, fazendo chover sobre os Francezes um diluvio de metralha. Surprehendidos por estas descargas inesperadas, os Francezes hesitam um momento, recuam e debandam. E' n'esse momento que triumpha a tenacidade portugueza.

O valente coronel Pego brada: Firmes! Balthazar Ferreira, Francisco Stuart gritam para os seus soldados n'esta boa lingua portugueza que era já por si como que a invocação da patria ausente: Para deante, rapazes! E os quatro meios batalhões portuguezes, no meio do destroço completo dos outros, continuam intrepidamente a sua marcha.

A sua apparição no alto do monticu o foi tão inesperada para os Austriacos como o fogo das baterias austriacas para os Francezes. Não resistiram um momento a esse ataque imprevisto, e um ajudante de campo, que o marechal Berthier, cheio de cuidado, mandara saber o que ali se passava, encontrou com grande surpresa sua dois batalhões portuguezes senhores da posição e os batalhões francezes fugindo em debandada.

Os Austriacos tentaram retomar o monticulo, — mas a divisão, envergonhada pelo que succedera, veio reunir-se aos nossos batalhões, e ficou senhora do outeiro.

Este facto foi contado pelo proprio ajudante de Berthier, em carta que escreveu a pessoa de sua familia. O general Foy a elle se refere na *Historia da guerra da Peninsula*, quando diz: *Dois batalhões cobriram-se de gloria na vespera e no dia da batalha de Wagram*. O proprio Napoleão a isso alludia, quando depois da guerra, n'uma audiencia diplomatica em Fontainebleau, dizia ao conde de Ega: *Senhor conde, não ha na Europa melhores soldados que os portuguezes*.

No dia da batalha de Wagram, Oudinot mandou render os dois batalhões, que tendo de occupar a posição que tinham tomado, ficariam na reserva, afim de os não privar da honra de tomarem parte no combate. Quando os dois batalhões entraram em linha, o primeiro batalhão, commandado por Candido José Xavier, saudou-os entusiasmado, tocando a musica hymnos portuguezes, que encheram de entusiasmo os nossos valentes soldados.

Como a divisão Oudinot teve uma parte importante na

victoria de Wagram, a meia brigada portugueza teve novas occasiões de se distinguir, e tambem de soffrer perdas crueis. Além de sustentar um aturado fogo, deu duas brilhantes cargas de bayoneta; mas as suas perdas foram sensiveis. Na vespera e no dia da batalha perdeu, entre mortos e feridos, 15 officiaes e 440 officiaes inferiores e soldados. Um dos mortos foi o chefe de batalhão Francisco Stuart, e um dos feridos foi Candido José Xavier, que os seus patricios julgaram morto. Effectivamente foi gravemente ferido n'um pé, mas não se quiz retirar para a ambulancia. Era já noite quando lhe mataram o cavallo. Na impossibilidade de se mover, deixou-se ficar no campo de batalha entre os mortos e os feridos, e ali foi encontrado no dia seguinte.

A cavallaria quasi que não teve de entrar em acção. Esteve em linha umas poucas de horas, e a artilheria inimiga assim lhe matou e feriu dez homens. Já quasi no fim da batalha, porém, estando uma brigada de cavallaria austriaca envolta pelos Francezes, veio outra soccorrel-a. Recebida ordem para carregar, a cavallaria portugueza picou as esporas, e desabou com tanto impeto sobre a brigada austriaca, que a desorganizou, a ponto que, longe de poder soccorrer a outra, teve de sustentar a marcha, e, sendo depois envolvida tambem, depoz as armas e ficou prisioneira. A perda da cavallaria portugueza n'essa carga foi de 4 officiaes e 22 officiaes inferiores e soldados.

Como se vê, a legião portugueza representára n'esta batalha um brilhante papel.

A batalha de Wagram foi a 6 de julho de 1809; no dia 7 occupava o exercito de Napoleão as posições inimigas, e acampava em torno de Vienna, estendendo-se os acantonamentos portuguezes para o lado da Hungria. Viam os nossos soldados ao longe as torres de Presburgo. Napoleão veio-lhes passar revista, e, depois de preencher os postos vagos, seguindo o systema usado no exercito francez, que era o de se não contarem para a promoção os officiaes ausentes, distribuiu pela infantaria portugueza cincoenta cruzes da Legião de Honra, e pela cavallaria doze — proporção realmente extraordinaria, se nos lembrarmos de que a força da legião, que entrou em campanha, não excedia a dois mil quinhentos e setenta homens. E' sabido que o habito da Legião de Honra dava direito a uma pensão.

Era assim que o grande imperador sabia captivar os soldados que o serviam.

Estava feita a paz. As tropas portuguezas passaram do corpo de exercito do marechal Oudinot para o corpo de

exercito do marechal Davout, que fôra feito, no fim d'esta campanha, principe de Eckmühl, e com elle acamparam nas margens do Danubio nas proximidades de Passau. Dois novos batalhões tinham sido organisados em França nos depositos da legião; um, commandado pelo conde de S. Miguel, seguiu para Moguncia e foi d'alli mandado de guarnição para o Hanover; o outro, commandado pelo marquez de Valença, parou na Baviera, e esteve de guarnição em Ratisbonna e em Nuremberg; finalmente o esquadrao de D. João de Mello esteve de guarnição em Augsburgo. Feita a paz, todas estas tropas se reuniram ás que tinham entrado em fogo.

V

A LEGIÃO EM PARIS

Por mais que nós empenhemos em não ceder a um vão sentimento de orgulho patriótico, e em vêr as coisas como effectivamente ellas são, não podemos deixar de reconhecer que effectivamente Napoleão tinha em elevada conta os nossos soldados, e procurava de todos os modos conquistar-lhes o affecto.

A meia brigada portugueza que tão brilhantemente se portára em Wagram e que fôra tão amplamente recompensada pelo imperador, depois de passar do corpo de exercito de Oudinot para o corpo de exercito de Davout, seguiu o exercito francez, quando este, feita a paz, evacuou o territorio austriaco. Ainda assim, a retirada fez-se vagarosamente, e o corpo de exercito do novo principe de Eckmühl tomou os seus quartéis de inverno na margem esquerda do Danubio nas proximidades da cidade de Passau, nas pequenas aldeias e villas que a rodeiam, seguindo emfim, em janeiro de 1810, para territorio bávaro, acampando na margem direita do Inn, nas proximidades de Braunahc, onde o principe d'Eckmühl estabeleceu o seu quartel general. Alli estavam os Portuguezes, tambem, quando se annunciou que ia por alli passar a nova imperatriz dos Francezes, a archiduqueza Maria Luiza.

Effectivamente não tardou a apparecer a segunda mulher de Napoleão I, que foi acolhida com todas as honras

militares, figurando entre os batalhões que lh'as prestavam os cinco batalhões portuguezes. A imperatriz vinha assustada e tremula, como victima devotada ao sacrificio. Uma chuva formidavel não consentio que as festas, que se lhe preparavam no acantonamento do principe d'Eckmühl, fossem tão brilhantes como se esperava. Pouco se demorou em Passau a archiduqueza, e seguiu para Munich, e podendo depois dizer os Portuguezes que tinham sido os primeiros a ver passar por diante de si a estrella funesta do Imperio.

O corpo de exercito de Davout continuou retirando pela Baviera lentamente, e ao acampar em Ratisbonna, appareceu-lhe um dos officiaes mais sympathicos da legião, o general Gomes Freire de Andrade, que tomou o commando das forças portuguezas, retirando D. José Carcome para Paris. Gomes Freire estabeleceu o seu quartel-general n'um formoso castello de architectura gothica, chamado o castello de Henfunfelds, acampando a legião n'aquellas formosas planicies da Baviera, tão ricas e cultivadas. Passaram alli agradaveis dias os nossos soldados, dias amargurados apenas pelo pensamento de que a essas horas os seus patricios estavam combatendo energicamente pela independencia nacional contra essas mesmas aguias para cuja gloria elles acabavam de contribuir.

Tendo-lhes passado revista o marechal Davout, fel-os manobrar, e, reunindo depois em torno de si os officiaes superiores, testemunhou-lhes o apreço em que tinha a disciplina e a apparencia da legião, sendo esses elogios depois repetidos em ordem do exercito.

A 30 de abril de 1810 pozeram-se as forças portuguezas em marcha para Wurtzburgo, d'ahi seguiram por Moguncia, onde estiveram de guarnição até 10 de maio. De Moguncia partiram para Metz, cidade que os encantou e onde se demoraram até agosto. Em 1810 tremulavam em Moguncia, cidade allemã, as aguias imperiaes francezes; em 1885 tremulam em Metz, cidade franceza, as aguias imperiaes allemãs. São as implacaveis retalições da historia.

Em agosto de 1810, a legião, commandada de novo por D. José Carcome, porque Gomes Freire de Andrade partira para a Suissa, como adiante diremos, recebeu ordem de seguir para Paris, pela estrada de Chalons e de Meaux.

A entrada em Paris impressionou profundamente os soldados, que nunca tinham presenciado as maravilhas d'essa immensa cidade, que era então devéras a capital do mundo civilisado, o centro d'esse immenso e ephemero imperio, fundado por um novo Carlos Magno.

Então é que Napoleão se esmerou em encher de mimos e de caricias os soldados portuguezes. Em primeiro lugar fel-os aquartelar na caserna de um dos regimentos de artilheria da guarda imperial, chamado de Ave Maria. E quem sabe os commodos e as vantagens especiaes de que gosavam os regimentos d'esse corpo privilegiado vê bem que a escolha d'este quartel era uma já altissima distincção concedida ás tropas estrangeiras.

Em segundo lugar quiz passar uma revista á legião, em taes condições de pompa excepcional, que bem se mostra que Napoleão tinha um empenho especialissimo em captivar estes filhos do Occidente, que tinha á força arregimentado á sombra das suas bandeiras.

Formou se a legião, composta n'esse momento apenas de cinco batalhões de infantaria e quatro esquadrões de cavallaria na praça Vendome. D'ahi marchou para as Tulherias, e ao transpor o vasto portico, ficou devéras deslumbrada com o espectaculo que se lhe offereceu. O grande imperador, cercado do seu estado-maior e de muitos dos seus marechaes, esperava a cavallo a legião portugueza. Os lados da immensa praça estavam guarnecidos por alguns batalhões da guarda imperial, e pelos esquadrões de mamelucos da mesma guarda, cujo uniforme estranho e oriental punha uma nota estranha n'aquelle concerto bellico. A's janellas do palacio estavam a nova imperatriz Maria Luiza, rodeiada das damas e de muitas outras senhoras da côrte imperial, e no meio d'aquelle pompa militar e cortezã, ao som dos hymnos marciaes de um grande numero de bandas de musica, desfilavam os soldados portuguezes, deslumbrados por todos aquelles esplendores, e docemente acariciados no seu amor proprio por aquellas distincções extraordinarias.

Formando a legião em columna de meios batalhões com pequenas distancias, passou-lhes Napoleão revista. Era de uso no grande exercito apresentar no momento da revista qualquer soldado raso ao grande imperador as suas reclamações, que eram sempre satisfeitas sem demora no caso de serem justas. O soldado que queria fallar, quando Napoleão passava por diante d'elle, batia a arma. O imperador parava logo, e ouvia-o com bondade.

Foi o que succedeu com um soldado da legião portugueza. Bateu a arma e o imperador parou logo, visivelmente encantado de vêr que os soldados portuguezes já não hesitavam em se lhe dirigir. O soldado disse-lhe que estavam sendo pagos em dia, mas que um mez atrazado, o de dezembro de 1709, ainda se lhes devia.

No dia seguinte estava a divida satisfeita.

Terminada a revista, formou a legião em grandes diviões; Napoleão collocou-se no centro da praça, cercado pelo seu major-general e por varios marechaes, e com a sua voz forte e sonora, perguntou á legião se queria ir a Portugal dizer aos seus compatriotas que eram os Inglezes os seus verdadeiros inimigos, que eram elles os verdadeiros oppressores e os tyrannos, e que o dominio napoleonico só lhes garantia glorias e vantagens. Este discurso, apesar de todos os prebminares, esfriou um pouco a legião. Houve contudo alguns grupos que responderam de um modo affirmativo e caloroso, outros applaudiram sem perceberem o que se lhes dizia, e deu-se como assente que a legião prestaria juramento de fidelidade ao imperador, e estava prompta a ir a Portugal combater contra os Inglezes. Contudo, nunca foi, como é sabido. A' cautella!...

Quando porém o enthusiasmo recresceu, sincero e espontaneo, foi quando Napoleão lhes disse: «*Quero dar vos uma prova da estima em que tenho o vosso valor; fareis, durante um mez, a guarnição da minha capital.*» Longos e estrepitosos vivas acoheram estas palavras.

Terminada a cerimonia, e distribuidas mais algumas cruzes da Legião de Honra, a legião desfilou em continencia e recolheu ao quartel. Os coroneis já ali encontraram bilhetes de convite dos coroneis da guarda imperial para um jantar militar.

A's tres horas saíram do quartel os differentes batalhões e esquadrões, levando cada um d'elles á sua frente um capitão da guarda imperial. Na vasta praça do quartel de caçadores a cavallo estavam as mezas do banquete de cavallaria, mezas com mil e quatrocentos talheres para officiaes, officiaes inferiores e soldados. O jantar foi magnifico e deslumbrante; tocavam durante elle as musicas, e no fim houve danças e fogos de artificio. O mesmo se repetia nos outros quarteis, e ás dez horas os regimentos portuguezes regressavam aos seus aquartelamentos debaixo de fôrma, encantados, entontecidos com todos estes testemunhos de consideração e estima.

E no outro dia a população de Paris viu com espanto a legião portugueza fazer guarda ás Tulherias juntamente com a guarda imperial, honra que nunca fôra concedida a tropas estrangeiras, nem mesmo a tropas francezas alheias á guarda.

Já dissemos as palavras amaveis que Napoleão dirigira em Fontainebleau ao conde da Ega, mas devemos accrescentar ainda que fallou ao fidalgo portuguez logo depois

de ter fallado ao imperador da Russia, e antes de se dirigir a qualquer outro diplomata.

Finalmente, como era necessario preencher os quadros da legião com soldados hespanhoes, assim se fez por não haver Portuguezes bastantes; mas houve um regimento da legião, regimento escolhido, formado exclusivamente de companhias de granadeiros e de atiradores, que não podia ser formado senão com soldados portuguezes, sendo expressamente prohibido que n'elle sentasse praça um soldado só que fôsse de qualquer outro paiz, como se Portuguezes só fôsem dignos de entrar n'um regimento *d'élite*!

Em presença de todos estes factos, póle attribuir-se a vaidade nacional o dizer-se que Napoleão se esmerava em captivar o affecto dos Portuguezes, e os tinha, realmente, como soldados, na mais elevada conta?

VI

D'ÉPINAL A SMOLÉNSK

Vamos entrar agora na historia da campanha mais terrivel e mais gloriosa tambem da legião portuguez. E' lamentavel que tão brilhantes feitos de armas, como os que os soldados portuguezes então praticaram, ficassem esquecidos, ou fossem lançados em rosto aos seus auctores como outros tantos crimes! Pois o heroismo é sempre heroismo, ainda quando não serve uma causa justa e sagrada.

No anno de 1811 tivera a legião portugueza mais uma reorganisação, que foi dirigida, de accordo com o marquez de Alorna, pelos generaes La Coste, La Roche e Duverger. O primeiro organisou o regimento *d'élite*, em que não entravam, como já dissémos, senão soldados e officiaes portuguezes, e que se compunha de todas as companhias graduadas, formando dois batalhões, um de granadeiros e outro de caçadores, commandados pelos chefes de batalhão Francisco Luiz Trinité e Caldeira. O commando do regimento foi dado ao coronel Francisco Antonio Freire Pego.

O resto dos soldados de infantaria portugueza foram agrupados pelo general La Roche em dois regimentos, que não tinham companhias graduadas. Eram os regimentos 2

e 3, para nenhum dos quaes ao principio se nomeou coronel, sendo commandados pelos chefes de batalhão mais antigos. Os chefes de batalhão do 2 eram Bernardino Antonio Moniz e Balthazar Ferreira Sarmento, sendo este ultimo o commandante do corpo; os chefes de batalhão do 3 eram Francisco Claudio Blanc e Alexandre de Martigny, cabendo a este ultimo o commando do regimento.

O general Duverger organisou a cavallaria, refundindo-a toda n'um só regimento com dois esquadrões, sendo coronel o marquez de Loulé, chefe do 1.º esquadrão João de Mello, e do 2.º D. José Benedicto de Castro.

O n.º 1 de infantaria ficou de guarnição em Toul, o 1.º batalhão do 2 em Valence e o 2.º em Lyon, o 1.º batalhão do 3 em Dijon e o 2.º em Auxonne, o regimento de cavallaria em Epinal. O deposito de cavallaria que estava ainda em Gray, passou para Grenoble a reunir-se ao de infantaria.

Foi assim que a campanha da Russia encontrou os nossos regimentos. Apenas se declarou a guerra, Napoleão que determinara esmagar o immenso imperio com uma immensa catadupa de soldados, não quiz deixar ficar nem um só á rectaguarda. Para isso quiz tambem que se apurassem todos os soldados e officiaes validos, porque a campanha, que se ia emprehender, era, elle bem o sabia, das mais rudes. Foi por isso o marquez de Alorna inspeccionar todos os regimentos da legião. Bastantes officiaes já estavam reformados, entre elles os coroneis Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar e Joaquim de Saldanha, o major Jacintho José do Valle e o chefe do batalhão Julião Rodrigues de Almeida. Todos tinham ficado com o soldo por inteiro, e até com uma pensão a mais, o que é completamente contrario ás leis francezas; mas Napoleão quiz dar ás nossas tropas mais essa prova de apreço.

Muitos soldados tambem obtiveram as suas reformas, podendo ir viver para qualquer departamento de França que escolhessem, comtanto que se apresentassem de trez em trez mezes ao commandante da divisão militar.

Passada a inspecção, apurados os soldados validos, o marquez de Alorna participou que o effectivo da legião estava completo com homens solidos e robustos. Cada regimento de infantaria tinha mil seiscentas e oitenta praças, divididas par doze companhias e dois batalhões, o de cavallaria tinha novecentos e sessenta homens divididos por oito companhias e dois esquadrões. Era pois o effectivo da legião de seis mil homens. O que faltava eram cavallos para a cavallaria, e a isso tratou de providenciar o governo imperial.

Um dos esquadões foi fazer a sua remonta na Allemanha. Commandava-o D. João de Mello, que passou o Rheno com 200 homens, e foi comprar cavallos ao Hannover. Seguiu-o logo o coronel marquez de Loulé com 300 homens já montados. D. José Benedicto de Castro deixou-se estar em Epinal com o resto do regimento á espera de cavallos francezes. Foi este esquadão que ficou de peor partido, porque não teve senão cavallos de tres annos.

O 1 de infantaria foi mandado para a 1.^a divisão do 3.^o corpo de exercito. Era commandado este corpo de exercito pelo marechal Ney, e a divisão pelo general Ledru. As reformas, occasionadas pela entrada em campanha, tinham alterado um pouco o estado-maior dos regimentos. Continuava a ser commandante do 1 o coronel Francisco Pego, mas tinha por chefes de batalhão Balthazar Ferreira Sarmiento e Antonio Ferreira Pego. O 2 foi para a 2.^a divisão do corpo de exercito de Ney. Commandava a divisão o general Razout, sendo commandante do regimento Candido José Xavier com Bernardino Moniz e Francisco Luiz Trinité por chefes de batalhão. O 3 foi para o 2.^o corpo de exercito do commando do marechal Oudinot para a 1.^a divisão do commando do general Le Grand. Para o commando d'esse regimento fóra nomeado Manuel de Castro Pereira, um dos historiadores da legião; os chefes de batalhão eram os mesmos Blanc e Martigny.

O immenso exercito, composto de 11 corpos de exercito de infantaria e de quatro de cavallaria, fóra a guarda imperial, e os contingentes dos diversos paizes alliados, roluu como uma torrente por toda a Allemanha septentrional, e foi estacar por um instante nas margens do Niemen. A sua força elevava se então a 637:500 homens e 160 350 cavallos; e comtudo ainda lhe faltavam 43:000 homens e 16:500 cavallos, que estavam em marcha para se lhe unir. Entre essas tropas em marcha figurava o regimento de cavallaria da legião portugueza. Vamos seguil o no seu caminhar isolado.

Os trezentos homens do marquez de Loulé atravessaram o Rheno em Moguncia, e seguiram por Francfort, Fulda, Gotha, Erfurth, Weissentels, e Lutzen. Vinha então o marquez de Loulé acompanhado pelo marquez de Alorna, que, não tendo um commando determinado, devia figurar no estado maior general de Napoleão. Em Lutzen o marquez de Alorna, acompanhado por uma pequena escolta, foi a Leipsick comprar cavallos na immensa feira d'essa cidade que então se estava realisando. Seguiram depois para Torgau, Lubhem, Luckau, e Bescow, onde tiveram um des-

canço de quinze dias. Seguiram para Francfort sobre o Oder, e alguns dos officiaes foram a Berlim, encontrando-se então com Gomes Freire de Andrade, que por motivos identicos aos do marquez de Alorna, ia com o seu ajudante do campo, visconde de Asseca, para o quartel general de Napoleão.

De Francfort passaram os portuguezes a Meseritz, Posen Gnessen, Thorn, Culm, Marienburgo, Elbing, Konigsberg, Tapiaw, Insterburgo e Gumbinghem, dando-se n'esta cidade um incidente que devemos narrar.

Entrara o regimento portuguez, de que já fazia parte o esquadrão de João de Mello, que se unira ao marquez de Loulé em Francfort sobre o Oder, e aquartelára-se. Horas depois chegavam as bagagens, escoltadas por um alferes e vinte caçadores a cavallo. A policia e a guarda da porta, composta de soldados prussianos, não quizeram deixar passar uns seis dos cavallos que conduziã as bagagens. O alferes, que era homem de mau genio, não se entendendo com os Tudescos, achou mais simples explicar-se á cutilada. Dá uma carga a fundo sobre a policia e a guarda com os seus vinte homens e põe tudo em debandada. Grande alarido, grande confusão! Os sinos tocam a rebate, e o marquez de Loulé, não sabendo de que se trata, faz montar a cavallo o regimento e corre ás portas. Encontra os seus vinte homens já cercados por trezentos soldados de infantaria prussiana; mas elle tem ás suas ordens quinhentos cavalleiros, que n'um momento desembainham as espadas, e está imminente um conflicto, quando apparece o marquez d'Alorna, que apazigua tudo chamando o governador da praça, reprehendendo-o pelo procedimento das suas tropas, e compondo emfim a discordia.

De Gumbinghem passou a cavallaria a Wilkowski, a Prenne e a Kowno, onde atravessou o Niemen. Lá estavam ainda as tres pontes de madeira, que tinham servido para a passagem do grande exercito. Em seguida atravessou o Beresina, que pouco tempo depois havia de ficar tão tristemente celebre, em Minski, seguiu por Borisow, para Dubrowna, onde encontrou emfim a rectaguarda do grande exercito. Era composta pela joven guarda, commandada pelo marechal Mortier, e ás ordens do marechal se collocou o regimento portuguez. Não tardou a ser aproveitado.

Sabendo que a pouca distancia de Dubrowna passava uma pequena columna inimiga, a caminho de Smolensk, Mortier sahio ao seu encontro, levando comsigo a cavallaria portugueza, meio do que podia dispôr. O inimigo, depois de um simulacro de resistencia, retirou sem ser perseguido,

por não ser numerosa a cavallaria. Foi esta comtudo a primeira vez que as tropas portuguezas se acharam em frente dos cossacos, e com elles travaram combate.

De Dubrowna seguiu a cavallaria para Krasnoi, e de Krasnoi para Smolensk. Ao longe divisaram os nossos soldados os dois exercitos em frente um do outro, cobrindo uma immensa extensão de terreno; mas a cavallaria da legião não se demorou alli, voltou para Krasnoi, onde d'ali a pouco tempo se lhe uniu o esquadrão de D José Benedicto de Castro. A sua missão era a de proteger os comboyos. Ao mesmo tempo, o marquez de Alorna era incumbido do governo de Mohilava, e Gomes Freire de Andrade do de Cloboké. Napoleão tratava de assegurar as suas communicações.

A campanha da Russia ia começar devéras.

VII

A CAMPANHA DA RUSSIA

Foi em frente de Smolensk que o exercito de Napoleão encontrou pela primeira vez diante de si a resistencia estranha que os generaes russos tinham resolvido oppôr-lhe. Um forte exercito russo defendia Smolensk, e Napoleão appellava para todos os seus recurssos estrategicos, afim de lhe inflingir uma derrota memoravel. O corpo de exercito do marechal Ney foi o encarregado dos primeiros ataques.

Tomados os fortes destacados da praça, apesar de uma vigorosa resistencia dos Russos, tratou Napoleão de atravessar o Dnieper, e deu ordem a Ney para que lançasse as pontes de barcas. Esta operação carecia de ser protegida, e era indispensavel que algumas tropas passassem o rio a vau para protegerem da outra margem os trabalhos dos pontoneiros. O primeiro batalhão que recebeu ordem para intentar essa arriscada empreza, foi o 2.º batalhão do regimento 2 de infantaria da legião, commandado pelo interpedido e temerario Bernardino Antonio Moniz. Os Portuguezes lisongearam-se muito com essa distincção; mas é certo que o imperador, sabendo que podia contar com elles, e

que se não expunha, empregando-os, a vêr falhar-lhe alguma macobra por fraqueza na execução, ia-os sempre lançando na frente, porque as mães portuguezas, sabia elle que lhe não pediriam contas do sangue dos seus filhos, enquanto que os gritos e os lamentos das mães francezas já começavam a perturbar a sua tranquillidade.

Mas o brio militar é omnipotente no espirito dos soldados, e os soldados portuguezes não pensavam senão na honra que lhes resultava da escolha do marechal Ney. Bernardino Moniz atravessou o rio debaixo de um fogo vivissimo dos Russos, e, como estes, entrincheirados n'um dos arrabaldes de Smolensk, o incommodavam seriamente, arrojou-se á bayoneta contra o arrabalde, tomou-o com muitas e consideraveis perdas, deitou-lhe fogo, e em seguida foi se postar n'uns quintaes, que ficavam á beira do rio, proximo do sitio onde se lançou a primeira ponte. Era meia noite quando se lhe uniu o 1.º batalhão do mesmo regimento.

No dia seguinte começou o bombardeamento, e no dia immediato preparava-se o exercito francez para o assalto, quando o começou a espantar o silencio da praça, e, approximando-se das muralhas os officiaes enviados em reconhecimento, perceberam com espanto que a praça fôra abandonada pelos Russos.

Parecia que devia Napoleão ficar satisfeitissimo com isso. Cair-lhe assim nas mãos, sem um assalto sequer, uma praça por tal fórma importante, era caso novo nos annos da guerra. Contudo, o imperador começava a impacientar-se. Contava com uma batalha renhida, com uma victoria que lhe dêsse grande prestigio, e, em vez d'isso, o exercito inimigo desaparecia, internando-se na Russia, e obrigando-o por consequente a internar se também.

Ney, continuando a formar a vanguarda, marchou sobre a estrada de Moscow, e encontrou-se nas alturas de Valoutina com o exercito russo. Napoleão exultou de contentamento, julgando topar enfim a batalha que procurava. Enganou-se. Os Russos resistiram, é certo, energicamente, empenharam n'esse combate forças numerosissimas, porque o plan'alto de Valoutina intitulado Campo sagrado era um logar que as tradições russas rodeiavam de um prestigio legendario, mas a batalha de Valoutina foi um simples combate de rectaguarda, combate sanguinolento, combate em que entraram forças consideraveis, mas que não teve consequencias de especie alguma. Os Russos proseguiram na sua retirada, e Ney na sua marcha para a frente. Os Russos tinham soffrido perdas consideraveis, mas as

cinco divisões francezas que tinham entrado em linha, tinham tambem padecido immenso. Os nossos dois pobres regimentos haviam ficado por tal fórma reduzidos, que Napoleão fundiu-os, e formou um regimento só, commandado pelo coronel Pego, e em que os dois chefes de batalhão mais modernos continuaram a servir como addidos, indo Candido José Xavier para o estado-maior do imperador.

E o que ganhava Napoleão com essa immensa mortandade, e com essas batalhas estereis? Nada. A perda que infligia aos Russos era facilmente reparada pelo czar, que estava em sua casa, que, pela organização politica da Russia, dispunha completamente da vida dos seus subditos, e tinha n'aquelle vastissimo imperio um immenso *stock* de carne humana. As perdas de homems, pelo contrario, para Napoleão, que estava a longa distancia da sua patria, eram muito mais sensiveis. E a victoria de que servia? Os vencedores encontravam diante de si, depois de cada victoria, os campos devastados, as aldeias ermas, a paizagem desolada e nua. Era o systema de guerra, que o sr. Mendes Leal tão primorosamente descreveu no *Napoleão no Kremlin*:

Investe a legião, defende-se o deserto.

No dia 7 de setembro deu se a grande batalha d'essa guerra, a famosa batalha de Moskow, a mais terrivel de todas as das guerras napoleonicas. Apesar de resolvidos a todos os sacrificios, os Russos sempre quizeram ver se podiam salvar a cidade sagrada, e para isso empenharam os maximos esforços; nada conseguiram senão inflingir ao inimigo perdas terriveis. Ainda em 1812 o unico general capaz de bater Napoleão era o general inverno, e esse ainda não tomára o commando das tropas russas.

O regimento portuguez, que entrou na batalha, cobriu-se de gloria, mas perdeu mais de metade do seu effectivo.

Como sabemos, era elle um dos regimentos da divisão Ledru e esta uma das divisões de Ney, o qual tão notavel papel representou na batalha, que ali ganhou o seu titulo de principe.

Havia dois reductos, que formavam perfeitamente a chave da posição dos Russos, e que Ney foi encarregado de tomar. A divisão que marchou na frente foi a divisão Ledru, e o regimento que constituiu a vanguarda da divisão Ledru, foi o regimento portuguez, todo estendido em atiradores. Levaram os nossos de vencida os Russos até ao reducto mais pequeno, que foi logo investido pelos nossos ho-

mens, sustentados immediatamente pelo resto da divisão, que foi tambem apoiado immediatamente pela divisão Marchand.

Tentou o general Morand atacar immediatamente o grande reducto, e chegou a fazer entrar pela gola do reducto o 30 de infantaria francez, mas os Russos repelliram-n'o. O corpo de exercito de Ney atirou se com furia a esta formidavel posição, sendo logo reforçado por duas divisões do corpo de exercito do principe Eugenio e protegido pela cavallaria do conde Grouchy. Depois de uma lucta heroica foi afinal tomado o reducto; Kutusoff pôde convencer-se de que estava perdida a batalha, e retirou se para Moscow, que atravessou apenas, deixando perto de 40:000 mortos e feridos no campo de batalha, entre os quaes se contavam cincoenta generaes, e 5:000 prisioneiros nas mãos dos Francezes. Estes, porém, tinham perdido entre mortos e feridos perto de 30:000 homens, entre os quaes se contavam 39 generaes

E o nosso pobre regimento? Era lamentavel a sua situação. Perderam entre mortos e feridos 560 soldados e officiaes inferiores e 39 officiaes. Entre estes contavam-se tres dos quatro chefes de batalhão, que o regimento tinha então, por estarem dois addidos desde a batalha de Smolensk. Alli morreu o intrepido Bernardino Moniz, o chefe de batalhão Antonio Pego; e o chefe de batalhão Caldeira veio a morrer no hospital, das feridas que recebera na batalha.

Deixemos agora o regimento, reduzido apenas a um batalhão, seguir com o corpo de exercito do marechal Ney para Moscow, e sigamos Theotonio Banha, que acompanhava, na sua qualidade de sargento de cavallaria, o estado-maior do marechal Mortier.

Não se viam por toda a parte senão campos devastados, era necessario ir buscar viveres a distancias enormes, ter uma cautela extraordinaria no modo de se guardarem, porque os cossacos andavam n'os sempre espreitando. Já começavam os temporaes. Houve um temporal que durou tres dias, com relampagos medonhos e trovões, e que pôz o estado maior de Mortier n'uma situação lamentavel. No meio de uma estrada encontrou Banha uma companhia de artilheiros, mortos em cima das suas peças ás lançadas, signal de que se tinham deixado surprehender pelos cossacos.

Um pequeno destacamento de 15 homens, commandado pelo sargento Antonio José de Figueiredo, foi aboletado para um palacio magnifico a pouca distancia de Moscow.

No palacio havia só criados. Figueiredo tomou todas as precauções e cautelas, mas não pôde evitar que os criados abrissem uma porta escusa aos cossacos, que os aprisionaram, e os levaram ao acampamento do exercito russo, d'onde foram enviados para a Siberia. Alli estiveram trabalhando como escravos em Tobolsk, até que em 1815 poderam voltar ás suas casas, e ao seio das suas familias, que os consideravam ha muito mortos em combate. Antonio José de Figueiredo veiu a ser escrivão de direito em Evora, e, estando a banhos em Setubal, contou ao sr. Claudio de Chaby esta terrivel aventura.

Como deviam saber bem os banhos de Setubal a quem estivera em Tobolsk!

Tudo annunciava, porém, uma campanha temerosa, e Theotónio Banha teve d'isso uma prova convincente, quando, ao chegar á primeira collina d'onde se vê Moscow, deu com o extraordinario espectáculo do mar de chammas em que estava n'esse momento transformada a antiga capital dos tzares!

VIII

A RETIRADA DA RUSSIA

O incendio de Moscow era mais um aviso terrivel do que um incidente funesto. E' certo que prejudicou immenso o exercito francez, mas não o impediria de certo de estabelecer alli os seus quartéis de inverno, se não mostrasse a Napoleão que um povo capaz de tão colossal sacrificio como fora o da sua segunda capital, da cidade sagrada, não recuaria diante da devastação completa do resto do paiz, e que por conseguinte, não havia meio de viver um exercito de centos de mil homens em região tão completamente arruinada.

Além d'isso, a impossibilidade de aboletar os soldados regularmente, obrigava os generaes francezes a deixal-os forragear á vontade para se sustentarem, e isto dentro em pouco produzia a dissolução da disciplina e do espirito militar dos diversos corpos. O regimento portuguez de cavallaria, ao chegar a Moscow incendiada, acampou, e logo os soldados debandaram, á procura de alimento, voltando

carregados de presunto, de vinho fino e de farinha. No dia seguinte occuparam uma quinta e um palacio abandonados, e, como as tropas já sabiam que os Russos enteravam o que não podiam levar, conseguiram descerrar muitas riquezas e até comestiveis, como por exemplo uns pães enormes e redondos, que agradaram immenso aos soldados. Acharam tambem muito dinheiro, mas infelizmente em papel, e fato com tanta abundancia que se vendia um capote de pelles por 720 réis, e uma peça de linho por nove vintens.

Depois, os forrageadores tinham sempre que travar combates com os cossacos, e com os camponezes armados, e d'esses combates, ainda que felizes, resultavam sempre perdas para o exercito. Só o regimento portuguez de cavallaria perdeu, enquanto esteve ali acantonado, 22 mortos, e teve 46 feridos.

Entrou depois o regimento na incendiada Moscow, onde se conservava ainda de pé o immenso Kremlin; mas os cossacos tinham tomado tamanho atrevimento, que os nossos patricios, e em geral o corpo de exercito de Mortier, tinham de se guardar como se estivessem em campina rasa, fazendo todos os dias fortes reconhecimentos. Um d'elles, feito por Theotónio Banha, pela estrada de S. Petersburgo, deu logar a um vivo combate com uns 3:000 cossacos, em que o nosso patricio se salvou, por se ter acollido a uma casa em ruinas, onde uns vinte soldados francezes se defendiam brilhantemente, sendo salvos depois por uma força que o general Mortier mandou em seu socorro.

A situação assim era insustentavel, e, quando rebentou o incendio no Kremlin, começou aquella funestissima retirada, que devia ficar para sempre celebre nos modernos annaes militares.

Qual não foi porém a triste surpresa do exercito quando, ao chegar a Malo-Jaroslavetz, encontrou esta pequena cidade completamente destruida, sem lhe poder offerecer o mais leve abrigo; quando, ao chegar depois a Mojaisk, ali encontrou o mesmo espectaculo, mas chegando d'esta vez a devastação a tal ponto que só poderam reconhecer o sitio onde se erguera a cidade, diz Theotónio Banha «por alguns prumos, escapados ao incendio e que nos mostravam os seus antigos alinhamentos, e pelo relógio que ainda marcava as horas para uma cidade que já não existia?»

Dizia-se então que o exercito ia tomar quartéis de inverno em Smolensk e nas outras praças fortes do Dnieper, mas isso não bastou para animar o exercito já descoro-

coado. Lembraram-se que tinham de percorrer ainda quarenta e quatro leguas por um caminho, onde sabiam com certeza que não encontrariam nem abrigo, nem alimento. Se os não tinham encontrado quando avançavam, como os encontrariam quando retiravam!

Principiou já então a desordem. Houve soldados que trataram sobretudo de acelerar a marcha, e que, para caminharem mais rapidamente, abandonavam as armas. A rapina, a que todos se tinham entregado em Moscow e nas suas cercanias, produziu os seus naturaes resultados. Soldados e officiaes, carregados de ricos objectos, tratavam sobretudo de salvar o seu espolio, e passavam, sem armas, e envoltos em ricos e soberbos casacos de pelles. Começava assim a formar-se a pouco e pouco essa massa confusa e desordenada, em que os camponios russos matavam á vontade, quando encontravam esses miseraveis a procurar alimento, sem meio de o conquistarem e de se defenderem.

O alimento escasseava já de um modo horroroso. Theotonio Banha conta que, em Mojaisk, o seu sustento foram umas raizes de couves cosidas em agua. Depois já se comia a carne dos cavallos que morriam de cansasso, e linhaça torrada. Os cavallos comiam a palha velha que arancavam dos tectos das choupanas.

E o frio começava a apertar de um modo extraordinario! Todos os horrores se accumulavam. O campo da batalha de Moskowa, ainda cheio de milhares de cadaveres insepultos, estava coberto com uma enorme nuvem de corvos, contra os quaes foi preciso fazer fogo e fogo intenso. Imagine-se o horrivel espectáculo!

Pela estrada encontravam-se a cada instante soldados mortos de frio. Se caíam de costas sobre as mochilas, não se tornavam a levantar; se se sentavam junto das fogueiras que accendiam, invadia-os um doce torpor que os não deixava erguer, e ahí morriam, muitas vezes queimados de um lado e gelados do outro.

A cinco leguas de Smolensk appareceram cossacos. Era o ultimo desastre. Foram ainda repellidos, mas com que perdas!

A desorganisação augmentava todos os dias de um modo horroroso. Cada dia ia diminuindo o numero dos soldados arregimentados e capazes de combater e augmentando o numero dos que compunham aquella massa enorme, que era um estorvo para a retirada. Tudo conspirava contra o desgraçado exercito. Sé a neve estava solida e resistente, um frio cruel rareava as fileiras dos regimentos. Se

o frio declinava, a neve desfazia-se n'um gelo meio liquido, por onde escorregavam homens e cavallos, acontecendo que, ao descerem uma collina que fica ás portas de Smolensk, rolaram pela encosta abaixo homens e cavallos, que chegaram ao valle ou mortos ou com as pernas partidas.

Os portuguezes, no meio d'aquelle immenso desastre, tinham-se chegado uns para os outros, e sentiam mais do que nunca a sua solidariedade nacional. Que alegria quando se encontravam no meio d'aquella massa confusa e desordenada! Em Smolensk appareceu o general Gomes Freire de Andrade com os seus ajudantes de campo visconde de Asseca e Carlos Auffdiener. Foi recebido com immensa alegria!

Entre Smolensk e Krasnoi a desorganisação tocou as suas ultimas raias. Alguma coisa se encontrou ainda em Smolensk, e o exercito alli recuperou algumas forças, mas isso não servia senão para precipitar a retirada, porque os mais abatidos, que ficariam nas fileiras por não estarem capazes de fugirem, correram para a frente, e lá foram augmentar aquella horda desordenada, que os cossacos de quando em quando rasgavam em todos os sentidos, em mortíferas galopadas. Em Krasnoi, suppóz-se que tudo estava acabado, que não escapava um só homem d'aquelle immenso desastre, porque se deu pela falta do marechal Ney. Aquelle heroico soldado, que até ahi mostrara a sua intemerata bravura nos campos de batalha, mostrava agora a sua constancia, a sua energia e elevação do seu character. Era elle quem cobria a retirada com o seu corpo de exercito reduzidissimo, mas firme. Quando em Krasnoi se viu que elle não atravessára o Dnieper, e que por conseguinte caíra provavelmente prisioneiro nas mãos dos Russos, o desalento foi geral e profundo.

E' uma coisa comtudo que alegre e reconforta um coração portuguez vêr a attitude das nossas tropas n'aquella infausta retirada. Levados contra sua vontade áquella expedição promovida pela vontade de um despota, que, ao mesmo tempo que os arrastava após o seu carro triumphal, assolava, devastava e pretendia opprimir a sua patria; condemnados a verem sumir se na mais profunda obscuridade os seus serviços, porque todas as glorias da campanha illuminariam sempre os annaes militares da França e nunca os portuguezes; defendendo, á custa de milhares de sacrificios, uma bandeira que não era a sua, levados comtudo pelo espirito militar e pela dedicação e affecto aos seus chefes, mantinham-se firmes e unidos no meio da dissolução geral, e, quando os regimentos francezes já

não existiam e por assim dizer, quando tinham de se formar batalhões sagrados com os officiaes dos regimentos desfeitos, os dois regimentos portuguezes, o de infantaria de Francisco Pego e o de cavallaria do marquez de Loulé, conservavam-se intactos na sua organização, embora dizimados e mutilados pela fome, pelo frio, pelo ferro do inimigo muito mais do que pelo extravio dos soldados. E comtudo, eram os portuguezes de certo os que mais padeciam com as intemperies d'aquelle inverno moscovita! Muitos dos nossos soldados tinham nascido em terras, onde se não sabia sequer o que era neve, e viam-se obrigados a lutar contra os gelos de um inverno, que assombrava, pela sua intensidade, os proprios Russos! Pois no combate de Krasnoj, sustentado pelas forças do marechal Mortier, dois dos regimentos que este general encontrou promptos para a resistencia foram os dois regimentos portuguezes, que alli perderam, o de infantaria um official e quarenta soldados, o de cavallaria um official e dezoitos soldados.

Oh! e estes homens heroicos, que assim honraram o nome portuguez, eram amaldiçoados na sua patria, eram considerados como traidores, e eram esquecidos pela historia! Prestemos ao menos esta tardia homenagem ao seu heroismo obscuro.

IX

A PASSAGEM DO BEREZINA

Estava na Lithuania o exercito, e abi parecia que devia melhorar a sua posição. Effectivamente encontrava-se emfim em terra povoada, e povoada por gente que não era hostil, por judeus completamente indifferentes á idéa de patria, e que só procuravam ensejo de fazer bons negocios, vendendo, a peso de oiro, pão, farinha, aguardente, hydro-mel, e palha para os cavallos. O prego importava pouco. O dinheiro abundava n'aquelle miserando exercito, que morria de fome no meio das suas inuteis riquezas. Mas os dias passados em Dubrowna e em Orcha foram deliciosos para toda aquella pobre gente; o que não podiam já era restabelecer a ordem e a disciplina. Pelo contrario, re-

confortados com aquelle descanso, não pensavam os fugitivos senão em escapar se o mais depressa possível. Debalde Napoleão publicava ordens severissimas; a desorganisação augmentava sempre, ora por um motivo, ora pelo motivo contrario. Tudo accelerava a ruina d'aquella immensa mole.

No meio d'este desastre enorme, os regimentos portuguezes pode-se dizer que se conservaram intactos. Pelo menos, o que os desfalcava era a morte e a fadiga, não a indisciplina. Quando o exercito francez estava em Orcha, ouviu-se de subito na rectaguarda o estridor da fusilaria. Sem saberem porque todos clamaram: E' o marechal Ney. E era. O valente general não tardou a apparecer, no meio de um pequeno corpo de exercito, mas conservando a distancia os cossacos que o perseguiam. Instintivamente formou-se uma columna voluntaria para correr em seu auxilio e para acclamar a sua volta; n'essa columna lá iam os dois regimentos portuguezes. Entre os soldados que protegiam a sua entrada em Orcha, e ao mesmo tempo o saudavam com o mais clamoroso enthusiasmo, pôde Ney divisar os seus Portuguezes da Moskowa, aquelles que elle dizia que collocava na vanguarda, porque tinha a certeza de que quem os seguisse seguiria sempre o caminho da honra.

Mas esta aberta de alegria e de descanso pouco durou; correu logo de boca em boca uma sinistra noticia: a praça de Minsk, onde havia viveres com immensa abundancia, fôra tomada pelos Russos, e não eram os Russos do exercito de Kutusoff, que ficava á rectaguarda; eram os Russos de um outro exercito, commandado pelo almirante Tchitchagoff, que cortara a retirada do grande exercito, e que se esperava do outro lado do Berezina, esse rio fatal que não gelára ainda para poder sepultar nas suas aguas os desgraçados que ainda tinham escapado com vida, á fome, ao ferro, e aos gelos do inverno russo.

A fome voltou com todos os seus horrores, e o mau tempo recrudesceu. Cahia neve com abundancia, e as rações faltavam absolutamente. Passavam-se scenas dolorosas. Quem tinha um pedaço de carne de cavallo precisava de a defender á viva força contra os famintos que o assaltavam, tambem de espada em punho. Theotonio Banha teve a generosidade de repartir a sua ração com o general Gomes Freire de Andrade, que não via desde muito, e que lhe pediu, quasi por amor de Deus, um pedaço de carne de cavallo.

Tinha-se chegado ao Berezina. Affluíam de differentes

pontos as reliquias do grande exercito, as forças que tinham ficado a cobrir as communicações, e que tambem estavam dizimadas, apesar de não terem padecido as torturas e as privações da retirada. Entre essas tropas vinha o 3.º regimento de infantaria portugueza, agora 2.º, porque dos dois primeiro se tinha feito um só. O commandante d'este corpo, Manuel de Castro Pereira, comprehendera o seu dever de um modo diverso do que o tinham comprehendido os seus camaradas. Estes tinham entendido que deviam servir com fidelidade o imperador, e seguir a sua bandeira; Manuel de Castro entendeu que devia fazer todos os esforços para passar ao inimigo. Oudinot, commandante do corpo de exercito em que elle servia, comprehendeu as suas intenções e acautelou se. Absteve-se de empregar o regimento e foi assim que Manuel de Castro Pereira chegou ao Berezina com setecentos e setenta homens, enquanto os outros regimentos apenas contavam umas cem praças de cavallaria, oitenta soldados e quatorze officiaes de infantaria.

Tambem chegou então a guarnição de Mohiloff, commandada pelo marquez de Alorna, que trazia consigo abundancia de viveres, e que se não esqueceu, na distribuição, dos seus portuguezes.

Napoleão comprehendeu que era chegado o momento supremo e critico da retirada, e por isso desenvolveu todo o seu genio e toda a sua actividade para salvar o exercito. A fatalidade, contudo, perseguia-o. Começou admiravelmente, illudindo por tal fórma os Russos, que concentrando estes as suas forças para lhe impedirem a passagem do Berezina em Borisow, veio elle passal-o em Weselowo. Construíram-se as pontes e o exercito começou a desfilar enquanto o general Legrand entrelinha o inimigo em Borisow.

Mas juntamente com os soldados arregimentados passavam a ponte os que formavam uma confusa massa desordenada, e as mulheres, que tinham acompanhado o exercito em grande numero, e que eram agora tratadas com uma indifferença e com um desprezo, que causavam horror áquelles que não tinham ainda a sensibilidade completamente embotada por todos os tormentos que tinham soffrido. E houve momentos, contudo, em que esses mesmos obedecendo ao sentimento cruel e dominador da salvação, praticavam ainda horrores piores do que os que censuravam os outros.

Foi o que aconteceu nas pontes. Essa multidão confusa agglomerava-se por tal forma e tornava-se de tal modo es-

pessa, que á tarde as tropas armadas já abriam caminho brutalmente; ás oito horas da noite os Portuguezes e os regimentos que marchavam com elles abriam caminho de espada na mão, á cutilada. E os infelizes não resistiam! Mas isto era ainda um tenue preambulo dos horrores que se seguiram.

A noite foi nevosa e frigidissima. Os Portuguezes acampados juntos da guarda imperial, viam ao longe, mas ainda assim já bastante proximo da margem que tinham deixado as innumeradas fogueiras russas. Essa linha de fogo indicava a presença do exercito de Kutusoff, que os perseguia desde Moscow.

Ao romper da manhã ouviu-se na margem em que já estavam, mas ainda longe, o estrondo do canhão. Era o exercito do almirante Tchitchagoff que percebera enfim que fôra enganado por Napoleão e que tratava de reparar o seu erro. E uma grande parte do exercito francez estava ainda do outro lado!

A passagem accelerou-se, as tropas francezas que estavam já na margem direita do Berezina sustentavam-se brilhantemente, e cobriam por conseguinte o movimento do resto do exercito; mas ás nove horas da manhã abateu uma das pontes, exactamente a que servia para a passagem da artilheria e da cavallaria. Uma e outra refluíram para as restantes pontes, e então é que não houve misericordia com a massa dos desarmados. A cavallaria, de espada em punho, distribuia cutiladas para a direita e para a esquerda, e pisava os que caíam debaixo dos pés dos cavallos; as peças não rodavam já senão sobre os corpos humanos. Um immenso numero d'esses infelizes procurou a salvação nas aguas meio geladas do Berezina, e não encontrou senão a morte. O exercito de Kutusoff, já bastante proximo, arrojou algumas bombas para cima d'essa turba e augmentou assim o terror, a desordem, o tragico horror da situação.

E entretanto, o marechal Victor via-se obrigado a retirar diante do exercito de Tchitchagoff, lentamente e em perfeita ordem. A artilheria da guarda imperial, fazendo um fogo bem sustentado, fez recuar os Russos, mas os dois exercitos moscovitas já se podiam avistar, era necessario por conseguinte que o exercito francez não esperasse nem mais um instante, porque podia ser todo lançado ao rio. Por isso, apenas a última divisão do general Girard, que formava a rearguarda, passou a ponte, queimou-a logo, e os que estavam na margem direita puderam ver os cossacos de Kutusoff, cercar a multidão confusa que ainda lá fi-

cára do outro lado, e levou-a arrebanhada para junto de uma collina. Era população para a Siberia!

Entre esses innumerables prisioneiros, ficára tambem uma parte dos regimentos portuguezes, que não quizera passar o rio na vespera, por causa da confusão que havia nas pontes, que não pôde passar depois, e que ficou por conseguinte entre os prisioneiros.

Felizmente o exercito do almirante foi corajosamente repellido, e os Francezes puderam continuar a retirada, seguidos apenas pelos cossacos.

Durante as marchas que se seguiram á passagem do Berezina é bello ver o affecto que os Portuguezes mostravam sempre uns pelos outros, no meio do egoismo geral.

Assim, na passagem de um riacho semi-gelado, caíram ao rio oito soldados da cavallaria portugueza. Correram a ajudal-os, e conseguiram salvar dois, um soldado e o sargento Jordão. Havia pouco quem pensasse então em salvar os camaradas.

Encontrou-se um capitão do 3. regimento que estivera de mais a mais sempre separado dos outros. Bastou conhecerein que era portuguez, para repartirem com elle tudo quanto tinham, e o pobre official, reconfortado e a chorar, dizia que «só em peito portuguez podia encontrar tanta generosidade».

Ao pé de Molodestchin encontram Gomes Freire quasi moribundo, e encostado ao braço do tenente Ribeiro, do regimento commandado por Pego. Todos se agrupam em torno d'elle, e, como na villa em que entram encontram felizmente alguns recursos, tratam primeiro do general do que tratam de si, e Gomes Freire pode deitar-se n'uma cama bem fofa, e tomar um caldo de gallinha, como se estivesse na sua casa em Portugal, isto no meio da retirada da Russia?

Eram bem poucos contudo. Em torno de Gomes Freire se reuniram os Portuguezes que restavam. Não eram mais de cento e cincoenta.

Pois os seus trabalhos e angustias não tinham terminado ainda. Muitos haviam de ser engulidos por aquelle solo gelado e fatal.

X

O FIM DA RETIRADA

A marcha entre Molodestchin e Wilna foi o ultimo desastre para a legião, porque os 150 homens, que se tinham congregado em torno de Gomes Freire, não haviam podido conservar-se reunidos, em virtude de furiosos ataques dos cossacos, que foram repellidos, mas que cortaram n'uns poucos de troços essa pequena columna.

A miseria e os desastres do exercito francez parecia que tinham chegado ao seu auge, mas não succedeu assim, porque os ultimos dias da retirada foram mais terriveis do que todos os outros.

Em primeiro lugar, o frio, longe de diminuir, augmentava cada vez mais, porque deve saber-se que o inverno n'este anno foi excessivamente precoce, de fórma que, ao cabo de tantos tormentos, entravam os infelizes francezes e os nossos pobres portuguezes na Lithuania na primeira quinzena de dezembro, quer dizer no maior rigor do inverno.

Em segundo lugar foi em Smorghoni que Napoleão se decidiu a abandonar o exercito e a seguir, a marchas forçadas, para Pariz, na sua carruagem. Essa resolução foi muito mal vista, e, apesar de toda a sua popularidade no exercito, não poupou Napoleão ás mais acres censuras, e aos mais terriveis improperios. E, comtudo, Napoleão não podia proceder de outro modo. O que succederia em Pariz se lá chegasse antes d'elle a noticia dos terriveis desastres? A perda da França era segurissima. Não era só a perda do exercito, era um cataclysmo nacional. A França não perderia muito mais do que perdeu em 1814, mas não teria prolongado a sua resistencia durante dois annos, e não teria accrescentado uma pagina brilhante á sua epopéa.

Mas essas coisas não as comprehendia o soldado, e n'essa occasião não as comprehendia sequer o mais illustrado dos officiaes. Não se via senão o abandono em que Napoleão deixára o exercito, e o erro enorme que sobretudo cometera, e esse bem real e bem verdadeiro, deixando o commando em chefe ao rei de Napoles, Murat, que nada tinha que o recommendasse para esse cargo senão a sua

alta posição, que os seus antigos camaradas não tomavam muito a serio, e a sua bravura individual, que era incontestavel, mas que se manifestava nos campos de batalha mais do que nas retiradas desastrosas, e, sobretudo, que não suppria a falta de authoridade, de prestigio, de energia e de talentos militares.

O erro foi tanto maior quanto o nome do substituto de Napoleão estava naturalmente indicado, e andava em todas as bocas — era o do marechal Ney, cuja constancia inabalavel, cuja bravura sobre-humana tinham por mais de uma vez salvado o exercito durante essa infausta retirada.

O effeito da noticia foi o mais desastroso que póde imaginar-se; quebrou os ultimos laços da disciplina, que ainda mantinham um resto de cohesão nos desgraçados restos do exercito francez. A marcha de Smorghoni para Wilna foi um chaos, não obedecendo já os homens, ainda armados e organisados, aos seus officiaes. Se os generaes russos tivessem desenvolvido mais alguma actividade, nem um só soldado francez teria passado de novo o Niemen.

As scenas que então se passaram foram verdadeiramente horrorosas. Como as estradas de Smorghoni e Wilna tinham muitos declives, que o gelo tornava escorregadios, as quedas eram amiudadas. Soldado que caía era homem perdido. Logo os camaradas, em vez de o ajudarem a levantar-se, tratavam de o roubar. Um tirava-lhe os sapatos outro o capote, outro alguns viveres que elle levava consigo. E se o desgraçado procurava agarrar-se a algum camarada, era logo morto por uma bayonetada, porque cada um cuidava sobretudo em não ser arrastado na queda.

O instincto da salvação tornava os homens ferocissimos. Já não esperavam que algum caísse. Apenas suspeitavam que um soldado tinha viveres consigo faziam-n'o cair, roubavam-n'o e quasi sempre o matavam.

Eram estas as scenas que se passavam entre companheiros de armas e de gloria, que dois mezes antes arriscariam sem hesitar a existencia para se salvarem uns aos outros.

Em Joupranani os soldados, geladissimos, querendo aquecer-se, deitaram fogo ás choupanas, sem se importarem com alguns camaradas seus, que, havendo-os precedido, tinham procurado abrigo n'essas mesmas choupanas e lá morreram queimados. De tão terrivel sorte escaparam muito a custo o tenente portuguez Neves Franco e o alferes José Venancio, que ainda conseguiram sair, meio asphyxiados, de uma choupana em que estavam.

Wilna foi para todos estes desgraçados uma paragem no seu caminho de dôr e de martyrio. Encontrava-se alguma

coisa de comer, por preços fabulosos, mas a isso é que ninguém olhava. Alli se reuniram alguns officiaes, officiaes inferiores e soldados portuguezes, e a alguns d'elles deu o marquez de Loulé um lauto jantar. A desgraça nivelára todas as situações, e o coronel marquez de Loulé e o sargento Theotonio Banha comeram á mesma meza, como dois bons camaradas, saboreando com delicia esses manjares, que, por mais rudes e grosseiros que fossem, deviam parecer ambrosia áquelles famintos, áquelles agonisantes.

Esse prazer pagaram-n'o outros bem caro. Nas ruas de Wilna não se viam senão soldados estirados, a dormir, repletos de comida e de aguardente. Não havia considerações, ordens, conselhos, nem violencias que os fizessem levantar. Alli ficaram, e alli os surprehenderam ou as agônias da morte ou os cossacos.

O mesmo, pouco mais ou menos, succedeu em Kowno. Ahi estavam, na praça, arrombadas mais de cem pipas, e ao lado estendidos centos de soldados. Caiu a noite frigidissima. E lá ficaram todos sepultados sob a neve, tendo passado ao menos, sem transição, do somno da embriaguez para o somno da morte.

Uma das scenas mais extraordinarias d'aquelle extraordinario desastre foi a que se passou a pouca distancia de Wilna, e a que assistiram o marquez de Loulé, o cirurgião-mór Fernando Rufino e o sargento Theotonio Banha, que n'um terno, puxado por cavallos bem ferrados, tinham saído de Wilna bem conchegados com o excellente jantar que tinham tido. A scena foi a seguinte:

A pequena distancia de Wilna levanta-se a montanha de Vaka, não muito elevada, nem de declive demasiadamente íngreme, mas que o géllo tornara extraordinariamente escorregadia. As equipagens de Napoleão, em que ia o cofre do exercito, debalde procuraram subir a encosta. Por mais esforços que fizessem para fazer subir os cavallos, nada conseguiram os conductores. E entretanto, apinhavam-se em torno dos carros os soldados fugitivos, e já ao longe se sentia o troar do canhão russo. Quando os conductores das equipagens viam que o marechal Ney, que cobria a retirada, já retirava tambem, perderam a cabeça, cessaram de fazer esforços para que as equipagens seguissem para cima, e arrombaram as caixas para distribuirem o dinheiro pelos soldados. Eram seis milhões de francos, mil e oitenta contos de réis. Então a cubiça dominou todos os outros sentimentos. Os fugitivos arrojaram-se com tal avidéz a essa preza inesperada, que não deram pela aproximação dos cossacos. Mas o mais curioso é que os cos-

sacos, vendo os inimigos assim occupados, esqueceram-se de tudo tambem, para acudir ao saque, e via-se então o espectáculo estranho e unico dos inimigos fraternisarem na comunidade do roubo. Os russos e os francezes associavam-se para roubarem a caixa militar franceza!

Eis o Niemen! As suas aguas annunciam para esses desgraçados o fim da sua longa e horrorosa odysseá! Achem-se em terra amiga, onde todos sympathisam com os seus infortunios e onde o Russo é considerado como inimigo tradicional.

A perseguição, é claro, não cessou, mas tornou-se muito mais cautellosa, e a fuga dos Francezes foi-se a pouco e pouco transformando em retirada.

Os nossos portuguezes consideravam como outros tantos prazeres requintados os actos mais simples da vida civilisada. Quando, em Gombinnem, Theotonio Banha entrou n'um *restaurant*, jantou excellentemente e pagou apenas uma somma equivalente a oito tostões, ficou litteralmente assombrado.

Depois, o encontro dos camaradas e amigos. Passava-se pela rua, ouvia-se de repente uma voz portugueza. Era um amigo, um patricio, que chamava da janella, e que se julgava morto ou prisioneiro. Que alegria immensa! que abraços! que longas narrativas dos trabalhos que tinham padecido uns e outros!

Depois vinha a delicia do banho, o prazer de vestir roupa nova e lavada, de queimar os andrajos immundos que tinham feito a retirada.

Em Konigsberg encontraram Gomes Freire e o marquez de Alorna, mas este ultimo moribundo. E alli morreu, e seu sobrinho, D. José Tancos, logo depois n'uma outra cidade, porque os trabalhos e os tormentos da retirada da Russia ainda faziam victimas depois de terem terminado.

Depois começaram a contar-se os portuguezes e triste conta foi essa. Cinco mil homens tinham entrado na Russia, pouco mais ou menos. Não voltaram mais de cem! Muitos outros regressaram depois a Portugal, mas vindos do fundo da Siberia, como o valente brigadeiro Pego, e outros.

Do regimento de cavallaria, que é aquelle de que mais circumstanciadas noticias temos pelo interessante opusculo de Banha, que n'esse corpo era sargento, responderam á chamada dez officiaes: o coronel marquez de Loulé, os capitães José Garcez Pinto de Madureira e Vicente Fallé, os tenentes Candido José de Faria, Antonio Caetano, F. Eliote, o quartel-mestre Antonio Felix dos Reis, o alferes José

Caetano de Paiva, o cirurgião-mór Fernando Rufino, e o ajudante Nuno Jayme.

O resto da retirada até Francfort sobre o Meno, onde os nossos fizeram alto, foi uma delicia. Ao passarem em Dantzick viram o Baltico gelado, e sobre elle muitos patinadores. Ao lembrarem-se do que tinham padecido com esse mesmo gelo que servia ali de divertimento, sentiram todos um calafrio. E que lhes passavam, por diante dos olhos, como sinistras visões, o Berezina meio gelado, a montanha de Vaka, impossivel de subir pelo gelo que lhe cobria os declives, e essas tristes, lugubres e gelidas paisagens da Russia, onde se desenrolara o drama terrivel da retirada.

Em Francfort sobre o Meno teve o historiador da Legião, Theotónio Banha, uma grande alegria. Foi promovido a alferes.

As vagas não faltavam.

XI

A CAMPANHA DE 1813

Estava desfeita a Legião, e desfeita para nunca mais se reconstituir. O fim da historia da legião portugueza tem de ser quasi apenas a historia individual de Gomes Freire e do seu estado-maior. E' certo que Napoleão que ai pedir á França as ultimas gotas do seu generoso sangue, quiz ainda aproveitar as debeis reliquias d'esse malfadado exercito portuguez, que elle condemnára a seguil-o na sua marcha devastadora e fatal, mas os homens de infantaria, que sobreviveram ao grande desastre, dispersou-os pelos regimentos do grande exercito, e com os soldados de cavallaria, que ainda se encontravam no deposito de Grenoble, formou um esquadrao de cem homens, commandado pelo capitão José Garcez Pinto Madureira, que teve um destino infeliz. Recebeu ordem para se ir juntar ao grande exercito, devendo atravessar o Elba em Torgau, mas foi surprehendido por um corpo de cossacos junto do Halle, e destroçado completamente, ficando mortos alguns, feridos e prisioneiros os outros. Theotónio Banha foi encontrar em Leipsick tres caçadores portuguezes, unicos talvez que tinham escapado ao desastre.

Gomes Freire, de quem Theotonio Banha estava sendo ajudante de ordens, juntou-se a 17 de abril de 1813 ao estado maior de Napoleão, que n'esse dia chegara a Francofort, e acompanhou o até Bautzen, onde o grande general ganhou a primeira das tres grandes victorias, que precederam para elle o terrivel desastre de Leipsick.

Emquanto Napoleão ia ganhar a batalha da Bautzen, recebia Gomes Freire o commando de Iena, onde pode apreciar a intensidade do movimento, que se pronunciava então em Allemanha, como cinco annos antes se pronunciara em Hespanha e em Portugal, e que fazia d'essa guerra uma guerra verdadeiramente popular. Um corpo franco de mil e seiscentos academicos prussianos tentou assenhorear se da cidade, mas Gomes Freire tomara cautellosamente as suas precauções, e os academicos, depois de perderem um piquete de doze homens, que tentou fazer um reconhecimento, e que ficou todo prisioneiro do general portuguez, não renovaram as suas tentativas. Estavam porém, por tal fórma ardentes na lucta, que não quizeram reconhecer um armisticio que se assignara depois da batalha de Bautzen. Gomes Freire quiz-lhes fazer pagar a teima; mas elles estavam tambem acautellados, e Gomes Freire, dispondo apenas de uns 200 lanceiros, não quiz tentar um ataque, a não ser por surpresa.

O modo habil como elle exercera o seu pequeno commando foi devidamente apreciado por Napoleão, que lhe deu logo em seguida o commando muito mais importante de Dresde.

Era n'esta cidade, effectivamente, que Napoleão concentrava as suas forças, e o cargo de commandante da praça era o mais importante que n'essa occasião se podia dar a um general que não estivesse commandando a'guma divisão ou algum corpo de exercito. Gomes Freire rodeiou-se de officiaes portuguezes, juntando aos que já tinha, o chefe de esquadraõ Achilles Pereira, que fez seu chefe de estado maior, e o capitão Luiz Mendes de Vasconcellos, que fez seu primeiro ajudante de campo.

Em Dresde se celebraram, durante o armisticio, esplendidas festas em honra do anniversario de Napoleão, e tão habituados estavam já todos, n'essa epoca agitada e convulsa, aos lances terriveis da guerra, que essas festas se celebravam com tanto jubilo como se não succedessem a dias de luto e de tristeza, e como se não devessem preceder outros dias não menos terriveis.

Vieram os actores de Paris representar no theatro de Dresde, como tinham representado seis annos antes em

Erfarth, diante de uma cõrte de imperadores e reis. Era menos brilhante agora a platéa, mas a esperança voltára a todos os corações francezes, e os generaes, que substituíam nas cadeiras os reis e principes, que estavam agora no campo inimigo, ainda esperavam que a estrella de Napoleão, que se offuscára momentaneamente na retirada da Russia, tornaria a resplandecer no céo da Allemanha.

Houve os grandes jantares militares, semelhantes áquelles a que a legião portugueza já assistira em Paris; mas tristes reflexões deviam saltear o animo dos portuguezes sobreviventes, quando se lembrassem da festa a que tinham assistido tres annos antes na capital do vasto imperio francez. O que era feito d'esses magnificos regimentos portuguezes, que tinham partilhado com a guarda imperial a hora de fazer a guarnição de Paris n'esses dias de triumpho? Faziam dispersos nos campos gelados da Russia centos de soldados e de officiaes mortos e servindo de repasto aos corvos de Mojaïsk, dezenas de outros arrastando uma vida lugubre e terrivel nos desertos da Siberia!

A impressão para os portuguezes devia ser mais sinistra do que para os francezes. A guarda imperial, que jantára com elles, estava agora, é certo, completamente renovada, mas os regimentos permaneciam agrupados em torno das suas velhas bandeiras; os nossos pobres regimentos esses anniquilára-os o sopro gelado do inverno moscovita, e, não podendo renovar os seus quadros, tinham desaparecido completamente, com as suas pobres bandeiras, que não eram as bandeiras portuguezes, mas que emfim, se não eram o symbolo da patria ausente, eram o symbolo da fraternidade e da solidariedade dos soldados portuguezes no exilio.

Terminados os banquetes, as festas continuaram; houve passeio fluvial no Elba, a que assistiram alegremente, ou em que tomaram parte as damas saxonias, e fogos de artificio, para que contribuiam os proprios regimentos, despedindo das espingardas, cuja polvora estava convenientemente preparada, em vez de balas mortíferas, fogos de mil côres.

Terminou pouco depois o armistício, e Gomes Freire foi talvez o primeiro general do grande exercito a ter noticia da terrivel desgraça que ia fulminar Napoleão e tirar-lhe toda a esperança de triumpho. A Prussia, que fôra sua aliada contra os Russos, abandonára-o, e Napoleão devia esperal-o. Contava porém com a alliança da Austria, cujo imperador era seu sogro, cuja attitudo dubia porém o in-

quietára durante o armistício. Suppunha que o não teria por aliado, mas não esperava de fôrma alguma que elle se juntasse aos seus inimigos.

Comtudo a 21 de agosto, pelas 4 ou 5 horas da tarde, vieram apresentar-se a Gomes Freire uns poucos de soldados do batalhão francez que fazia a guarnição de Pirna, e que tóra surprehendido e acutilado pela cavallaria austriaca. Os cinco soldados, que se apresentavam a Gomes Freire, vinham feridos, mas tinham escapado a muito custo á sorte dos seus camaradas, que a cavallaria austriaca aprisionára.

Gomes Freire achava-se em posição melindrosa. Dresde não se achava em estado de se defender contra todo o exercito austriaco, e esse exercito, de um momento para o outro, podia apparecer diante da cidade.

Sem se desconcertar comtudo, tomou todas as medidas para fazer uma resistencia honrosa, e prevenir Napoleão. Com a rapidez com que tomava todas as deliberações, Napoleão voltou a Dresde, e, dias depois, travava-se alli a grande batalha, que foi a terceira victoria do grande imperador n'essa fatal campanha em que bastou o desastre de Leipsick para inutilisar todos os triumphos anteriores.

Gomes Freire, com o seu estado-maior, assistia do cimo de uma torre á formidavel batalha, que se desenrolou em torno da cidade. D'alli poudo vêr, com o seu oculo de campanha, um grupo brilhante, em que estavam o imperador da Russia, o rei da Prussia, e o general francez Moreau, antigo rival de Napoleão. D'alli poudo vêr a confusão que n'esse grupo se manifestou, quando uma bala de artilharia caiu no meio d'elle, ferindo algum personagem importante. Fôra o general Moreau, que uma bala franceza executára.

Em seguida Napoleão saiu de Dresde, mas deixou na cidade um corpo de exercito de 20:000 infantes e 4:000 cavallos, cujo commando entregou ao marechal Gouvion de Saint-Cyr, junto do qual continuou a servir Gomes Freire de Andrade com o seu estado-maior portuguez.

No dia 1 de outubro saiu Napoleão, e logo no dia 5 appareceram forças russas e austriacas a ameaçarem a cidade. Gouvion de Saint Cyr repelliu-as; ellas porém, retirando-se para fôra do alcance da artilharia franceza, continuaram em observação.

Não havia noticias; no dia 28 entraram na praça alguns soldados saxonios desarmados, que deram as primeiras informações a respeito do grande desastre. Vieram depois, successivamente, esclarecimentos mais circunstanciados.

Obras de JOSÉ QUINTINO TRAVASSOS LOPES

Nova grammatica elementar da lingua portugueza, redigida segundo as theorias modernas, e contendo quadros synopticos muito uteis, cart. 160 réis.

Compendio de arithmetica e systema metrico, 26.^a edição, contendo 29 gravuras e mais de 2.000 exercicios e problemas, reformado segundo os actuaes programmas, br. 200 réis, cart. 280 réis.

Resumo de arithmetica e systema metrico, 5.^a edição, muito augmentada e contendo 13 gravuras, approvado pelo antigo conselho superior de instrucção publica, br. 100 réis, cart. 180 réis.

Dois mil exercicios e problemas de arithmetica e systema metrico, abrangendo os programmas do ensino elementar e complementar, em br. 160 réis, cart. 240 rs.

Noções elementares de geometria intuitiva, redigidas em harmonia com o programma official, e contendo 97 gravuras e varias applicações praticas, br. 100 réis, cart. 180 réis.

Compendio de historia patria, 13.^a edição, reformada, e contendo no fim uma noticia resumida dos factos principaes de cada reinado, br. 160 réis, cart. 240 réis.

Compendio de historia sagrada, 2.^a edição, illustrada com muitas gravuras, approvado pelo antigo conselho superior de instrucção publica, br. 160 réis, cart. 240 rs.

Leituras Correntes e Intuitivas: primeiras lições sobre objectos. — 1.^a parte, 7.^a edição, muito augmentada, ornada com gravuras e vinhetas, dedicada às creanças de 7 a 9 annos, br. 120 réis, cart. 200 réis; com encad. de luxo para premios e brindes, 300 réis.

Leituras Correntes e Intuitivas: primeiras lições sobre objectos. — 2.^a parte, 5.^a edição, ornada com gravuras e vinhetas, dedicada às creanças de 10 a 12 annos, br. 160 réis, cart. 240 réis; com encad. de luxo, para premios e brindes, 360 réis.

Leituras Correntes e Intuitivas, obra adoptada para o ensino official primario, 300 réis, cart.

Historias de animaes, sua vida, costumes, anedotas, fabulas, etc. — noções amenas de zoologia para creanças — lições sobre objectos, 3 volumes, obra interessantissima, ornada com 400 gravuras e vinhetas, br. 200 réis cada volume, cart. 280 réis; com encad. de luxo, para premios e brindes, 400 réis.

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

LIVRARIA EDITORA

Alberto Braga		Camões	600
Amores á beira-mar.....	600	Frei Luiz de Sousa	600
O engeita to	2' 0	Gervasio Lobato	
Uma tragedia a bordo	600	A comedia do theatro	500
Alberto Pimentel		O grande circo.....	700
Vida mundana d'um frade virtuoso.....	300	Guerra Junqueiro	
Vinte annos de vida litteraria	300	A morte de D. João	800
Noites de Cintra.....	200	A musa em ferias	700
As netas do Padre Eterno...	300	Tragedia infantil.....	200
Alves Mendes		Contos para a infancia.....	400
Discursos	1\$000	Os simples.....	700
Herculano.....	300	Oliveira Martins	
Antonio Candido		As raças humanas, 2 vol. ...	1\$400
Elogio historico d'El-rei D. Luiz.....	200	Quadro das instituições primitivas.....	700
Caiei		A Inglaterra de hoje.....	600
A's mães e ás filhas contos..	500	Pinheiro Chagas	
Primeiras leituras, contos...	500	A flôr seca.....	500
A filha do João do Outeiro..	700	A côrte de D. João v.....	500
Camillo Castello Branco		Tristezas á beira-mar.....	200
Coração, cabeça e estomago	500	A mascara vermelha.....	200
Coisas espantosas.....	500	O juramento da Duqueza ...	200
A queda d'um anjo.....	500	John Bull e a sua Ilha.....	200
Noites de Lamego.....	500	As colonias portuguezas....	600
Scenas innocentes da comedia humana.....	500	A lenda da meia noite.....	200
Aventuras de Bazilio Fernandes Enxertado.....	500	A joia do Vice-Rei.....	200
Abençoadas lagrimas.....	240	A descoberta da India.....	600
O ultimo acto	200	A morgadinha de Valflôr ...	400
O morgado de Fafe em Lisboa.....	200	Historia da communa de Paris, 2 vol.....	1\$500
O morgado de Fafe amoroso	300	Astucias de namorada.....	400
Coelho de Carvalho		Migalhas de historia portugueza.....	200
Viagens.....	600	Ramalho Ortigão	
Latino Coelho		Higiene da alma.....	500
Elogios Academicos, 2 vol. .	1\$800	A instrucção secundaria....	240
Jose Bonifacio d'Andrada e Silva.....	500	A Hollanda, 2.ª edição....	1\$000
Theatro	500	Silveira da Motta	
Garrett		Horas de repouso.....	600
Viagens na minha terra, 2 vi.	1\$000	Viagens na Galliza.....	600
		Quadros da historia portugueza.....	400
		Teixeira de Vasconcelos	
		A eranda de Castro Mino...	700

Napoleão fôra batido n'uma terrivel batalha de tres dias, junto de Leipsick. Tinham n'ô abandonado os batalhões wurtemberguezes e parte dos batalhões saxonios. Os bavarós tinham-se unido aos austriacos, e ameaçavam cortar-lhe a retirada. Bernadotte, o antigo marechal do imperio, agora principe real da Suecia, estava dirigindo as manobras dos alliados. A situação era de novo terrivel para a França.

As forças sitiadoras de Dresde avolumavam-se; Gouvion de Saint-Cyr e os seus generaes percebiam o desespero da sua situação, mas resolviam resistir heroicamente, como se a cada instante esperassem soccorro.

la começar o cerco de Dresde.

XII

O CERCO DE DRESDE

A situação do corpo de exercito de Gouvion de Saint-Cyr deixado de guarnição em Dresde, era verdadeiramente grave.

O exercito francez, depois de uma serie de victorias, que lhe tinham restituído rapidamente o seu antigo prestigio, caíra de novo subitamente no mais profundo abysmo, em resultado do formidavel desastre de Leipsick, e da defecção successiva dos seus allados allemães. Uma retirada precipitada foi o unico recurso que ficou a Napoleão, e as guarnições, que elle deixára sementeas por toda a Alemanha, achavam-se por conseguinte cortadas do grande exercito, e em perigo imminente de serem prisioneiros do inimigo.

Foi este um dos poucos erros militares que Napoleão commetteu em toda a sua carreira, erro militar que não era senão a consequencia de um dos seus numerosos erros politicos. A avidez de territorio, que o dominou até á ultima hora, fazia com que só a muito custo abandonasse as suas conquistas, e nem pensava ao menos o grande capitão que essas praças que lhe paralyzavam milhares de soldados, que tanta falta lhe faziam no campo da batalha, cairiam de novo em seu poder, sem disparar um tiro, lo-

go que a victoria lhe sorrisse de novo n'uma serie de batalhas felizes.

Não o percebeu assim, e deu-lhe isso em resultado o faltarem-lhe para a defeza da França, na hora critica do seu destino, não só os milhares de soldados que guarneciam essas praças, mas sobretudo alguns dos seus mais illustres e mais habéis generaes, como eram Gouvion-Saint-Cyr, que ficára em Dresde, e Davout, que ficára em Hamburgo.

A defeza brilhante de Dresde mostrou bem a falta que deviam fazer a Napoleão os talentos militares de Gouvion-Saint-Cyr, general que aliás nunca fôra seu favorito.

Era embaraçosa a situação em que este se encontrava, tendo de defender com um pequeno corpo de exercito uma cidade mal fortificada, cujos habitantes lhe eram na maior parte hostis e partilhavam o sentimento nacional da Alemanha contra os francezes.

Teve d'isso provas evidentes quando no dia 31 de outubro, appareceram incendiados os armazens de forragens, sem ninguem saber lhes deitára fogo. Percebeu-se porém perfeitamente que os incendiarios estavam de accordo com os inimigos, porque com o incendio dos armazens coincidiu um vigoroso ataque dos sitiadores, que foi tambem vigorosamente repellido.

Gouvion-Saint-Cyr bem percebia que o cerco só podia terminar por uma capitulação. Por muito feliz que fosse na nova campanha que ia emprehender, o grande imperador não podia aspirar a mais do que a salvar o territorio francez, e as operações não podiam ser tão rapidas que a paz ou o armistício viessem antes de soar a ultima hora da defeza de Dresde. Sabia por conseguinte perfeitamente que havia de capitular, mas queria uma capitulação honrosa, e para isso organisava a defeza com tanto vigor, como se tencionasse passar o inverno em Dresde.

Gomes Freire de Andrade era um dos confidentes dos mais secretos pensamentos do marechal, e era um dos que mais ardentemente o coadjuvavam, encarregando-se especialmente da policia da cidade, onde o partido anti-napoleonico, que era immensissimo, não ousou fazer nem a mais leve demonstração.

Gouvion-Saint-Cyr, surdo a todos os murmurios, sabendo que podia contar com os seus francezes, porque eram todos soldados briosos, com os quatro mil polacos que faziam parte do seu corpo de exercito, porque eram capazes de morrer deste o primeiro até ao ultimo, antes do que entregar-se aos austriacos e aos russos, que podia contar com Gomes Freire de Andrade e o general Douronel, que

lhe respondiam pela manutenção da ordem em Dresde, entregava-se com uma tal actividade aos trabalhos de defeza, que parecia que da salvação d'aquella praça dependia a salvação da França.

Havia grande falta de viveres e de forragens, Gouvion-Saint Cyr mandou uma força de seis mil homens fazer em tres dias seguidos tres sortidas para forragear. As primeiras duas deram resultado, colheram se viveres em abundancia, sem grande derramamento de sangue. Da terceira vez os viveres que vieram foram poucos e as perdas que os francezes tiveram foram muitas.

Foi necessario por conseguinte reduzir o exercito francez a meia ração, desprezar os receios da epidemia que se manifestaram em Dresde, onde grassavam os typhos com tal força, que chegou a haver 200 a 250 obitos por dia.

Mandou Saint Cyr levantar entre os differentes reductos grandes parapetos de terra, arrazou sem piedade todos os edificios que podiam embaraçar a defeza, e n'essa situação aguardou os ataques do inimigo.

Não se fizeram esperar. No dia 3 de novembro houve uma investida geral. Em torno do pequeno reducto que cobria a porta de Messen se travou sobretudo mais rija peleja. Furioso com a resistencia, o general russo Tolstoi mandou columnas sobre columnas ao ataque, e tantas mandou que afinal os sitiadores, subindo pelos cadaveres dos seus camaradas, conseguiram entrar no reducto, sendo isso para elles signal de grande regosijo e triumpho. Gouvion-Saint-Cyr, comtudo, que não perdia a cabeça, e preparava muito a sangue frio as suas manobras, vendo que as forças que tinham occupado o reducto haviam ficado momentaneamente cortadas do resto do exercito, aproveitou immediatamente o momento propicio, lançou uma forte columna a passo de carga sobre os conquistadores. Este turbilhão, entrando de bayoneta calada, como então se dizia, pela gola do reducto, spanhou tanto de surpresa os inimigos, que alguns d'elles não tiveram senão tempo de saltar pelas canhoneiras e pelos parapetos, ficando todos mortos ou feridos. Só os mortos que se empilharam n'aquelle pequeno espaço em que se travára o combate, foram dois mil quinhentos e sessenta, e esses só dos inimigos.

Gomes Freire de Andrade, que visitou o reducto depois de reconquistado, recuou com espanto diante de tamanha carnificina, e o mesmo succedeu a Xavier Banha, já então tenente, que vira comtudo a enorme mortandade da batalha de Moskowa.

Foi debaixo da impressão d'essa lucta homérica que se

princípios a tratar da capitulação, e foi assim que Gouvion-Saint Cyr obteve a mais honrosa das capitulações.

Effectivamente obrigou se apenas a evacuar Dresde em seis dias, saindo em cada dia uma columna com direcção a Strasburgo. Essas columnas deviam receber viveres, alojamentos e etapes, e jurar que não serviriam contra os colligados, enquanto não fossem trocados os soldados capitulados por equal numero de prisioneiros colligados.

Convencionou-se além d'isso :

Que os officiaes conservariam as suas armas e bagagens, que o mesmo succederia ao batalhão da guarda imperial, que fazia parte da guarnição, e que sairia metade com a primeira columna e outra metade com a ultima, e que sairia meio parque de artilheria com peças, que eram do arsenal de Paris, com as competentes munições e mórão acceso.

Como se vê, eram concedidas á guarnição as maximas honras militares.

A capitulação foi publicada no dia 12 de novembro, firmando-a as assignaturas dos generaes russo e austriaco, e francez. No dia 13 saiu a primeira columna, e no dia 18 safu a ultima commandada por Gomes Freire de Andrade. Só então podiam, segundo os termos da capitulação, os inimigos entrar na cidade.

No dia 20 estavam os francezes em Kemnitz quando se lhes ordenou que fizessem alto, e, dias depois, o marechal Saint-Cyr recebeu a estranha communicação de que o principe de Schwartzemberg não approvára a capitulação, e de que ordenava que os francezes fossem collocados de novo em Dresde, na situação em que estavam quando a capitulação se assignára, ou marchassem para a Hungria, como prisioneiros. Era a violação mais completa que até ahi se vira, dos principios mais elementares da lei da guerra. Teve porém de se obedecer.

Ahi marcham, caminho da Hungria, os soldados francezes, que só voltaram ao seu paiz depois da paz. Com elles foi Gomes Freire e o seu estado maior. Theotónio Banna é que não seguiu o mesmo destino. Perdendo se dos seus companheiros n'uma das marchas, caiu nas mãos de uns cossacos, que o levaram para Dresde, onde o general russo que alli commandava o queria mandar para Varsovia: mas uma intervenção benéfica fez com que fosse conduzido para Berlim, onde esteve doente. Depois de restabelecido, concedeu-se lhe que seguisse para a Hollanda, não já como official do exercito francez, mas como portuguez, e por conseguinte como alliado. Só a 27 de junho é que

partiu emfim para Portugal, aonde chegou no dia 21 de julho, depois de seis annos de ausencia.

Estamos chegados ao fim da nossa tarefa. Theotonio Banna foi o nosso principal guia, e temol-o em Portugal, residindo em Setubal, onde exerceu o logar de guarda-mór da estação de saude, e onde morreu no dia 2 de maio de 1853.

Só nos falta tratar da liquidacção, por assim dizermos, dos restos d'aquella tão gloriosa como desgraçada legião.

XIII

O EPILOGO

Vamos vêr como foram recolhendo á patria as tristes reliquias d'essa brilhante legião. Sabemos que, depois da campanha da Russia, se formára com a cavallaria um esquadrão, commandado pelo capitão Garcez, que foi destruçado e em grande parte aprisionado pelos cossacos nas margens do Elba em Allemanha. Os restos da infantaria da legião foram dirigidos para Grenoble, onde chegaram a juntar-se uns 100 portuguezes, entre soldados e officiaes.

Apenas entraram em França os alliados, as tropas estrangeiras ao serviço da França foram desarmadas, e os portuguezes foram mandados para Bourges, onde tiveram o prazer de se encontrar com alguns compatriotas, que tinham feito campanhas bem diversas, e que se achavam em França, por terem cahido prisioneiros das tropas imperiaes nas batalhas da guerra peninsular. Entre esses officiaes figurava Bernardo de Sá Nogueira, que foi depois marquez de Sá da Bandeira.

Quando se fez a paz foi um general francez a Bourges propôr aos portuguezes ficarem ao serviço da França, promettendo-lhes por parte do governo de Luiz XVIII o conservarem os officiaes os seus postos e serem tratados os soldados como se fossem francezes. Alguns officiaes acceitaram, acceitaram tambem algumas, muito poucas, praças de pret, mas a maior parte quiz regressar a Portugal, e, partindo logo de Bourges para a fronteira, encontraram o exercito portuguez ao pé de Bayona, e apresentaram-se

aos regimentos de que faziam parte antes de terem saído para França. Perderam logo todos os postos que tinham ganho em França, e voltaram aos que tinham em 1808, mas a maior parte dos officiaes e dos soldados abandonaram o serviço por estarem impossibilitados.

Durante a estada d'estes ultimos legionarios em França vieram unir-se-lhes os poucos officiaes e soldados que tinham ficado em Dresde, á excepção de Theotónio Banha, que seguira, como sabemos, outro destino.

Depois começaram tambem a regressar alguns, que tinham ficado prisioneiros na Russia. Entre elles citaremos um official, que teve na Russia a mais romanesca de todas as aventuras.

Quando os francezes se achavam estabelecidos em Moscow, o tenente portuguez Carlos Damasceno Rosado foi encarregado de ir á procura de viveres, á testa de uma pequena força. Chegando a uma opulenta casa de campo, encontrou-a occupada por uma força franceza, que se entregava aos maiores excessos. Já tinha roubado tudo quanto podéra apanhar, amarrára o dono da casa, e os soldados preparavam-se para commetter o maior de todos os ultrajes, violentando sua mulher e sua filha, que era uma formosissima rapariga, quando o tenente Rosado appareceu, lançou-lhes em rosto a infame brutalidade que estavam praticando e como elles não cedessem, pôz-se á testa dos soldados que commandava, e á viva força expulsou os francezes, soltando depois o pobre russo que estava doído de reconhecimento, e que o tenente Rosado ainda foi acompanhá-lo até sitio em que estivesse em segurança.

Tempos depois, o nosso official cahiu prisioneiro dos russos, durante a infausta retirada, e estava para partir para a Siberia como partiam os seus companheiros, quando um feliz acaso o fez encontrar o russo a quem salvara. Não era ingrato o fidalgo moscovita, que occupava na côrte um logar importante; quiz apresentar o tenente Rosado ao imperador, a quem contou a acção generosa que elle praticára, e o moço como elle lhe valera em tão tristes circumstancias. Escusamos de dizer que foi logo solto. O imperador offereceu-lhe o garantir-lhe no exercito russo o posto que tinha, e na Russia se demorou o tenente Rosado, até que a noticia da revolução de 1820 lhe despertou fundas saudades da sua patria, e, despresando todas as vantagens, partiu para Portugal.

Dois annos depois estava servindo na Bahia, onde praticou actos muito honrosos, mas não deixou de ser curioso que o governo portuguez mandasse logo servir nos cli-

mas tropicaes um official que voltava do clima aspero da Russia. Se não era castigo, parecia-o.

Carlos Damasceno Rosado morreu, sendo chefe de repartição no ministerio da guerra. Tem um filho, se nos não enganamos, que é official de artilharia, e é ainda sua parenta a eminente e graciosa actriz Rosa Damasceno.

Da Russia tambem voltou o general Pego, que estava prisioneiro na Siberia, Candido José Xavier, que não ousou regressar a Portugal, onde estava condemnado á morte por ter acompanhado Massena na sua invasão de 1810, voltando só depois da revolução de 1820, Antonio José de Figueiredo, que morreu sendo escrivão de direito em Evora, e que era official inferior quando foi prisioneiro na campanha da Russia, e muitos outros.

Os officiaes e soldados, que estiveram na Siberia, e que, depois de innumerados trabalhos, em Tobolsk e em outros pontos, puderam regressar a Portugal, foram 280, contando-se entre elles, como dissêmos, o brigadeiro Francisco Antonio Pego, e varios outros officiaes de infantaria. Só em 1815 é que se lhes permittiu embarcar para Inglaterra d'onde seguiram depois para Portugal.

Juntemos em rapida lista os nomes dos officiaes que regressaram á patria, depois de terminarem as campanhas do imperio, sem fallarmos, porque já os citámos, dos que tinham estado prisioneiros na Russia.

Temos em primeiro logar o tenente Banha, auctor do oposculo que nos serviu de guia principal n'este trabalho, e que morreu, como dissemos, em 1853, guarda-mór de saude em Setubal;

Fernando Rufino, cirurgião-mór do regimento de cavallaria. Segundo assevera o tenente Banha, ainda vivia em Lisboa em 1848;

F. Ribeiro, tenente de cavallaria; era em 1827 ajudante de um regimento de milicias na côrte;

João Pinto de Moraes Sarmiento, alferes de cavallaria, commandava em 1833 uma bateria nas linhas de Lisboa. Theotónio Banha que tambem servia no exercito constitucional, encontrou-se com elle debaixo de fogo, e ficou muito surprehendido porque julgava que elle ficara sepultado nos gelos da Russia.

Facilmente se imagina a alegria com que os dois se abraçaram.

Tenente Neves Franco, voltando a Portugal, teve dois filhos que occuparam postos elevados no exercito;

Sargento de cavallaria, Joaquim Henriques Moreira, que morreu no Cartaxo, sendo major reformado;

Sargento de infantaria, José Ribeiro d'Almeida, que morreu em Runa, sendo coronel, commandante do hospital dos invalidos ;

General Pamplona, voltou depois da revolução de 1820, teve o titulo de conde de Subserra, e foi ministro de Estado, desempenhando um papel importante na nossa historia politica ;

Coronel marquez de Loulé, foi, depois de voltar a Portugal, assassinado no paço de Salvaterra em abril de 1824, em circumstancias bastantes tragicas ;

Major Manoel de Castro Pereira de Mesquita, author de um opusculo ácerca da historia da Legião Portugueza. Entrou na vida politica e foi ministro de Estado ;

Capitão José Garcez Pinto de Madureira, que fôra feito prisioneiro em 1813, veiu a ser deputado e governador civil em varios districtos, etc. ;

Capitão Balthazar Pimentel, foi um dos officiaes condecorados com a Legião de Honra pelo valor que mostrou na batalha de Moskowa. Serviu depois na campanha da liberdade, junto da pessoa de D. Pedro IV, na qualidade de quartel-mestre general, e morreu muito velho, com o titulo de conde de Campanhã, e desempenhando o lugar de ajudante de campo d'El-Rei D. Fernando.

Tanto José Garcez Pinto de Madureira como o conde de Campanhã consta que escreveram memorias ácerca dos importantissimos acontecimentos de que tinham sido testemunhas e em que haviam sido actores, mas nem a familia de um, nem a familia do outro se resolveu a publicar coisa alguma.

Alferes de granadeiros, João Antonio Tavares, continuou o seu serviço em Portugal, foi mesmo ajudante do governador geral de Cabo-Verde, e morreu com o posto de brigadeiro, exercendo o lugar de director no ministerio da guerra. Nos ultimos annos da sua vida, e ainda em lembrança das campanhas napoleonicas, foi agraciado pelo governo do segundo imperio com a commenda da Legião de Honra.

Antonio Germano da Silva, que morreu sendo major reformado.

Conhecemos ainda um velho official, que era mestre de esgrima na Escola do Exercito, que se chamava Tavares, e que tambem servira na Legião Portugueza.

Agora, provavelmente, já nenhum existe d'esses bravos, apesar de não exceder os limites da longevidade humana, a idade a que qualquer d'elles poderia ter chegado com vida n'este anno de 1886. José Ribeiro de Almeida, por

exemplo, que saiu de Portugal em 1807 com a Legião, sendo já cabo de esquadra, hoje, se vivesse, não teria mais de 94 annos.

De todos, o primeiro que morreu foi um, que não citámos ainda, Gomes Freire de Andrade, e todos sabem em que lamentaveis circumstancias; o ultimo, entre os que adquiriram uma certa celebridade, foi o conde de Campanhã, que morreu a 30 de maio de 1876.

No tumulo de todos elles, se todos já estão no tumulo, deponho esta homenagem ao seu valor, aos seus sacrificios, ao seu menosprezado patriotismo, á heroica resignação com que honraram, á sombra de uma bandeira estranha, o nome do seu paiz e o brio nacional.

FIM

INDICE

I — As campanhas da Restauração.....	5
II — O abba de Faria.....	17
III — O casamento da infanta D. Maria de Portugal... ..	27
IV — Vasco da Gama e as investigações do sr. Teixeira de Aragão.....	39
V — Informações e fragmentos historicos do padre José de Anchieta.....	53
VI — Os descendentes de Piquirobá.....	59
VII — O ultimo governador portuguez de Larache	65
VIII — O infante D. Duarte de Bragança.....	71
IX — As instruções dos ministros francezes em Portugal.....	89
IX — Vida intima de ministros portuguezes no tempo de D. João V.....	99
X — Noticias de Penella.....	105
XI — D. Luiz da Cunha e o marquez d'Argenson	111
XII — Um aventureiro italiano em Portugal.....	117
XIII — A historia judicial dos duques de Aveiro..	123
XIV — A expulsão dos jesuitas da India.....	129
XV — O conde de Rochechouart em Portugal....	135
XVI — Recordações de um soldado.....	139
XVII — Novas recordações da guerra peninsular...	145
XVIII — Historia da legião portugueza :	149
I — A organização.....	149
II — O ataque de Saragoça.....	153
III — As guarnições em França.....	158
IV — A campanha d'Austria.....	162
V — A legião de Paris.	166
VI — D'Épinal a Smolensk.....	170
VII — A campanha da Russia.. ..	174
VIII — A retirada da Russia.....	178
IX — A passagem do Berezina.....	182
X — O fim da retirada.....	187
XI — A campanha de 1813.....	191
XII — O cerco de Dresde.....	195
XIII — O epilogo.....	199